UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VIRGINIA QUEIROZ BARRETO

Fronteiras entre a escravidão e a liberdade:
histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo
Sul da Bahia (1850-1888)

São Paulo
2016

VIRGINIA QUEIROZ BARRETO

Fronteiras entre a escravidão e a liberdade:
histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no
Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias

São Paulo
2016

VIRGINIA QUEIROZ BARRETO

Fronteiras entre a escravidão e a liberdade:
histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo
Sul da Bahia (1850-1888)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutora em História Social.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias - USP
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria Cristina Wissenbach - USP
(Examinadora)

Profa. Dra. Maria Helena Toledo Machado - USP
(Examinadora)

Profa. Dra. Edinelia Maria Oliveira Souza - UNEB
(Examinadora)

Prof. Dr. Charles D’Almeida Santana - UEFS
(Examinador)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

BARRETO, VIRGINIA QUEIROZ

B273f

Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no recôncavo sul da Bahia (1850-1888) / VIRGINIA QUEIROZ BARRETO; orientador MARIA ODILA LEITE DA SILVA DIAS. - São Paulo, 2016.

249 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Escravidão. 2. Mulheres. 3. História. I. DIAS, MARIA ODILA LEITE DA SILVA, orient. II. Título.

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que no recôncavo baiano construíram suas vidas, em especial a minha avó Anatildes Magalhães Queiroz (*in memoriam*) que, aos 97 anos de idade, ainda lembrava do tempo em que o armazém de fumo, no recôncavo, era seu lugar de trabalho.

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa não se faz só, ainda que o texto final seja de responsabilidade de uma só pessoa, toda sua construção passa pelo olhar, crítica, sugestão e ajuda de muitos com quem temos uma imensa dívida de gratidão. Durante todo o percurso para a realização desta pesquisa, desde a construção do projeto inicial, quando a proposta de estudar o século XIX ainda era uma ideia, até a formatação final do texto pude contar com a ajuda e estímulo de diversas pessoas. Pessoas que, dentro e fora do mundo acadêmico, ouviram, discutiram, sugeriram caminhos, levantaram questionamentos, ajudaram no levantamento das fontes, trouxeram e indicaram novas leituras, incentivaram e vibraram a cada passo dado em direção a construção do trabalho que aqui apresento.

Agradeço imensamente a professora Maria Odila Leite da Silva Dias, orientadora, amiga e incentivadora. Nossas conversas, nos mais diversos lugares, trouxeram sempre um novo aprendizado. Sua forma doce de falar e sua experiência foram para mim um lastro, onde me apoiei sempre que os caminhos a percorrer me pareciam incertos. A empolgação que ela demonstrava a cada nova descoberta foi, sem dúvida, importante para cada passo dado em direção a concretização do meu sonho de escrever sobre a vida de mulheres pobres livres, libertas e escravas que, no oitocentos, viveram no limite entre a escravidão e a liberdade, no sul do recôncavo baiano.

Sou grata às professoras Dra. Maria Helena Toledo Machado e Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach pelas contribuições feitas no momento do exame de qualificação. Momento que, do meu ponto de vista, foi um divisor de águas entre a proposta inicial deste trabalho e sua conclusão. As sugestões ali apresentadas contribuíram de modo decisivo para o amadurecimento dessa pesquisa e, acima de tudo, para que a tese ganhasse a formatação que aqui apresento.

Agradeço o apoio institucional da Universidade do Estado da Bahia, à qual pertencço como docente, sem o qual não seria possível bancar o custo de tal empreitada. Tanto pela concessão da bolsa de pesquisa – PAC, que financiou minha pesquisa e estadia em São Paulo; como pela concessão da licença das minhas atividades docentes, a qual possibilitou minha dedicação exclusiva à pesquisa.

Aos meus colegas de departamento que acreditaram e incentivaram minha saída para o doutorado. Especialmente Luciana Souza, Tânia Vasconcelos e Vania Vasconcelos

companheiras e incentivadoras nos mais difíceis momentos de minha vida. À Jhony Guimarães e Charles Santana, professores, colegas e amigos. À minha grande amiga e parceira de trabalho Edinelia Maria Oliveira Souza que acreditou, incentivou e pacientemente ouviu minhas lamúrias, incertezas e insegurança. Os debates que travamos continuamente em torno da temática de estudo trouxe sempre uma luz, um novo caminho e uma maneira diferente de olhar para as fontes. Seus questionamentos me faziam pensar melhor cada capítulo desse trabalho.

Em minha estada em São Paulo pude contar com o carinho, apoio e amizade de Silvana Jeha e do pequeno João que abriram as portas de sua casa para acolher-me; as tardes de domingo no jardim serviam de alento para suportar a saudade da Bahia e do meu Fredinho. Ainda em São Paulo, não posso deixar de citar o carinho e atenção do Júlio Lopes que além de aquecer as frias noites paulistanas se revelou um importante parceiro nesta caminhada ajudando na formatação do trabalho.

Tenho que deixar aqui meu profundo agradecimento ao meu filho Frederico Castellucci que entrou, junto comigo, nessa caminhada. Nossas conversas no carro, no caminho da escola, serviram de apoio. Apesar de sua pouca idade era sempre um suporte, antes de tudo, emocional. Tê-lo ao meu lado fez toda diferença.

Tenho uma grande dívida com Urano Cerqueira, aluno, amigo e colega de pesquisa. Suas contribuições no Arquivo Público do Estado da Bahia foram de extrema importância na coleta das fontes. Com um olhar astuto de bom pesquisador sempre me trazia novos documentos que ajudaram a compor a trama da vida das mulheres pobres do recôncavo. Na tarefa de coleta das fontes pude contar ainda com a ajuda de Lucas Aguiar e Djalma Santos. Agradeço ainda a dona Cecília, que pacientemente corrigiu cada capítulo deste trabalho.

Agradeço o carinho, apoio e incentivo de meus pais, irmãos e demais familiares, sem eles minha caminhada teria sido um pouco mais árdua. Finalizo esse trabalho com uma grande certeza que a história de cada um é única e ao mesmo tempo múltipla; única por pertencer individualmente a cada um e múltipla ao passo que ninguém se constitui sozinho. Portanto, cada um que participou direta ou indiretamente dessa pesquisa deixou, definitivamente, marcas e fizeram parte da minha história. A todos meus sinceros agradecimentos. Enfim, me apropriado das palavras de Clarice Lispector, e posso dizer que toda “história é feita de muitas histórias”, e que nem todas posso contar”¹.

¹ LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. São Paulo: Rocco, 1998.

*Até que leões tenham suas histórias,
os contos de caça glorificarão
sempre o caçador.*

Provérbio africano.

RESUMO

BARRETO, Virginia Queiroz. **Fronteiras entre a escravidão e a liberdade:** histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). 2016. 247 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Neste estudo, busquei trazer histórias de vida de mulheres pobres livres, forras e escravas que viveram na fronteira entre a escravidão e a liberdade, no recôncavo sul da Bahia, nos anos de 1850-1888. Conhecido como “recôncavo mandioqueiro”, essa parte da província da Bahia teve, durante todo o século XIX, grande inserção econômica por se tratar de um importante polo de produção de gêneros de primeira necessidade que abastecia os mercados da capital. Sendo assim, atraía todo tipo de gente em busca de meios de sobrevivência, incluindo mulheres pobres livres, escravas ou recém saídas do cativeiro. Muitas delas, conseguiram com trabalho e astúcia sair do cativeiro e construir um patrimônio significativo; outras, com pouca sorte, penaram até a morte angariando meios de sobrevivência. Partindo de um conjunto amplo de fontes documentais de natureza diversa, tais como: testamentos, inventários *post mortem*, registros eclesiásticos e notariais, processos cíveis e criminais, posturas municipais e jornais, cruzados com dados coletados no Censo de 1872, tracei os caminhos percorridos por essas mulheres na construção de suas autonomias. A análise destes dados possibilitou uma maior aproximação das relações quotidianas vivenciadas por essas mulheres no contexto da escravidão e no imediato pós-abolição que, bem longe de ser pacífico e brando, mostrou-se ser marcado por toda sorte de violência.

Palavra-chave:

Recôncavo baiano - mulheres - escravidão - liberdade

ABSTRACT

BARRETO, Virginia Queiroz. *Boundaries between slavery and freedom: histories of poor women in slavery and in freedom in South Recôncavo region in Bahia (1850-1888)*. 2016. 245 f. Thesis (Doctorate in Social History) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

In this study, I sought life histories of poor women that lived in the threshold between slavery and freedom. The study takes place in Bahia state in Brazil, in a region called South Recôncavo, during the period of 1850-1888. That part of the country had high economic relevance during the whole XIX century due to the production of necessity goods that were sold at the state capital. Different sorts of people were attracted to that area seeking work opportunities and ways of survival including poor free or enslaved females. Many of these women struggled to reach freedom and overcame poverty reaching some wealth. Others instead struggled just to survive till end of life. A broad set of documents from various sources were analyzed such as wills, *post mortem* inventories, church records, notary records, civil and criminal justice documents, newspapers and data from the Census of 1872. I was able to track the paths taken by those women to build their autonomy in life. The analysis of this data enabled a better view of the daily hardships faced by women during slavery and after abolition, when different examples of violence were observed.

Keywords:

Recôncavo baiano – women – slavery - freedom

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: População livre do município de Nazaré (1848)	45
Tabela 2: População livre de Nazaré – sede do município (1872)	45
Tabela 3: População livre e escrava nos municípios Nazaré e Jaguaripe (1872)	47
Tabela 4: Distribuição comparativa de proprietários de escravos e escravos segundo o tamanho do plantel	55
Tabela 5: Distribuição de escravos nas propriedades com produção açucareira: Nazaré (1850 – 1879)	56
Tabela 6: Classificação das fortunas em Nazaré, 1850 – 1888 (Em contos de réis) ...	57
Tabela 7: Condição das alforrias, Nazaré (1850-1888)	72
Tabela 8: Distribuição de escravos nas propriedades, 1850 – 1888	79
Tabela 9: Distribuição dos escravos nas propriedades por sexo, 1850 – 1888	80
Tabela 10: Relação dos escravos inventariados, 1850 – 1888	88
Tabela 11: Africanos, crioulos e mestiços, 1850-1888	91
Tabela 12: Legitimidades de crianças livres e escravas batizadas na Paróquia de Nazaré, 1850 – 1871	94
Tabela 13: Condição dos padrinhos de crianças escravas, Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth, 1850 e 1856	102
Tabela 14: Escravos comercializados na freguesia de Santo Antonio de Jesus, 1868 – 1871	216
 Quadro 1: Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação - Santo Antonio de Jesus, 1885	66
Quadro 2: Grupos familiares de escravos cujos membros residiram na mesma propriedade por várias gerações	107
Quadro 3: Relação dos bens de africanos <i>ab intestato</i>	137
Quadro 4: Testadores e herdeiros declarados nos testamentos.....	168
Quadro 5: Irmandades existentes na freguesia de Nazaré, 1863.....	185

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E GRÁFICOS

Figura 1: Casa de farinha, recôncavo baiano	83
Figura 2: Ponte da Conceição - Nazaré das Farinhas, 1865.....	118
Figura 3: Porto da Vila de Nazaré das Farinhas, 1865.....	121
Figura 4: Praça do Porto, destaque para o Prédio dos Arcos, 1865.....	144
Figura 5: Jaguaripe, destaque para a rua da Matriz, ladeira do porto e casa do Ouvidor	201
Figura 6: Rede familiar de Maria da Conceição	219
Mapa 1: Municípios e freguesias do recôncavo baiano em meados do Século XIX	17
Mapa 2: Carta do Termo de Maragogipe, 1838	19
Mapa 3: Mapa hidrográfico da Bahia, Século XVIII	36
Mapa 4: Plano da cidade de Nazaré, Século XIX	116
Mapa 5: Bahia de Todos os Santos - segunda metade do século XIX	208
Gráfico 1: Condição das alforrias, Nazaré: 1850-1888	67
Gráfico 2: Escravos alforriados (gênero e idade), Nazaré: 1850-1888	68

ABREVIATURAS

APB – Arquivo Público do Estado da Bahia

APMJ – Arquivo Público Municipal de Jaguaripe

APMNF – Arquivo Público Municipal de Nazaré das Farinhas

APMSAJ – Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus

BN – Biblioteca Nacional Rio de Janeiro (Acervo Digital)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LEV – Laboratório Eugênio Veiga

SEI – Sistema Estadual de Informação

MOEDA, PESOS E MEDIDAS

... cinquenta e um patações de diversos números, aliás cunhos, sendo um falso, quinze moedas de 1\$000, quatro de \$640, três de \$320, sendo de moeda cobrável 51\$640 e moeda de cunho estrangeiro 63\$960 segundo o preço do comércio².

Durante todo o século XIX, a moeda que vigorou no Brasil foi o real (réis no plural), embora moedas estrangeiras também tivessem alguma circulação nos mais distantes centros urbanos das províncias. Em Nazaré, nas vendas, feiras e no comércio ambulante circulava pequeno volume de moedas, naquele tempo, muitas transações eram feitas na base da troca de mercadorias. Poucos foram os inventários que revelaram quantias em dinheiro somadas aos bens do falecido, situações como a localizada entre os bens da africana Joaquina, *ab intestato*, foi, antes de tudo, uma exceção; um provável fator para a pouca circulação de moedas no mercado foi o temor dos comerciantes em receber moedas falsas que apareceram na província da Bahia, entre os anos de 1823-1829³.

A relação de moedas, assim como de pesos e medidas apresentadas abaixo têm por finalidade facilitar a leitura desses elementos localizados nos documentos analisados nesta pesquisa. No entanto, cabe ressaltar que pesos e medidas podem apresentar variações tanto no correr do tempo como com relação ao espaço geográfico, assim, as referências e suas respectivas equivalências aqui apresentadas foram recolhidas a partir da leitura dos próprios documentos e da literatura histórica disponível⁴.

Moeda

1 réis = \$1 (um réis)

100 réis = \$100 (cem réis)

1000 réis = 1\$000 (um mil réis)

1000.000 réis = 1:000\$000 ou 1:000\$ (um conto de réis)

Pesos e medidas

² Relação dos bens da africana Joaquina, *ab intestato*. Arquivo Público do Estado da Bahia (APB) - Seção Colonial/Provincial. Livro de Arrematação, 1850.

³ Sobre esse assunto, ver: TRETTIN, Alexander. *O derrame de moedas falsas de cobre na Bahia (1823-1829)*. 2010, 188f. Dissertação (Mestrado em História), FFCH/UFBA. Salvador, 2010.

⁴ Ver: COSTA, Iraci del Nero da. "Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações". Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/doc/Pesos%20e%20medidas%20no%20período%20colonial%20brasileiro.pdf>>, Acesso em: 05 de maio de 2015; BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

1 alqueire = 36,27 litros

1 arroba = 14,746 kg

1 braça = 4,84m²

1 canada = 6,85 litros

1 palmo = 8 polegadas

1 pipa = 1.726,2 litros

1 tarefa = 4.356 m²

1 tonel = 2 pipas

SUMÁRIO

Introdução	16
-------------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE *Sob o domínio do cativo*

Capítulo I: Economia e população escrava no recôncavo sul.....	32
1.1 Duas vilas: Jaguaripe e Nazareth	35
1.2 A posse escrava em Nazareth, “celeiro das farinhas”	48
1.3 A mulher cativa e os caminhos para a liberdade	61
Capítulo II: A vida nas roças: laços de solidariedade e família escrava.....	76
2.1 Mobilidades cativa no mundo rural	78
2.2 Família escrava: possibilidades e limitações	87
2.3 Mulheres libertas, filhos cativos: vínculos com o cativo	105

SEGUNDA PARTE *Fronteiras entre a escravidão e a liberdade*

Capítulo III: Espaço de vivências de mulheres pobres livres e libertas na cidade de Nazaré.....	113
3.1 Cartografia da cidade	115
3.2 Depois da liberdade: onde morar, como viver?	126
3.3 O que nos contam as autoridades	146
Capítulo IV: Africanas e seus mundos.....	156
4.1 O intrincado mundo das africanas	158
4.2 Além do labor: práticas festivas e religiosidade	178
4.3 Irmandades negras em Nazaré	184
Capítulo V: Teias e tramas: da escravidão à liberdade.....	191
5.1 Uma vida, muitas histórias	196
5.2 “Um outro mundo dentro do mesmo”- da liberdade ao cativo	206
Considerações Finais	229
Fontes da Pesquisa	234
Bibliografia	238
Anexo	249

INTRODUÇÃO

Trata-se, nesta pesquisa, de perceber as intrincadas relações sociais estabelecidas, quotidianamente, por mulheres que reinventaram e recriaram espaços de sobrevivência no recôncavo sul da Bahia no curso da segunda metade do século XIX.

Por mais limitadas que tenham sido suas vidas nos nascentes centros urbanos do recôncavo, onde enfrentaram todo tipo de preconceito e discriminação, desenvolveram estratégias de sobrevivência ora em conjunto, ora sozinhas. Suas ações variavam de acordo com as circunstâncias que a vida lhes impunha. Foi na cidade que muitas mulheres pobres do recôncavo encontraram oportunidade de exercer atividades diversas e revelar seus talentos. Muitas delas, limitadas pela condição de cativas, viveram na fronteira entre a escravidão e a liberdade, fronteira essa que foi vivida também por mulheres pobres livres e libertas. Este estudo buscou enxergar, na paisagem social e econômica do recôncavo “não tradicional”, a presença dessas mulheres, que em condições difíceis criaram alternativas de sobrevivência, adaptando-se às condições locais nem sempre favoráveis e, no limite da pobreza, construíram suas histórias¹.

Sabe-se que o recôncavo não se limitou aos grandes engenhos de açúcar; havia ali, além dos engenhos que abrigavam o maior contingente escravo da província, uma grande variedade de “roças”² praticadas por pequenos lavradores cujo cultivo abastecia e movimentava as feiras e o comércio local. Durante todo o século XIX e no limiar, nas primeiras décadas do século XX, essa parte do recôncavo, mais ao sul, ainda ostentava a condição de maior celeiro produtor de gêneros de subsistência, embora novas áreas de plantação de mandioca e de diversos grãos tivessem sido abertas, a partir da derrubada da mata atlântica, situada no extremo sul da Bahia³.

¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e poder, passim*. Reporto-me aqui às considerações feitas pela autora sobre sua intenção de fazer um estudo do cotidiano, em suas palavras: “Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o quotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta”. (*Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 8).

² Termo muito utilizado na documentação da época para designar plantações variadas, realizadas em pequenos pedaços de terra arrendados.

³ Para um estudo acerca do abastecimento de gêneros de primeiras necessidades para o Recôncavo e Salvador, ver, entre outros, os seguintes autores: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). 1990. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 1990; SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001; (do mesmo autor) *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo:

Santo Antônio de Jesus, Santana da Aldeia e a de Nossa Senhora das Farinhas de Nazaré (sede do município).

Essa parte do recôncavo se notabilizou pelo reduzido número de escravos, pelo predomínio da pequena propriedade, pelo cultivo de gêneros de primeira necessidade voltados para o abastecimento local, principalmente a mandioca para a produção da farinha, componente fundamental na dieta alimentar dos baianos; o fabrico de louças e a produção do pescado. Ainda que não se possa negar a existência de poucos engenhos que destoassem desse contexto por aglutinar uma razoável quantidade de cativos que se empregavam na plantação de cana, na produção de melaço, da aguardente e purgavam também um pouco de açúcar, o “modelo” de fazenda grande, com elevada concentração de escravos voltados para o trabalho canavieiro, foi antes uma exceção.

Cidades como Nazaré e Jaguaripe despontavam, já nas primeiras décadas do século XIX, como polo de atração para o mais variado tipo de comércio; as áreas portuárias e seu entorno fervilhavam com a chegada de compradores e vendedores de produtos variados; entre eles, a farinha de mandioca, o fumo, o dendê, a piaçava, o pescado e um grande sortimento de frutas, além de variados objetos de uso doméstico feitos de barro, telhas e tijolos produzidos nas olarias da região. Ainda nos últimos anos do século XIX, Nazaré continuava mantendo o seu porto fervilhante e frenético. O volume e a variedade de mercadorias que chegavam de todas as localidades da região, conduzidos por tropeiros, e até mesmo em pequenas embarcações, faziam dessa urbe um importante centro comercial e de escoamento da produção. Foi nesse contexto que mulheres pobres, adaptando-se às condições locais, às exigências de lavouras específicas e ao mercado, criaram e recriaram redes sociais complexas e variadas, como, por exemplo, o fez a negociante Fausta Maria de Jesus que praticava um diversificado comércio na cidade de Nazaré.

Um outro mapa, datado de 1838, localizado durante a pesquisa no Arquivo Público do Estado da Bahia (APB), embora tenha como objetivo apresentar o “termo de Maragogipe”, traz os limites entre as freguesias, as capelas, montes e rios da região em estudo. Nele, podem-se vislumbrar as fronteiras entre este termo e as freguesias que se limitavam a ele, revelando o extenso território que abrangia as freguesias de Nazaré, Pirajuia, São Miguel e São Felipe, pertencentes a Nazaré e Jaguaripe⁵.

⁵ Arquivo Público do Estado da Bahia (APB), *Maço: 1346*, Seção Colonial/Provincial - Câmara de Maragogipe, (1833 – 1838).

Mapa 2 - Carta do termo de Maragogipe e seus limites, 1838.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial/Provincial - Câmara de Maragogipe, Maço: 1346.

A presença de camadas pobres livres, elementos forros e cativos ocupando as mais variadas funções, transitando pelos espaços públicos das urbes e das roças no Brasil colonial e imperial, foi por muito tempo negligenciada em estudos mais preocupados em tratar dos aspectos econômicos e políticos do escravismo brasileiro. Somente a partir dos anos sessenta do século XX, é que uma nova geração de historiadores - fortemente influenciados por E.P. Thompson e outros membros da Nova Esquerda britânica⁶ -, ultrapassaram as barreiras do estruturalismo e vislumbraram temáticas relacionadas à pluralidade de experiências dos sujeitos que compuseram o complexo tecido social no Brasil. Esse foi, portanto, um caminho árduo que a historiografia social da cultura e do cotidiano enfrentou para interpretar fenômenos sociais impossíveis de serem captados a partir de enfoques estruturais e homogeneizantes, como salientou Maria Odila Dias⁷.

De fato, durante décadas, os estudos sobre a sociedade brasileira deram atenção quase que exclusivamente a regiões onde predominou a grande propriedade monocultora que, por extensão, recebeu as maiores levas de cativos. Como resultado, a vigorosa vida social e econômica que dominava o Brasil rural - principalmente em regiões onde a mão de obra escrava foi quase inexistente e as propriedades não passavam de algumas tarefas -, foi negligenciada⁸. Maria Odila Dias, defensora de uma história engajada, que possibilitasse a adesão à pluralidade e aos fenômenos sociais peculiares, em termos regionais e locais, enfatiza a importância de estudos que busquem “desvendar conjunturas parciais de grupos sociais em formação sem impor-lhes de antemão conceitos e categorias abstratas”⁹. Segundo a mesma autora, só assim pode-se

dar precedência à interpretação possível das condições de vida de grupos sociais que mal começamos a discernir através de parâmetros ideológicos distantes que os relegavam a um lugar subordinado, subalterno ou de antemão configurado. Trata-se de uma perspectiva inovadora para a historiografia da passagem da escravidão para o trabalho livre¹⁰.

⁶ Ver, entre outros, THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; (do mesmo autor) *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; e a coletânea de artigos, *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit., p. 8.

⁸ Indicativo de novos rumos na história social e econômica do Brasil, que se propõe enxergar além dos limites da *plantation*, é proposto por BARICKMAN, B.J. *Um contraponto baiano...*, op. cit.

⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit., p. 8.

¹⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no império, 1824-1881”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 59.

A partir dessa perspectiva, nos últimos trinta e cinco anos, a historiografia social da escravidão deu um salto qualitativo, repensando os seus procedimentos metodológicos, valorizando a investigação empírica realizada nesse campo do conhecimento histórico-social. Tal salto só foi possível a partir do marco inaugural das análises da cultura brasileira feitas bem antes por Gilberto Freire em sua obra, *Casa Grande & Senzala*¹¹, datada de 1933. Embora pesem, sobre sua principal obra, críticas acerca da abordagem, e muitos o acusem de ser o redentor do “sistema escravista”, não podemos negar a influência exercida por esse estudo nas pesquisas posteriores acerca da escravidão brasileira. Dentro desse mesmo sentido, a história social das mulheres foi propiciada por pesquisas mais inovadoras voltadas para a memória de grupos marginalizados do poder, que finalmente deram espaço para se vislumbrar outros atores sociais.

Ao longo da construção desta pesquisa, alguns trabalhos se destacaram por possibilitar um importante diálogo com a temática que ora apresento, a exemplo do trabalho inaugural de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) sobre o cotidiano de mulheres pobres na cidade de São Paulo do século XIX. A autora, ciente de uma perspectiva historiográfica que se ocupa em descortinar o cotidiano, - espaço “de improvisação de papéis informais, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta” -, vivenciado por grupos marginalizados do poder, permite visualizar suas relações, enfatizando as múltiplas formas de resistência e estratégia de luta por sobrevivência, encampadas por mulheres pobres, escravas e forras no processo de urbanização da cidade de São Paulo. Sua obra inovadora certamente produziu importantes frutos¹².

Outros autores, em anos subsequentes, realizaram valorosos estudos. Dentre eles, Maria Cristina Cortez Wissenbach, Maria Helena Toledo Machado, Manuela Carneiro da Cunha, Júnia Ferreira Furtado, para citar apenas alguns, estimulando novas pesquisas¹³. Artigos reunidos em obras recentemente publicadas, com mais contribuições dos autores

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. (1ª ed.:1933).

¹² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; (da mesma autora), “Resistir e sobreviver”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

¹³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros e São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998; MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985; FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano da colônia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

citados e de Mary Del Priore, Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Margareth Rago, e outros, têm focalizado a história das mulheres no Brasil¹⁴.

Notam-se, portanto, pesquisas preocupadas em recuperar os variados aspectos da vida desses sujeitos nos diversos núcleos urbanos do Brasil colonial e imperial. Em São Paulo, no Rio de Janeiro, nas Minas Gerais, na cidade do Salvador e em outras partes do Brasil, desde cedo, foi percebida a presença das “ganhadeiras” nas atividades informais, sempre sujeitas às tentativas do controle municipal, hostis às atividades de ganho exercidas pelos remanescentes da escravidão. Destaco, aqui, os trabalhos de Eduardo França Paiva e de Luciano Figueiredo¹⁵. Este último, privilegiando uma documentação pautada em testamentos e inventários e uma rica documentação eclesiástica como fonte, preenche importantes lacunas sobre a vida cotidiana de mulheres ganhadeiras nas Minas setecentistas, que permaneciam anônimas.

Em busca das singularidades regionais, Walter Fraga Filho, partindo de um rico levantamento de fontes de natureza diversa, avalia as consequências da abolição no recôncavo baiano, além de perceber como a experiência da escravidão se projetou nas vivências cotidianas das populações negras, influenciando escolhas e projetos de liberdade¹⁶. Tal estudo abre ricas possibilidades de interpretação; nele é possível perceber que, nas últimas décadas do cativeiro, as leis emancipacionistas bem como as mortes, alforrias e fugas de cativos provocaram gradativa diminuição dos braços escravos nos engenhos do recôncavo. O autor examina a abolição e seus desdobramentos, reconhecendo que os últimos momentos do cativeiro foram marcados por tensões sociais e diferentes projetos de liberdade, e que “antigos abolicionistas envolveram-se em diversos embates e militaram a favor da ampliação de espaços sociais para a participação negra”¹⁷. Muito embora sua pesquisa traga a presença feminina nesse contexto da escravidão e do pós-abolição, tal perspectiva não constitui o foco central do seu trabalho.

¹⁴ Ver: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006; PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*, op. cit.; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

¹⁵ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716 – 1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001 e, (do mesmo autor), *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit. e (do mesmo autor), *Mulher e família na América Portuguesa moderna*. São Paulo: Atual, 2003.

¹⁶ Além de FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870–1910)*. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 2006; ver também SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade*. Bahia, século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História), FFCH/UFBA. Salvador, 2000.

¹⁷ FRAGA FILHO. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 351.

Ainda se tratando do recôncavo baiano, as possibilidades de se conseguir algum meio de sobrevivência nas brechas deixadas pelo comércio local parecem ter sido muito bem utilizadas por homens e mulheres, escravos e libertos. Wellington Castellucci Junior descreve a preocupação das autoridades locais com a presença, muitas vezes incômoda e ameaçadora, dos pobres livres e desocupados em Nazaré, nos anos 1830-1850¹⁸. É verdade que esses sujeitos compunham as classes mais pobres e próximas da escravidão e que o temor das autoridades locais contra essa “gente perigosa” gestou incontáveis documentos que graças a eles podemos conhecer as tensões que acompanharam o processo lento de incorporação desses sujeitos na sociedade brasileira. As contribuições específicas de muitos desses trabalhos serão abordadas ao longo deste estudo.

No entanto, poucas dessas investigações tiveram como foco principal histórias de vida de mulheres que, adaptando-se às condições de extrema pobreza, construíram, na paisagem do recôncavo rural, complexas e variadas redes de proteção e solidariedade.

A partir desses estudos, percebemos como as mulheres que viviam em situação de extrema pobreza recriaram modos de vida, apropriando-se do espaço da casa, da rua e/ou da vizinhança. Essas pesquisas enfatizaram, sobretudo, como organizavam o tempo do trabalho doméstico e o da rua, muitas vezes acumulando duplas jornadas de trabalho na esfera pública e privada¹⁹, criando e recriando arranjos de sobrevivência, dando ao trabalho de rua significados diferentes daquele praticado/definido pelo regime escravista. A ênfase na história social das mulheres durante a escravidão, permite compreender como elas articularam, no âmago de uma sociedade hierarquizada e controladora, redes de solidariedade, que excederam demasiadamente o âmbito restrito da família e redefiniram os papéis sociais desempenhados nos vilarejos, nos bairros e nas cidades.

Este estudo procura enxergar o intricado mundo das libertas, escravas e mulheres pobres livres para apreender os caminhos trilhados por elas no difícil viver no meio rural do recôncavo da Bahia entre os cinquenta anos que precederam a lei abolicionista brasileira. Este estudo busca, portanto, evidenciar estratégias criadas em meio a desarticulação da escravidão nessa parte do recôncavo. Entre outras, questões como o impacto das leis anteriores à Lei Áurea serão abordadas ao longo do caminho traçado nesta pesquisa. Através do cruzamento de diferentes fontes municipais e judiciais, procurei desvendar histórias e trajetos de vida de

¹⁸ CASTELLUCCI Jr., Wellington, principalmente o artigo: “Entre veredas e arrabaldes: histórias de escravos e forros na comarca de Nazaré, Bahia 1830 – 1850”. *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia, (39), 261-304, jul. dez. 2008.

¹⁹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 274.

algumas dessas mulheres. Muitas foram as mulheres que cruzaram meu caminho nesse período de investigação. Algumas com histórias tão ricas e complexas, a exemplo da história de vida de Maria da Conceição (personagem no Capítulo V), que foi impossível não contá-las. À medida que avançava a investigação para esta pesquisa, evidenciavam-se, sobremaneira, as *fronteiras entre a escravidão e a liberdade* às quais elas estavam expostas em todo momento.

As evidências apresentadas aqui deixam claro que entre a urbe e as roças, as mulheres formularam diferentes estratégias para sobreviver ante a opressão, as dificuldades de sobrevivência e as incertezas da vida que recaíam sobre elas²⁰. Este estudo buscou trazer, na medida do possível, a pluralidade das possíveis interpretações do mundo das libertas, pobres livres, escravas e as lutas que travaram em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais proporcionados pela rica geografia do recôncavo²¹. Concubinas, amasiadas, solteiras, casadas ou tidas preconceituosamente como prostitutas, longe da grande propriedade que empregava a mão de obra escrava na monocultura de exportação, viveram precariamente da pequena lavoura de subsistência, da produção artesanal, da pesca, da coleta de mariscos nos mangues, da pequena criação e do comércio ambulante, que podia ser feito também em outras praças longe de suas habitações. Sem medo, ou de posse dele, circulavam por entre os povoados a pé, trilhando precários caminhos abertos nas matas, carregando suas mercadorias em cestos cuidadosamente ajustados no alto da cabeça. Sós ou em companhia de seus filhos menores, muitas reviveram suas tradições africanas, como a de carregá-los sem a necessidade do uso das mãos, presos ao corpo; às vezes, paravam para vender, conversar ou negociar a compra de outros produtos, estabelecendo redes sociais e econômicas complexas e variadas.

Sua presença, embora ostensiva nos centros urbanos e rurais do recôncavo, nem sempre foi documentada. Percebê-las na documentação existente demandou um tratamento minucioso de documentos manuscritos na expectativa de resgatá-las das entrelinhas desses documentos, sem deixar de estar atento aos preconceitos e limitações da rica documentação produzida no século XIX, tanto as que compõem os fundos dos arquivos quanto os escritos e

²⁰ Sobre a presença feminina nos centros urbanos do Brasil atuando como ganhadeiras e vendedoras ambulantes, podemos citar os trabalhos de DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”. *Afro-Ásia*, Bahia, n. 17, p. 57-71, 1996; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, op. cit.; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit.

²¹ Em certa medida esta pesquisa se aproxima da definição do papel do historiador descrito por Giovanni Levi, para ele, “Nesse tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais”. LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, Biblioteca Básica, 1992, p. 136.

as imagens deixados pelos observadores estrangeiros. A visão de devassidão da vida familiar e sexual dos cativos documentada nos escritos dos romancistas da época, assim como nos relatos de viajantes e cronistas estrangeiros que percorreram as terras do Brasil nos oitocentos, embora ofereça uma importante visão do branco estrangeiro, assim como a dos brasileiros “bem nascidos”, sobre a sociedade escravista do século XIX, precisa ser analisada à luz das interferências do preconceito racial e cultural desses homens “de bem”. Concordando com Robert Slenes, até mesmo aqueles que, em seus escritos, buscaram ser criteriosos e fidedignos, dificilmente conseguiriam livrar suas observações sobre a sexualidade e as uniões dos cativos da influência de ideias preconcebidas²². E, certamente, não poderia ser diferente, pois a lente pela qual esses observadores captavam as imagens da sociedade brasileira nos oitocentos trazia “distorções” promovidas pelas suas próprias concepções de vida.

Por volta dos anos 1970, uma “nova investida dos historiadores aos arquivos” e o cruzamento de fontes de natureza diversa possibilitaram um número cada vez maior de estudos acerca da família escrava, o que tem revelado uma visão mais concreta do “lar” cativo, assim como da formação familiar dos egressos da escravidão e seus descendentes. A existência de unidades familiares com uniões sexuais estáveis e duradouras para a época; a presença não apenas materna, mas também paterna na criação dos filhos nascidos no cativeiro; a conservação de lares após a manumissão, com a compra dos filhos e cônjuges, vem pondo em cheque a visão de promiscuidade sexual, de seres sexualmente desgarrados, atribuída durante muito tempo aos escravos. Como é o caso dos estudiosos da geração de Florestan Fernandes adeptos do funcionalismo de Durkheim, que só conseguiram ver desordem (anomia) nas formas de famílias diferentes, originárias da África equatorial, cuja organização viam como desagregação.

Sucessos/fracassos, perdas/ganhos revelaram-se como fluxo permanente na vida dessas mulheres, e foi, nesse “vai e vem” das marés, que muitas delas foram alcançando melhores condições de sobrevivência, alcançando êxito em seus investimentos sociais e econômicos²³.

²² SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e reconstruções na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²³ Questão que foi perseguida por Edinelia Maria Oliveira Souza em sua tese sobre os egressos da escravidão no imediato pós-abolição e que influenciou esta pesquisa no sentido de perceber como as mulheres pobres livres, escravas e forras buscaram não apenas meios de sobrevivência, mas também construíram as bases para alcançar melhores condições de vida, em meio às dificuldades impostas pela sua condição de mulher, pobre e muitas vezes cativa. Ver SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia: hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930*. 2012. Tese (Doutorado em História) - PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012; (da mesma autora) “História oral,

Muito embora a documentação produzida pelos estrangeiros traga uma visão enviesada, isso não impede seu uso que, conjuntamente com outras fontes, permite descortinar elementos surpreendentes do viver escravo no Brasil dos oitocentos e, no caso desta pesquisa, aspectos da formação da família escrava e suas diversas variações que também fizeram parte do foco das investigações proposto neste estudo.

Além dos escritos dos viajantes estrangeiros, este estudo fez amplo uso da documentação existente nos arquivos, a exemplo dos testamentos, inventários *post-mortem*, processos criminais, correspondências municipais e os documentos de natureza eclesiástica, os quais permitiram identificar e perseguir a trajetória de vida das personagens apresentadas neste trabalho. Em muitos sentidos, a documentação escrutinada possibilitou traçar redes e construir uma história possível da vida dessas mulheres. No entanto, cabe salientar que, ao lidar com o cotidiano de mulheres pobres, escravas e libertas, não significou isolá-las do restante da sociedade, mas percebê-las nas intrincadas relações sociais em que elas se envolveram. Pretende-se, portanto, neste estudo, “esmiuçar as práticas de sobrevivência, que se configuram como formas de resistência de um cotidiano improvisado, sempre em processo de ser re-inventado”²⁴. Exercício árduo, embora prazeroso, em busca da história, muitas vezes não dita, de vida de mulheres pobres livres, escravas e forras que viveram no recôncavo sul da Bahia, no limiar entre a escravidão e a liberdade.

Sobre a importância das fontes, é preciso lembrar o que diz Maria Cristina Wissenbach ao advertir que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio²⁵.

Nesse sentido, é preciso mergulhar na documentação com os olhos atentos, pois sua presença ou ausência nos arquivos e bibliotecas públicas e/ou particulares deve-se remeter a uma crítica no sentido de perceber que todo documento é um produto da sociedade que o

memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição”. *Revista de História Oral*, v. 16, n.2, p. 55-71, jul.-Dez. 2013.

²⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. *Projeto História*. 17, São Paulo: EDUC, 1981, p. 228.

²⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 547.

fabricou segundo as relações de força que aí detinham²⁶. Além disso, a documentação em sua acentuada heterogeneidade, como salienta a historiadora Maria Cristina Wissenbach, apresenta não apenas uma diversidade de temáticas, mas também uma multiplicidade de tipos sociais e respostas à dominação à qual é preciso estar atento para não cair em reducionismos ao avaliar os comportamentos e ações dos sujeitos, assim como a forma de sua inserção na sociedade em que viveram²⁷. Remetendo ainda à mesma historiadora, os fragmentos da realidade social de sujeitos “anônimos” deixados nos processos-crimes, inventários *post-mortem*, testamentos e relatórios de autoridades iluminam dimensões díspares que, em certo sentido, possibilitaram vislumbrar formas de resistência aos processos hegemônicos que anunciam modos de viver de mulheres pobres, livres e escravas, ocultados pela história oficial²⁸.

Tarefa que se revelou difícil dadas as condições dos arquivos do interior, porém gratificante na medida em que o desenrolar de suas vidas, deixado pelas pegadas e rastros do passado, possibilitou a construção de uma história possível: um cotidiano marcado por luta, conquistas, desilusões, dificuldades e alegrias como as que vivenciou a africana Angelica Rita de Santa Anna quando, em 24 de julho de 1846, compareceu ao cartório de Nazaré para registrar seu testamento. Localizado dentro do inventário *post-mortem* de sua ex-senhora Ana Rita Xavier, a leitura de tal documento revelou diversos aspectos da história de vida daquela africana, deixando emergir marcas das ligações que estabeleceu ao longo de sua vida e das conquistas empreendidas em seu cotidiano de mulher pobre e liberta, discutidas e analisadas ao longo do capítulo IV deste trabalho.

Outras fascinantes histórias, trazidas neste trabalho, foram ganhando corpo a partir da leitura de fragmentos ou retalhos de experiências espalhadas em diversas fontes documentais, como, por exemplo, a história da vida de Maria da Conceição que, roubada aos dez anos de idade, deixou, em 1876, importantes pistas sobre as experiências que viveu ao cruzar a fronteira entre a escravidão e a liberdade. A ação de liberdade interposta por ela em junho de 1876 foi o ponto inicial para a investigação que foi se materializando à medida que outros documentos foram sendo analisados. Registros eclesiásticos, livros de notas e processos judiciais ajudaram a compor a trama da vida daquela mulher que vivenciou, junto com sua família, entre outras coisas, os limites impostos pela condição de cativo.

²⁶ Idem, p. 545.

²⁷ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas...*, op. cit., p. 16-17.

²⁸ Idem.

Analizados individualmente, os registros documentais dizem pouco, principalmente os registros cartoriais por não trazerem dados sobre a vida cotidiana. Porém, ao serem cruzados com outros documentos, favorecem informações valiosas para se compor as trajetórias individuais e familiares de sujeitos comuns que viveram no recôncavo sul da Bahia no oitocentos. Escravas ou não, as experiências e projetos de vida de mulheres pobres recheiam as páginas dos documentos produzidos na época.

Sem pretensão de preencher lacunas, mas de contribuir para uma história social da mulher que viveu *nas fronteiras entre a escravidão e a liberdade* no recôncavo, este estudo foi dividido em duas partes. Na primeira parte: *Sob o domínio do cativo*, os capítulos 1 e 2 tratam mais especificamente da escravidão nessa parte do recôncavo.

O capítulo I, *Economia e população escrava no recôncavo sul*, inicia trazendo informações sobre as Vilas de Nossa Senhora d'Ajuda de Jaguaripe e Nossa Senhora de Nazareth no contexto histórico social do recôncavo sul da Bahia no oitocentos. Essas são informações importantes para se compreender em que bases foi-se construindo a escravidão nessa parte do recôncavo; a posse escrava, a economia rural nas freguesias das citadas vilas e, por fim, questões relativas à conquista da liberdade, entre os anos de 1850-88, também foram temas analisados no referido capítulo.

No capítulo II, *A vida nas roças: laços de solidariedade e família escrava*, questões relativas às condições em que mulheres escravas e forras construíram relações afetivas, familiares, laços de solidariedade e de confiança mútua no mundo rural do recôncavo sul da Bahia são alvo de análise. Para além de questões generalizantes, busquei perceber as mulheres cativas nas relações cotidianas vivenciadas no seio da escravidão rural e sua busca por liberdade.

Atravessar a fronteira da escravidão para a liberdade era, certamente, um sonho que se tornou realidade para uma parte significativa das mulheres cativas; no entanto, com ou sem a presença de seus filhos, as vivências e experiências construídas no cativo seriam carregadas por toda a sua vida norteando sua inserção no mundo dos livres. É o que veremos na segunda parte deste trabalho que trata das *Fronteiras entre a escravidão e a liberdade*.

Os três capítulos destinados à segunda parte deste estudo tratam, portanto, de histórias de mulheres pobres livres, libertas e, em alguns casos, escravas que viveram no limite “entre a escravidão e a liberdade”. Pretas, pardas, cabra ou simplesmente sem cor definida nos

documentos estudados, muitas delas haviam sido escravas ou descendiam da escravidão e sofreram cotidianamente as profundadas desigualdades sociais, econômicas e de gênero²⁹.

No capítulo III, *Depois da liberdade: onde morar, como viver?* As questões emergiram no sentido de se compreender como essas mulheres egressas ou não do cativeiro conquistaram espaços de sobrevivência e, de forma criativa, buscaram modificar o rumo de suas vidas, lutando contra as imprevisibilidades e os limites impostos por uma sociedade que as desclassificou e as relegou a lugares subalternos.

O capítulo IV, *As africanas e seus mundos*, traz a história de três africanas - Maria do Rosário, Angelica Rita de Santa Ana e Francisca Maria – que, com muita luta e astúcia, conquistaram suas liberdades e construíram suas vidas na cidade da Nazaré. Este capítulo traz ainda informações acerca das redes de proteção e solidariedade que lhes ajudaram a ampliar suas condições de existência no pós-abolição. Veremos, ainda neste capítulo, como as festas e a religiosidade fizeram parte da vida cotidiana desses sujeitos; as irmandades aparecem aqui como um importante espaço de apoio mútuo capazes de promover auxílio material e espiritual diante das difíceis condições de vida.

O último capítulo, *Teias e tramas: da escravidão à liberdade*, trata da história de vida de Maria da Conceição que, aos dez anos de idade, descobriu as dores e dificuldades de ser mulher negra nessa parte do recôncavo. Roubada em 1830, teve que suportar todo tipo de mazelas até conseguir na justiça a liberdade perdida. Essa história será contada a partir do processo civil de Ação de Liberdade, movido por ela, em 1877. Os dados localizados em tal processo civil e o cruzamento de outras fontes foram o fio condutor para entender as tramas vividas por essa mulher. Sua história de vida possibilitou, ainda, trazer à tona muitas outras histórias de sujeitos que compuseram o universo vivido por essa personagem.

²⁹ Durante a pesquisa, muitos foram os qualificativos de cor localizados na documentação analisada. Observou-se, porém, que termos como cabra, pardos, crioulos e pretos foram os mais comuns utilizados para designar sujeitos tanto escravos como livres e libertos que descendiam da mistura entre o banco e o negro; entre o crioulo e o africano. Em algumas situações um mesmo indivíduo foi classificado como *preto* em uma documentação e *cabra* em outra. Ainda que essa não tenha sido uma preocupação da pesquisa aqui apresentada, alguns estudos ajudam a compreender que “cabra, pardo, mulato e negro (preto), referiam-se a indivíduos de cor mestiços”. Sobre os designativos de cor ver, entre outros: EISENBERG, Peter L. Ficando Livre: “As Alforrias em Campinas no Século XIX”. In.: _____. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989; FARIA, S. S. C. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. 278 f. Tese (Doutoramento em História). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói; BEZERRA, Janaina Santos. “Marcados pelo Sangue: os pardos de Pernambuco e a luta por inclusão social no espaço colonial (XVIII)”. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=53>. Acesso em março de 2016; MAIA, Iara de Oliveira. “Os designativos de cor após a constituição de 1824: Mariana (1824-1850)”. Disponível em: < http://www.seminariojals.ufop.br/iara_de_oliveira_maia.pdf >. Acesso em março de 2016; SANTOS, Jocélio Teles dos. “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX”. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, nº. 32, p. 115-137, 2005. (Disponível online)

Este estudo busca trazer à discussão aspectos das vivências e experiências que marcaram a vida de mulheres pobres (livres, libertas e escravas) na luta por sobrevivência no sul do recôncavo, na segunda metade do século XIX. Muitas das questões aqui apresentadas nasceram do intenso diálogo com as fontes documentais priorizadas para este trabalho, conjuntamente com o debate trazido pela historiografia sobre a escravidão, que tem contemplado a mulher como alvo privilegiado de análise, e em muitos sentidos contribuíram para traçar os caminhos desta pesquisa.

Primeira Parte

Sob o domínio do cativoiro

CAPÍTULO I

Economia e população escrava no recôncavo sul

[...] o comércio praticado nos confins imediatos da baía, situados em grande parte no interior, é assombroso. Há nada menos de oitocentas lanchas e sumacas de diferentes tamanhos, trazendo todos os dias seu tributo de comércio para a capital.

Thomas Lindley, *Narrativa de uma viagem ao Brasil*, publicado em 1805.

Este capítulo se inicia situando as Vilas de Nossa Senhora d'Ajuda de Jaguaripe e Nossa Senhora de Nazareth no contexto histórico social do recôncavo sul da Bahia. As questões aqui tratadas situam o contexto socioeconômico em que viviam mulheres cativas, livres e libertas cujos modos de sobrevivência serão apresentados nos próximos capítulos.

Nazaré das Farinhas e Jaguaripe foram, durante todo o século XIX, os principais centros urbanos responsáveis pelo abastecimento da capital da Bahia, sobretudo no fornecimento das louças, das telhas, dos tijolos e da farinha de mandioca produzida principalmente em pequenas propriedades, além de grãos, do dendê, da piaçava, das frutas tropicais e de outros gêneros de primeira necessidade. Diferentemente de outras áreas do recôncavo, cuja economia estava voltada para a produção açucareira e do fumo, Nazaré fazia parte do que Milton Santos chamou de “recôncavo mandioqueiro e da cerâmica”³⁰. Em suas fazendas, sítios e roçados desenvolvia-se uma agricultura diversificada, criava-se o chamado gado pequeno: galinhas de variados tipos, porcos, cabras, patos, etc. As roças de mandioca, milho e amendoim, articuladas com a produção de cana-de-açúcar, fumo e café fomentaram uma tradição de policultura na economia regional³¹. Segundo Stuart Schwartz, embora o recôncavo fizesse jus à sua reputação de região açucareira, o tipo de solo, o clima e a

³⁰ SANTOS, Milton. “A rede urbana no recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado: ALB; UFBA, 1998, p. 16.

³¹ Edinélia Souza em seu trabalho sobre o pós-abolição na Bahia chama atenção para a policultura praticada por pequenos lavradores e roceiros dessa região. Ver: SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit.

topografia definiram a distribuição das culturas pela baía, concentrando-se no sul do recôncavo a agricultura de subsistência³².

Em sua passagem pela Bahia por volta de 1802/1803, Thomas Lindley, veterano comerciante inglês, deixou suas impressões acerca do volume e variedade de mercadorias que chegavam “todos os dias” ao porto de Salvador. Grande parte delas era procedente de povoados e freguesias rurais que, àquela época, pertenciam à vila de Jaguaripe, localizada a aproximadamente doze milhas náuticas³³ da cidade do Salvador. Dentre os produtos que faziam parte desse comércio, que de tão volumoso foi adjetivado pelo comerciante inglês como “assombroso”, estava a farinha de mandioca produzida em larga escala nas pequenas e médias propriedades do recôncavo sul.

Ao lado da zona açucareira, bastante documentada pela historiografia da escravidão por reunir os maiores plantéis daquela região denominada recôncavo, os incipientes núcleos urbanos do sul - pertencentes às vilas de Nossa Senhora d’Ajuda de Jaguaripe e Nazareth³⁴ - despontam, não por ser uma área onde a presença escrava foi marcante do ponto de vista da existência de grandes plantéis, mas, sobretudo, pela variada produção de gêneros de subsistência que abastecia as feiras e mercados locais e a capital da província.

Plantéis com mais de quarenta escravos certamente foram raros no recôncavo sul da Bahia, devido, principalmente, ao tipo de economia praticada nos confins dessa região. Veremos neste capítulo que o mais comum foi o uso da mão de obra escrava numa escala menor e em propriedades rurais também proporcionalmente pequenas. Chamou a atenção a presença marcante de mulheres cativas e sua prole nessa região sempre inseridas em pequenos plantéis e voltadas para a produção de açúcar e café, em pequena escala, e para gêneros de subsistência. A documentação analisada para este estudo, além de apontar situações intrigantes para se pensar a economia escravista e a família escrava (tema do capítulo II), possibilitou focalizar diversas circunstâncias em que mulheres cativas se envolveram na busca pela alforria: estratégias, negociações e conflitos marcaram os caminhos para alcançar seus objetivos.

³² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 83.

³³ Uma milha náutica corresponde a 1.842 km, assim a distância em quilômetros entre a vila de Jaguaripe e Salvador seria aproximadamente de 22,2 km.

³⁴ Ao longo do texto, a cidade de Nazaré aparece grafada de duas formas: Nazaré ou Nazareth. Optou-se usar no texto Nazaré ou Nazaré das Farinhas durante a narrativa e Nazareth quando citar algum documento.

1.1 Duas Vilas: Jaguaripe e Nazaré

O sul do recôncavo baiano foi, durante todo o século XIX e até meados do século XX, uma área de extrema importância econômica para a Bahia. Ao lado do distante extremo sul, - onde se localizam Camamu, Cairu, Boipeba, Taperoá e Ituberá -, ficava Nazaré das Farinhas e Jaguaripe.

Situadas entre planícies e montanhas, extensos manguezais, uma densa mata atlântica e a existência de grandes e caudalosos rios navegáveis, que desembocam na Baía de Todos os Santos, aquela região de extrema beleza natural inspirou diversos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX³⁵. Destacou-se pela intensa navegação de saveiros, de canoas com traquetes, jangadas, lanchas e batelões que, subindo e descendo os rios, chegavam carregados de variados produtos ao porto de Salvador.

O constante contato com a cidade de Salvador, facilitado pelas águas marítimas e fluviais, que moldou a vida nessa parte do recôncavo, foi documentada por Stuart Schwartz, ao observar a importância dos variados rios daquela região para a população local, segundo ele, “a água dominava essas terras, penetrando em toda parte e controlando o ritmo e a organização das atividades humanas”³⁶. E foi, certamente, essa geografia favorecida pela existência de rios navegáveis que possibilitou a sobrevivência de povoados ribeirinhos, produzindo uma larga margem de meios de sobrevivência da população empobrecida da região (ver Mapa abaixo).

Em princípios do século XIX, o povoamento da Vila de Nossa Senhora D’Ajuda de Jaguaripe se restringia a pequenos lugarejos ribeirinhos, habitados precariamente, por uma população pobre livre e liberta que vivia, sobretudo, dos recursos naturais encontrados naquela região, assim como do trabalho sazonal executado nas lavouras de mandioca, cana de açúcar e café; na produção de louças, telhas e tijolos nas olarias; no fabrico da farinha de mandioca ou na produção do açúcar e da aguardente. Junto aos poucos escravos que compunham os plantéis de senhores empobrecidos daquela região, somava-se um exército de

³⁵ Uma densa descrição das belezas naturais dessa região pode ser apreendida dos relatos de WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958; VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Typografia do Diário da Bahia, 1893; AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. 4ª ed., Rio de Janeiro: INL; Brasília: Livraria Editora Cátedra, 1979.

³⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 78-79.

D'Ajuda de Jaguaripe. Nos limites do regime escravista e da economia agroexportadora que caracterizou parte das terras do recôncavo, as vilas e povoações localizadas mais ao sul dessa região, configuravam-se como áreas voltadas para uma economia de subsistência, considerada menor, se comparada ao volume de riqueza produzido nas lavouras e engenhos de seus vizinhos plantadores de cana, mas importante com relação às necessidades de abastecimento da população citadina da Bahia. Sem dúvida, a produção agrícola daquela região que Barickman chamou de *hinterland* movimentou o mercado baiano, e as crises frequentes de abastecimento, principalmente da farinha que saía do porto de Nazaré, contribuíram para fomentar a inquietação sociopolítica, a exemplo do motim ocorrido em Salvador em 1858. O motim da “Carne sem Osso Farinha sem Caroço”, como ficou conhecido, revelou o quanto a carestia desses produtos e as crises de produção da mandioca atingiam a população mais pobre da cidade³⁸.

Desmembrada da vila de Jaguaripe em 1832, a nascente vila de Nossa Senhora de Nazaré, fundada às margens do Jaguaripe, despontava como ponto de atração, em grande medida favorecida pela sua localização geográfica³⁹, e por possuir o melhor porto da região por onde escoava grande parte da produção, com destaque para a farinha, que tinha por destino os mercados da capital⁴⁰. Durante todo o ano, o porto daquela localidade fervilhava com a chegada e saída de embarcações; ali todo tipo de gente se cruzava, pois o movimentado mercado que se fazia à beira do principal porto, efetivamente, abria a possibilidade de atração de pessoas procedentes dos arrabaldes que vinham para comercializar seus produtos ou para deslocar-se pelas regiões vizinhas em busca de oportunidades que lhes garantissem sobrevivência, sobretudo quando estreitavam-se as oportunidades na região. O produto de pequenas roças era transportado em lombo de burros através dos diversos caminhos e trilhas abertos por entre as matas até aquele povoado, onde logo encontravam compradores que os

³⁸ Em 1858, a população de Salvador se levantou contra a escassez e o alto custo da farinha de mandioca, produto essencial da dieta alimentar daquela população. Segundo João José Réis, o movimento de 1858 foi a expressão principal da população livre pobre de Salvador, gente que esperava das autoridades locais uma resposta para seus interesses – nesse caso, a regularização das remessas de farinha de mandioca e, consequentemente, a redução dos preços praticados àquela época. RÉIS, João José. “Quem manda em Salvador? Governo local e conflito social na greve de 1857 e no protesto de 1858 na Bahia”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 429-448.

³⁹ Os pequenos lavradores e tropeiros do sul do recôncavo logo descobriram que o povoado de Nazaré era, geograficamente, o melhor local para se chegar e sair com suas mercadorias, alcançando outros lugares da província.

⁴⁰ A “excelente” qualidade do porto de Nazaré foi registrada em diversos documentos expedidos pela Câmara Municipal. Referem-se, em sua maioria, ao pagamento de tributos para o uso de tal porto. Arquivo Público Municipal de Nazaré das Farinhas (APMNF), Livro Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth (1877 - 1902). Correspondências da Câmara.

levavam para diversas outras localidades pela via fluvial. Dessa forma, Nazaré foi ganhando importância e, a cada dia, mais pessoas passaram a utilizar aquele entreposto comercial.

O fluxo constante de mercadorias e pessoas no porto de Nazaré, já nos primeiros anos do século XIX, criou um rico mercado à beira do cais que, de tão colorido e variado, chamou a atenção de viajantes europeus. Em 1817, Maximiliano Wied-Neuwied, alemão, que estava desde 1815 percorrendo o interior do Brasil, coletando informações sobre seus “gentios” e catalogando espécies da flora e da fauna brasileira, viu-se obrigado a permanecer na povoação de Nazaré por conta de um mal entendido⁴¹. Em sua breve passagem pela localidade, registrou que:

Nazareth, cognominada *das Farinhas*, é uma povoação que bem merece o nome de vila. (...) O principal recurso do lugar é o seu comércio com a cidade da Bahia. Todos os domingos e segundas-feiras um certo número de barcos ou lanchas carregados de produtos das plantações partem para a capital. (...) A carga consiste principalmente em farinha, (...) expedem também bananas, cocos, mangas, diversos outros frutos, toicinho, aguardente, açúcar, etc.⁴². (Grifo nosso)

A esse viajante, como a tantos outros, seus contemporâneos, interessou registrar apenas o rico comércio que se fazia naquela localidade. Ficou patente em seus escritos o intenso fluxo de “barcos ou lanchas carregados de produtos das plantações que partem para a capital”. Sobre a população local que praticava esse “intenso” comércio pouco foi revelado pelo viajante.

Sabe-se, pela documentação da época, que o trabalho executado nas ruas, praças e cais não era ocupação apenas de homens. Escravas, libertas e pobres livres laboravam como ganhadeiras, negociavam serviços, executavam tarefas, enfim, disputavam o mercado de trabalho com homens que, tão pobres quanto elas, dependiam dessas atividades para garantir sua sobrevivência. A presença de mulheres pobres, escravas ou não, nos centros urbanos foi documentada em toda parte onde floresceram as cidades.

É certo que os nascentes núcleos urbanos se configuravam como pontos de atração para uma população mais pobre, oferecendo um leque amplo de oportunidades e funções possibilitando, portanto, condições de sobrevivência até mesmo para aqueles que, recém-egressos da escravidão, buscaram nesses espaços urbanos recursos de sobrevivência,

⁴¹ Confundido com um inglês, Wied-Neuwied permaneceu por uma semana em Nazaré até que sua documentação fosse liberada e ele, finalmente, tivesse a autorização para partir.

⁴² WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, op. cit., p. 443.

conforme sinalizou Maria Cristina Wissenbach⁴³. A sobrevivência desses indivíduos na cidade ligava-os a atividades produtivas, ao abastecimento e a serviços, este último fortemente marcado pela presença feminina.

Na medida em que a cidade crescia, aumentava também a demanda de produtos e serviços. Ao lado das escravas de ganho, libertas ou pobres livres disputavam os mesmos serviços na nascente cidade de Nazaré. Despossuídas, dedicavam-se ao serviço doméstico, trabalhavam como artesãs, costureiras, cozinheiras, lavadeiras e em diversos outros ofícios. Alugadas, cumpriam seus jornais no interior das casas, ora criando redes de proteção ao estabelecer laços de confiança com seus “amos”, sempre se envolvendo em pequenas querelas graças as quais os historiadores hoje podem ler sobre suas vidas nos registros que ficaram: pequenos furtos, brigas e fofocas faziam parte do universo vivido por essas mulheres. O ganho as colocava nos espaços das ruas, onde com mais liberdade de movimentos - escravas ou não - praticavam o mercado de vendas. O ganho ou aluguel, praticado por pretas escravas e forras, bastante documentado em diversos estudos sobre escravidão urbana no Brasil colonial e imperial, eram ocupações exercidas por boa parte dessas mulheres que davam cor, vida e movimento à cidade⁴⁴. Uma importante definição entre o ganho e o aluguel foi feita por Maria Cristina Wissenbach ao esclarecer que, embora sutis, existiam diferenças entre o ganho e o aluguel. Segundo a mesma autora, cada uma dessas modalidades “produzia escalas diferenciadas de autonomia, exigia níveis distintos de iniciativa e destreza dos sujeitos escravizados, implicando, portanto, condições de vida e de trabalho específicas”⁴⁵.

Em Nazaré, não foi diferente, a presença de mulheres negras era ostensiva pelas ruas mais centrais e próximas ao porto onde conseguiam com facilidade fregueses para seus quitutes. Ali, administravam seu comércio, negociavam produtos da terra, quase sempre arrumados em cestos que traziam em suas cabeças. Ovos, aves vivas, variado tipo de pescado e toda sorte de frutas e verduras, que faziam parte da dieta alimentar da população urbana,

⁴³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas...*, op. cit., p. 72.

⁴⁴ Muitos estudos sobre o mercado de trabalho no século XIX têm sinalizado o sistema de ganho e aluguel como modalidades de trabalho praticadas, sobretudo, pelos escravos urbanos. Ainda que homens e mulheres cativos praticassem tal modalidade de trabalho nas vilas, povoações e cidades do Brasil colonial e imperial, parece ter sido a figura feminina que em maior escala se apropriou dessa atividade. Sobre esse tema ver, entre outros: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit., especialmente o capítulo “Senhoras e ganhadeiras: elos na cadeia dos seres”; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas...*, op. cit.; RÉIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*, 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987; CASTELLUCCI Jr. Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008; ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁴⁵ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas...*, op. cit., p. 79.

comercializados por essas mulheres, eram provenientes de pequenos roçados existentes, quase sempre nos quintais das suas casas.

A mobilidade espacial praticada frequentemente pela população mais pobre foi uma característica marcante na região estudada. Certamente, a existência de variados e extensos rios que favoreceram o povoamento dessa região contribuíram sobremaneira para a mobilidade espacial, não apenas de livres e libertos, mas também de escravos com ou sem a autorização de seus senhores, pelo menos é o que sinalizam as fontes⁴⁶. Favoreceu também a movimentação de uma população nômade de agregados e libertos de outras regiões cuja presença se fazia importante na vida das mulheres locais. Utilizavam-se da geografia da região para movimentar-se. Dos povoados ribeirinhos onde habitavam, alcançavam a cidade por meio de improvisadas embarcações, principalmente as canoas.

Assim, “ricos” e “pobres”, livres, libertos e até mesmo escravos movimentavam-se naquela região, conforme atestou a coleção de processos crime e cíveis que compuseram o *corpus* documental desta pesquisa. Obviamente que para os escravos negros e mestiços libertos, a mobilidade espacial se fazia, preferencialmente, entre áreas próximas, em freguesias vizinhas, tornando-a restrita, mas não inexistente⁴⁷. Embora pesasse sobre alguns desses indivíduos o estigma da cor, raça e do sexo, a mobilidade espacial certamente foi comum entre as mulheres pobres, escravas e forras nessa parte do recôncavo. É o que sugere o testemunho da preta, Felicidade, escrava do Capitão José Verissimo ao ser arrolada como informante de um crime de roubo praticado na vila de Jaguaripe em 1864. Moradora na Estiva, freguesia rural da vila de Jaguaripe, a escrava citada passava parte de seu dia circulando pelas povoações mercadejando frutas e verduras “a serviço de seu senhor”⁴⁸.

O dia em que ocorreu o roubo, envolvendo dois escravos de ganho daquela vila, era véspera do São João, e Felicidade tinha passado aquele dia mercadejando pelas bandas de Jaguaripe. Ao ser inquerida, informou que:

⁴⁶ No transcorrer da leitura dos processos crime e cível da comarca de Nazaré, observou-se que parte significativa dos sujeitos – escravos ou não – utilizavam-se da geografia da região para movimentar-se. Dos povoados ribeirinhos onde habitavam, alcançavam a cidade por meio de improvisadas embarcações, principalmente as canoas.

⁴⁷ O recurso à mobilidade espacial foi, segundo Hebe Mattos, comum e amplamente praticado por pobres livres e libertos que buscavam meios de sobrevivência e de reinserção social. No entanto, a mesma autora avalia que essa mobilidade espacial, tornava-se restrita, principalmente para os forros e seus descendentes, na medida em que pesavam sobre suas cabeças a ameaça de serem reescravizados. Ver MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil século XIX)*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013, p. 41-43.

⁴⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia (APB) – *Processo crime*, (12/481/05), depoimento da informante Felicidade, Jaguaripe 1864.

... estando ella na quitanda desta villa vendendo seus produtos a mando do seu senhor, se chegou a ella o prêto Thobias, escravo de José Scelica Paim Junior e a ella disse que estando na porta da Igreja do Rosário na noite do dia vinte e três, vio passar Izidoro pescador e foi para a casa onde mora a prêta Lauiriana⁴⁹.

A escrava Felicidade pouco revelou sobre o roubo ocorrido em Jaguaripe, entretanto seu depoimento deixou fortes evidências acerca da atividade de ganho por ela realizada e informações sobre sua rede de sociabilidade construída no dia a dia das ruas. A prática de ganho nos povoados ribeirinhos executada por toda sorte de gente (pobres livres, libertos e até mesmo escravos) possibilitou, além de uma vasta rede de sociabilidade, troca de informações e favores pessoais que os aproximavam e favoreciam acordos múltiplos, os quais poderiam ser, mais tarde, utilizados sempre que fossem necessários. Eram particularidades do viver no sul do recôncavo que, em certa medida, proporcionava a mobilidade espacial de despossuídos - escravos ou não -, criando possibilidades de trocas sociais que, em última instância levariam à concretização de seus objetivos, entre eles a conquista da liberdade, tema que será retomado na última parte deste capítulo.

Para se ter uma ideia aproximada da mobilidade espacial praticada pela população ribeirinha dessa parte do recôncavo, ao longo da segunda metade do oitocentos, quase 60% dos indivíduos (seja vítima, réu ou testemunha) arrolados nos processos judiciais, cíveis e criminais, analisados, revelaram ser moradores da cidade, porém naturais de algum povoado ou freguesia próxima. Essa notável facilidade de comunicação feita pelos estreitos rios que banhavam os territórios que constituíam a Comarca de Nazaré das Farinhas trouxe, certamente, aos povoados ribeirinhos do recôncavo um crescimento extraordinário⁵⁰. Na mesma proporção em que a população crescia, tornava-se necessário criar medidas para coibir crimes, principalmente os pequenos furtos na nascente cidade. Em 1831, Francisco José de Araújo Franco, Juiz de Paz da freguesia de Nossa Senhora de Nazareth, assinou um documento que deveria ser encaminhado ao Presidente da Província cujo teor revelava a preocupação vigente com a segurança nos povoados ribeirinhos. Segundo o Artigo 4º daquele documento:

⁴⁹ APB – *Processo crime*, (12/481/05), depoimento da informante Felicidade, Jaguaripe 1864.

⁵⁰ Os rios Jaguaripe e da Dona - maiores da região - recebiam águas de tantos outros menores que compunham a hidrografia da região. Afluentes como o Caípe, o Cupioba, o Tijuco, o Maragujipinho, o Aldeia e o Mucujo foram listados no relato do viajante alemão Maximiliano Wied-Neuwied e serviam de via de acesso dos povoados ribeirinhos aos principais portos da região, entre eles o de Nazaré das Farinhas. Ver: WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, op. cit., p. 444.

Todo mestre ou dono de embarcação que anda na carreira da Bahia e mais lugares do recôncavo, e os quais as portas deste Districto vivem, dará entrada ao Juiz de Paz respectivo, ao qual apresentará seu passaporte e dará notícia de todas as pessoas que vierem em sua embarcação sem omitir circunstância alguma pela qual se conheça quem são e isso no prazo de duas horas⁵¹.

No mesmo documento Artigo 5º, relata:

Nenhuma pessoa de qualquer condição que seja poderá vir do Districto de hum Juiz de Paz para outro vender ou barganhar escravo, cavalo, *canoa* ou outro qualquer objeto sem que se apresente hum certificado de proprietário dono, (...) ⁵².

Observa-se nesse documento a preocupação das autoridades em se manterem informadas acerca daqueles que circulavam pelos povoados. Ademais, fica claro nos escritos daquela autoridade que pessoas de ambos os sexos e diferentes estatutos jurídicos aproveitavam-se das condições favoráveis de mobilidade, possibilitadas pelas vias fluviais, para circular entre as vilas e povoações e promover o comércio de escravos, animais e objetos de origem duvidosa. Era essa prática que as autoridades pretendiam coibir com tais normas de conduta.

Sem dúvida, a canoa - mencionada no documento acima - era uma mercadoria de grande valor para os diferentes sujeitos que necessitavam desse meio de transporte para seus deslocamentos na região. Nos inventários, a presença dessas pequenas embarcações que compunham os bens do falecido é um forte indicador do quanto esse tipo de transporte foi difundido na região.

Cabe observar que, embora os inventários possam fornecer informações preciosas sobre a economia local, parte significativa da população dessas povoações ribeirinhas não possuía bens que justificassem a abertura de inventários, portanto uma análise mais pormenorizada da vida dos menos favorecidos (livres e libertos) implica numa busca de informações registradas em outras fontes como os processos judiciais.

Embora a posse de embarcações tenha sido prerrogativa dos mais abastados, parece que o acesso a essas fazia também parte da vida do ribeirinho pobre, tanto para fins comerciais como para a prática de outras atividades ligadas à vida cotidiana. Além do

⁵¹ APB – *Documento*, (04/1437/10), Nazareth, 1831.

⁵² APB – *Documento*, (04/1437/10), Nazareth, 1831. (Grifo nosso)

documento transcrito acima, em que as autoridades deixam transparecer o temor diante do uso indiscriminado das embarcações que, em grande medida, favorecia a mobilidade espacial da “gente de cor”, aspectos da vida cotidiana descritos em processos judiciais envolvendo a camada mais pobre da população ribeirinha reforçam a tese de que embarcações subiam e desciam diuturnamente os rios da região transportando mercadorias e pessoas.

Em 1872, dona Ana Clementina, proprietária de um pequeno sítio às margens do Jaguaripe, prestou uma queixa na delegacia de Nazaré, contra Tranquilino José Pereira, embarcadiço e amasio de sua agregada, a parda Maria, por ofensa moral. Segundo seu depoimento na polícia, o queixado Tranquilino, costumava frequentar sua fazenda utilizando-se de uma canoa que costumava deixar no atracadouro daquela propriedade para fazer visitas noturnas à sua agregada, situação que ela não mais tolerava. Inconformada com as tais visitas, Ana Clementina teria impedido a parda Maria, filha de sua ex-escrava, de manter “relações carnavais” com o queixado, pois temia perder a sua guarda. Naquele mesmo dia, em reação a atitude da queixosa, decidido a raptar sua amada, Tranquilino seguiu rio abaixo em companhia de um escravo, com o objetivo de protestar contra tal proibição. Sem sucesso, ao tentar “levar a efeito seus maus intuitos”, vociferou contra a queixosa a quem “cobrio de palavras obscenas e injurias apelidando-a de alcoviteira e muitos outros insultos”⁵³.

Situações como a considerada, que à primeira luz revela conflitos do cotidiano, indicam outras dimensões, como, por exemplo, o quanto o uso de embarcações possibilitou o trânsito de pessoas, clandestinas ou não, naquelas povoações. Ao que tudo indica, as condições naturais descritas, conjuntamente com as possibilidades de trabalho, tanto nas lavouras da região como no nascente centro urbano, teriam favorecido a atração de uma camada social de pobres livres e egressos do cativeiro para Nazaré, justificando o quadro numérico da população livre do município apresentado pela Secretaria da Polícia da Bahia em 16 de fevereiro de 1848 (ver Anexo I). Segundo esse registro, datado da primeira metade do século XIX, havia 14.035 pessoas livres vivendo naquela povoação⁵⁴. Ainda conforme esse mesmo quadro, excetuando os municípios da Capital, Nazaré representava a terceira maior concentração populacional dentre os quatorze municípios registrados.

Nesse mesmo quadro, o município de Jaguaripe, em 1848, contava com 8.887 almas, quase a metade da população livre encontrada em Nazaré, da qual foi desmembrado em

⁵³ Arquivo Público Municipal de Jaguaripe (APMJ) - *Documentos avulsos*. Delegacia de polícia, 1872.

⁵⁴ APB - Governo Geral/ Governo da Capitania, Série: *Recenseamentos/ 1773-1805/ Seção Colonial/Provincial*. Maço 596. (Ver Anexo I).

1832⁵⁵. A perda de território que sofreu a vila de Jaguaripe no início do século XIX, quando dela se desmembrou Nazaré - sua principal freguesia - veio apenas a confirmar o quadro de decadência que ela sofria desde o final do século XVIII. Anos antes da separação, Maximiliano Wied-Neuwied referindo-se a Jaguaripe, observara que “o capitão-mor que ali devia residir”, mudou-se para Nazaré onde fixou sua residência⁵⁶. A vasão de moradores que se via nas primeiras décadas se manteve por todo o século XIX, conforme revela a análise do censo de 1872⁵⁷.

O exame dos dados populacionais daquela comarca indica ainda um relativo equilíbrio entre os sexos, o que não significa, necessariamente, a formalização de casamentos entre a população livre dos municípios estudados (ver Anexo I). Diante do número significativo de crianças que foram batizadas como naturais - situação em que a mãe é solteira e o pai não é declarado - podemos supor que esse “equilíbrio” não favoreceu a constituição de famílias formais, mesmo entre a população livre.

Embora sejam importantes para se perceber a densidade demográfica dessas localidades, esses dados não abarcam fenômenos como a mobilidade de sujeitos livres, de jornaleiros em busca de trabalhos sazonais, assim como não dão conta do crescimento das famílias escravas e das dos livres, além do aumento de alforrias, fatores que, certamente, contribuiriam para uma análise mais qualificada do quadro estatístico populacional da região.

Os dados apresentados pela Secretaria de Polícia (1848) não permitem, ainda, identificar minúcias acerca da vida das mulheres que foram registradas: Quantas delas eram egressas da escravidão? Quais atividades desenvolviam para sobreviver? Ao distribuir e classificar esses indivíduos por “qualidade”, as autoridades não se preocuparam em registrar quantos desses qualificados como pretos e pardos eram mulheres. Sabe-se apenas que, do total da população de livres no município sede da Comarca de Nazaré, 57,6% eram de pretos e pardos e 42,4% de brancos. Percentuais bastante sugestivos, conforme se veem na tabela a seguir.

⁵⁵ Nazaré torna-se município sede em 1849, agregando em torno de si diversas povoações, podemos citar aqui Aldeia e Santo Antonio de Jesus. Ver FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)*. 1º vol. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998, p.256.

⁵⁶ Observação feita por Maximiliano em 1817. WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, op. cit., p. 444.

⁵⁷ Em 1872, a população livre de Jaguaripe era de 9.599 indivíduos, enquanto que Nazaré chegou a quase trinta mil habitantes livres.

Tabela 1 - População livre do município de Nazaré (1848)

Tabela 1 - População livre do município de Nazaré (1948)				
	<i>Sexo</i>	<i>Branços</i>	<i>Pardos</i>	<i>Pretos</i>
Homens	6.964	5.950	6.216	1.869
Mulheres	7.071			
<i>Total</i>	<i>14.035</i>	<i>5.950</i> <i>(42,4%)</i>	<i>8.085 (57,6%)</i>	

Fonte: APB-Governo Geral/ Governo da Capitania, Série: Recenseamentos/ 1773-1805/ Seção Colonial/Provincial. Maço 596.

O censo de 1872, feito vinte e quatro anos depois da Tabela apresentada acima, traz informações mais detalhadas acerca da população dos municípios de Nazaré - sede da comarca - e de Jaguaripe. Ao confrontar os dados de 1848 e 1872 acerca da população livre do município de Nazaré, percebe-se uma importante distorção que deve ser melhor avaliada (ver Tabelas 1 e 2). Entre os dados apresentados nos dois períodos, verificou-se uma queda de 2.985 habitantes livres em Nazaré, o que leva a avaliar-se que, na contagem de 1848, os recenseadores consideraram, provavelmente, as freguesias de Santo Antonio de Jesus e Santana D'Aldeia (pertencentes a Nazaré), enquanto no censo de 1872, elas aparecem separadas.

Tabela 2 - População livre de Nazaré – sede do município (1872)

	<i>Sexo</i>	<i>Branços</i>	<i>Pardos</i>	<i>Pretos</i>	<i>Caboclos</i>
Homens	5.236	1.929	2.341	924	42
Mulheres	5.814	1.977	2.836	957	44
<i>Total</i>	<i>11.050</i>	<i>3.906 (35%)</i>		<i>7.144 (64,7%)</i>	

Fonte: Relatório do Censo Demográfico de 1872. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br> >. Acesso em: 29 de maio 2012.

Outro dado que chama a atenção, na comparação entre os dois períodos, é o percentual de pretos e pardos. Em 1848, representavam 57,6% do total de pessoas livres do município; em 1872, o percentual salta para 64,7% do total da população. Considerando-se que os dados fornecidos não apresentem erros, sabemos que boa parte dos pretos e pardos tiveram origem na escravidão. O que sugere um possível aumento das alforrias no município (esse tema será abordado mais adiante). Nazaré era uma cidade portuária e com tal, oferecia maior

possibilidade de trabalho, por isso teria atraído sujeitos de outras localidades que ali fixaram residência.

Se os dados para a população livre deixam lacunas, maiores dificuldades encontram-se na composição da escravaria da comarca de Nazaré das Farinhas. O historiador B. J. Barickman, em seu livro sobre o recôncavo baiano, baseando-se nas listas nominativas que datam das últimas décadas do século XVIII e dos anos 1825-26 e 1835, além dos censos e dos inventários, conseguiu excelentes pistas e informações sobre mais de vinte mil cativos que trabalharam nos engenhos, fazendas e sítios de todo o recôncavo neste período⁵⁸.

Tomando-se por base a contabilidade feita por Barickman para a freguesia de Nazaré das Farinhas, percebe-se que, em 1779, havia 1.493 escravos, compondo, desse modo, aproximadamente, 40,8% da população local⁵⁹. Dois anos depois, em 1781, a vila de Jaguaripe (incluindo a freguesia de Nazaré) contabilizou apenas 725 escravos, uma oscilação no mínimo suspeita, decorrentes muitas vezes das omissões dos senhores ou fruto do deslocamento de muitos cativos para outras áreas em períodos de colheita e serviços em fábricas. Números ainda mais surpreendentes são apresentados pelo mesmo autor para o biênio 1816-17: as vilas de Jaguaripe e Maragogipe, juntas, apresentaram um total de 11.521 escravos, o que supõe que a média da escravaria da região girava em torno dos 40% do total populacional, conforme assinalado acima⁶⁰.

É preciso levar em consideração o que representam esses dados. Por uma questão econômica, nem sempre o senhor registrava em cartório a compra de seus escravos, fugindo assim do pagamento de taxas que ele considerava abusivas, o que gerou lacunas e/ou imprecisões para os estudos acerca da escravidão nessa parte do recôncavo. Mesmo após 1871, quando por força da lei, todos os escravos do Império deveriam ser dados à matrícula, localizaram-se inventários em que os herdeiros tiveram de arcar com a falta de registro de alguns dos escravos inventariados, o que, de certa forma, demonstra uma possível oscilação e omissão de dados aqui e ali apresentados.

Os documentos consultados não apresentaram informações acerca da população cativa em 1848, por isso não é possível fazer comparações entre o relatório apresentado pelo chefe de polícia (1848) e o censo de 1872, mas cabe salientar que, diferentemente do quadro

⁵⁸ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 214.

⁵⁹ Dados apresentados por B. J. Barickman a partir da “lista das pessoas que se achão assistentes na Freguesia de N. Sr^a de Nazaré...” (1779) APB - SH, 596. BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 214.

⁶⁰ CASTELLUCCI Jr. Wellington; SOUZA, Edinelia Maria Oliveira; BARRETO, Virginia Queiroz. *Entre veredas e arrabaldes: escravos e libertos na Comarca de Nazaré das Farinhas durante o oitocentos e o pós-abolição*. Rio de Janeiro: MC&G Design Editorial, 2014.

apresentado por Barickman para a primeira metade do século XIX, em 1872 os cativos representavam, em Nazaré, 22% da população enquanto que, em Jaguaripe, correspondiam a 9,4% da população daquela localidade⁶¹.

Tabela 3 - População livre e escrava nos municípios
Nazaré e Jaguaripe (1872)

	<i>Villa de Nazaré^a</i>	<i>Villa de Jaguaripe^b</i>
Livres	29.795(78%)	9.599(90,6%)
Escravos	8.404(22%)	991(9,4%)
<i>Total</i>	<i>38.199(100%)</i>	<i>10.590(100%)</i>

Fonte: Relatório do Censo Demográfico de 1872. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 de maio 2012.

^a Foram computados os dados das quatro paróquias do município de Nazaré: Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth (sede); Paróquia de Santa Anna D'Aldeia; Paróquia de Santo Antônio de Jesus e Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Nova Laje.

^b Foram comutados os dados das três paróquias do município de Jaguaripe: Paróquia de Nossa Senhora D'Ajuda de Jaguaripe (sede); Paróquia de Nossa Senhora de Madre de Deus de Pirajuhy e Paróquia de São Gonçalo e Senhor do Bonfim da Estiva.

Os dados apresentados nas Tabelas acima revelam um significativo crescimento da população livre de Nazaré em relação à vila de Jaguaripe da qual foi desmembrada em 1832⁶². Mesmo diante das lacunas, parece razoável supor que a população cativa também tenha obtido um significativo crescimento naquela localidade. Um estudo mais cuidadoso acerca da população escrava do município, tomando-se por base o censo de 1872 e a análise dos inventários *post-mortem*, revelou tratar-se de uma área com número reduzido de cativos, comparando-se com a média da escravaria na parte clássica canavieira do recôncavo baiano.

As fontes analisadas indicam ainda que, diferente do quadro apresentado em pesquisas realizadas em outras regiões do Brasil onde a pequena economia de subsistência prevaleceu, a presença da mulher cativa não superou a de escravos do sexo masculino, mesmo após a lei de 1850⁶³. Esses dados implicarão em algumas análises apresentadas ao longo deste trabalho.

⁶¹ Censo Demográfico de 1872. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 de maio 2012.

⁶² Conforme o criterioso estudo do memorialista regional Fernando Pinto de Queiroz, em 1613 Jaguaripe já era uma Freguesia, criada com o nome de Nossa Senhora da Ajuda, pelo então Bispo D. Constantino Barradas. Mais tarde, elevou-se à categoria de vila, em execução de alvará régio de dezembro de 1693, pelo Governador Geral da época, instalando-se, com Câmara e Pelourinho nos idos de 1697. Seus limites territoriais, embora imprecisos, incluíam as terras que vieram constituir as Freguesias e, depois, vilas de Maragogipe, Aratuípe e Nazaré, da qual se desmembrou Santo Antônio de Jesus. Ver: QUEIROZ, Fernando Pinto de. *A Capela do Padre Mateus*. Feira de Santana, Bahia: SAGRA, 1995, p. 28.

⁶³ Segundo o censo de 1872, as mulheres cativas representavam 43,7% da população escrava do município de Nazaré, dados que se confirmam nos inventários analisados. Nestes, considerando-se apenas a população cativa adulta, as mulheres em 1850 representavam 42,1%; em 1860 (45,2%), e, apenas na década de 1870, elas ultrapassaram o número de homens, chegando a 53,5% do total da população daquela localidade. Levantamento feito em uma amostra de 200 inventários entre os anos de 1850-1888. APB – *Inventários de Nazaré*.

De certo que a região estudada nunca foi uma área de concentração escrava. Exceto em alguns casos bastante esporádicos, a situação era de dispersão, e não de concentração de cativos nas pequenas propriedades, onde a plantação da mandioca, do café e da cana em pequena escala, a coleta da piaçava, o plantio do dendê, de frutas tropicais, a pesca e a coleta do marisco nas áreas litorâneas, a construção naval, a fabricação de louças, tijolos e telhas constituíam as principais atividades produtivas que mantinham homens e mulheres, escravos ou não, ocupados durante boa parte do ano.

Exercendo as mesmas atividades que seus companheiros de infortúnio, as escravas fixadas, sobretudo nas freguesias rurais, ocupavam-se das lavouras de mandioca, cana de açúcar e café da região. As que eram transferidas para as áreas urbanas da freguesia, empregavam-se ao lado das libertas e pobres livres, em atividades de ganho, no trabalho doméstico ou como amas de leite. Eram costureiras, lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras e passeadeiras, chegando a 56,6% do total das trabalhadoras recenseadas na paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, em 1872.

A despeito de todo o processo evasivo a partir do qual foram construídos os dados apresentados acima, não se pode negligenciá-los, pois, certamente, eles ajudam a compor o perfil da população livre e escrava que viveu entre a urbe e as roças dessa parte do recôncavo da Bahia. Em suma, a presença feminina permeava toda a economia regional, e é, a partir dessa premissa, que se busca recuperar, nos fragmentos deixados, a trajetória de vida dessas mulheres, escravas ou não, que formavam e transformavam a sociedade oitocentista.

1.2 A posse escrava em Nazaré, “celeiro das farinhas”

Escritura de compra e venda, paga e quitação que faz Luiza, Africana, de hum escrava de nome Valentina, tão bem Africana *a seu senhor* Prudêncio Manoel Nunes, pela quantia de 400\$⁶⁴. (Grifo nosso)

Em 1852, a africana Luiza, escrava de Prudêncio Manoel Nunes, vendeu a seu senhor Valentina, “africana, com idade mais ou menos de trinta e um anos, do serviço de casa”. A negociação para tal venda foi feita na residência do advogado Raymundo José da Costa Lima, localizada “atrás da Matriz” da cidade de Nazaré. Ainda que a historiografia da escravidão

⁶⁴ APB - *Livro de Notas do Tabelião nº 1*, Nazareth (1849 – 1854). Nesse estudo foram analisados 14 livros de notas, sendo: nove livros pertencentes a Nazareth; um livro de Jaguaripe e quatro livros de Santo Antonio de Jesus, todos localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia.

tenha destacado que a propriedade de escravos não se limitava apenas a uma elite senhorial e que muitas pessoas pobres viviam do trabalho de um ou mais cativos, casos, como o que envolve Valentina e Luiza, africanas e escravas, parecem ter sido relativamente raros⁶⁵. Situações como essa revelam que, ao lado de uma composição socioeconômica dos proprietários de escravos, marcadamente formada por livres e libertos, existiram outras realidades que precisam ser melhor avaliadas.

A verificação desses traços peculiares na estrutura de posse da mão de obra escrava implica pensar quais as condições concretas para a existência de situações em que um escravo possuía outro escravo, como o caso das africanas acima. Estudos sobre a escravidão urbana têm problematizado questões relativas à organização da vida de mulheres escravas nas cidades e vilas do Brasil colonial e imperial. Esses estudos apontam que era possível, principalmente para o escravo urbano, nas mais diversas regiões do Brasil escravista, acumular algum pecúlio através de atividades de ganho ou na execução de tarefas domésticas. Contratos de trabalho poderiam ser negociados diretamente entre esses escravos e seus senhores (situação mais comum) ou, em alguns casos, entre o escravo e o seu contratante como ocorria com as cativas que recebiam autorização de seus senhores para manter-se nas ruas. O ganho ou o aluguel, embora apresentasse diferenças muito bem pontuadas por Maria Cristina Wissenbach, revelou-se como um caminho possível, tanto para a compra de sua própria alforria, quanto para a aquisição de bens⁶⁶. Seria esse um caminho de aquisição de um escravo por outro escravo?

Ainda que estudos sobre escravidão urbana tenham revelado ser os contratos de trabalho (de ganho ou aluguel) pouco rentáveis para o escravo, como observou a historiadora Maria Odila Dias em suas pesquisas sobre a escravidão urbana em São Paulo, ao avaliar que para um pequeno proprietário homem ou mulher, “um jornal de cerca de \$200 por dia, quatro dias por semana, mal cobriria o custeio de 40\$ por ano”⁶⁷, do ponto de vista do escravo, poderia se tornar vantajoso ao passo que lhe dava a possibilidade de adquirir uma maior autonomia tanto em relação à mobilidade espacial quanto ao uso de suas finanças, além de,

⁶⁵ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1978, p. 13. Sobre direitos dos africanos libertos no Brasil, ver também MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “Os direitos dos libertos africanos no Brasil oitocentista: entre razões de direito e considerações políticas” *História* (São Paulo), v.34, n.2, p. 181-205, jul./dez., 2015. (Disponível online)

⁶⁶ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas...*, op. cit., p. 79. Ver, também: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, op. cit.; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e pós-emancipação*, op. cit.

⁶⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit., p. 94.

em muitos casos, possibilitar-lhe a compra da sonhada alforria. Ao que parece, ainda que poucos, os recursos alcançados pelo labor diário das ruas foram muito bem utilizados por escravos de ganho e jornaleiros⁶⁸.

Rentável ou não, a documentação analisada neste estudo revela ter sido uma prática comum entre os cativos da região as atividades de ganho praticadas tanto na cidade de Nazaré, como nas vilas e povoados daquela região. Casos discutidos ao longo deste trabalho, como o de Antonia Francisca que comprou sua alforria “quatro anos antes do nascimento de sua filha” Maria da Conceição (analisado no capítulo V); o da escrava africana Margarida, informante no processo de roubo que ocorreu na vila de Jaguaripe em 1864, onde foi revelada sua condição de escrava de ganho morando “sobre si” em uma casinha de aluguel (abordado no capítulo III); e até mesmo elementos da vida das africanas libertas, analisadas no capítulo IV, são bastante reveladores do quanto essas mulheres utilizaram-se de estratégias particulares para conquistar sua inserção no mundo do trabalho, atuando na produção econômica, bem como, em variadas relações comerciais nessa parte do recôncavo baiano. Em todos esses casos, observa-se a existência e a importância dos ganhos escravos para adquirirem melhor condição de vida ou alcançarem a alforria. São histórias que se revelam enriquecedoras do ponto de vista dos estudos acerca da organização das vidas escravas nos núcleos urbanos do sul do recôncavo da Bahia e que apontam peculiaridades e similaridades da escravidão entre essa região e outras partes do Brasil escravista na segunda metade do século XIX⁶⁹.

Certamente, “o sonho de liberdade” alimentou a vida dessas mulheres escravas que, com sagacidade, luta e muito trabalho, conseguiram ultrapassar a linha entre a escravidão e a liberdade. O que fica notório nesses casos citados é a incessante busca da liberdade que deixava, muitas vezes, para segundo plano outras questões como a compra da alforria de outros membros de sua família (companheiros e filhos) e a aquisição de bens materiais. No entanto, o caso da africana Luiza, escrava que se tornou proprietária de outra escrava, é bastante emblemático, sobretudo pelo fato de a documentação pouco revelar as circunstâncias de tal aquisição. Quais seriam as motivações para tal compra em detrimento de sua própria

⁶⁸ Em seus estudos, João Réis estimou em cerca de nove anos o tempo necessário para um escravo de ganho acumular o valor necessário para a compra de sua liberdade. Ver: RÉIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil...*, op. cit., p. 352.

⁶⁹ Uma vasta gama de estudos historiográficos tem abordado o tema da escravidão no Brasil. Alguns destes vêm explorando aspectos relacionados à vida de mulheres negras, escravas ou não, evidenciando suas estratégias particulares de inserção social. Sobre essa temática, ver, entre outros: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, op. cit.; FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*, 2012, 290 f. (Tese de Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

liberdade? Através de que meios a escrava Luiza adquiriu e registrou em cartório um bem (Valentina, uma escrava africana)⁷⁰?

Uma hipótese que parece aceitável é a de que a escrava Valentina tenha sido deixada em testamento à escrava Luiza por alguém de sua rede de proteção. Estudos sobre a população africana escrava e liberta e suas formas de ressocialização para substituir os vínculos desfeitos com o cativo têm apontado suas ligações a instituições destinadas a fortalecer esses laços e tecer redes de apoio e proteção, como, por exemplo, as irmandades religiosas, as comunidades dos terreiros e o compadrio de batismo⁷¹. Seja essa ou outra a forma de aquisição de Valentina, o que fica patente para este estudo é que a escravidão nessa parte do recôncavo permitiu ajustes múltiplos, tornando a linha entre escravidão e liberdade bastante tênue.

A posse de escravos, como bem salientou Barickman, não se restringiu apenas à população classificada como branca⁷². Nos últimos anos do século XVIII, Vilhena já chamava a atenção para a posse de escravos por pardos, entre eles, ex-cativos, africanos ou não⁷³. Em Nazaré, como em outras partes do Brasil escravista, libertos ou forros tornaram-se senhores de escravos, ainda que, nessa região, nenhum deles tenha conseguido exceder o número de um ou dois cativos sob seu domínio⁷⁴. No transcorrer da leitura dos testamentos provenientes da comarca de Nazaré, verificou-se que o liberto ou forro, sempre que era possível, adquiriu escravos que, em certo sentido, lhe garantia o sustento, compondo, assim, um universo

⁷⁰ Até onde era dado ao escravo o direito de obter bens? A lei de 1871 legitima o pecúlio de escravos como meio deste alcançar a compra de sua liberdade com tais recursos, passando a ser lei um direito que se conquistou pelo costume. Assim, muitas dessas situações do uso costumeiro foram integradas às Ordenações Filipinas, as quais coexistiram com as leis do Império. Sobre direitos de africanos libertos, ver: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “Os direitos dos libertos africanos no Brasil oitocentista: entre razões de direito e considerações políticas”, op. cit.; ver também: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. *Legislação da Província da Bahia sobre o negro: 1835-1888*. Salvador, Ba, 1996.

⁷¹ OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”. *Revista USP*. São Paulo, n. 28, dez./fev. 1995, p. 184.

⁷² Segundo Barickman, “pretos, pardos e cabras livres – entre eles escravos forros – chefiavam 29,8% de todos os fogos com escravos em São Gonçalo dos Campos e quase a metade (46,5%) no Iguape”. Ver: BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 239.

⁷³ Sobre a ascensão de forros à condição de senhor de escravos, ver: VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, op. cit.; ver também: BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit.; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos”, *Ciência e Cultura*, São Paulo, SBPC, 32(7): 836-841, 1980; COSTA, Iraci del Nero da. “Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica”. São Paulo: FEA-USP/IPE-USP, 1978. (Série História Econômica, nº 1); SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit.

⁷⁴ Casos de ex-cativos que conquistaram a posse de mais de dois escravos nessa região do recôncavo sul da Bahia foram raros. Excetuando-se o caso da liberta Perpétua Maria que revelou, em testamento, possuir quatro escravos, sendo: uma mulher adulta e três crias. Situação atestada com base no levantamento feito nos registros notariais, testamentos e inventários de senhores falecidos da Comarca de Nazaré correspondentes ao período de 1850-1888.

diversificado de proprietários de escravos. Em muitos casos, o liberto ou liberta alforriava o próprio filho ou marido.

Veremos adiante algumas situações peculiares encontradas nos inventários e testamentos. Ao falecer em 1868, Maria do Rosário, africana, declara em seu testamento ser possuidora de uma escrava jovem de nome Ritta do Rosário, que deixa liberta. Nascida na África, Maria foi trazida para o Brasil “ainda de menor idade”; escravizada, conquistou sua liberdade com “o meu dinheiro” como ela própria fez questão de enfatizar no testamento. Carregada de conteúdo simbólico, as palavras de Maria refletem o significado de tal conquista. A ênfase dada por ela ao feito autoriza afirmar que, apesar de sua condição de escrava ao ser trazida para o Brasil, não foi impedida de lutar pela liberdade. Não se sabe quanto tempo ela levou para conquistar a liberdade, nem quais atividades teria desenvolvido para tal fim. No documento, não é possível saber quanto tempo depois de liberta, ela teria levado para adquirir a escrava Ritta do Rosário. No entanto, sete anos antes, em 1861, época em que ela fez o testamento, a escrava Ritta já figurava entre seus bens. Não se pode dizer que a africana Maria teria sido uma mulher de posses, mas, diante da relativa pobreza em que viveu parte significativa da população egressa do cativeiro, pode-se reconhecê-la como uma vencedora (trataremos mais adiante sobre a vida dessa africana). Além disso, considerando-se que tal aquisição se deu nos anos subsequentes a 1850, quando o preço médio de um escravo alcançaria maiores cifras, significa que Maria do Rosário, foi, antes de tudo, uma empreendedora⁷⁵.

A também liberta Perpétua Maria dos Passos obtinha seu sustento através da posse e trabalho de sua escrava Maria Petronilha, crioula de 28 anos de idade. Moradora na cidade de Nazaré, em uma casinha na rua da Fontinha de baixo - provavelmente vizinha de Maria do Rosário - o testamento de Perpétua deixa transparecer que, assim como ela, outros senhores empobrecidos que viviam naquela cidade mantinham, quando possível, a posse de um ou dois cativos. Em Nazaré, inventários e testamentos atestam a posse de poucos escravos como costume comum. Mesmo aqueles mais abastados, proprietários de sítios e fazendas da região, mantinham na cidade cerca de três ou quatro escravos para o serviço doméstico ou atividades de rua. No caso dessa senhora, os quatro escravos declarados em seu testamento pouco lhe garantiam o sustento; três deles eram *crias da casa*: Isidora, mulata; Honorata, cabra e Emília, crioula: as duas primeiras eram filhas da escrava Maria Petronilha e a última filha de

⁷⁵ Em 1861, a africana liberta Maria do Rosário registrou a posse de uma escrava de nome Ritta do Rosário em seu testamento. APB - *Livro de Testamento* n. 5, (1868-1871).

Matildes, escrava que não mais figurava entre seus bens por ter sido vendida para pagamento de dívidas⁷⁶.

Com apenas uma escrava que mantinha alugada ao Major Tibério, “criando hum filho dele”, essa senhora não dispunha sequer de recursos para pagar as dívidas adquiridas através de suas compras na venda do senhor Claudiano como a aquisição de “carne de sertão, açúcar e cousinhas” para as necessidades imediatas. No final de sua vida, os bens listados em seu testamento pouco serviram para cobrir o ônus monetário com aquele documento notarial, demais dívidas e seu próprio funeral. Diante das situações analisadas poder-se-ia concluir que possuir um ou dois escravos, no caso de sujeitos em relativa situação de pobreza, podia ser uma forma de adquirir algum recurso de sobrevivência, mas, caso esse escravo fosse velho, doente ou com pouca idade, de modo a não poder trabalhar, tornar-se-ia um peso para seu senhor ou senhora, como o caso da liberta Perpétua cuja posse de um considerável plantel para a época (quatro escravos) não a livrou de ter que criar outras possibilidades de ganho, como era o caso da compra e venda de ovos nas ruas da cidade⁷⁷.

No que diz respeito à posse escrava, foram localizadas, ainda em 1841, três outras africanas que, libertas, adquiriram escravos para o serviço de ganho. Claudiana, Margarida Medeiros e Delfina Rosa possuíam juntas sete escravos que utilizavam para complementar e/ou aumentar seus ganhos nos negócios que empreendiam na cidade. Moradoras na freguesia de Santa Anna da Aldeia, distante algumas léguas da cidade de Nazaré, essas africanas junto com suas escravas perambulavam nas ruas “mercadejando” verduras, frutas, peixes, além de “fazendas” (tecidos)⁷⁸.

Obviamente as situações aqui relatadas oferecem apenas nuances da posse escrava de proprietários urbanos. No entanto, cabe ressaltar que, na sua maioria a população livre, forra ou liberta, que vivia na cidade, era pobre e sem escravos, o que os colocava lado a lado com os cativos que circulavam pelas ruas da cidade vendendo comida crua e cozida, mercadejando todo tipo de produto, como ovos, pescados, hortaliças, água potável, além de produtos secos, como carvão e louça; ou disputando no cais, o mercado de trabalho no transporte de mercadorias leves e pesadas.

Se a posse de escravos por uma população classificada como parda - entre eles forros e libertos - amplamente documentada pela historiografia da escravidão, parece ter sido

⁷⁶ APB - *Inventário de Maria Perpétua dos Passos*, (05/1828/2299/12), 1866.

⁷⁷ APB - *Inventário de Maria Perpétua dos Passos*, (05/1828/2299/12), 1866.

⁷⁸ APB - *Seção Colonial Provincial - Livro 2880-I*, (1849-1861).

relativamente comum, a existência de cativos que possuíam escravos mostrou-se como algo singular⁷⁹, o que leva a considerar que a dinâmica da escravidão foi capaz de amoldar-se a contextos diferenciados, portanto a situações senhoriais diversas, ainda que esdrúxulas (a posse de Valentina tornava Luiza, senhora de escravo, ainda que permanecesse, ela mesma, escrava).

Em todo caso, parece que foi excepcional escravos possuírem outros escravos nessa parte do recôncavo sul; o mais comum teria sido que o proprietário de escravos fosse livre ou liberto; possuísse, portanto, *status* jurídico diferente do de seus cativos. Se a situação da posse de poucos escravos parece ter sido comum nos centros urbanos, situação semelhante encontra-se ao voltar-se a atenção para as áreas rurais⁸⁰. A análise dos dados encontrados nos testamentos e inventários *post-mortem* entre os anos de 1850-1888 revelou que, nas freguesias rurais do recôncavo “mandioqueiro”, o dono de escravo típico não era um grande proprietário de escravos, pois constituíam um grupo de homens e mulheres de poucas posses. Alguns tão pobres como Ana Catarina de São José que faleceu em 1878, cujos poucos bens foram “uma escrava de nome Apollinaria, um pequeno cafezal e três animais, sendo um boi, um cavallo e um burro”⁸¹, a soma total dos seus bens chegou a Rs. 490\$000. Abatidas as despesas (40\$000 das custas do inventário e 28\$000 réis das despesas com o funeral), restou para ser partilhado entre os dois herdeiros - o pai e o marido - a quantia de Rs. 422\$000. A esse exemplo, somam-se tantos outros em que a receita (avaliação dos bens) nem sempre cobria as despesas existentes, ficando, por vezes, o inventariante com um débito para ser quitado com os credores do casal, e os poucos bens deixados, entre eles escravos, levados à hasta pública para pagamento de dívidas.

De fato, a posse de apenas um ou dois escravos, principalmente nas fazendas e sítios que se dedicavam em especial ao cultivo da mandioca, foi comum por todo o período estudado (1850-88). Mesmo após a lei do fim do tráfico em 1850, os lavradores de Nazaré e suas freguesias rurais continuaram a usar a mão de obra escrava em suas lavouras nas mesmas proporções. A comparação dos dados desta pesquisa, como os apresentados por Barickman para o final do século XVIII, revela que esse foi um padrão que se manteve naquela região mandioqueira (ver Tabela abaixo). Assim, o que se vê, ao analisar os dados dos inventários

⁷⁹ Sobre a posse de escravos por escravos forros ver: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos”, op. cit.; COSTA, Iraci del Nero da. “Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica”, op. cit.

⁸⁰ Embora os limites entre o rural e o urbano fossem bastante imprecisos, optou-se por fazer, na medida do possível, uma análise desses dois universos que se entrecruzavam.

⁸¹ APB – *Inventário de Ana Catarina de São José*, (06/2687/29), 1878.

post-mortem, é que os lavradores de roça, vivendo em uma situação de precariedade - alguns não possuíam terra própria, apenas lavouras e benfeitorias em terra alheia - mantiveram-se proprietários de poucos escravos. Até às vésperas da abolição, a mão de obra cativa estava presente em mais de 70% das propriedades rurais estudadas⁸².

Tabela 4 - Distribuição comparativa de proprietários de escravos e escravos segundo o tamanho do plantel.

Tamanho do plantel (nº de escravos)	1779 ^a	1850	1860	1870
PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS				
1	30,9%	3,2%	6,3%	17,5%
2-4	38,8%	38,8%	31,2%	30%
5-9	17,8%	41,9%	25%	32,5%
Subtotal	87,5%	83,5%	62,5%	80%
10-19	10,8%	12,9%	28,1%	10%
20-39	1,7%	3,2%	6,3%	7,5%
40 ou mais	-	-	3,1%	2,5%
Subtotal	12,5%	16,1%	37,5%	20%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: APB – Seção Judiciária. Inventários (amostragem), (1850-1888).

^a Dados apresentados por B. J. Barickman – Fonte: APB – “Lista das pessoas que se achão assistentes na Freguesia de N. Srª de Nazaré...” (1779).

Os percentuais apresentados na Tabela acima deixam um forte indício de que na pequena produção familiar, os roceiros contavam com a participação de um ou dois cativos na lida diária das roças. Os dados acima revelam que quase 80% dos proprietários rurais daquela região possuíam entre 1 e 9 cativos em seus plantéis⁸³. Outro dado que se apreende da análise dos inventários está relacionado ao sexo desses escravos. Observa-se que, dos 980 escravos localizados, setecentos e cinquenta (76,5%) eram adultos e duzentos e trinta (23,5%) eram crianças. Entre os adultos havia um equilíbrio entre homens (40,7%) e mulheres (35,8%), todos laborando nas lavouras de café, mandioca e cana-de-açúcar (principais culturas da região), numa configuração diametralmente oposta ao vizinho recôncavo agroexportador cuja

⁸² Para este estudo foram analisados duzentos inventários de senhores falecidos entre os anos de 1850-1888, localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia. Ainda que possa parecer uma amostra pequena, cabe ressaltar que, à medida que se ampliava a coleta de dados, a tendência encontrada foi se confirmando.

⁸³ Característica pontuada por Stuart B. Schwartz em seu estudo acerca do recôncavo baiano no início do século XIX. Segundo esse autor, predominava no recôncavo a pequena e média posse de escravos. Ver: SCHWARTZ, Stuart B. “Padrões e propriedades de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 13 (1), 1987.

economia exigia uma maior concentração de braços masculinos para atender às necessidades imperiosas do sistema de *plantation* ali estabelecida⁸⁴.

Na análise dos dados, pôde-se observar ainda que havia uma maior concentração de escravos em propriedades onde a produção do açúcar e da aguardente evidenciava-se como a principal economia. Ainda que a lavoura de cana e o fabrico do açúcar nunca tenham se caracterizado como uma economia predominante na região, eles estiveram presentes em boa parte das propriedades inventariadas. Em suas propriedades articulavam-se, junto com a economia açucareira, a produção da farinha de mandioca e a do café. Na Tabela abaixo, elaborada a partir dos dados coletados nos inventários e testamentos, evidencia-se que, no que diz respeito ao tamanho do plantel, os produtores de açúcar foram os que conseguiram agrupar o maior número de cativos. Em algumas dessas propriedades, registraram-se ainda uma pequena lavoura de subsistência com milho, feijão, batata e outros gêneros para o consumo imediato e cujo excedente teria como fim à venda nas praças e feiras da região. As roças de subsistência, como sabido, esteve em grande medida nas mãos dos escravos que, com o trabalho executado nos dias de domingo e dias santos, preparavam a terra e cultivavam hortaliças e verduras com o aval de seus senhores e conseguiam, com essas atividades, obter algum recurso para suas alforrias. Serão assinalados alguns casos específicos ao tratar-se, mais adiante, das alforrias.

Tabela 5 - Distribuição de escravos nas propriedades com produção açucareira: Nazaré (1850 – 1879)

Número de escravos nos plantéis	Propriedades com Engenhos	Escravos	Propriedades com Engenhocas	Escravos
1 a 5	-	-	11	40
6 a 10	-	-	12	87
11 a 20	09	139	-	-
+ de 21	08	252	-	-
Total escravos		391 (75,5%)		127(24,5%)
Total de propriedades	17(42,5%)		23(57,5%)	

Fonte: APEB, Judiciário, Inventários de Nazareth 1850-1879.

Para a composição da Tabela acima foram consideradas apenas as propriedades rurais inventariadas com casa de engenho de fazer açúcar. No entanto, é necessário evidenciar que

⁸⁴ APB – Seção Judiciária. *Inventários* (amostragem), (1850-1888).

nem todas eram efetivamente produtivas, posto que, nos próprios inventários, aparecem como “arruinadas”, apontando ser esta atividade secundária ou que estivesse fora de uso. As engenhocas, unidades menores dedicadas ao fabrico do melaço, rapadura e aguardente, representavam 57,5% das propriedades rurais inventariadas e absorviam pouco mais de 24% dos escravos inventariados. Os dados coligidos indicam, em média, 5,2 cativos por propriedade, ao passo que nas propriedades em que a produção do açúcar e da aguardente parece ter sido efetivamente a principal atividade ali desenvolvida, a posse escrava apresentou-se significativamente superior chegando à média de vinte e três cativos por propriedade.

Ao mudar-se o foco de análise da produção de açúcar para a produção da farinha de mandioca, que parece ter sido a principal atividade desenvolvida nessa região (quase 70% das propriedades rurais inventariadas tiveram alguma atividade relacionada a essa produção)⁸⁵, foram encontrados na região quatrocentos e oitenta e seis escravos trabalhando nas lavouras de mandioca e nas casas de fazer farinha. Cabe ressaltar que, em apenas sete propriedades (13,7%), a mandioca apareceu como única atividade econômica, reforçando a tese de que o mais comum foi a prática da policultura.

O número de escravos nas propriedades pertencentes à comarca de Nazaré era proporcional à riqueza localizada nos inventários analisados. Tomando por base a classificação das fortunas em Salvador proposta pela historiadora Kátia Mattoso, temos em Nazaré a seguinte situação⁸⁶:

Tabela 6 - Classificação das fortunas em Nazaré, 1850 – 1888 (Em contos de réis)

Classificação		Frequência Absoluta	Percentual	Número de Escravos/média	
1.	Muito pequenas até :200	3	2,2%	0	- 0
2.	Pequenas :201 a 1:000	8	5,9%	2	- 0,25
3.	Médias baixas 1:100 a 2:000	16	11,9%	19	- 1,2
4.	Médias 2:100 a 10:000	58	43%	261	- 4,5
5.	Médias altas 10:100 a 50:000	46	34%	539	- 11,7
6.	Grandes baixas 50:100 a 200:000	4	3%	100	- 25
7.	Grandes Médias 200:100 a 500:000	-	-	-	-
Total		135	100%		

Fonte: APEB, Judiciário, Inventários de Nazareth 1850-1888. (Amostragem)

⁸⁵ Cabe aqui ressaltar que foram excluídas dessa avaliação as propriedades que não apresentaram escravos.

⁸⁶ A tabela 6 foi elaborada a partir da classificação das fortunas em Salvador proposta por Kátia Mattoso. Ver o Capítulo 31 “A fortuna dos baianos”, MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 602-648.

Conforme pode-se perceber, na classificação proposta por Katia Mattoso para a cidade do Salvador do século XIX, as fortunas variavam desde as “muito pequenas” (até 200 mil réis) até as “grandes médias” (200:100 a 500:000). No entanto, as diferenças entre as fortunas identificadas apresentavam uma margem de variação muito pequena. Por exemplo, entre as “muito pequenas” e as “pequenas”, a variação era de apenas um réis; já entre as “pequenas” e as “médias”, a diferença mínima era de 100 mil réis. A partir dessa classificação, e considerando-se os dados levantados para Nazaré das Farinhas, foi possível identificar que as fortunas daquela localidade estavam entre as “pequenas” e “médias”, totalizando 63%, onde também se verificou uma média de 4,5 escravos por propriedade.

Os dados apresentados aqui levam à conclusão de que, na vila de Nazaré das Farinhas e em suas freguesias rurais, os proprietários de terras não faziam parte da “elite” de plantadores de cana que cultivavam vastas áreas do recôncavo tradicional. Nessa parte do recôncavo, predominou a policultura com destaque para a mandioca, a cana-de-açúcar e o café. Como já visto, a mandioca estava presente em quase 70% das propriedades inventariadas, o café e a cana-de-açúcar figuraram em 50% dessas propriedades, sendo os engenhos produtores do açúcar onde se encontravam os maiores plantéis⁸⁷. Ana Carolina de Jesus, por exemplo, empregava em suas lavouras de cana e na produção do açúcar um dos maiores números de escravos da região. Quando essa senhora faleceu em 1872, deixou inventariados quarenta escravos do serviço de lavoura. No entanto, cabe ressaltar que propriedades como a descrita acima não representavam mais que 5% do total das propriedades da região. Os inventários indicaram que a grande maioria das propriedades contava com poucos escravos em seus plantéis, quase 80% das propriedades possuíam de um a dez escravos, sendo que quase 40% dessas possuíam de um a quatro cativos na lida diária das roças (como se pode verificar nas Tabelas 4 e 6)⁸⁸.

Estudos desenvolvidos por Barickman na região, como já sinalizado, revelaram que esse padrão foi comum desde o final do século XVIII. Segundo ele, “no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, o típico lavrador escravista de mandioca do sul do recôncavo e de outras partes do litoral baiano *possuía de dois a oito cativos*”⁸⁹. Essa realidade se manteve até as décadas finais da escravidão, pelo menos é o que sugere o levantamento feito nessa pesquisa, a partir dos inventários e testamentos de senhores escravistas do sul do recôncavo.

⁸⁷ APB – Inventários *post-mortem*, (1850-1888).

⁸⁸ Foram analisados duzentos inventários de senhores falecidos entre os anos de 1850-1888.

⁸⁹ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 248, (Grifo nosso).

Pesquisas revelaram que outras partes da Bahia apresentaram padrão semelhante ao localizado no recôncavo sul como foi o caso da região de Itapicuru e Soure (norte da Bahia), objeto dos estudos de Mônica Dantas.⁹⁰ Segundo suas pesquisas, os senhores escravistas daquela região possuíam “pouco mais de uma dezena” de escravos. Conclusão semelhante a que chegou Maria de Fátima Pires para a freguesia de Caetité (alto sertão da Bahia), onde ela localizou “uma média de cinco a dez escravos por plantel”⁹¹. Essas pesquisas revelaram, que a província da Bahia “não se manteve unicamente às custas de sua economia agro-exportadora”, e que uma importante economia regional de abastecimento movimentou os mercados locais, promovida, em boa parte “pelas tropas e boiadas conduzidas por escravos, forros e trabalhadores livres”, como sinalizou Maria de Fátima Pires para o alto sertão, mas também pelo trânsito de embarcações que facilitaram a aproximação entre as mais diversas regiões do interior da Bahia ao longo do século XIX⁹².

Se as pesquisas até aqui desenvolvidas apontam para a existência de pequenos plantéis até as vésperas da abolição, verificou-se também que o uso da mão de obra escrava nas pequenas lavouras do recôncavo não sofreu uma queda significativa com o fim abrupto das importações de escravos em 1850-51. O aumento excessivo do preço do escravo nos anos imediatamente após o fim do tráfico teria dificultado a aquisição de novas peças, principalmente para uma parcela da população empobrecida, já que, como avaliou Barickman, o que havia sido uma oferta de mão de obra bastante elástica até 1850, começou a se contrair⁹³, reduzindo, consideravelmente, as possibilidades de aquisição.

Não se pode negar que a escassez da mão de obra escrava que levou donos de fazendas e engenhos de todo o Brasil escravista a disputar no mercado um número cada vez menor de cativos, também se fez sentir nessa parte do recôncavo produtor de mandioca. Já no final da década de 1850, os preços elevaram-se a tal ponto que se tornou impossível para o pequeno plantador de mandioca adquirir “peças” novas no mercado de escravos. Um escravo do sexo

⁹⁰ DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX* (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos). 2002, 421 f. (Tese de Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

⁹¹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativeiro’”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 141-174, 2006, p. 141.

⁹² Cf. PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativeiro’”, op. cit.

⁹³ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 229.

masculino de apenas 10 anos de idade, ainda pouco apto ao trabalho mais pesado, por exemplo, teve uma valorização de até 483,3%, em apenas seis anos⁹⁴.

A significativa alta dos preços dos escravos nos primeiros anos após a lei parece ter movimentado o mercado de escravos da região, sem que isso tenha significado uma redução de cativos na mesma. O estudo dos inventários e dos livros de compra e venda de escravos registradas nos cartórios, fontes possíveis para se fazer tal análise, revelam que poucos escravos dessa região específica do recôncavo engrossaram as levas dos cativos que participaram do tráfico interprovincial. Os dados revelam ainda que a movimentação de compra e venda se deu na mesma região, principalmente de crianças de um a doze anos⁹⁵. Na amostra levantada em treze Livros de Notas pertencentes a Jaguaripe, Nazaré e nas freguesias rurais de Santo Antonio de Jesus, Nova Laje, São Miguel e Sant'Anna da Aldeia, entre os anos de 1850-88, localizam-se, apenas em 1874 e 1875, registros de procurações para venda de escravos em outras províncias do Brasil, sendo: para o Rio de Janeiro (doze procurações), Minas Gerais (uma procuração) e uma para outra província do Império, totalizando quatorze procurações. Os cativos envolvidos nessas transações eram, em sua maioria, homens com uma média de vinte e seis anos de idade. Apenas uma escrava de nome Rita, com vinte e nove anos de idade fez parte dessa negociação⁹⁶.

A observação dos inventários deixa transparecer, a grosso modo, que o número de cativos na região estudada pouco sofreu queda após a Lei de 1850. Mas, ao fugir-se dos números absolutos apresentados em tais processos e fazer-se uma leitura mais detalhada, de suas idades e sexo, tal cifra adquiriu outros significados: pouco mais de um terço dos escravos inventariados era de cativos nascidos e criados nas mesmas freguesias ou provenientes de regiões circunvizinhas; entre eles muitas *crias da casa*, geradas nos relacionamentos entre escravos, seja de um mesmo senhor ou não, situação que será avaliada no capítulo seguinte.

Torna-se cada vez mais difícil para o pequeno plantador de mandioca repor constantemente seus plantéis, sobretudo por meio de novas compras, devido ao alto preço desse bem, principalmente nas décadas subsequentes à de 1850, quando o preço do escravo sofreu aumentos progressivos. Nessa conjuntura, como teria sido para o cativo conquistar a

⁹⁴ Em 1852, Manoel, crioulo com 10 anos de idade foi vendido por 300\$000, seis anos mais tarde, em 1858, João, crioulo com 10 anos de idade foi vendido por nada menos que 1:450\$000. APB – *Livro de Notas do Tabelião* nº 2, (1852-1854); *Livro de Notas do Tabelião* nº 3, (1858-1862).

⁹⁵ A análise dos 09 Livros de Notas da região revelou que entre os anos de 1850-1871 foram comercializados 566 escravos, destes 40,1% eram mulheres, 35,7% homens e 24,2% crianças de 1 a 12 anos. APB – *Livro de Notas do Tabelião*, Nazaré e Santo Antônio de Jesus.

⁹⁶ APB – *Livro de Notas do tabelião*, (1850-1888).

alforria pela compra? Quais mecanismos utilizou para alcançar tal fim? E para a mulher cativa e sua prole, como teria sido essa conquista? É o que se verá adiante.

1.3 A mulher cativa e os caminhos para a liberdade

Recebi da minha escrava Antonia a quantia de cem mil réis, a medica [meia] parte cem mil réis a todo tempo q. me o der os outros cem mil réis receberá sua carta de liberdade; de hoje em diante ficará partindo semana uma para ella, e outra para mim, neste recibo não haverá empassivel nem clauzura nenhuma.

Canga Velha, 1º de Maio de 1876⁹⁷.

Em 1878, a crioula Antonia garantiu, na justiça, o direito a sua carta de liberdade por ter apresentado “o título [acima] junto de um pecúlio da referida quantia” de sua avaliação no inventário do seu senhor⁹⁸. Além desse título apresentado por ela à justiça, pouco ou nada se sabe das circunstâncias para a aquisição de tal pecúlio. Sabe-se, entretanto, que era um costume entre os escravizados o acúmulo dos poucos recursos que conseguiam amediar em atividades executadas durante o seu tempo livre para o fim da liberdade mesmo antes da Lei 20.040, de 28 de setembro de 1871, quando esse “costume” passou a ser reconhecido juridicamente⁹⁹.

Todo o esforço de Antonia no sentido de conquistar sua liberdade ficou registrado no pequeno trecho daquele recibo passado em 1876. Se o documento apresentado pouco diz acerca das atividades que aquela escrava executou para adquirir tal quantia, a leitura minuciosa do inventário dos bens de Antonio Nunes Rezende, no qual ela figura como escrava, permite fazer algumas considerações acerca da vida daquela mulher escravizada. O domínio daquele senhor se estendia a três grandes propriedades localizadas na freguesia de

⁹⁷ APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

⁹⁸ APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

⁹⁹ Variados estudos fazem referências a “gratificações” em dinheiro adquiridas por escravos que exerciam ofícios especializados nas fazendas e sítios, assim como ao trabalho cativo como jornaleiros e vendeiros em seus dias livres, tanto por aqueles que viveram na área rural, quanto aos que tiveram a experiência do cativo nas áreas urbanas. Entre outros ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e poder...*, op. cit.; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez, *Sonhos africanos, vivências ladinas...*, op. cit.; MATTOS, Hebe, *Das cores do silêncio...*, op. cit.; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. cit.

Santo Antônio de Jesus onde as principais atividades estavam ligadas às lavouras de mandioca, cana e café¹⁰⁰.

Sob o domínio daquele senhor, Antonia e seus companheiros de cativeiro parecem ter se ocupado, além das lavouras, na produção do açúcar e da aguardente - principal fonte de renda daquelas propriedades - e no processo de fabricação da farinha de mandioca. A produção do fino grão que, do ponto de vista econômico, parece ter sido menos rentável que o açúcar devido à constante variação de preços no mercado, revelou-se ideal sob muitos aspectos. Parte da produção da farinha era destinada à subsistência da própria escravaria, enquanto que o excedente era comercializado no mercado local. Ademais, o cultivo da mandioca, por não ter sazonalidade, mostrou-se adequado para manter a escravaria ocupada o ano todo¹⁰¹.

Do alto da casa grande, construída sobre pilares, como observado pelos avaliadores, Antonio Nunes Rezende determinava as atividades que deveriam ser executadas. O contato direto daquele senhor com seus escravos revela aspectos da escravidão nessa parte do recôncavo. O emprego de “capatazes” no trato dos escravos quase não existiu naquela freguesia rural, mesmo entre os senhores com propriedades maiores, como o caso em estudo; o comum foi o próprio senhor lidar diretamente com seus escravos. É bem provável que essa ligação não só tenha favorecido o contrato que a escrava Antonia estabeleceu com o seu senhor, como também pode ter facilitado a criação de possibilidades de ganho extra.

A existência da roça escrava naquelas propriedades, embora não tenha sido sinalizada na documentação estudada, era efetivamente uma realidade incentivada pelo próprio senhor. A historiografia tem analisado a questão da roça escrava sob diversos aspectos; entre eles, os significados que esta tinha para senhores e escravos¹⁰². Segundo Hebe Mattos, “por diversas vezes os senhores investiram na diferenciação interna da experiência do cativeiro, enquanto estratégia explícita de controle social de seus escravos”¹⁰³, e a roça escrava foi, seguramente,

¹⁰⁰ As três propriedades localizadas no inventário de Antonio Nunes Rezende (1878) foram: Fazenda Canga Velha; Fazenda Santo Antonio e Fazenda Riachão. APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

¹⁰¹ Cf. BARRICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 276.

¹⁰² Sobre a roça escrava ver, entre outros: SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. cit.; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. cit.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; CASTELLUCCI Jr. Wellington. *Pescadores e roceiros...*, op. cit.; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit.

¹⁰³ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. cit., p. 139. Com relação ao benefício da economia escrava para os senhores e “função ideológica” dessa economia como forma de controle social, ver também: SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. cit. (principalmente o capítulo “Esperanças e recordações”; SILVA, Eduardo. “A função ideológica da brecha camponesa”. In: _____ e REIS, João. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

uma das muitas estratégias de senhores escravistas do recôncavo para manter o seu domínio, mesmo entre aqueles que possuíam poucos escravos.

Se, para o senhor, a concessão de um pedaço de terra onde o escravo pudesse plantar poderia significar “controle social de seus escravos” e uma forma para que o próprio escravo garantisse sua sobrevivência; para o escravo que vivia na zona rural, essa era, objetivamente, uma brecha para conseguir algum recurso, ampliando a possibilidade de viabilizar projetos de médio e longo prazo. Certamente, a conquista da liberdade figurava entre esses projetos futuros. Os frutos das roças e da exploração da mata e do mangue - abundantes na região - junto com a criação do gado pequeno e às vezes de alguns porcos, além da utilidade no consumo imediato, poderiam ser vendidos, seja ao próprio senhor, seja a vendedores ambulantes, como, por exemplo, a Perpétua Maria dos Passos, liberta, que “comprava ovos para vender” nas ruas da cidade de Nazaré¹⁰⁴.

As frequentes referências a dívidas contraídas pelos senhores junto aos seus escravos, localizadas nos inventários *post-mortem*, revelam a existência de uma micro-economia que se formava em torno da experiência do cativo. Além dos produtos da roça, vendidos para amearhar alguns vinténs, havia outras maneiras para as cativas ganharem dinheiro, a manufatura doméstica de objetos para a venda era uma delas. Cestos feitos de piaçaba ou cipó, assim como talhas, panelas e outros utensílios produzidos com barro retirado nas proximidades das fazendas serviam para atender a própria demanda dos cativos, como também seriam destinados à venda (clandestina ou não) na vizinhança da fazenda. Os cestos que as pretas carregavam nas cabeças - amplamente observados por viajantes estrangeiros em vários locais do Brasil oitocentista - bem poderiam ter sido produzidos nessa “indústria” doméstica gerada no seio do cativo¹⁰⁵.

Além das possibilidades de ganho sinalizadas acima, o trabalho remunerado executado pelo escravo em seu tempo “livre”, seja para seu próprio senhor ou para outro, era uma realidade para o escravo que possuía alguma especialidade. Pode-se vislumbrar a importância de se ter uma especialidade na trajetória de dois africanos que viveram na ilha de Itaparica, verificada pelo historiador Wellington Castellucci Junior. Segundo suas observações, em 1849, o africano Marcos comprou sua carta de liberdade pagando o valor de 900\$000 réis que amearhou como barbeiro, atividade que executou “diariamente na vila de Itaparica e em

¹⁰⁴ APB - *Inventário de Perpétua Maria dos Passos*, (05/1828/2299/12), 1866.

¹⁰⁵ Entre outros, ver: AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL/MEC, 1980; HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

outras localidades” com a permissão do seu senhor. Parte do ganho adquirido com aquela atividade era entregue ao senhor, e a outra parte, “uma quantia nada desprezível [utilizou] para a compra de sua liberdade”¹⁰⁶.

Na historiografia da escravidão encontra-se pesquisas esparsas que documentam situações semelhantes a que viveu, em Itaparica, o africano Marcos citado acima, nas quais o trabalho especializado garantiu uma renda “nada desprezível”. Em Vassouras, município do Rio de Janeiro, por exemplo, Robert Slenes localizou, na prestação de contas do inventariante, o registro de uma quantia considerável (3:431\$000) para pagamento a escravos entre novembro de 1877 e agosto de 1882. Segundo esse documento, “os gastos incluíam gratificações a escravos por serviços diversos – por exemplo, ‘pela limpa de cafezais’ ‘pela colheita’, pelo ‘arrancamento de formigas’ - e pagamento de ‘alugueis’ (salários) de escravos nos domingos e dias santos”¹⁰⁷. Ademais, como já foi dito, no recôncavo sul, as condições materiais possibilitadas pela existência de fontes extrativistas - a mata, os rios e o mangue - ampliaram substancialmente tanto o “consumo” de objetos de pouca monta entre a escravaria, como viabilizaram projetos de liberdade.

Nos processos criminais pesquisados, foram localizadas situações em que o cativo adquiriu objetos para o consumo imediato como roupas e outras “trilhas”. Em 1864, as investigações feitas pelo Chefe de Polícia de Nazaré envolvendo o roubo de uma arca com roupas, rendas e outros objetos, praticado por Manoel Damásio de tal, revelaram que os objetos roubados foram adquiridos pela escrava pertencente a costureira Maria de Oliveira. Esta, ao ser questionada sobre as rendas, declarou “que a escrava da casa tinha comprado duas varas de renda” provavelmente com dinheiro adquirido de atividades executadas fora do cativeiro¹⁰⁸.

Se é incontestável que os escravos conseguiram um certo espaço para adquirir algum recurso, pode-se afirmar que Antonia, a já referida personagem, aproveitou muito bem esse “espaço” concedido pelo seu próprio senhor para conquistar sua liberdade. Obviamente que o caminho por ela trilhado foi árduo e longo, afinal a “liberdade é custosa” para qualquer escravo e, talvez, fosse ainda maior para as mulheres cativas que viveram na zona rural do recôncavo sul da Bahia.

¹⁰⁶ CASTELLUCCI Jr. Wellington. “De cativos a baleeiros: uma amizade indissolúvel entre dois africanos no outro lado do Atlântico. Itaparica (1816-1886)”. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29, p.444-472, jul./dez., 2014, p. 454.

¹⁰⁷ SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit., p. 205.

¹⁰⁸ APB – *Processo crime*, Alexandrina Maria Jesus, (05/199/03), 1864.

Fruto do cativo, como tantas outras crianças nascidas no Brasil, logo denominadas crioulas, Antonia viveu a condição escrava até meados de 1876, quando apresentou 100\$000 (quantia considerável para uma cativa adquirir), mas que só quitava uma parte do valor de sua liberdade, estimada em 200\$000 “por ser velha e doente”. Àquela época, ela já contava com 66 anos de idade e obteve de seu senhor um contrato de trabalho que, se não a tirou definitivamente da escravidão, possibilitou-lhe uma maior mobilidade. Durante os dois anos - período entre a assinatura do contrato e a morte do senhor - em que valeram os termos do acordo, a crioula Antonia viveu na fronteira entre a escravidão e a liberdade. A coartação¹⁰⁹, situação em que é dado ao escravo o direito de procurar próximo ou distante do domínio senhorial os meios para saldar prestações referentes à compra de sua carta de alforria, foi documentado por Eduardo França Paiva, nas Minas Gerais do século XVII¹¹⁰. O contrato dava a possibilidade de a escrava “partir” semana, uma para ela e outra para seu senhor, o que certamente a deixou mais perto da liberdade, mas, ainda assim, na escravidão¹¹¹.

Situações envolvendo coartação como a estabelecida entre Antonia e seu senhor (registrada no inventário aberto em 1878) não se constituiu como um traço comum nas negociações pela liberdade entre a escravaria do sul do recôncavo e seus senhores. Assim como situações envolvendo a compra da manumissão através do Fundo de Emancipação. Nos registros do tabelionato de Nazaré, localizamos apenas uma situação, a do escravo Benedicto, em 1883, cujo fundo foi efetivamente o meio da conquista da liberdade¹¹². Além dele, em 22 de Agosto de 1885, receberam suas alforrias mais seis escravos pertencentes à Villa de Santo Antonio de Jesus, à época já desmembrada do município de Nazaré.

Os fundos de emancipação, que para Camillia Cowling, promoveram intensos debates, entre os abolicionistas do Rio de Janeiro e do Recife, de fato não se constituíram no mais importante meio de “banciar a liberdade”. Nas duas capitais estudadas pela historiadora, os escravos que de fato foram libertados por esses fundos não chegaram a 4% da população escravizada do período. Ainda segundo a mesma autora, provavelmente essa “insignificante” quantidade de escravos que alcançaram suas manumissões através desse meio legal, tenha

¹⁰⁹ Cf. Schwartz “Nem mesmo a condição social de escravo estava isenta de variações, pois o costume português no Brasil reconhecia a condição de ‘coartado’, ou seja, o escravo que conseguira o direito, expresso pelo seu proprietário em *testamento* ou outro documento, de pagar pela própria alforria; a esse cativo era permitida uma certa liberdade de movimentar-se (...)” (Grifo nosso). Sobre a coartação ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit.; PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII...*, op. cit.; SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*. Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte – MG: Editora da UFMG, 1999.

¹¹⁰ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII...*, op. cit., p. 83.

¹¹¹ APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

¹¹² APB – *Testamento de Jerônimo Coelho Sampaio*, Nazaré, 1883.

desestimulado pesquisas nesse campo¹¹³. No caso desta pesquisa, a falta de maiores detalhes sobre essa possibilidade de conquista da liberdade, no apagar das luzes do escravismo brasileiro, deixam lacunas sobre sua relevância para os escravizados daquela Comarca.

A relação apresentada no Quadro abaixo expõe a liberdade de três mulheres, duas casadas e uma solteira. Entre os escravos listados, apenas Luiza, solteira e com seis filhos menores de oito anos de idade apresentou pecúlio para compor o valor de sua avaliação.

Quadro 1 - Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação - Santo Antonio de Jesus, 1885.

Nome	Idade	Estado	Pecúlio com que contribuiu o escravo	Relação das preferências estabelecidas em Lei	Indenização do valor do escravo	Observações
Amancio	23 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	500\$000	
Luiza	26 anos	Solteira	100\$000	-	500\$000	Tem seis milhos menores de 8 anos de idade.
Thomé	35 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	600\$000	
Rosa	49 anos	Casada	-	Casada com escravo de outro senhor	300\$000	
Benedicta	35 anos	Casada	-	Casada com pessoa livre	400\$000	
Antonio	45 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	250\$000	

Fonte: APMSAJ, Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação, Santo Antonio de Jesus, 22 de Agosto de 1885. Caixa sem identificação.

Em Nazaré, essa realidade não foi diferente de outros lugares do Brasil. O mais comum nessa parte do recôncavo foi a conquista da liberdade através do pecúlio (compra), como se pode verificar no Gráfico 1 abaixo. De fato, a grande maioria dos escravizados da Comarca de Nazaré, conquistaram suas liberdades através da compra, representando quase 80% de todas as cartas registradas nos livros de notas do tabelionato e na amostra de

¹¹³ Sobre abolicionismo e fundo de emancipação ver, entre outros, CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*, op. cit.; COWLING, Camillia; CASTILHO, Celso. “Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil”. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, nº. 47, p. 161-197, 2013.

inventários e testamentos estudados¹¹⁴. Destes, apenas 3,4% - cinco alforrias no universo de 146 cartas registradas - foram obtidas a partir da compra parcelada, isto é, o cativo deveria liquidar o pagamento em parcelas estipuladas pelo seu senhor.

Gráfico 1 - Condição das alforrias, Nazaré: 1850-1888

Fonte: APB – Livros de Notas do Tabelionato de Nazaré, Inventários 1850-1888.

Levando-se em consideração apenas os registros efetivados nos livros de notas do tabelionato de Nazaré para os anos de 1850-1888, encontra-se a seguinte situação: 90 cartas de liberdade, 707 escrituras públicas de compra e venda e 78 escrituras envolvendo outras transações (hipoteca, doação e escritura de locação). Entre compra e venda, cartas de liberdade, hipoteca, doação e escritura de locação, os livros de notas do tabelionato de Nazaré para os anos de 1850-1888 registraram negociações envolvendo 875 escravos. Neles, as negociações de compra e venda representaram mais de 80 por cento, e as cartas de liberdade giravam em torno de 10 por cento. Os dados localizados neste estudo se aproximam muito dos encontrados por Erivaldo Neves para a região de Caetité. Segundo esse autor, as alforrias naquela localidade giravam em torno de 12 e 13 por cento com uma pequena variação no decênio de 1870, justificada pelo mesmo como sendo efeito do tráfico interno na região¹¹⁵.

¹¹⁴ APB – Livros de Notas do Tabelionato de Nazaré, (1850-1888); Inventários (1850-1888).

¹¹⁵ NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos no Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista”. *Afro-Ásia*. Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, Salvador, n. 24, pp. 97-128, 2000.

Gráfico 2 - Escravos alforriados (gênero e idade), Nazaré: 1850-1888

Fonte: APB – Livros de Notas do Tabelionato de Nazaré, Inventários 1850-1888.

No montante de 151 alforrias localizadas nos Livros do Tabelionato e nos Inventários post-mortem de senhores falecidos entre os anos de 1850-1888, pouco mais da metade, 76 alforrias (50,3%), foram concedidas a mulheres cativas, 46 alforrias (30,5%) aos escravos do sexo masculino e 29 alforrias (19,2%) foram conferidas a crianças com idades entre 2 meses e 12 anos¹¹⁶.

Os dados revelam que as mulheres foram as que mais conseguiram sua alforria, chegando a 63,6 por cento de todas as cartas de liberdade registradas, confirmando as constantes negociações travadas entre elas e seus senhores, seja na concessão de espaços de autonomia, seja no agenciamento de seus ganhos ou, em muitos casos, na prestação dos “bons serviços” como foi revelado nas referidas cartas. Uma luta cotidiana que tiveram de empreender superando os diversos obstáculos que a vida no cativo lhes impunha, entre as quais o nascimento de filhos cativos teria sido apenas uma delas¹¹⁷.

A participação ativa da mulher cativa nas transações envolvendo suas liberdades e a de seus filhos esteve presente em todo tipo de alforria, fossem as consideradas gratuitas, incondicionais ou as com condição de serviço (quando não havia uma contrapartida

¹¹⁶ APB – Livro de Notas do Tabelionato (1850-1888); Inventários – amostragem (1850-1888).

¹¹⁷ O censo de 1872 computou 8.404 escravos vivendo no município de Nazaré, destes 4.733 (56,3%) eram do sexo masculino e 3.671 (43,7%) eram mulheres. Ver *Relatório do Censo Demográfico de 1872*. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br> >. Acesso em: 29 de maio 2012.

financeira), ou aquelas adquiridas através do pagamento de pecúlio¹¹⁸. Mesmo nas chamadas “incondicionais” (situação em que a liberdade era concedida gratuitamente e sem condição alguma), ficava patente a participação da escrava para conquistá-la. Afinal, quando o senhor revelava que a concedia gratuitamente “pelo bom serviço que me tem prestado”, deixava implícito o empenho da cativa em conquistar o reconhecimento do senhor. Seja qual fosse a motivação que levou o senhor a conceder a manumissão de seu escravo, ficava evidente que as estratégias criadas pelos cativos eram sempre um componente decisivo na conquista definitiva de sua liberdade¹¹⁹.

É sempre preciso lembrar que a liberdade foi uma via de mão dupla. Assim como o escravo esperava conquistar alguma vantagem na negociação, o senhor também avaliava cada concessão como uma forma de lhe garantir algum benefício (fosse ele visível ou invisível). O benefício visível seria o retorno do valor monetário investido em tal bem - neste caso, quanto o cativo pagaria pela própria liberdade -, enquanto que o benefício invisível, mais difícil de se apreender, pois ele aparece oculto nas entrelinhas dos documentos de manumissão, eram as situações em que o cativo tinha sua liberdade condicionada. Das 22 cartas condicionadas a “acompanhar o senhor até sua morte”, oito eram de *crias da casa*, com idade entre 1 e 13 anos, cujas mães permaneciam no cativeiro, o que também representava a tênue fronteira entre a escravidão e a liberdade. O fato de as crianças alcançarem a condição de libertos, enquanto suas mães permaneceriam cativas, significava, entre outras coisas, que essas crianças embora fossem livres de direito, mantinham suas trajetórias enraizadas na escravidão¹²⁰.

Nos casos em que a liberdade era concedida gratuitamente e sem condição alguma, observou-se que quase um terço deles relacionava-se a crianças cujas mães continuavam cativas (15 casos) ou a idosos com mais de 60 anos (5 casos). Essa avaliação nos autoriza a

¹¹⁸ João Réis concluiu que as alforrias eram resultado da barganha entre as partes envolvidas. Assim, pode-se observar que, em geral, o escravo participava ativamente da negociação que envolvia sua liberdade ou de algum parente. Ver: RÉIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 87.

¹¹⁹ Variados estudos apontam a extinção do tráfico atlântico, a mudança do eixo econômico para o sudeste cafeeiro, a transferência compulsória provocada pelo tráfico interprovincial como elementos importantes para justificar o aumento das alforrias. Para um estudo mais aprofundado sobre essa questão ver entre outros: BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004; PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativeiro’”, op. cit. p. 141-174, 2006.

¹²⁰ Sobre a alforria condicional, Mary Karasch acrescenta que ter sua liberdade condicionada a prestar serviço ao senhor, ou a alguém por ele designado pouco mudava na vida do cativo, pois “os proprietários tratavam os escravos alforriados condicionalmente como escravos”, além de viverem constantemente sujeitos à revogação da alforria. KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

dizer que, na prática, a concessão ‘gratuita’ de uma alforria, condicionada ou não, era mais utilizada pelos proprietários como uma “estratégia de controle do que numa demonstração de generosidade” como também avaliou Fátima Pires ao estudar as alforrias na região do Rio de Contas, alto sertão da Bahia¹²¹.

No entanto, não se pode negar que no sul do recôncavo, onde os plantéis variavam em média entre dois e dez cativos, a convivência diária teria favorecido negociações variadas entre senhores e seus poucos escravos. Aproximação essa que, segundo Barickman, “talvez tenha estimulado um sentimento de camaradagem entre os pequenos agricultores e seus cativos”¹²². Em certa medida, as manumissões concedidas gratuitamente nasceram também dessas formas de convívio mais próximas ou provavelmente da dificuldade que tinham os proprietários de alimentarem seus escravos.

A documentação escrutinada evidenciou ainda a presença significativa de “negras de ganho” atuando nas praças de Nazaré e em suas freguesias; negociando suas próprias produções ou atuando como intermediárias na venda de variados produtos. Luís dos Santos Vilhena, o cronista do século XVIII, descreveu a atuação dessas mulheres no recôncavo. Segundo suas palavras ao amigo Filopono, a produção de mariscos e peixes daquela região, “onde se pesca delicioso peixe, e se tiram diversos mariscos”, era levada à cidade “onde prontamente lhós comprem as negras atravessadeiras, que depois os *revendem pelo triplo*, não só para sustento dos escravos, como para regalo de muitos brancos”¹²³. Provavelmente, em situações em que o pequeno proprietário tinha dificuldade em manter minimamente o sustento de seus escravos, o ganho ou aluguel pode ter sido uma alternativa utilizada por estes, garantindo, de certa forma ao escravo, alternativa de ganho extra para a compra da alforria.

Qualquer que fosse a intenção dos senhores e as estratégias dos escravos, o que fica patente na leitura dos documentos de alforria é que a grande maioria das liberdades só foi concedida mediante pagamento do pecúlio como se pode ver na Tabela 7. O uso do pecúlio para obtenção da liberdade era para o escravo uma possibilidade real, como vêm salientando os historiadores Maria Odila Leite da Silva Dias, Robert Slenes e Sidney Chalhoub¹²⁴; e, na região estudada, o número significativo de escravos que conquistaram suas liberdades através do pecúlio revela que eles sabiam da necessidade de negociação com seus senhores para

¹²¹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativo’”, op. cit., p. 146.

¹²² BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 252.

¹²³ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, op. cit., p. 479. (Grifo nosso)

¹²⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. cit.

conquistar os recursos necessários para tal fim, sem o qual o senhor não abriria suas mãos para conceder a tão almejada liberdade.

Muito embora o pecúlio tenha se revelado como a alternativa mais viável para a conquista da alforria em Nazaré, pouco ou nada é apontado nas cartas de liberdade acerca das condições de aquisição de tais recursos. Assim, não há como se estabelecer uma história da vida de mulheres que viveram no cativeiro fazendo apenas a leitura das cartas de alforrias. Se, por um lado, elas se constituem como um importante documento para se fazer uma análise quantitativa das alforrias concedidas naquela localidade, por outro lado, elas são omissas tanto com relação às origens do pecúlio quanto sobre as negociações estabelecidas entre as partes interessadas.

Nesse sentido, a leitura dos inventários e testamentos revelou-se mais esclarecedora. No seu leito de morte, os senhores confessavam ligações afetivas, faziam concessões e também declaravam gratidão e dívidas - afetivas e monetárias - com seus cativos. Através desse tipo de documento, pode-se conhecer um pouco mais da vida de mulheres escravas e suas aventuras para sobreviver à dura condição imposta pelo cativeiro. Pouco ou nada se saberia da vida da escrava Bonifácia, uma crioula de 25 anos, por exemplo, se não fosse a dívida revelada no testamento de seu senhor. A vida de Bonifácia, escrava de João Paulo de Souza, pouco a pouco foi sendo evidenciada através da leitura do testamento daquele senhor. Em 1860, João Paulo de Souza, bastante enfermo, declarou, entre outras coisas, que:

... lhe sou mais devedor da quantia de trezentos mil réis, [à escrava Bonifácia] total de diferentes quantias que me tem dado a guardar, produto de algum trabalho seo e animais que tem criado¹²⁵.

Os trezentos mil réis que adquiriu com “algum trabalho seo” fora do cativeiro haviam sido conquistados através da criação de animais (principalmente galinhas e porcos), que, criados nas pequenas propriedades, tinham como destino certo a venda nas feiras locais. Com astúcia de boa negociante, Bonifácia conseguiu angariar recursos os quais ficavam sob a guarda de seu senhor. Se para obter a autorização daquele senhor para criar e vender porcos e galinhas ela teve de conquistar sua confiança, por outro lado, o fato de ter deixado sob a guarda do mesmo os recursos adquiridos em suas transações comerciais revela que ela própria guardava, junto àquele senhor, uma relação de confiança mútua. Nesse caso específico,

¹²⁵ APB – *Testamento de João Paulo de Souza*, Livro nº 4, Nazaré, 1860, p. 09.

“fidelidade” e confiança foram elementos que permearam a relação entre senhor e escrava, como revela o documento testamental. Certamente, obter credibilidade junto aos seus senhores para garantir, mesmo que minimamente, o direito de movimentar-se, fez parte da estratégia de outras mulheres que na condição de escravas vislumbravam poucas opções para obter a sonhada alforria. No caso de Bonifácia, sua conduta lhe rendeu não apenas a possibilidade de ganho extra, como também a alforria gratuita de sua filha Francisca Romana, parda, e dela própria “pela fidelidade com que nos tem servido athe hoje”¹²⁶.

A justificativa para a concessão dos benefícios que João Paulo fez a Bonifácia em seu testamento deixa transparecer estratégias que muitas outras mulheres cativas podem ter também utilizado para conquistar a manumissão. Um dos caminhos para a conquista da alforria pode ter sido a postura fiel e obediente, aos olhos de seus senhores, o que traria mudanças significativas em suas vidas.

Se o acúmulo de poucos recursos, que mal davam para cobrir parte de suas liberdades, foi uma realidade vivida por mulheres escravas no sul do recôncavo, o estudo das cartas de liberdade ‘concedidas’ e registradas nos livros de notas do tabelionato autoriza dizer que foi, exatamente em função destes poucos recursos, que mais da metade (52,3%) dos escravos (homens e mulheres) conquistaram o direito à manumissão, como se pode ver na Tabela abaixo.

Tabela 7 - Condição das alforrias, Nazaré (1850-1888)

<i>Período</i>	<i>Incondicional</i>	<i>Condicionadas a Serviço</i>	<i>Compra</i>	<i>Valor médio (Rs.)</i>
1850-59	06	07	12	450\$100
1860-69	20	05	19	569\$000
1870-79	14	06	34	523\$000
1880-88	10	04	14	466\$000
<i>Qtde. de escravos</i>	<i>50 (33,1%)</i>	<i>22 (14,6%)</i>	<i>79 (52,3%)</i>	-

Fonte: APB - Seção Judiciário. Livro de Notas do Tabelionato 1850 - 1888 (Nazaré); APB - Seção Judiciário. Inventários 1850-1888.

Dos 151 escravos alforriados, 50 (33,1%) receberam a liberdade incondicional, 22 (14,6%) receberam cartas condicionadas à prestação de serviços e, como já foi dito, 79

¹²⁶ APB – Testamento de João Paulo de Souza, Livro nº 4, Nazaré, 1860, p. 09.

(52,3%) adquiriram-na com pagamento de pecúlio¹²⁷. Comparando esses dados aos que apresenta Maria de Fátima Pires para o alto sertão da Bahia, pode-se depreender que, no sul do recôncavo, diferente daquela realidade apresentada pela historiadora, a maioria dos senhores escravistas só abriram mão de seus escravos mediante pagamento e, certamente, a escravaria estava atenta a essa peculiaridade¹²⁸. Pelo menos, é o que revela a grande quantidade de escravos que conquistaram suas alforrias mediante indenização do valor de sua avaliação.

Interessante observar que dos 151 escravos alforriados entre os anos de 1850-1888, 50,3 por cento eram do sexo feminino e pagaram uma média de 455\$000 réis por sua liberdade; os do sexo masculino representaram 30,5 por cento dos alforriados no período¹²⁹. Das setenta e seis mulheres que cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade, quarenta e duas delas (55,3%) o fizeram através do pagamento de pecúlio, vinte e três (30,2%) receberam cartas gratuitas e sem condição alguma e onze delas (14,5%) tiveram suas cartas condicionadas à prestação de serviços. Mais do que números, os dados acima revelam que as mulheres cativas foram as que mais se empenharam na busca de suas alforrias.

A liberdade foi, de fato, custosa para o escravo em todas as situações em que ela se apresentou, seja pela compra, incondicional ou condicionada a serviços. De certo que abrir mão de um bem tão valioso nunca fez parte do projeto dos senhores escravistas, e, para atingir seus objetivos, os escravos buscaram criar estratégias não apenas para conseguir acumular o erário necessário para sua compra, mas também para abrir um caminho de negociação que lhes fosse favorável junto ao seu senhor, o que nem sempre deu certo.

Ao tratar dessa questão, Robert Slenes traz uma interessante história contada pela viajante Maria Graham no início do século XIX. Segundo essa história, o escravo, além de ser “industrioso” o que lhe rendeu “uma boa porção de propriedade privada”, havia conquistado a confiança do senhor, o que lhe garantiria “em tese” a possibilidade de negociar sua liberdade.

¹²⁷ Cabe ressaltar que a Tabela 7 foi elaborada com os dados localizados tanto nos livros de notas do tabelião, quanto nos inventários de senhores falecidos entre os anos de 1850-1888, onde localizamos, um total, 151 alforrias.

¹²⁸ Maria de Fátima Pires localizou, entre os anos de 1870-1888, 407 escravos alforriados. Destes, 114 (28%) receberam cartas incondicionais, 159 (39%) cartas condicionadas à prestação de serviços e 134 (33%) adquiriram as suas cartas com pecúlio. Ver: PIRES, Maria de Fátima Novais. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativeiro’”, op. cit., p. 141-174, 2006.

¹²⁹ O preço médio pago pelos homens foi de 649\$000. O maior preço pago foi de 1:400\$000 réis, e o menor foi de 100\$000 réis. Entre as mulheres o maior preço foi de 1:200\$000 réis pago pela africana Inês de 40 anos de idade, e o menor valor foi de 50\$000 réis pago pela africana Luiza, velha e doente com recurso de esmolas que amealhou nas ruas da cidade de Nazaré. A média de preço pago pela alforria de uma escrava foi de 455\$000. APB – *Livro de Notas do Tabelião*. Nazaré, Jaguaripe e Santo Antonio de Jesus, (1850-1888).

No entanto, descobriu que teria calculado mal sua estratégia de aproximação com seu senhor, pois tornara-se “tão valioso ao senhor, que este recusou-se a alforriá-lo”¹³⁰. De certo que nem sempre o escravo obteve sucesso em sua empreitada, mas não se pode negar que a conquista da alforria envolvia “geralmente uma rede ampla de relações e conflitos”, seja na busca de meios para angariar vinténs, seja estabelecendo relações afetivas e de confiança com seus senhores. É o que se tem observado na leitura dos testamentos e inventários.

Sem dúvida, o momento da negociação para a compra da alforria trouxe tensões, nervosismo e apreensão por parte do cativo que buscou contornar situações desfavoráveis (em alguns casos até se posicionando de forma impositiva), como a que se pode observar na leitura do requerimento da escrava Ritta durante a abertura do inventário de sua senhora.

Diz Ritta, escrava pertencente a finada Maria Francisca de Jesus, que tendo depositado em mão do negociante José Antonio Oliveira a quantia de 400\$000, preço de sua avaliação judicial no inventário de sua senhora, quer que V. Sa. Dignando-se mande passar carta de liberdade, *não admitindo proposta alguma que sobre si seja apresentada*. (Grifo nosso)¹³¹.

O argumento apresentado pela escrava sinaliza com precisão tais tensões e deixa um vislumbre das negociações e conflitos existentes no seio da escravidão. Casos como o apresentado acima não eram isolados na história da escravidão no Brasil. Sidney Chalhoub identificou um número significativo de escravos que se recusavam terminantemente a sair da corte em direção às fazendas de café do interior¹³². Sem discutir aqui as motivações para tal recusa, fica patente que os escravos estavam atentos às suas possibilidades de negociação. No caso da escrava Ritta, era o ano de 1877, e ela certamente conhecia, mesmo que de ouvir dizer, os novos instrumentos legais que poderia utilizar a seu favor. Não sabemos, ao certo, quando os cativos passam a reconhecer a justiça como um meio legal de acesso à liberdade. É fato que a grande maioria dos escravizados era analfabeta, e que poucos tiveram acesso ao texto da lei que lhes garantia algum direito, mas, diante do significativo aumento de cativos que buscaram a justiça no pós 1871, pode-se concluir que os cativos tiraram proveito das importantes informações que lhes chegaram através da oralidade. Afinal, diante da lei, os senhores não podiam mais impedir que, no cotidiano, seus escravos agenciassem seus ganhos;

¹³⁰ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. cit., p. 201-202.

¹³¹ APB – *Inventário de Maria Francisca de Jesus*, (06/2683/11), 1877.

¹³² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. cit., ver principalmente o capítulo 1: Negócios da escravidão.

como não podiam mais se negar a conceder-lhes a alforria por pecúlio porque tal direito estava estabelecido no artigo quarto, parágrafo segundo, da lei de 28 de setembro de 1871, como bem avaliou Sidney Chalhoub¹³³.

Outro momento de tensão pode ser surpreendido na petição feita por Carolina Isabel de Lima em 1875, em relação à sua escrava. Viúva e impedida de dispor dos bens deixados por falecimento de seu marido, ela buscou na justiça autorização para vender a escrava Sebastiana, “pelo seu incorrigível procedimento e impossibilidade em que estou de continuar a tê-la em meu poder”.¹³⁴ Não é possível evidenciar aqui as motivações que levaram ao “incorrigível procedimento” de Sebastiana, porém parece sugestivo avaliar que, nesse caso, a cativa utilizou-se de tal estratégia encontrada para sair do “pior cativo”. Sem dúvida que, no recôncavo - como em outros lugares onde reinou a escravidão - a luta pela alforria aparece costurada a um tecido amplo de relações e conflitos¹³⁵.

Mais do que apenas histórias esparsas, os caminhos traçados por essas mulheres cativas para a conquista da liberdade revelam momentos de luta, dúvidas, medo, expectativas e nervosismo diante das condições impostas pelo cativo e, talvez pelas incertezas proporcionadas pela nova condição de liberto. Muitas delas vivenciaram a venda de filhos e companheiros sem que pudessem interferir; outras, mais sagazes, cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade levando consigo seus filhos também cativos. Situações diversificadas que, em certo sentido, refletem os diferentes esforços na busca da compra da alforria e da sua inserção no mundo dos livres.

¹³³ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. cit., p. 158.

¹³⁴ APB - *Inventário de Luiz Cerqueira Lima*, (04/1517/1986/10), 1875.

¹³⁵ O momento da manumissão - mesmo quando essa não podia mais ser negada após a promulgação da “lei do ventre livre” - servia para o senhor escravista reafirmar sua condição de “justos, superiores e bondosos”, como observa Ricardo Tadeu Caíres, ver: SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Os escravos vão à justiça...*, op. cit. As expressões corriqueiras nas cartas de liberdade revelam ainda que o escravo só poderia cruzar a fronteira da escravidão para a liberdade por vontade expressa do seu senhor particular. Assim, a ideia que se pretendia passar é que a manumissão não era fruto da conquista do cativo, mas sim uma dádiva concedida pelo senhor ao escravo “por caridade, atendendo aos bons serviços” ou “pelo muito amor que lhe temos e pelos bons serviços que nos tem prestado”. Sobre alforria como dádiva senhorial ver o estudo de SOARES, Marcio de Sousa. “A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, 1750- 1830”. *ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, p. 1-17, 2009. (Disponível *online*); MATTOS, Hebe. “Laços de família e direitos no fim da escravidão”. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CAPÍTULO II

A vida nas roças: laços de solidariedade e família escrava

Os escravos na Bahia rural, (...), viviam em um mundo onde a instituição da escravidão conspirava contra sua capacidade de formar famílias estáveis e permanentes e desfrutar da proteção e socorro que a família e os parentes poderiam proporcionar.

Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, 1988.

No primeiro capítulo, buscou-se trazer a mulher cativa no contexto da formação das vilas e povoados pertencentes ao sul do recôncavo da Bahia. Neste, pretende-se dar continuidade ao que se chama de “sob o domínio do cativo”, trazendo à tona experiências vivenciadas pelas mulheres escravas e a constituição de laços afetivos e de sangue construídos ainda no mundo do cativo. A intenção é verificar como esses laços criados no cativo orientaram a vida dessas mulheres que, submetidas ao regime da escravidão, estabeleceram caminhos para sua inserção no mundo dos livres. Escolhas e decisões foram orientadas, sobretudo pela vivência cativa e pela formação de redes de solidariedade e pelos laços familiares penosamente engendrados ao longo da dura vida escrava.

O estudo da família escrava não tem sido uma tarefa fácil devido à dispersão das fontes. No caso particular do recôncavo sul, essas fontes encontram-se nos arquivos da região (Nazaré, Santo Antonio de Jesus e Jaguaripe) e também da capital. No entanto, perseguir esses sujeitos através da leitura dos processos criminais, dos testamentos *post-mortem*, dos inventários e livros de compra e venda, além dos cadastros de escravos promovidos pelas autoridades, tem possibilitado perceber significativas estratégias criadas pelas cativas que viveram em pequenos plantéis nas freguesias rurais, localizadas no sul do recôncavo baiano. Suas estratégias, escolhas e acertos se estabeleceram com o objetivo de abrandar o impacto nocivo do escravismo sobre a continuidade de suas relações familiares e da manutenção de elementos de uma cultura herdada de experiências vividas ainda no além-mar.

Tomando como principal foco para esta investigação a cidade de Nazaré e suas povoações: Santana da Aldeia, Santo Antônio de Jesus, Nova Laje, São Miguel e Onha, pretende-se, neste capítulo, trazer à tona o cenário e as condições em que mulheres escravas e forras construíram relações afetivas, familiares, laços de solidariedade e de confiança no mundo rural do recôncavo sul da Bahia. Para tanto, será necessário examinar, cuidadosamente, o perfil da escravaria, o tipo de economia, assim como as alternativas de ganho e regime alimentar possibilitadas pelas condições naturais da região.

2.1 Mobilidade cativa no mundo rural

Ainda que Nazaré tenha se constituído como importante produtora de farinha de mandioca do recôncavo, produzindo “os grandes excedentes que abasteciam o mercado regional”¹³⁶ e local, como já foi dito, suas lavouras nunca empregaram um número excessivo de escravos, tampouco tiveram esse tubérculo como única alternativa de ganho para os lavradores da região. Entre os anos de 1850-1888, boa parte das propriedades rurais inventariadas tinham a mandioca, o café e a cana-de-açúcar como principais culturas, ocupando parte significativa da área de plantio dessas propriedades; porém, em apenas algumas delas, há registros da existência de casas de fazer farinha ou casas de engenho dentro da própria propriedade, sugerindo que os pequenos proprietários de terras, rendeiros e meeiros, com ou sem escravos, vendiam ou beneficiavam a mandioca e a cana de açúcar nas casas de farinha e nos engenhos que se encontravam em outras propriedades da região, entregando parte da produção para o dono dessa benfeitoria¹³⁷.

Era, portanto, em estabelecimentos rurais proporcionalmente pequenos - se comparados aos seus vizinhos do chamado “recôncavo tradicional”-, e com número reduzido de escravos, que os lavradores do sul do recôncavo produziam boa parte dos gêneros alimentícios que abasteciam os mercados e feiras da região. No geral, o trabalho nas roças, a preparação da terra, a colheita e até o transporte das mercadorias para o mercado final, foram praticados por esses roceiros e seus poucos escravos. O exame dos inventários *post-mortem*

¹³⁶ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 249.

¹³⁷ Até os dias de hoje, os pequenos produtores de mandioca (principal cultura de pequenas e médias propriedades da região) negociam parte da produção da farinha com os donos dos fornos, alguidares e prensas instaladas nas casas de fazer farinha.

de senhores falecidos revela um significativo número de propriedades que utilizavam desses poucos braços negros nas tarefas diárias.

No sul do recôncavo, a existência de um número relativamente grande de propriedades com poucos escravos sugere que, apesar de a Bahia ter recebido um número expressivo de escravos provenientes da África, essa região não atraiu uma quantidade significativa de cativos e muito provavelmente pouco dependeu do tráfico atlântico para manutenção de seus plantéis; talvez pela pequena economia ali praticada, ou reforçando a tese de que “nem todos os escravos desembarcados em Salvador permaneceram na Bahia”¹³⁸.

A Tabela abaixo, construída a partir de 116 inventários *post-mortem* entre os anos de 1850-1888, revela que a grande maioria dos escravos da Comarca de Nazaré e de suas povoações (81,9%) viviam e trabalhavam em propriedades com menos de dez cativos; apenas 18,1% das propriedades tinham mais de dez cativos trabalhando em suas lavouras de mandioca, café e cana-de-açúcar. Como vimos no capítulo anterior, essa diferença é ainda maior se o foco desta análise passar de dez para vinte cativos: apenas 5,2% das propriedades inventariadas tinham em seus plantéis vinte ou mais escravos¹³⁹.

Tabela 8 - Distribuição de escravos nas propriedades, 1850 - 1888

	<i>Até 10 escravos</i>	<i>Mais de 10 escravos</i>
1850-59	25 (86,2%)	04 (13,8%)
1860-69	19 (67,9%)	09 (32,1%)
1870-79	33 (89,2%)	04 (10,8%)
1880-88	18 (81,8%)	04 (18,2%)
Total	95 (81,9%)	21 (18,1%)

Fonte: APB, Judiciário, Inventários de Nazareth 1850-1888.

A amostra dos inventários *post-mortem* utilizados para a elaboração da Tabela acima fornece importantes informações sobre 825 escravos, pertencentes a 116 lavradores, que viviam e trabalhavam nos sítios e roçados da região. Ao descrever os bens dos falecidos (inventariados), os avaliadores deixam entrever quantos e quem eram seus cativos, a idade, sua proveniência e, na maioria das vezes, sua filiação. Esses inventários revelam ainda as

¹³⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 284.

¹³⁹ Barickman já sinaliza, em seus estudos sobre o recôncavo entre os anos de 1780 – 1860, a existência de um reduzido número de escravos empregados nas lavouras de fumo e mandioca na região sul do recôncavo baiano. Ver: BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit.

atividades praticadas pelos cativos e deixam, conseqüentemente, pistas sobre sua mobilidade e relações afetivas.

Observa-se, na Tabela acima, que predominou durante todo o período estudado a propriedade com até dez cativos, com uma média de 81,3%. No entanto, a variação observada na década de 1860-69, onde há um aumento considerável de propriedades com mais de dez escravos (chegando a 32,1%), em comparação à média de 14,3% dos outros períodos, revela uma provável prosperidade dos senhores escravistas da região ou uma possível retenção da escravaria por conta da abrupta valorização desse item no mercado. Não se pode ignorar que esse foi um período de maior valorização da mão de obra escrava e que os proprietários que desejassem vendê-los deveria calcular muito bem os custos para manter seus plantéis nos mesmos patamares.

Ao olhar mais atentamente as informações disponíveis nos inventários analisados, outros pontos chamam a atenção: o número de propriedades que tinham apenas escravos de um mesmo sexo (ver Tabela 9) e a razão (ou taxa) de masculinidade entre esses cativos (ver Tabela 10). Num certo sentido, os dados apresentados nas Tabelas abaixo, possibilitam um melhor entendimento acerca das relações afetivas entre homens e mulheres cativos que viveram e constituíram famílias nessa parte do sul do recôncavo.

Tabela 9 - Distribuição dos escravos nas propriedades por sexo, 1850 - 1888

	1850-59	1860-69	1870-79	1880-88
Propriedades: apenas mulheres e crianças	05 (17,3%)	02 (7,4%)	14 (37,8%)	04 (18,2%)
Propriedades: apenas homens e crianças	01 (3,4%)	04 (14,8%)	02 (5,4%)	-
Propriedade: ambos os sexos	23 (79,3%)	21 (77,8%)	21 (56,8%)	18 (81,8%)
Total de propriedades	29 (100%)	27 (100%)	37 (100%)	22 (100%)

Fonte: APB, Inventários, 1850-1888. (Amostragem)

Por todo o período estudado, o número de propriedades em que figuravam escravos de apenas um sexo foi significativo; mas, na década de 1870-79, esses percentuais são ainda mais expressivos. A análise de trinta e sete inventários de senhores falecidos naquela década revelou que 43,2% dos plantéis eram compostos por escravos adultos de um só sexo. Os mesmos inventários demonstraram que as propriedades com apenas mulheres cativas e seus filhos correspondiam a 37,8%, conforme se observa na Tabela acima.

Esse foi, por exemplo, o caso da pequena propriedade de Ana Maria das Neves, falecida em 1875 com testamento. Em seu sítio onde produzia farinha de mandioca e café, contava com apenas duas escravas adultas: Caetana e Damasia. Dentre os poucos bens deixados, estavam:

Um sítio denominado Moenda Seca	200\$000
Uma casa de morada e fazer farinha coberta de telhas sobre esteios e os acessórios de fazer farinha	250\$000
Um cafezal	50\$000
Escravos:	
Damasia, crioula, 27 anos, serviço de lavoura, com dois filhos ingênuos	600\$000
Caetana, crioula, 28 anos, serviço de lavoura	400\$000
Jacinta, crioula, 9 anos, filha de Caetana, serviço de lavoura	300\$000
Floriana, crioula, 8 anos, filha da mesma escrava Caetana, serviço de lavoura	250\$000
Benedicto, crioulo, 5 e meio anos, filho de Damasia, serviço de lavoura.....	200\$000 ¹⁴⁰ .

A propriedade de Ana Maria das Neves não constitui uma exceção. Muitas outras, nessa região, tinham o mesmo perfil: praticavam a policultura, algumas possuíam unidades beneficiadoras e contavam com poucos escravos em seus plantéis. De fato, nos estabelecimentos rurais dessa parte do recôncavo, as fazendas e sítios não empregavam mais que dez cativos em suas lavouras. O levantamento feito nos inventários dos senhores falecidos entre os anos de 1850-1888 revelou que 54,3% (mais da metade) dos senhores escravistas do sul do recôncavo possuíam menos de cinco escravos; e que 22,4% deles detinham a posse de apenas um ou dois.

Ao descrever os bens nos inventários de senhores falecidos de Nazaré, os avaliadores deixam importantes pistas acerca da condição de vida dos escravos, assim como revelam as atividades praticadas por eles nas pequenas e médias propriedades do sul do recôncavo. Além da lavoura que ocupava boa parte do dia de trabalho, outras tarefas cotidianas incluídas em suas lides diárias favoreceu, sobremaneira, a mobilidade dos cativos daquela região. O abastecimento de água, as compras nas vendas rurais, a retirada da lenha nas matas para abastecer o fogão doméstico e as atividades ligadas ao fabrico da farinha eram apenas algumas das atividades que compunham as tarefas diárias dos cativos. Atividades que, sem

¹⁴⁰ APB - *Inventário de Ana Maria das Neves*, (04/1517/1986/14), 1877.

dúvida, contribuíram para o convívio e a troca de experiências entre escravos de diferentes propriedades, assim como entre cativos e pobres livres ou libertos.

Estes últimos, muitas vezes perambulavam pela região em busca de trabalho sazonal. Viviam de forma precária em casas de taipa, com apenas um cômodo, tinham nas suas residências geralmente o necessário para a sobrevivência: uma rede para dormir ou um colchão feito de tecido ordinário com enchimento de palha adquirida nas matas, um par de panelas de barro, uma talha para armazenar água, uma cabaça grande para guardar farinha, algumas facas ou facões, um fogão improvisado para cozinhar. Junto às casas, costumava-se criar o gado pequeno, sendo a galinha e o porco os mais comuns. Seus roçados de mandioca ocupavam uma parte das terras cultivadas, divididas com as plantações de feijão e milho, garantindo os meios de subsistência, não sendo incomum a esses agregados ou “moradores de favor” serem, por razões diversas, expulsos sumariamente, tendo que ir buscar abrigo em outro engenho ou fazenda da região¹⁴¹. Quando tinham dificuldade de fixar-se em outras terras, migravam com seus filhos para os centros urbanos dos povoados e vilas da região, onde iniciavam atividades de ganho nas ruas ou à frente de pequenos negócios. Suas vidas se entrecruzavam com a dos escravos e forros, com os quais conviviam e mantinham relações de solidariedade, principalmente nos locais de trabalho comum, como as casas de farinha, as feiras e a beira dos rios e riachos.

A movimentação diária possibilitada pelo tipo de trabalho que se executava ao longo do dia, apesar da fadiga que causava ao final deste, favorecia os encontros entre cativos residentes em propriedades vizinhas, iniciando ali vínculos de amizade que, em alguns casos, durariam para toda a vida. Em torno do preparo da farinha, por exemplo, reuniam-se homens e mulheres cativas de diversas propriedades. Atividade considerada mais desgastante que o cultivo da mandioca, a produção da farinha envolvia a escravaria e, quando possível, trabalhadores livres ou libertos que se mantinham alugados para esse fim. O fabrico do fino grão dependia de diversas etapas que seriam distribuídas entre os trabalhadores (cativos ou não) de acordo com suas habilidades: as mulheres e crianças com idade de trabalho reuniam-se para raspar e lavar a mandioca, em seguida as raízes teriam de ser raladas, prensadas e a massa dali oriunda peneirada. Só após todas essas etapas é que se iniciava a última e mais desgastante de todas: torrã-la em grandes agudares de cobre em fogo aberto. Com exceção da

¹⁴¹ Barickman no capítulo 5: “Mão-de-obra”, ao tratar do trabalho escravo, a população livre e pobre e a disponibilidade de terra, cita a expulsão sumária de trabalhadores livres das terras cujos proprietários por razões diversas não mais os queriam por lá. (*Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 224).

primeira, todas as outras eram, predominantemente, executadas pelo escravo do sexo masculino.

O cultivo da mandioca e a produção da farinha foram, sob diversos aspectos, importantes para fomentar as relações sociais entre indivíduos de uma mesma propriedade e até mesmo de localidades diferentes. No caso das mulheres cativas, essa era uma boa oportunidade para conhecer um futuro companheiro, definir relações de compadrio e fortalecer laços de amizade e solidariedade. Sentadas em círculos ao redor da pilha de mandioca recém colhida, as mulheres cantavam e contavam “causos”, essas eram cenas da vida cotidiana que tornavam o lugar de trabalho, também um lugar de distração que favorecia ajustes e mitigava as dores promovidas pela dura vida no cativeiro. Enfim, era uma época onde a vida coletiva era intensa. Além disso, sempre era possível utilizar-se da tapioca (subproduto da raiz da mandioca) para fazer beiju e acalmar a fome delas e dos seus filhos pequenos.

Figura 1 - Casa de farinha, recôncavo baiano

Fonte: GAUTHEROT, Marcel. Bahia: Rio São Francisco, Recôncavo e Salvador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

A imagem acima, capturada por Marcel Gautherot, fotógrafo italiano que imortalizou imagens do recôncavo baiano nos anos cinquenta do século XX, revela cenas do trabalho das mulheres nas olarias do recôncavo. Ainda hoje, os encontros promovidos em torno do trabalho nas casas de farinha da região revelam tradições forjadas a partir das heranças africanas até então vivas no dia a dia dessas populações. As cantorias, por exemplo, que servem para abrandar o tempo do trabalho, trazem representações de cenas do cotidiano vivido por ex-escravos que ficaram imortalizadas na letra e ritmo das músicas. Através da imagem, podem-se observar aspectos desse momento de lazer e trabalho.

Ademais, no mundo rural, cruzavam-se, diariamente, experiências diferenciadas da condição cativa, possibilitada pelo afluxo constante determinado pelas próprias atividades da economia rural, onde a casa de fazer farinha era apenas mais uma delas. Se o trabalho na lavoura, o apanhar água nos rios e a coleta da madeira - que servia para abastecer o fogão doméstico e o forno das casas de fazer farinha e das olarias - constituíam-se atividades que exigiam pouca ou nenhuma vigilância; outras, ligadas à produção da farinha e da cerâmica nas olarias, que aparentemente confinavam os escravos nos locais de trabalho, favoreciam a existência de margens amplas de sociabilidade, definindo também importantes laços de solidariedade e de afetividade.

O espaço das olarias, assim como das casas de fazer farinha, possibilitou o encontro de trabalhadores rurais, escravos ou não, tornando-se também um lugar de interação entre eles. Ao que parece, as práticas de trabalho coletivo tanto nas olarias, como nas casas de fazer farinha, eram comuns nas propriedades rurais do sul do recôncavo, constituindo uma alternativa para enfrentar determinadas tarefas nem sempre possíveis de serem cumpridas por seus poucos trabalhadores. Essa proximidade, bastante intensa, entre escravos de senhores diferentes e até mesmo entre escravos e libertos estabeleceu, certamente, as bases dos relacionamentos sociais entre essa camada da população. Assim, nesse cenário, na lida diária, era bem provável que mulheres escravas tenham encontrado seus companheiros, pais de seus filhos, e tenham ali construído relações afetivas duradouras.

Se, por um lado, a natureza da propriedade escravista no sul do recôncavo, composta de pequenas unidades, limitava ligações afetivas entre os cativos; por outro lado as condições materiais de vida, as relações de trabalho e a necessidade imperiosa de mão de obra para as atividades sazonais resultaram no encontro de sujeitos que viviam em uma propriedade ou povoado das imediações ou, em alguns casos, na freguesia mais próxima. A documentação notarial analisada sinalizou que ligações entre mulheres cativas e pessoas (escravos ou não) de

fora da propriedade em que habitavam não foram raras nessa parte do recôncavo. Muito embora os senhores tenham procurado “circunscrever os contatos dos cativos aos limites da propriedade”, a existência de filhos naturais, em propriedades onde não existiam escravos do sexo masculino, revela que estes bem podem ter sido frutos de relações com indivíduos - escravos, forros ou livres - de fora da propriedade.

Indícios de relações afetivas entre cativos de senhores diversos ou entre escravos e libertos que residiam em propriedades diferentes ficaram quase sempre nas entrelinhas da documentação analisada. Rastros deixados na documentação, pouco a pouco, vão dando visibilidade aos possíveis arranjos familiares estabelecidos entre eles e que também permitem vislumbrar o surgimento e a manutenção de ligações afetivas dentro e fora do cativo. Dois casos registrados em 1862 no livro de notas do tabelionato de Nova Laje (povoado pertencente a Nazaré) são, nesse sentido, bastante reveladores:

... eu Felix José de Santa Anna que entre os mais bens que possuo livres e desembargado e bem assim uma criolinha de nome Maria de idade de um anno, filha de minha escrava Luiza, cuja criolinha he natural da Freguesia de Jequiriça, a qual forro de hoje para todo o sempre *por me ter dado o seo vallor da quantia de duzentos mil réis, cuja quantia recebi por mão de Francisco, escravo de Feliciano Quirino de Souza...*¹⁴²(Grifo nosso)

... eu Anna Joaquina de Queirós que entre os mais bens que possuo livres e desembargado e bem assim uma criolinha de nome Joanna de idade de quatro meses, natural desta Freguesia de São Miguel, filha de minha escrava Leandra, a qual criolinha a forro de hoje para todo o sempre *por me ter dado o seo vallor da quantia de cento e cinquenta mil réis, cuja quantia recebi por mão de José escravo do senhor Felismino Fernandes Sampaio...*¹⁴³(Grifo nosso)

Os fragmentos das cartas de liberdade passadas em 1862 revelam importantes ligações entre escravos de senhores diferentes. Luiza, escrava de Felix José de Santa Anna, pagou 200\$000 réis pela Carta de Liberdade de sua filha Maria de um ano e meio de idade. O recurso para tal compra lhe foi dado por Francisco, escravo de Feliciano Quirino de Souza, certamente seu amásio e pai da crioulinha Maria¹⁴⁴. No mesmo ano e lugar, Anna Joaquina de

¹⁴² APB - Judiciário do Interior, *Livro de Notas do Tabelião nº 4* – Povoação de Nova Laje, Filial da Freguesia de São Miguel, Termo da Constitucional Cidade de Nazareth, (1862-1866), p. 17 (verso).

¹⁴³ APB - Judiciário do Interior, *Livro de Notas do Tabelião nº 4* – Povoação de Nova Laje, Filial da Freguesia de São Miguel, Termo da Constitucional Cidade de Nazareth, (1862-1866), p. 20 (verso) - 21.

¹⁴⁴ APB - Judiciário do Interior, *Livro de Notas do Tabelião nº 4* – Povoação de Nova Laje, Filial da Freguesia de São Miguel, Termo da Constitucional Cidade de Nazareth, (1862-1866), p. 21.

Queirós, proprietária da escrava Leandra, declarou conceder a liberdade a Joanna, de apenas quatro meses, filha da dita Leandra por 150\$000 réis, “cuja quantia recebi da mão de José escravo do senhor Felismino Fernandes Sampaio”¹⁴⁵.

Ao informar as origens do dinheiro recebido pela liberdade de seus cativos, os senhores deixam transparecer a dinâmica das relações sociais existentes entre a escravaria no mundo rural no sul do recôncavo baiano. Ao que tudo indica, nos dois casos exemplificados acima é bem provável que se trate do pai das crianças libertadas ou de algum parente. Eles certamente não formaram uma unidade familiar, coabitando na mesma casa ou convivendo diariamente, já que pertenciam a senhores distintos; mas, sem dúvida, construíram, em condições adversas, “formas de união e solidariedade” com o objetivo de reduzir as mazelas do cativeiro. Ainda que ameaçadas pelo próprio caráter da instituição sob a qual viviam os cativos, tais relações possuíam um importante significado em suas vidas¹⁴⁶.

Trata-se, em ambos os casos citados, de escravos que pertenciam a pequenos plantéis vivendo em uma zona rural do sul do recôncavo da Bahia. A ausência de uma disciplina rígida, mais comum nos grandes plantéis, favorecia maior mobilidade pelas matas e mangues, tanto nos momentos de trabalho como de lazer, o que de certa forma lhes garantia trocas sociais, de informações e compromissos. Assim como Luiza e Leandra, citadas na documentação, outras tantas mulheres escravas tiveram seus filhos com cativos de outros senhores ou com trabalhadores livres e libertos.

Em geral, poucos documentos revelam, de forma tão clara, a ligação existente entre cativos de senhores distintos. Nos casos localizados no Livro de Notas, datados de 1862, fica patente que essas ligações não apenas estavam presentes na vida da escravaria do sul do recôncavo, como também revelam a importância desses laços afetivos e de solidariedade para suas vidas. Certamente Luiza, mãe da pequena Maria de apenas um ano de idade, vivendo em uma pequena propriedade rural teria poucas oportunidades para ver sua filha “longe”, fora da escravidão à qual ela própria estava submetida. Sabemos que uma vez liberta, tanto a pequena Maria de apenas um ano de idade, como a pequena Joana de quatro meses de idade, permaneceriam sob o teto da escravidão uma vez que suas mães permaneciam nessa condição. Toda essa situação nos faz pensar quais motivos teriam levado Luiza e Francisco (ambos

¹⁴⁵ APB - Judiciário do Interior, *Livro de Notas do Tabelião nº 4* – Povoação de Nova Laje, Filial da Freguesia de São Miguel, Termo da Constitucional Cidade de Nazareth, (1862-1866), p. 21.

¹⁴⁶ As dificuldades enfrentadas pelos cativos do recôncavo em formar famílias estáveis, foram muito bem discutidas por Stuart Schwartz, principalmente no capítulo 14: “A família escrava e as limitações da escravidão”. Ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 310-334.

escravos), assim como Leandra e José (também escravos) a priorizarem a liberdade de uma criança em tenra idade em detrimento de suas próprias alforrias? É sempre difícil ter-se respostas para essas questões, que podem ir desde histórias de amor, sentimento materno de proteção, até uma questão de oportunidade: quando, pequenas, as crianças teriam menor valor, enquanto que, à medida que cresciam, poderiam atingir valores impossíveis de ser angariados por seus pais.

Seja qual for a motivação para tal decisão, a leitura das cartas de alforria e dos registros paroquiais da segunda metade do século XIX mostram que os cativos estabeleceram relações que ultrapassavam os limites das propriedades à qual estavam ligados, atestando uma mobilidade possível nos arredores dos centros urbanos do recôncavo sul. Um levantamento detalhado do perfil da escravidão nessa região possibilitada pela documentação notarial, bem como dos registros feitos nos inventários e testamentos, como dito anteriormente, sugere uma incidência significativa de plantéis compostos por escravos de um mesmo sexo. Este resultado tem implicações importantes para se entender a formação de famílias e laços de parentesco entre cativos nessa parte do recôncavo, como se verá no decorrer deste capítulo.

2.2 Família escrava: possibilidades e limitações

Informações acerca da vida familiar dos cativos que viveram nos limites do sul do recôncavo baiano são escassos e incompletos. Via de regra, os proprietários de escravos não se preocuparam em registrar quaisquer relações entre seus cativos¹⁴⁷. Além disso, no caso dos censos, testamentos e inventários *post-mortem*, essas informações também foram, em muitos casos, silenciadas. As poucas exceções em que os registros notariais indicam essas uniões entre cativos ou revelam a filiação da escravaria, são geralmente incompletas revelando apenas o nome das mães (ainda que o pai figurasse entre os escravos daquela propriedade - no

¹⁴⁷ Segundo Schwartz, os senhores de escravos não se empenharam em sancionar perante a Igreja as uniões entre seus cativos porque isso significaria perda, de certa forma, do total controle de seus escravos, pois a lei canônica em favor do livre usufruto do matrimônio impunha restrições, como: o impedimento da separação por venda ou por outra razão qualquer. Dessa forma, era muito mais interessante que essas uniões permanecessem na clandestinidade, assim as leis canônicas não poderiam ser aplicadas com eficiência. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 316.

caso dos inventários quase sempre este não foi identificado) e quase nada informam sobre as possíveis uniões matrimoniais (sancionadas ou não pela Igreja).

Se, por um lado, não se podem negar as limitações impostas pelos registros notariais; por outro, o cruzamento desses dados com os encontrados nos livros de assentamentos paroquiais, entre os anos de 1850-1888 (matrimônio e batismo), nas freguesias pertencentes à Comarca de Nazaré tem ajudado a compreender as possibilidades e os limites impostos pelo cativo para a formação da família escrava nessa parte do recôncavo. Se o número de cativos localizados e sua composição nas propriedades do chamado “recôncavo mandioqueiro”, antes mesmo de 1850, já suscita algumas considerações, outras aparecem ao se estudar o contexto da segunda metade do século XIX e o impacto das leis pós-1850, que já anunciavam, através de brisas leves, a desarticulação da escravidão no Brasil. Assim, qual o impacto da lei que punha fim à importação de cativos da África para o Brasil, para essa região do recôncavo, na formação da família cativa? A transferência de cativos através do chamado “tráfico interprovincial” foi efetivamente um desarticulador da família escrava nessa região? Os dados apresentados na tabela abaixo, coletados nos inventários de senhores falecidos entre os anos de 1850-1888, podem ajudar a fazer algumas considerações a esse respeito.¹⁴⁸

Tabela 10 - Relação dos escravos inventariados, 1850 - 1888

	1850-59	1860-69	1870-79	1880-88
Homens	67(39,2%)	113(42%)	65(30,8%)	81(46,6%)
Mulheres	60(35,1%)	86(32%)	79(37,4%)	79(37,4%)
Crianças (0 a 12)	44(25,7%)	70(26%)	67(31,8%)	23(13,2%)
Total de escravos por década	171(100%)	269(100%)	211(100%)	171(100%)

Fonte: APB, Judiciário, Inventários de Nazareth 1850-1888.

Obs: Foram pesquisados para esse estudo 146 inventários entre os anos de 1850-88.

Observa-se, na Tabela acima, que o número de escravos do sexo masculino permaneceu quase que inabalado mesmo após a lei de 1850 que proibia o tráfico. Os dados indicam uma pequena variação em 1860, voltando ao mesmo patamar nas décadas seguintes,

¹⁴⁸ Para este estudo, foi analisada uma amostra de 146 inventários entre os anos de 1850-1888. Cabe ressaltar que, embora o número possa parecer pequeno à medida que se incluíam outros inventários, os dados se mantinham. APB - Judiciário, *Inventários diversos de Nazaré* 1850-1888.

sugerindo que, provavelmente, essa região não participou, de forma intensa, do tráfico interprovincial que abasteceu a grande lavoura do eixo sul-sudeste com braços negros. A exportação de escravos da Bahia para as fazendas de café das províncias do Sudeste foi bastante documentada pela historiografia preocupada em desvendar o tráfico interprovincial¹⁴⁹. A afirmativa de Barickman de que, após 1850, “a província da Bahia transformou-se de importador em exportador líquido de escravos, chegando a exportar em 1850 pelo menos 12 mil cativos”, certamente não incluía essa parte da província¹⁵⁰.

Não se pode negar que a proibição da entrada de cativos vindos do além-mar tenha causado uma imediata preocupação naqueles que necessitavam repor constantemente essa mão de obra para atender suas lavouras de exportação e que o fim abrupto das importações de escravos levou, em certa medida, a uma corrida em busca dessa mão de obra, provocando uma “transferência maciça de escravos das áreas urbanas para o campo”, assim como de regiões cuja economia estava em decadência ou eram pouco rentáveis para outras em que a produção para exportação estava em acelerado crescimento¹⁵¹.

Ainda que tenha sido significativa a saída de escravos da Bahia, como salienta Barickman, para atender as demandas, principalmente dos fazendeiros de café das províncias do Sudeste, a região de Nazaré das Farinhas, ao que tudo indica, manteve seus plantéis nos mesmos moldes das décadas anteriores, com pouquíssima variação nas décadas posteriores ao fim do tráfico (ver Tabela 10). Não há como negar que o fim do tráfico redefiniu o mercado da mão de obra escrava no Brasil. No entanto, cabe avaliar qual o impacto dessa Lei em regiões cuja economia estava voltada para a pequena lavoura de subsistência, como é o caso da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré e suas diversas povoações.

Essa foi uma região onde a maioria das propriedades escravistas não contava com mais de dez cativos. A perda de um ou dois escravos por morte ou fuga podia significar mudanças fundamentais na vida dos pequenos roceiros, já que era cada dia mais difícil adquirir novos escravos, situação que pode ter sido agravada no pós 1850 devido ao alto preço

¹⁴⁹ Diferente do que localizamos para essa região do recôncavo, Erivaldo Fagundes Neves localizou um número significativo de escravos do Alto Sertão da Bahia que foram comercializados para outras províncias, revelando aspectos do tráfico interprovincial no pós 1850. Sobre esse assunto ver, entre outros: NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos no Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista”, op. cit., pp. 97-128, 2000.

¹⁵⁰ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p.230.

¹⁵¹ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., ver principalmente o capítulo “Mão de Obra”, p. 211-266.

que atingiram os escravos¹⁵². O estudo feito por Wellington Castellucci Junior, sobre a Ilha de Itaparica nos anos de 1860-1888, aponta que, muito provavelmente, “os pequenos proprietários dessa localidade não tiveram condições de concorrer com a fúria de grandes senhores de engenho, na busca de cativos em outras regiões ou paróquias próximas, nos últimos anos da escravidão”¹⁵³. Realidade que possivelmente vivenciaram também os pequenos agricultores escravistas de Nazaré.

No entanto, se havia a expectativa de uma queda significativa do número de cativos desses distritos produtores de mandioca, cana e café no pós 1850, os inventários não a confirmam. Contradizendo a conclusão geral à qual chega Barickman de que “o crescimento da população escrava na Bahia *como um todo* sempre dependeu do tráfico atlântico”¹⁵⁴, os inventários conduzem a outra direção ao demonstrar um alto índice de criouliização entre os cativos dessa localidade antes mesmo de 1850, e ao apontar a permanência de cativos por várias gerações numa mesma propriedade como se verá mais adiante¹⁵⁵. Muito embora não se possa negar que o principal impacto da Lei de 1850-51, em Nazaré, como em outras regiões do Brasil, foi a elevação do preço do cativo. Em Nazaré, como em outras localidades do Brasil, o preço do escravo subiu abruptamente após 1850. Um escravo crioulo, do serviço de lavoura com 16 anos de idade que foi vendido por 400\$000 réis no início da década de 1850, chegou a 1:400\$000 réis em 1858¹⁵⁶.

Ao informar, direta ou indiretamente, a cor/procedência dos escravos inventariados, a documentação indica uma composição mesclada de africanos, crioulos e pardos nos plantéis de Nazaré (ver Tabela 11 abaixo). Assim, a fisionomia demográfica construída a partir dos inventários sugere, em primeiro lugar, um crescimento natural significativo da população cativa, o que quer dizer que as condições materiais de vida dos escravos nas pequenas e médias propriedades do sul do recôncavo teriam favorecido a maternidade escrava, sem que isso tenha significado a formalização do casamento entre eles. Por outro lado, demonstra que

¹⁵² O custo do escravo após 1850, sem dúvida, sofreu uma importante alteração. No entanto, para os donos de engenho e lavradores de cana foi ainda mais substancial já que o valor do açúcar (no mercado internacional) não acompanhou a elevação do valor do escravo no mercado, representando um aumento real de mais de 400% segundo Barickman. Ver: BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., ver principalmente o capítulo “O preço do escravo na Bahia, 1780 – 1860”, p. 231-236.

¹⁵³ CASTELLUCCI JR, Wellington. *Pescadores e roceiros...*, op. cit., p. 147.

¹⁵⁴ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 254.

¹⁵⁵ Os dados apresentados por Luis Nicolau Parés sugerem que o decréscimo da população escrava africana e, consequentemente, o aumento significativo de crioulos se deu na economia do açúcar muito antes “do que até agora se suspeitava”. PARÉS, Luis Nicolau. “O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750-1800)”. *Revista Afro-Ásia*: Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005, p. 105.

¹⁵⁶ APB – *Livro de Notas do Tabelião* nº 1, Nazareth (1849-1854) e nº 3 (1858-1862).

a entrada de africanos novos parece ter decaído até mesmo antes do impedimento legal do tráfico¹⁵⁷.

Tabela 11 - Africanos, crioulos e mestiços, 1850-1888

Cor/origem	1850-59	1860-69	1870-79	1880-88
Africanos	44%	25,1%	14,1%	2,9%
Crioulos e mestiços	51,2%	68,6%	80,6%	86,8%
Não declarou	4,8%	6,3%	5,3%	10,3%
Total de escravos por década	168 (100%)	271 (100%)	206 (100%)	174 (100%)

Fonte: APB, Inventários, 1850 – 1888 (amostragem).

Obs: Para a elaboração dessa tabela, foram pesquisados para este estudo 116 inventários entre os anos de 1850-88.

O decréscimo da população de africanos entre os cativos do sul do recôncavo pôde ser notado por estudos sobre a primeira metade do século XIX. Dados coletados por Bert Barickman em inventários *post-mortem* dos produtores de fumo do recôncavo baiano, revelam que, mesmo antes de 1850, o percentual de africanos compondo os plantéis da região era inferior a 30% dos cativos. Essa realidade pouco mudou nos anos seguintes a 1850, revelando que a reprodução natural, naquela região, muito provavelmente atendeu a demanda da classe senhorial com relação à mão de obra.

Outros registros, como os de compra e venda, revelam que a maioria dos escravos comercializados nas feiras entre os anos de 1850-88 nessa parte do recôncavo eram nascidos na região ou em localidades próximas¹⁵⁸. Entre eles, aparecem muitas *crias da casa*, geradas, a partir dos relacionamentos entre as escravas solteiras e seus “amásios”; ou ainda fruto de partilhas de bens. No entanto, não se pode negar que, certamente influenciado pela Lei de 1850-51, a disputa, cada vez maior por escravos em idade produtiva, produziu um impacto perceptível nos preços dessa “mercadoria” - dados que serão avaliados mais adiante.

Entre os anos de 1850-59, segundo os livros notas do cartório de Nazaré, foram comercializados 227 escravos naquela comarca. A grande maioria destes - (66%) havia nascido no Brasil, enquanto que 34% eram africanos. No decênio de 1860, vinte anos após o fim do tráfico, dos 253 registros de compra e venda, os africanos representavam apenas 17%, contra 83% de cativos nascidos no Brasil. O censo de 1835, feito pelo padre Vicente Ferreira

¹⁵⁷ PARÉS, Luis Nicolau. “O processo de crioulização no recôncavo baiano (1750-1800)”, op. cit.

¹⁵⁸ Dados coletados a partir dos nove livros de nota - compra e venda de escravos - da Comarca de Nazaré, disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia – APB.

Gomes, apontou que, nas fazendas e sítios de São Gonçalo dos Campos, apenas 19,1% dos escravos que trabalhavam na lavoura fumageira eram africanos, enquanto a grande maioria (80,9%) havia nascido no Brasil¹⁵⁹.

A diminuição da população de africanos nos plantéis era compensada pelo aumento de escravos nascidos no Brasil, chegando a mais da metade dos indivíduos que compunham os mesmos na década imediatamente posterior à Lei de 1850, e a 80,6% vinte anos após a mesma Lei, de acordo com os inventários pesquisados, como se pode verificar nos dados apresentados na Tabela 11. Dados trazidos por Bert Barickman para o final do século XVIII apontam que os crioulos já representavam quase 71% da população escrava nas freguesias produtoras de fumo do recôncavo¹⁶⁰.

Diante desses dados, pode-se supor que a entrada de africanos novos na praça de Nazaré e suas povoações tenha decaído antes mesmo da Lei de 1850, e que a manutenção da população cativa naquela região se dava pela reprodução natural. Estes resultados, que são confirmados na análise dos escravos arrolados nos inventários *post-mortem* para os anos de 1850-1888, suscitam necessariamente questões sobre a taxa de fecundidade das escravas da freguesia de Nazaré e suas povoações.

A taxa de fecundidade entre as cativas nessa parte do recôncavo era, como se verá mais adiante, relativamente alta para os padrões da época. Cabe, todavia, perguntar quais condições teriam levado essas mulheres a “tornarem-se mães”, assim como entender de que forma essa maternidade era vivida pelas escravas dos pequenos plantéis do recôncavo, uma vez que havia uma multiplicidade de situações que bem refletiam a especificidade da vida no cativo.

Alguns autores ponderam que, no Brasil, uma variedade de condições e políticas contribuíram para o excesso de mortes sobre os nascidos no cativo, levando, conseqüentemente, para uma “incapacidade” de manutenção de seus números através da reprodução natural. Tais estudos, voltados principalmente para as grandes *plantations* de açúcar e de café, fundamentam-se em argumentos relacionados à baixa proporção de escravas em relação ao número de cativos do sexo masculino, no uso frequente de severos castigos físicos e no trabalho esgotante para os escravos de ambos os sexos¹⁶¹.

¹⁵⁹ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 258 - 259.

¹⁶⁰ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit., p. 263.

¹⁶¹ Ver, principalmente, CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*, op. cit. Ver também: STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova

Analisando regiões da grande lavoura do sul e do sudeste, esses estudos têm comprovado que a taxa negativa do crescimento natural entre a população cativa parece não ter constituído uma preocupação para os senhores escravistas, acostumados com a reposição de seus plantéis com africanos novos. No entanto, a conjuntura do pós 1850 - fim do tráfico, elevação do preço dos cativos, disputa de mão de obra para atender a economia cafeeira do Sudeste e, posteriormente, leis abolicionistas, - pode ter mudado o comportamento do senhor quanto à procriação de suas escravas. Não se podem tomar esses argumentos como regra para explicar todas as regiões escravistas do Brasil.

Cabe aqui enfatizar que não se contestam as estatísticas existentes sobre a escravidão no Brasil que confirmam a incapacidade do aumento de escravos por meios naturais, nem se busca ressuscitar a crença popularizada por Gilberto Freire de que a escravidão latino-americana era relativamente humana, mas sim avaliar as condições do cativo nessa parte da Bahia que, em muitos aspectos, difere de outras regiões.

No caso particular da comarca de Nazaré, mesmo antes de findado o tráfico atlântico, as condições de vida da escravaria, o ritmo de trabalho nas roças e o “afrouxamento” das relações escravistas podem ser explicações possíveis para taxas positivas de crescimento natural, chegando a um crescimento demográfico, quase, autossustentado. O ano de 1856, por exemplo, apresentou um crescimento natural de 17% da população cativa de Nazaré¹⁶². Números significativamente altos se se considerar que, entre os anos de 1855-56, a cidade de Nazaré foi varrida por uma epidemia de cólera-morbo que vitimou, sobretudo, a população adulta do município¹⁶³.

Mesmo que as condições de vida e trabalho da escravaria nas fazendas e roças de Nazaré possam ajudar a entender as altas taxas de maternidade entre as cativas, não ajudam a revelar os motivos para os altos índices de ilegitimidade entre essa população observados na Tabela 12. Em 1860, por exemplo, a paróquia de Nossa Senhora de Nazareth realizou 367

Fronteira, 1985; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

¹⁶² Dados coletados dos Registros paroquiais de batismos e óbitos do ano de 1856. *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*, disponíveis em: <www.familysearch.org>.

¹⁶³ É certo que a epidemia do cólera-morbo atingiu diversas localidades do recôncavo baiano, vitimando sobretudo a população adulta como afirma Bert Barickman (Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881). *Revista Afro-Ásia*: Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, n. 21 e 22, p. 177-238, 1998-99, p. 193). No entanto, cabe ressaltar que em Nazaré a população livre e liberta adulta foi a que mais sofreu com tal moléstia, do total de cento e oitenta e oito pessoas que morreram naquela paróquia no ano de 1855 vitimadas pela cólera-morbo, 88,8% eram livres ou libertas e apenas 11,2% eram escravos (conforme dados obtidos nos livros de óbitos para aquele ano, disponível em: <www.familysearch.org>).

batismos de crianças; destas, pouco mais de um quinto (74 crianças) eram filhos de escravas declaradas naquele documento paroquial como solteiras¹⁶⁴ - o que não significa dizer que essas mães declaradas solteiras não estivessem envolvidas em relações de concubinato ou uniões livres, não reconhecidas como legítimas pela Igreja Católica - e apenas quatro (5,1%) eram frutos de uniões sacramentadas pela Igreja, o que deixa claro a quase ausência de casamentos entre os cativos¹⁶⁵.

Tabela 12 - Legitimidades de crianças livres e escravas batizadas na Paróquia de Nazaré, 1850 - 1871

Ano	Condição	Legítimos	Ilegítimos	Total
1850 e 1856	Livre	245 (69%)	110 (31%)	355 (100%)
	Escravo	02 (1,4%)	145 (98,6%)	147 (100%)
1860 e 1865	Livre	391 (62,6%)	234 (37,4%)	625 (100%)
	Escravo	10 (6,5%)	145 (93,5%)	155 (100%)
1870-1	Livre	415 (62%)	254 (38%)	669 (100%)
	Escravo	03 (2,7%)	109 (97,3%)	112 (100%)

Fonte: Livro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth, 1860. Disponíveis em: www.familysearch.org

Obs: Crianças escravas que foram libertas de pia foram contadas como livres. Em 1865, foram batizados quatro africanos adultos que não foram computados na tabela.

Formas de organização familiar de escravos e libertos, suas estratégias de sobrevivência e manutenção de laços afetivos dentro e fora do cativeiro têm sido alvo de importantes estudos que visam ir além de se constatar, simplesmente, a existência ou não da família escrava. Trata-se de buscar entender o quanto as heranças culturais e as condições materiais de vida podem, respectivamente, explicar a formação e os interesses na organização familiar dos cativos como pontuou Sheila de Castro Faria¹⁶⁶.

Ao problematizar as relações entre senhor e escravos, essas pesquisas têm possibilitado resgatar as estratégias cotidianas dos cativos para lidar com a opressão imposta pelo cativeiro. Nesse contexto, ao estudar os laços afetivos e sexuais entre homens e

¹⁶⁴ Sobre essa questão ver: RÉIS, Isabel Cristina. *A família negra no tempo da escravidão*: Bahia, 1850-1888. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas/SP, 2007; ALVES, Adriana Dantas Réis. *As mulheres negras por cima*: o caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social, c. 1780-1830. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010. Ver também: SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit.

¹⁶⁵ *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*. Registro paroquiais de batismos e óbitos do ano de 1860, disponíveis em: <www.familysearch.org>.

¹⁶⁶ SLENES, Robert e FARIA, Sheila de Castro. "Família escrava e trabalho". *Revista Tempo*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 37- 48, dezembro de 1998.

mulheres, em suas múltiplas variáveis - união formal, consórcio informal (concubinato) e o parentesco fictício (compadrio) - construídos ainda no cativeiro, revelam uma rede de solidariedade que se estabelecia entre mulheres cativas, libertas e pobres livres.

Robert Slenes, ao examinar a escravidão das fazendas de café do Sudeste, apontou não apenas um significativo número de homens e mulheres casados, como também que esses escravos conseguiram manter unidas suas famílias conjugais e até construir redes de parentesco extensas¹⁶⁷. Os dados pesquisados nos assentos de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth, entre os 1859-1888, apontam que foram raros os casamentos entre escravos. Para esse período, encontram-se apenas oito casamentos entre escravos de um mesmo senhor, vinte e quatro casamentos entre escravos e libertos e apenas três matrimônios cujos nubentes eram escravos de senhores diferentes.¹⁶⁸ Estudos mais recentes acerca da família escrava não têm localizado uniões matrimoniais que cruzassem a fronteira entre as propriedades¹⁶⁹. Usualmente, os cativos, quando se uniam em matrimônio, a escolha se dava, via de regra, com outro cativo do mesmo senhor ou com um parceiro liberto ou livre. No entanto, não se pode negar que, embora raras, as uniões entre cativos de senhores diferentes ocorreram nas propriedades escravistas do sul do recôncavo.

Situação vivenciada em 1870, por Francisco, crioulo, escravo de dona Francisca Maria de Jesus Sampaio, o qual recebeu em matrimônio a parda Maria Maximiana, escrava de dona Eufrosina Isabel Sampaio¹⁷⁰. Não se sabe, ao certo, se as senhoras proprietárias dos escravos Francisco e Maria Maximiana eram irmãs ou tinham algum parentesco. Supõe-se, pelo sobrenome Sampaio, que elas poderiam ter alguma ligação, o que, de certa forma, pode ter favorecido o consentimento para formalização da união entre seus cativos. Se é possível presumir uma provável ligação entre as proprietárias que viessem a favorecer tal união, esbarra-se nas limitações impostas pelas fontes ao buscar-se mais informações sobre a vida desse casal.

¹⁶⁷ SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit., p. 47.

¹⁶⁸ *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador* - Registro de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth (1859 – 1888). Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁶⁹ Esses estudos têm apontado que, embora as Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia tenham favorecido o casamento entre o escravo e a escrava com outras pessoas cativas, ou livres e que seus senhores não podiam impedir tal matrimônio, isso pouco aconteceu, revelando “uma política em geral não escrita mas amplamente praticada de restringir o universo social do cativo” a unidade escravista em que vivia. Ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, op. cit., ver principalmente o capítulo “Viver escravo – Diversidade”; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit., ver principalmente o capítulo “Casamento e cativeiro: a nupcialidade escrava em Campinas”; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., ver principalmente o capítulo “Restrições sobre a família escrava”.

¹⁷⁰ Assento de casamento de Francisco, crioulo, escravo e Maximiana, parda, escrava (1870). *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador* - Registro de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth (1859 – 1887). Disponível em: <www.familysearch.org>.

O casamento entre escravos de proprietários diferentes, como já foi dito, não foi comum e, ao que tudo indica, quando ocorria, era necessária a expressa liberação de seus senhores. Sabe-se que um cativo não podia se casar na Igreja sem a permissão de seu senhor e que, sem ela, o padre não publicaria os proclames. Mas, apenas nos casos de casamento entre escravos de senhores diferentes essa autorização foi registrada no documento paroquial. Em 1883, ao celebrar a união entre Nicolão da Costa Barreto, africano, escravo de João Baptista da Costa Villas Boas, e Januária Maria da Cruz, crioula, escrava de Manoel Lopes da Cruz, o pároco só confirmou a dita união perante as testemunhas e convidados “depois de me serem apresentadas as licenças dos senhores dos nubentes”¹⁷¹. Ter seus cativos unidos em matrimônio com escravos de outros senhores significava, entre outras coisas, fazer concessões que poderiam trazer a perda parcial ou total da vigilância sobre eles. O desejo de morar sob o mesmo teto, por exemplo, pode ter gerado momentos de negociação e tensão entre escravos e senhores¹⁷².

No entanto, muito mais expressivo foi o número de casamentos em que os escravos buscaram seus parceiros fora do cativeiro. Entre os anos estudados, para se ter uma ideia, eles representaram 68,6% de todos os escravos casados naquele período¹⁷³. Em Nazaré das Farinhas, entre os casais em que um dos companheiros era livre ou liberto, os homens escravos foram os que mais buscaram suas companheiras fora do cativeiro, representando quase a totalidade (83,3%) dessas relações¹⁷⁴. Não se sabe, ao certo, se a relação afetiva entre escravos e libertos, que se concretiza no casamento legal, teria sido construída quando essas mulheres ainda eram escravas ou já eram forras. Não se entrará aqui na discussão trazida por Manolo Garcia Florentino e José Roberto Góes que afirmaram ser a família escrava importante para a estabilidade política da escravidão, ao trazer *a paz* nas senzalas nem se abordará a importância da herança cultural de matriz africana como definidora para a formação da família cativa¹⁷⁵. Concordando com Sheila de Castro Faria, “ao se casar, o escravo e, mesmo, seus descendentes, tinham em vista objetivos específicos, longe de ser o de

¹⁷¹ Assento de casamento de Nicolão da Costa Barreto, africano, e Januária Maria da Cruz, crioula, escrava (1883). *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador* - Registro de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth (1859 – 1887). Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁷² SLENES, Roberts W. *Na senzala uma flor...*, op. cit.

¹⁷³ Entre os anos de 1859 e 1888, foram localizados trinta e cinco casamentos de escravos nos assentos de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth.

¹⁷⁴ *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador* - Registro de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth (1859 – 1887). Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁷⁵ FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico – Rio de Janeiro (1790-1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit.

sacralização de um matrimônio. Buscavam um reconhecimento social”¹⁷⁶ e também meios de conquistar melhores condições de vida. Enfim, a liberdade. Asserção que faz pensar acerca da importância da escolha do parceiro – influenciado ou não pelos senhores – para alcançar tais objetivos.

No entanto, não se pode negligenciar que existiam limitações para que essas mulheres pudessem selecionar seus parceiros, e o cativo era certamente uma delas, embora nessa porção do recôncavo houvesse uma maior mobilidade da população cativa que se diferencia, por exemplo, dos seus vizinhos “plantadores de cana”. No caso das libertas e pobres livres esse universo se ampliava à medida que sua mobilidade e, portanto, visibilidade na cidade, era favorecida por sua condição.

Vale lembrar que a lide diária de mulheres escravas, forras e pobres livres que viveram no recôncavo favoreceu o contato com todo tipo de gente. Mesmo as cativas, ao circularem pelos caminhos das roças, onde apanhavam água, coletavam frutos e mariscos para sobrevivência, ou quando lhes era facultada a oportunidade do trabalho de ganho, feito, sobretudo, nos centros urbanos, conquistaram camaradagens com outros homens e mulheres, estabeleceram redes de amizade e solidariedade, que possibilitou, num certo sentido, ampliar sua capacidade de escolha para uma futura união. Essa afirmativa justificaria o volumoso número de uniões formalizadas na Igreja por sujeitos que moravam nas diferentes freguesias que pertenciam a Nazaré¹⁷⁷.

Nem sempre é possível saber como cada um desses casais iniciou seu caso amoroso, tampouco as motivações que os levaram a formalizar essas uniões na Igreja. No entanto, olhando atentamente os indícios deixados nos registros paroquiais, é possível compor uma história presumível. Em 1883, Andronico de Farias, crioulo liberto, recebeu em matrimônio Maria da Conceição Farias, escrava de Augusto Silvestre Farias. Sabe-se, pelo assento de casamento, que Maria da Conceição Farias era natural e morava na propriedade rural de seu senhor localizada na Freguesia de Santo Antônio de Jesus, enquanto que Andronico Farias vivia na Freguesia de Nazaré, sede do município¹⁷⁸.

Não foi incomum escravos adotarem no batismo, ou quando tornavam-se libertos, o sobrenome do proprietário ou ex-proprietário. Sobre essa questão, Schwartz salienta que “era

¹⁷⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, op. cit., p. 338.

¹⁷⁷ *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador* - Registro de casamentos da Paroquia de Nossa Senhora de Nazareth (1859 – 1887). Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁷⁸ Assento de casamento de Andronico Silvestre Farias, crioulo, liberto e Maria da Conceição Farias, escrava de Augusto Silvestre Farias (1883). *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador* - Registro de casamentos da Paroquia de Nossa Senhora de Nazareth (1859 – 1887). Disponível em: <www.familysearch.org>.

forte a tendência (do cativo) a escolher o nome do senhor”¹⁷⁹. Sendo assim, pode-se concluir que, muito provavelmente, Maria da Conceição Farias e Andronico Farias em algum momento de suas vidas foram escravos na mesma propriedade e assumiram o sobrenome do seu senhor Augusto Silvestre Farias. Supõe-se, então, que a relação entre eles se iniciou ainda no cativeiro.

Uma vez liberto, Andronico Farias poderia conquistar o pecúlio necessário para a compra da liberdade de sua amada. Certamente reunir tais recursos poderia durar algum tempo, o que o levou a pedir permissão ao senhor para casar com Maria da Conceição Farias quando essa ainda era escrava. Não se sabe se a conquista da liberdade foi efetivada, nem quais os caminhos que esse casal trilhou para manter os laços familiares. Mas, pode-se concluir que essa união poderia trazer possibilidades concretas para que seus objetivos fossem alcançados.

Estudos acerca da família escrava tem pontuado a importância das afinidades culturais e étnicas, assim como a conquista de melhores condições de vida - como o acesso à terra para o cultivo em benefício próprio - nas escolhas e construções de laços familiares nas áreas de grande lavoura do Centro-Sul¹⁸⁰. Obviamente, a possibilidade de conquistar uma maior autonomia pode ter influenciado as uniões formais ao ponto de transformar “o casamento, na Igreja católica, uma prática corriqueira e desejada”, nessas localidades, como sinaliza Sheila de Castro Faria¹⁸¹. No recôncavo baiano, dada as suas especificidades, não foi possível estabelecer, na amostra estudada, uma relação significativa entre afinidades étnicas e possíveis escolhas de cônjuges. Tampouco foi possível identificar possíveis vantagens (para o casal de escravos) que tenham favorecido o casamento entre cativos.

Enfim, ao que tudo indica, a união formal entre cativos não foi “facilitada” pelos senhores escravistas dessa parte do recôncavo, quer seja entre escravos de um mesmo senhor ou não. Não é possível dizer se havia na Comarca de Nazaré uma “proibição” para tais uniões, como argumenta Robert Slenes para a região de Campinas em São Paulo, mas sim que aqueles escravos que desejassem formalizar suas uniões tivessem de conquistar esse direito junto aos seus senhores¹⁸².

¹⁷⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos...*, op. cit., p. 327.

¹⁸⁰ Sobre esse tema, ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, op. cit., ver principalmente o capítulo “Viver escravo – Diversidade”, p. 289-354; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. cit., ver principalmente o capítulo “Fachadas e fogos: estratégias domésticas e projetos de vida”, p. 180-198.

¹⁸¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*, op. cit., p. 337.

¹⁸² Ao estudar a nupcialidade escrava em Campinas, Robert Slenes avalia que “os senhores de escravos em Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos e

Os dados apresentados para os anos de 1850-1871, expostos na Tabela 12, confirmam as evidências já levantadas por Schwartz acerca do recôncavo baiano, nos anos de 1723-1816, de que a grande maioria dos cativos na zona rural baiana eram filhos de pais não casados segundo os ritos da Igreja Católica¹⁸³. Isso não quer dizer que eles não tivessem famílias, ou que o parentesco não fosse importante em suas vidas¹⁸⁴. Não se pode esquecer que, nessa parte do recôncavo, predominou a existência de posses “pequenas” com até dez cativos, fator que se deve levar em consideração ao tratar-se da nupcialidade escrava. Nos estudos acerca da percentagem de casamentos entre cativos, em outras regiões do Brasil, quase sempre as posses médias e grandes apresentaram maiores percentuais de escravos casados¹⁸⁵. Além disso, outro importante fator a se considerar é o elevado percentual de propriedade com escravos de um mesmo sexo, o que, em tese, dificultaria ainda mais as uniões.

Se a presença de escravos de apenas um sexo nas propriedades pode ser uma explicação possível para as dificuldades enfrentadas pela população de cativos do recôncavo “mandioqueiro” em formalizar suas uniões perante a Igreja, as barreiras canônicas e financeiras impostas pela Igreja muito provavelmente tiveram seu papel em desestimular a oficialização de suas uniões¹⁸⁶. Ademais, o que fica patente na investigação feita sobre a família escrava é que para essa população de despossuídos, seja escravos, libertos ou pobres livres, a formalização de casamentos religiosos parecia não ter significado para suas vidas cotidianas¹⁸⁷.

Apesar de terem sido raros os matrimônios entre escravos sancionados pela Igreja nessa parte do recôncavo - dos 2.284 escravos contabilizados no censo de 1872, apenas 2,6% foram declarados como casados, a grande maioria (97,4%) dos cativos aparecem como solteiros - a taxa de fertilidade entre as cativas era significativamente alta para os padrões nacionais, chegando a 2,6 filhos vivos por escrava na mostra estudada, podendo ser até maior, uma vez que, em muitos inventários, as crianças que foram listadas não tiveram suas mães

peças livres”, o que significaria que essa “proibição” levou os escravos a encontrar seu cônjuge dentro de mesma posse. Ver SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit., p.75.

¹⁸³ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos...*, op. cit., p. 318.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Para saber mais sobre a nupcialidade escrava ver: Florentino, Manolo & Góes, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, op. cit.; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit.; SIMONATO, Andréa Jácomo. “O parentesco entre cativos e o meio rural do Rio de Janeiro em 1860”. *População e família* (CEDHAL/USP), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 143-179, jan./jun. 1998.

¹⁸⁶ Cabe ressaltar que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, publicadas em 1707, regulamentou o consórcio entre cativos. Esse regulamento garantia, entre outras coisas, que os escravos podiam unir-se com pessoas cativas ou livres. Ver sobre o tema: CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. “Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira”. *Topoi - Revista de História*, v. 6, n. 11, p. 327-361, jul-dez. 2005.

¹⁸⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.

declaradas. Maria Odila Dias avalia que, em São Paulo do século XIX, “o índice de natalidade, baixo em geral, mesmo entre a população livre da cidade era particularmente baixo entre as escravas”¹⁸⁸, chegando a 1,07 filhos por escrava¹⁸⁹.

Se a formalização dos casamentos parece ter sido pouco importante para essa população, mais significativas teriam sido as relações de compadrio, formalizadas nos assentos de batismo. A leitura de tais assentos oferece indícios de que devem ser levados em consideração não apenas para se apreender comportamentos, códigos de conduta e de moralidade que organizavam formas de vida no cativeiro, mas também por revelar estratégias que garantiam vantagens, tanto do ponto de vista financeiro (afilhados eram frequentemente agraciados com recursos deixados por seus padrinhos e madrinhas em testamento), como também afetivo.

Em outras palavras, a construção de laços familiares independia da formalização dos casamentos na Igreja; assim como, independia da permissão do senhor, visto que uniões informais foram mais comuns do que as legalizadas pela Igreja e pelo consentimento do senhor. A construção de laços familiares ultrapassou a necessidade de bênçãos (seja do senhor ou da Igreja), pois significou para esses sujeitos a construção de importantes alianças sociais, que, certamente, fortaleceu redes de solidariedades e identidades dentro e fora do cativeiro, seja nessa parte do recôncavo baiano, seja nas diversas regiões do Brasil escravista.

Ainda que a união formal (confirmada pela Igreja) não tenha sido comum nessa parte do recôncavo, ela não pode servir para mascarar as múltiplas formas de organização familiar, de convivência e de sobrevivência de mulheres pobres, livres forras e escravas, construídas a partir da realidade concreta da vida desses sujeitos. Adentrar no cotidiano, percebê-las no espaço social em que viviam e constituíam suas vidas com ou sem a presença de um companheiro é um trabalho difícil e, como diz Maria Odila Dias, “tortuoso”, principalmente pelas limitações impostas pelas fontes escritas, viciadas pela forma cristã da família conjugal¹⁹⁰.

Mulheres livres e escravas chegaram a representar mais da metade da população computada no censo de 1872¹⁹¹. Sua presença na vida urbana e rural do recôncavo, onde

¹⁸⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit., p. 102-03.

¹⁸⁹ Ao estudar o Engenho Santana, localizado no recôncavo da Bahia, Schwartz encontrou o mesmo valor médio de 2,6 filhos por mãe que localizamos na análise dos inventários pertencentes aos pequenos e médios proprietários falecidos na comarca de Nazaré. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 324-325.

¹⁹⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Mulheres sem História”. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 31-45, 1º semestre de 1983.

¹⁹¹ Ver Censo de 1872.

exerciam variadas funções foi sutilmente registrada na documentação oficial e nos testemunhos de observadores contemporâneos; nos registros da vara civil ou crime apareciam como alcoviteiras, concubinas ou “barrigans”, curandeiras e feiticeiras, dando a dimensão do viver de mulheres pobres nessa parte do recôncavo da Bahia. Acostumadas ao quase anonimato, mas não anônimas, essas mulheres construíram solidariedades significativas para garantir sua sobrevivência. É o que nos revelam testamentos, ao declarar suas últimas vontades, essas mulheres deixam pistas de suas vidas, quebraram o silêncio sobre onde moravam e como sobreviveram.

Ao escolher os padrinhos para seus filhos deixavam entrever relações sociais forjadas no cotidiano. Essas escolhas, nem sempre despretensiosas, revelavam ligações importantes para a continuidade de suas vidas. Através do batismo, criavam-se, entre afilhado e seu padrinho e madrinha, laços não só espirituais mas também materiais na medida em que essas ligações estendiam-se pela vida secular¹⁹². Portanto, a escolha dos padrinhos para as crianças parece ter significado a possibilidade de estabelecer laços além dos da família imediata, como salientou Stuart Schwartz¹⁹³. Mas, num sentido mais amplo, podia significar a possibilidade de se obter alguma vantagem com esse consórcio. Indícios da concretude de tais esperanças podem ser apreendidos, por exemplo, no testamento de Maria do Rosário, africana liberta, ao declarar, em suas últimas vontades, a quantia de “dez mil réis a minha afilhada Adriana escrava do senhor Manoel José Correia”¹⁹⁴. Certamente o recurso deixado por Maria do Rosário para sua afilhada, a escrava Adriana, não seria suficiente para a compra de sua alforria, mas contribuiria para compor um provável pecúlio que, posteriormente, serviria a esse fim.

Ter um padrinho livre ou liberto poderia se concretizar em algumas vantagens além da construção de uma maior rede de parentesco. Alguns padrões apresentados nos assentos de batismo da Paroquia de Nossa Senhora de Nazaré chamam a atenção sobre esse aspecto. Ao que tudo indica, alguns africanos livres conquistaram *status*, ou até mesmo credibilidade perante os cativos da região ao serem escolhidos frequentemente para apadrinhar seus filhos. Esse é o caso de Felisberta de Figueiredo, africana liberta e Sergio Francisco Tinta, também africano, forro, que, em 1850, fizeram parte da cerimônia de batismo de seis crianças cativas de senhores diversos. Os mesmos dados dos assentos de batismo para o ano de 1850 revelam ainda que 63,3% das escravas africanas escolheram para padrinhos e/ou madrinhas de seus

¹⁹² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. cit., p. 330-331.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ APB – *Testamento de Maria do Rosário*, Livro nº5, 1868.

filhos outros africanos, escravos ou forros¹⁹⁵. Delfina, africana escrava da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, por exemplo, teve seu filho, o crioulinho Maximo, batizado por dois africanos forros: Sergio Francisco Tinta e Benvinda Carolina de Figueiredo¹⁹⁶. A Tabela 13 (adiante) traz padrões importantes para se compreender os significados de tais alianças. A grande maioria das crianças cativas batizadas naqueles anos tiveram como padrinhos homens livres. Certamente, as mães escravas viam nesses laços uma forma de “proteger” seus filhos. Outra questão que se coloca ao observar os dados apresentados abaixo é o significativo número de escravas que eram escolhidas para batizar os filhos de suas companheiras de cativeiro a sugerir a formalização simbólica de muitas formas de ajuda no cuidado das crianças e nas doenças.

Tabela 13 - Condição dos padrinhos de crianças escravas, Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth, 1850 e 1856

		1850	1856
Padrinhos	Livre	30	48 ^a
	Escravo	09	43
	Liberto	16	08
	Nenhum	-	-
Madrinhas	Livre	10	19
	Escrava	13	60
	Liberta	08	05
	Nenhuma	24 ^b	15 ^c
Total de batismos		55	99

Fonte: Livro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth, 1850 e 1856. Disponíveis em:

<www.familysearch.org>

Obs: Tabela construída a partir dos assentos de batismo, 1850 e 1856. Só foram consideradas para esse estudo as crianças cativas. (a) Inclui um padrinho que era Senhor do cativo batizado. (b) Inclui quatro libertos (alforriados ao nascer). (c) Inclui um liberto (alforriado ao nascer).

Em 1856, pouco mais de 60% das madrinhas escolhidas eram escravas. Uma leitura mais cuidadosa desses assentos de batismo revelou que um número significativo dessas cativas, que serviram de madrinha, pertenciam a outro senhor que não o da pessoa batizada confirmando certa mobilidade dessa população cativa¹⁹⁷. A relativa liberdade de movimento e de sociabilidade dos cativos que viviam nos pequenos plantéis da zona rural do recôncavo “mandioqueiro” era, de fato, bem próxima daquela vivida pelos escravos citadinos, já bastante

¹⁹⁵ Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth. Livro de Batismo (1845, nov. - 1852, abril). Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁹⁶ Batismo Maximo, crioulo, filho natural de Delfina, africana escrava. Livro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth (1845, nov. - 1852, abril). *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*. Disponível em: <www.familysearch.org>.

¹⁹⁷ *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*, Assento de batismo da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, 1850 e 1856. Disponível em: <www.familysearch.org>.

documentada pela historiografia que tem como objeto de estudo a escravidão urbana¹⁹⁸. Portanto, era nesses espaços de convivência que mulheres escravas e forras construíram laços de amizade e solidariedade que seriam, mais tarde, confirmados no sacramento do batismo.

Oratórios e capelas localizados nas fazendas, engenhos e nos pequenos povoados foram amplamente utilizados na celebração dos ritos de batismo, não apenas dos filhos das cativas, como também de crianças livres¹⁹⁹. Quase sempre realizados de forma coletiva, o ritual do batismo era considerado um dia de festa: os preparativos iniciavam-se no dia anterior ao ato quando escravas eram designadas para a limpeza e ornamentação do local que receberiam os padrinhos, madrinhas, futuros afilhados, testemunhas e convidados. A presença do senhor durante a cerimônia do batismo parece ter sido comum, embora muito raramente eles tenham sido listados como padrinhos de suas próprias crias²⁰⁰.

Agregados, pequenos proprietários vizinhos das fazendas, moradores dos povoados e escravos de diversos senhores podiam se reunir, nesses dias, para comemorar o parentesco espiritual. A escolha em realizar as cerimônias nas próprias propriedades rurais e não na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, muito provavelmente, estava ligada ao dispêndio de tempo e recursos empreendidos para tal fim. O deslocamento até o centro urbano de todos aqueles envolvidos na cerimônia implicava em um esforço considerável por parte do senhor além de significar perda de um dia de trabalho. Ora, é bem possível que senhores de escravos com o objetivo de minimizar esses gastos, mas também, como uma forma de ostentar poder e obter ganhos políticos, aproveitavam as visitas canônicas para realizar os batismos e, só aí, solicitar a presença do pároco.

¹⁹⁸ Ver entre outros: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas...*, op. cit.; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.

¹⁹⁹ Foram listados nos assentos de batismo dezesseis Oratórios e Capelas que pertenciam a Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré. Em 1870, cento e setenta crianças foram batizadas nesses locais, representando 43,7% de todos os batismos daquele ano: Oratório de Engenho Conceição (70 registros); Oratório do Engenho de Martins Boicas na Tijuca (22 registros); Oratório do Engenho Copioba (04 registros); Capella de São João do Cocão – Freguesia de Santo Antonio de Jesus (12 registros); Capella de Nossa Senhora da Saúde (02 registros); Oratório do Onha (42 registros) – vale ressaltar que, nesse ano, aconteceram no Onha as Santas Missões; Capella de Maragogipinho (01 registro); Casa de Jerônimo Dias Barreto (02 registros); Oratório de Luiz Gonzaga dos Santos (01 registro); Capella de Sant' Anna do Rio da Dona – Freguesia de São Felipe (01 registro); Oratório de Luiz Francisco de Brito (01 registro); Oratório do Engenho Santo Antonio (03 registros); Oratório do Engenho União (01 registro); Oratório do Engenho Trabinas (01 registro); Oratório da casa do fellecido Manoel Pereira (04 registros); Oratório da Fazenda Cottia (03 registros).

²⁰⁰ No levantamento feito nos livros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, encontrei apenas um senhor que apadrinhou o seu cativo. Trata-se de Joaquim José Ferreira Torres, que em 1856, apadrinhou a Martinho, pardo, com quinze meses de idade, filho natural de Ignácia, parda, escrava desse mesmo senhor. *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*, Livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré, 1856, p. 09. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Assim ocorreu em dezembro 1870, no Oratório da Fazenda Tijuca, localizada no Onha - povoado contíguo à cidade de Nazaré. Ali, perante um número considerável de parentes e amigos, escravos e livres, foram batizadas cinco crianças. Foi nessa oportunidade que Felippa Maria dos Anjos, liberta, tornou-se madrinha dos filhos de Marcolina Maria, parda, solteira, provavelmente liberta, e Geralda, parda, escrava do Capitão José de Andrade Lima. Nesse ato, essas mulheres, de condições sociais diferentes, firmaram uma união simbólica, fortalecendo as suas redes de parentesco improvisados no cotidiano²⁰¹.

As evidências demonstram, portanto, que, depois de alforriados ou mesmo entre cativos residentes em outras propriedades, esses laços eram mantidos e fortalecidos seja nos momentos de lazer e festas, nos batismos, casamentos ou sepultamentos. Alianças importantes, além do parentesco, a fim de orientar suas vidas dentro ou fora do cativeiro, para garantir-lhes, enfim, a sobrevivência. Esse foi certamente o caso de Quitéria Tinta, africana liberta, solteira, que batizou sua filha Lucia com um ano de idade em 1871. Entre os padrinhos, dois africanos, Abrahão, africano liberto e Anna também africana, escrava. Não se sabe, ao certo, se Quitéria ainda mantinha alguma relação com o pai da criança, nem em quais condições ela enfrentou a gestação, mas fica evidente que a escolha dos padrinhos teve como objetivo fortalecer laços étnicos. Anna, Quitéria e Abrahão certamente dividiram a experiência do cativeiro em uma mesma propriedade ou em propriedades diferentes da região desenvolvendo atividades na lavoura ou até mesmo de ganho. Possivelmente, essas atividades garantiram a Quitéria e Abrahão o recurso necessário para a compra de sua liberdade, mas não os afastaram dos laços construídos ainda no cativeiro²⁰².

Pode-se avaliar ainda, diante desses dados, que relações de vizinhança podem ter definido as escolhas entre os padrinhos possíveis, principalmente entre os libertos que viviam na cidade. Mãe solteira, a africana forra Raimunda Maria Pereira, socialmente desqualificada e presa à luta árdua da sobrevivência, vivendo do precário comércio ambulante ou até mesmo do artesanato caseiro, escolheu dois africanos libertos para padrinhos de seu filho José, um

²⁰¹ Batismo de João, pardo, sete meses, filho natural de Marcolina Maria e Luiz, pardo, quatro meses, filho de Geralda escrava. Assento de batismo (1870). *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*, Livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré (1867, jun. – 1873, nov.). Disponível em: <www.familysearch.org>.

²⁰² Batismo de Lucia, crioula, filha natural de Quitéria Tinta, africana liberta. Livro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth (1867, jun. – 1873, nov.). *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*, Disponível em: <www.familysearch.org>.

crioulinho de apenas três meses de idade²⁰³. A convivência nos bairros periféricos entre africanos livres - documentada em processos crime, ao revelar as querelas que os envolviam e até mesmo a contestação de inventários - o sentimento de pertencimento a um grupo que vivenciou experiências comuns no cativeiro e uma possível busca da manutenção de elementos culturais podem ter contribuído para que boa parte dos africanos, que tiveram filhos no recôncavo, fortalecessem laços de solidariedade e companheirismo através do compadrio de batismo.

2.3 Mulheres libertas, filhos cativos: vínculos com o cativeiro

É certo que estudos sobre a família escrava têm avançado no sentido de trazer à tona diferentes níveis de organização dentro do cativeiro. Essas pesquisas abrem a possibilidade de se vislumbrar um universo mais amplo de organização familiar que ultrapassa modelos baseados na tradição católica e têm, num certo sentido, posto em cheque o mito da licenciosidade sexual atribuída durante muito tempo aos escravos²⁰⁴. Como vimos até aqui, a família escrava esteve ligada, sobretudo, à mulher cativa e seus filhos nascidos no cativeiro. Vimos também que laços afetivos e de sangue construídos no cativeiro se mantiveram por toda a vida, apesar das adversidades atravessadas pela condição escrava. A manutenção de vínculos entre cativos, mesmo entre aqueles que tiveram “laços desfeitos” pela venda, partilha ou alforria, desbancam a tese de serem os escravos indivíduos “desgarrados”, fruto de uniões instáveis promovidas pela promiscuidade das senzalas²⁰⁵.

Se, no geral, as condições de vida no cativeiro, o desinteresse dos proprietários sobre a vida afetiva e sexual de suas escravas e a escassez de casamentos sancionados pela Igreja foram fatores que comprometeram uma melhor percepção dos laços afetivos e de sangue construídos pelas mulheres submetidas ao regime da escravidão; para o recôncavo sul, a análise mais minuciosa dos inventários, testamentos e registros paroquiais (batismo, óbito e

²⁰³ Batismo de José, crioulo, filho natural de Raimunda Maria Pereira, africana liberta. Livro de Batismo, Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth (1867, jun. - 1873, nov.). *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*, Disponível em: <www.familysearch.org>.

²⁰⁴ Sobre esse assunto ver, entre outros, SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit.; (do mesmo autor): “Família escrava e trabalho”, op. cit.

²⁰⁵ Em “Lares negros, olhares brancos”, capítulo do livro *Na senzala uma flor*, Robert Slenes evidencia a concepção do branco estrangeiro acerca da vida afetiva e sexual das escravas no Brasil do século XIX. Ver: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. cit., p. 134-142.

casamento) revelaram relações afetivas e de sangue estabelecidos no seio da escravidão, tanto com escravos de uma mesma propriedade, quanto de outras propriedades, sugerindo sempre o traço peculiar de mobilidade dos cativos que estabeleceu as bases para a formação de relações dentro e fora das senzalas.

Diante do escasso plantel de muitos sitiantes e lavradores da região, os filhos cativos das mulheres escravas se mostravam valiosos. Desde muito cedo, os senhores escravistas fizeram “os filhos dos escravos terem tarefas: arrancar mato no pasto, dar ajuda em casa, na cozinha”, ligando-os às atividades rotineiras das fazendas como sinalizou o memorialista Isaías Alves²⁰⁶. A importância do trabalho dos pequenos cativos, talvez justifique o fato da permanência das crianças por anos a fio vivendo ao lado de suas mães numa mesma propriedade, pelo menos é o que sinaliza a leitura dos cento e quarenta e seis inventários analisados nesta pesquisa. Na amostra estudada, 41,5% das propriedades inventariadas, entre os anos de 1850-1888, documentam a convivência entre mães e filhos. Esse número ainda pode ter sido bem maior, pois em muitos casos os avaliadores (preocupados apenas em listar os bens do falecido) não informaram o nome da mãe das crianças que aparecem nos plantéis. Neste estudo, observou-se a dinâmica do viver escravo nessa parte do recôncavo que, diferente das áreas rurais onde prevaleceram os grandes plantéis compostos por maioria masculina, possibilitou tanto a maternidade, quanto a existência de algumas uniões estáveis duradouras (ainda que não sancionadas pela Igreja) reveladas pela existência de grupos familiares (mãe e filhos) que residiam na mesma propriedade por mais de duas gerações. Veja-se o caso de Maria da Conceição, escrava de Felix Barreto, que, apesar da situação de ilegalidade de sua condição cativa (que será visto no capítulo V), conviveu com suas filhas e netos numa mesma propriedade, e o de Joaquina, escrava de Maria Francisca Barreto, ambos apresentados no Quadro abaixo.

²⁰⁶ ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Salvador: EDUNEB, 2010, p. 164.

Quadro 2 - Grupos familiares de escravos cujos membros residiram na mesma propriedade por várias gerações.

Propriedade/Ano	Nome dos pais	Nome dos filhos	Ano do nascimento	Cor
Fazenda Palmeira (1869)	Joaquina, crioula, 40 anos, lavoura	Benedito	1842	Crioulo
		Ana	1843	Crioula
		Maria	1847	Crioula
		Joaquim	1849	Cabra
		Valentina	1851	Crioula
		Izabel	1854	Crioula
Sitio Rio da Prata (1877)	Ana ⁽¹⁾ , crioula, 26 anos, lavoura	Feliciana	1867	Crioula
		Vitório	1869	Crioulo
	Caetana ⁽¹⁾ , crioula, 25 anos	Silvério	1866	Crioulo
		Florentina	1869	Crioula
		Gertrudes	1871	Crioula
	Maria da Conceição, cabra, 56 anos, lavoura	Josefa	1846	Preta
	Josefa ⁽²⁾ , preta, 31 anos, lavoura	Leandra	1853	Parda
		Marcelino	1866	Parda
		Manoel	1867	Parda
		Leandro	1870	Preto
		Marcolino	1872	Pardo
		Belmira	1869	Parda
	Leandra ⁽²⁾ , parda, 24 anos, lavoura	Julio	(Ingênuo)	
		Primitivo	(Ingênuo)	
		Maria	(Ingênua)	

Fonte: APB, inventários diversos (amostragem), 1850-1888.

(1) Filhas de Joaquina; (2) Filhas de Maria da Conceição.

Em 1869, a Fazenda Palmeira, localizada na freguesia de Nazaré, contava com quinze escravos em seu plantel. Além de Joaquina, seus seis filhos e dois netos residiam naquela fazenda mais seis crianças escravas que não tiveram suas mães informadas no inventário. A falta de informações acerca de possíveis pais para as crianças cativas arroladas no inventário sugere fortemente a existência de uniões afetivas e sexuais entre as mulheres residentes naquela propriedade com moradores dos sítios, fazendas e engenhos da vizinhança. Assim como em outras propriedades onde a presença do braço negro masculino foi escassa ou ausente, o contrato com trabalhadores temporários (escravo ou não) se fez necessário principalmente em períodos de colheita. Essa maior circulação de libertos, pobres livres, assim como de escravos alugados residentes em diferentes propriedades (causada pela necessidade imperiosa da lida no campo) certamente favoreceu o contato de Joaquina e, posteriormente, Anna, sua filha, (únicas escravas que tiveram suas maternidades declaradas no inventário) com homens que viviam nas redondezas, possibilitando maiores alternativas

para a escolha de seus parceiros fora da propriedade em que residiam. Situação que também pode explicar outras maternidades em escravarias cujo plantel era composto apenas por mulheres.

Circunstância semelhante foi vivida por Maria da Conceição e suas filhas Josefa e Leandra citadas no Quadro acima. Nos dois casos não havia escravos do sexo masculino nos plantéis. Essa mesma situação, onde homens não figuravam nos plantéis, correspondeu a 18,6% das escravarias inventariadas²⁰⁷. Dados nada desprezíveis para deduzir-se que mães solteiras e seus filhos ilegítimos nascidos no cativeiro engrossavam o número de escravos das pequenas propriedades e promoviam indiretamente o enriquecimento de seus proprietários. Ter ou não ter filhos na condição em que se encontravam certamente era uma decisão difícil para qualquer mulher cativa, pois certamente os filhos dificultavam ainda mais a alforria das mulheres que desejavam alcançar a liberdade. É certo que elas sabiam das dificuldades que enfrentariam ao ter seus filhos no cativeiro. O nascimento de uma criança era sempre um momento de expectativa e incertezas cercada de rituais feitos pelas escravas mais velhas, com o uso de ervas e rezas específicas para o parto. O parto significava risco da perda de sua própria vida, mediante as precárias condições de higiene em que era executado; mas, além disso, significava também o estabelecimento de mais um vínculo com o cativeiro.

Sem dúvida, muitas delas tiveram poucas oportunidades de escolha, pois tornavam-se mães ainda muito jovens, o que de certo norteou a vida e a organização familiar dessas mulheres no mundo rural. Como se vê no caso de Maria, escrava de José Francisco de Brito, que deu à luz a seu primogênito com apenas 15 anos de idade. A leitura do inventário *post-mortem* daquele senhor revelou que, em 1887, seu plantel era composto apenas pela família da escrava Maria. Além dela, que, em 1887, contava com cinquenta anos de idade, foram listados entre os bens do falecido seus seis filhos. Com uma média de 2,6 anos entre os nascimentos, ela deu à luz a Rita (1852), Danton (1856), Trajano (1858), Faustino (1863), Maria Margarida (1866) e Maria Fabiana em 1868. Todos nasceram na propriedade e pertenciam à terceira geração de escravos ali residentes. Além das informações localizadas no inventário de seu senhor, nada mais se sabe da trajetória de Maria e sua família, entretanto faltavam poucos meses para o fim da escravidão no Brasil, e, certamente, tanto Maria quanto seus seis filhos lograram a liberdade pela força da Lei do 13 de maio. Provavelmente, até os

²⁰⁷ Para esse estudo foram analisados 113 inventários. Nessa amostra, 18,6% da escravaria era composta apenas por mulheres e seus filhos ilegítimos. Em todos os casos analisados não havia informações sobre o pai das crianças, pois essas mulheres não formalizavam suas uniões na Igreja. A prática de só indicar o nome do pai quando a criança era fruto de uma união sacramentada pela Igreja fez com que, na prática, a família escrava se resumisse à mãe e seus filhos crioulos, nascidos no Brasil.

últimos anos da escravidão no Brasil, Maria e seus filhos vivenciaram a experiência da escravidão rural numa mesma propriedade. A documentação analisada nada informou acerca do possível pai de seus filhos, assim como pouco ou nada foi revelado sobre laços e relações afetivas entre seus filhos e algum companheiro/companheira. A história de Maria revela que assim como ela, tantas outras mulheres escravas se mantiveram cativas engrossando os plantéis dos senhores empobrecidos do sul do recôncavo. Situação que só seria ultrapassada com o fim da escravidão.

A condição de vida que se impunha pela conjuntura vivida por Maria não se constituiu em uma exceção nas fazendas e sítios localizados nas freguesias rurais de Nazaré. Assim como ela, Benedita era a única escrava adulta na Fazenda Rio Preto de propriedade de Ana Maria do Sacramento. Em 1873, quando seu inventário foi finalizado, constatou-se que, além da crioula Benedita de 35 anos, constava no plantel mais três cativos: Izidoro (12 anos), Antonia (9 anos) e Avelina (6 anos), todos filhos da escrava Benedita. Os inventários trazem, de um modo geral, menções à constituição de linhagem, na maioria das vezes femininas, como a mencionada acima. Nas duas situações acima citadas, os documentos autorizam concluir que tanto Maria quanto Benedita (assim como outras mulheres cativas que viveram no sul do recôncavo) iniciaram a maternidade muito cedo e mantiveram-se cativas por toda a vida.

À história de Maria cruzam-se outras impossíveis de serem reveladas por limitações impostas pela leitura apenas dos inventários. No entanto, com o auxílio de outras fontes (livros de batismos, por exemplo) foi possível identificar, além dos grupos primários formados por mãe e filhos, redes familiares extensas articuladas através do parentesco ritual como se viu neste capítulo.

Na medida em que se criavam laços além dos da família imediata, sendo o compadrio de batismo apenas um deles, criavam-se também redes de solidariedade e amparo imprescindíveis para a vida no cativeiro. Para a mulher cativa, significava poder contar com a ajuda mútua e a solidariedade de suas parceiras para criar seus filhos, caso viesse a falecer, ser vendidas ou alforriada. No caso das manumissões, por exemplo, a condição de mãe cativa trazia a necessidade de se fazer escolhas quase sempre difíceis.

De muitas maneiras, o peso da escravidão se fez sentir comprometendo a vida afetiva das mulheres escravas. A escolha de quem fica e quem sai do cativeiro era, certamente, apenas uma delas. A natureza da documentação quase sempre ocultou as dores, a angústia e as

incertezas que cercavam essas decisões. No entanto, a análise dos dados levantados nos inventários - ainda que seja uma análise quantitativa - talvez explique suas escolhas.

Esses dados evidenciaram que mais de 50% dos jovens escravos, entre 1850 - 1888, mantiveram-se anos a fio numa mesma propriedade sem o convívio de suas mães, separados por morte, venda ou alforria. Apesar do uso costumeiro e das ordenações portuguesas que proibiam a separação das crianças de até três anos de idade de suas mães; e apesar da lei de 1869, promulgada em 25 de agosto daquele ano, que proibiu a separação dos filhos menores de quinze anos de suas mães²⁰⁸, foram localizados cento e vinte e três inventários que informaram a existência de 230 crianças cativas, destas, 109 (47,4%) não tiveram suas mães reveladas e vinte e nove (12,6%) permaneceram no cativeiro enquanto suas mães se libertaram. Não resta dúvida que a escolha em libertar-se para depois conseguir recursos para a liberdade dos outros membros da família foi uma realidade praticada pelas mulheres escravas que viveram no sul do recôncavo.

Deixá-los para trás ou assegurar a liberdade de todos da família era, certamente, uma preocupação que rondava os pensamentos e sonhos das mães desde a primeira *cria*. Se, por um lado, libertar-se primeiro significava criar maiores alternativas de ganho que, em tese, aumentaria as possibilidades de libertar seus filhos; por outro lado, a cada ano que passava, os valores atribuídos a eles também cresciam, tornando a alforria cada dia mais difícil de se alcançar com seus poucos ganhos na rua. Seja qual fosse a escolha, ela era sempre difícil. É o caso da situação vivida pela liberta Valerina. Em 1883, ano do falecimento de seu antigo senhor, ela era mãe de quatro crianças cativas e, àquela época, já liberta, andava mercadejando pela região em busca de recursos para sua sobrevivência e para a compra da liberdade dos outros membros de sua família. Não se sabe se ela logrou sucesso em sua empreitada; sabe-se, entretanto, que, com a morte de seu antigo senhor, seus filhos foram separados na partilha dos bens daquele casal, talvez perdendo-se para sempre.

As diversas ocorrências em que os filhos permaneceram no cativeiro enquanto suas mães tornaram-se libertas remove a ideia de sua atipicidade. Revela, entretanto, que elas vislumbravam alternativas preciosas de sobrevivência fora do cativeiro que, num certo sentido, minimizariam a dureza de suas vidas e contribuiriam para compor o pecúlio para a

²⁰⁸ Sobre a lei de 1869, Robert Conrad avalia que “Num país em que quase todos os casamentos eram religiosos e que os casamentos entre escravos eram teoricamente tão sagrados quanto os das pessoas livres, os proprietários prevendo vendas futuras poderão ter desencorajado as uniões permanentes, particularmente depois de 1869, quando a separação de escravos casados, pela venda, foi declarada ilegal”. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*, op. cit., p.45.

compra da alforria de seus entes queridos deixados momentaneamente no cativeiro. No entanto, as limitações impostas pelas fontes não permitem avaliar, percentualmente, quantos desses tiveram suas liberdades concedidas por essa via. Sabe-se, entretanto, que o desejo de tê-los ao seu lado alimentou o sonho e norteou a vida de muitas mulheres cativas. A história da africana Francisca de Tal, falecida em 1865, revela, por exemplo, a dura luta travada por ela para resgatar seus oito filhos deixados no cativeiro.

No dia 21 de junho de 1864, faleceu em casa, de “moléstia interna”, a africana Francisca Maria, deixando poucos bens. Entre eles, uma casinha em terreno foreiro de José Coelho Moreira de Souza. Como herdeiros dos poucos bens deixados, estavam, além do marido, Sebastião Coelho, africano liberto, seus oito filhos e dois netos. A abertura do inventário, uma exigência da lei que Sebastião não pôde evitar, revelou que os filhos da “preta liberta” eram todos escravos em posses de diversos senhores da região. Ao que tudo indica, tanto seu atual marido, o africano Sebastião, como a própria Francisca teriam sido escravos da família Coelho, e alguns de seus filhos ainda permaneciam na posse desse senhor.

A leitura de seu inventário revelou, que dos oito filhos remanescentes do cativeiro, apenas uma, de nome Constância, mãe de Maria Madalena (7 anos) e Henriqueta (2 anos), nascidas livres, teve sua liberdade conquistada. Os demais encontravam-se em cativeiro de diversos senhores da região. Essa história será revista no *Capítulo IV* ao tratar-se do viver de africanas libertas na cidade de Nazaré.

Assim como Francisca, outras mulheres libertas tiveram seus projetos abortados pela dura condição do viver de mulher pobre e forra. Certamente que a liberdade proporcionou-lhes uma maior mobilidade e, talvez, outras possibilidades de sobrevivência. Mas, não se pode negar que a esperança que nasceu do processo de materialização da liberdade logo se defrontou com a realidade “nua e crua” das ruas que as atirou à prostituição e à miséria. Como viveram? Onde foram morar? Que estratégias utilizaram para sobreviver à dura vida de mulher pobre são objetos de análise que serão abordados na segunda parte deste trabalho.

Segunda Parte

Fronteiras entre a escravidão e a liberdade

CAPÍTULO III

Espaço de vivências de mulheres pobres livres e libertas na cidade de Nazaré

... e chegando-se para a sobre dita escrava, em sua mão entregou um ramo verde que nas delle trazia em sinal de haver effectuado sua arrematação.

Inventário de Francisco Inácio Sampaio, 1867.

O ramo verde, símbolo da conquista da liberdade, recebido por Maria, escrava de Francisco Inácio Sampaio, relatado no documento acima, não apenas revela a mudança de condição jurídica (liberta e não mais escrava) que adquiriu com sua arrematação mas, sobretudo, anuncia a oportunidade de construir novos caminhos. De fato, a liberdade recém-adquirida abriria um amplo leque de possibilidades para a ex-cativa; no entanto, no contexto do mundo escravo em que viveu, a liberdade poderia ter outros significados. Oriundas, na maioria das vezes, das freguesias rurais, onde atuavam como trabalhadoras da lavoura, *marisqueiras* ou viviam da venda dos produtos que conseguiam produzir, muitas libertas tendiam a buscar na cidade meios de ampliar seus ganhos.

Na primeira parte deste trabalho, o foco de análise estava direcionado à vida da mulher cativa, principalmente àquela que viveu o “cativeiro rural” no sul do recôncavo da Bahia. Neste capítulo, ao tomar a cidade de Nazaré como foco de análise, busca-se perceber como essas mulheres, fossem elas pobres livres, escravas ou libertas, organizaram suas vidas na cidade. É sobre elas, suas angustias, incertezas e seu sucesso que trataremos aqui.

De certo que a saída da escravidão nem sempre significou sucesso na vida da mulher que viveu nos limites entre a escravidão e a liberdade. Algumas, apesar de forras, foram submetidas a condições sub-humanas engrossando o exército de miseráveis que vagavam pelas ruas da cidade. Outras, mais independentes e “sagazes”, conseguiram construir um mundo muito melhor do que aquele que conheceram na escravidão. A história de muitas delas poderá revelar a diversidade de caminhos percorridos, as variadas estratégias e arranjos que criaram para sobreviver e encaminhar suas vidas após o fim da escravidão. Quais redes de solidariedade, formas de organização e identidade elas criaram para abrandar as dores e

dificuldades que enfrentaram em suas “novas vidas” serão temas abordados nesta parte do trabalho.

3.1 Cartografia da cidade

*A cidade parece com a de Cachoeira, em ponto menor; e como ela, comprida e estreita por ficar apertada entre o rio e as montanhas; entretanto é populosa, tem boa edificação, muitos sobrados, ruas planas e calçadas, especialmente uma muito extensa, a que chamam Batatã, nome de um pequeno rio que a atravessa e lança-se no Jaguaripe. A praça e o cais são pequenos, porém calçados. O palacete municipal é visto se bem que de poucos cômodos, tendo no pavimento térreo a cadeia e o quartel para o respectivo destacamento. Adiante, quase contígua, eleva-se a grande e a velha Matriz, ficando na entrada da cidade o bairro do Camamu, **onde residem os pescadores e a população pobre**. (Grifo nosso)*

Durval Vieira de Aguiar. *Descrições práticas da província da Bahia*, 1979.

Ainda nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, o espaço urbano de Nazaré limitava-se à área do porto, local de maior concentração de pessoas circulando ao longo do dia e também à noite, e aos bairros contíguos, onde habitavam comerciantes de maiores posses, funcionários públicos e proprietários de fazendas e engenhos, que mantinham na cidade casarões com o fim de ali passar alguns meses do ano²⁰⁹.

A população mais pobre residia principalmente na periferia, - sobretudo na ladeira Grande (limite rural) e o Batatã (extensa rua) onde viviam homens e mulheres egressos da escravidão, assim como pobres livres - ou nos trechos mais pobres de ruas centrais, como a do Padre Antunes, a do Tanque e a da Fontinha. Nessa última, localizada a apenas alguns metros do principal ancoradouro da cidade, concentravam-se pequenas casas de morada de “porta e janela”, muitas delas habitadas por mulheres pobres.

²⁰⁹ Os casarões e a parte urbana da cidade de Nazaré foram documentados por Maximiliano de Wied-Neuwied, príncipe alemão que viajou do Rio de Janeiro à Bahia entre os anos de 1815-1817, quando foi obrigado a passar alguns dias preso para averiguações na cidade. Enquanto aguardava confirmação sobre sua identidade e os objetivos de sua viagem pôde perambular pelas ruas e vielas da cidade deixando suas impressões acerca desta. WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, op. cit.

Mapa 4 - Plano da cidade de Nazaré, Século XIX.

Fonte: Produzido a partir dos documentos do Século XIX, com a colaboração de Lucas Aguiar.

O mapa acima, construído a partir dos dados coletados nos processos criminais do século XIX, traz uma dimensão da cidade, dos espaços de moradia e do núcleo central de Nazaré. Muitas dessas ruas, becos e praças desapareceram no processo de urbanização da cidade, dando lugar a outros espaços. No entanto, a memória dos lugares ficou registrada nos documentos da época. Assim, a partir desses documentos, foi possível fazer um traçado da cidade que, embora não a apresente tal como era na segunda metade do século XIX, pode de alguma forma ajudar a visualizar áreas de maior circulação e moradia da população mais pobre.

Tendo como ponto principal o porto, localizado à margem direita do rio Jaguaripe, Nazaré teve suas primeiras edificações erguidas em seu entorno onde, cotidianamente, chegavam e saíam embarcações de todos os tamanhos, tornando-se, no curso do século XIX, o mais importante local de chegada e saída do mais variado leque de produtos com destino aos mercados da capital. O porto ou cais se estendia por uma pequena faixa localizada na margem direita do rio; em frente a este, a “grande” praça do porto ocupava lugar de destaque por ser o local de maior movimentação comercial da cidade. Ali, passavam todos os dias milhares de pessoas de diferentes *status* social, que chegavam e saíam da cidade.

Desde os primeiros tempos, a praça do porto ou praça do mercado - por seu colorido, grande movimentação e diversidade de gente transitando - atraía olhares de viajantes estrangeiros, cronistas, fotógrafos e ilustradores oitocentistas, que, em passagem pela localidade, deixaram suas impressões. As “verdejantes colinas, cobertas em parte de campos cultivados e de casas” ²¹⁰, descritas por Maximiliano Wied-Neuwied, em sua passagem por essa localidade, na primeira metade do século XIX, emprestavam à cidade de Nazaré um “aspecto risonho”. Além da descrição feita pelo viajante alemão em seu diário de viagem, outras imagens da cidade no século XIX foram imortalizadas nas fotografias de Camillo Verdani. Por volta de 1860-1865, o fotógrafo e professor italiano, em passagem pela Bahia, fez diversas fotografias da paisagem e dos lugares. As imagens (Figuras 2 e 3), abaixo, trazem aspectos do porto e da cidade vistos da margem esquerda do rio Jaguaripe.

Na primeira, capturada a partir de algum ponto da margem esquerda do rio Jaguaripe, evidencia-se a Ponte da Conceição, construída por volta de 1857. Embora não apresente grandes edificações, a margem esquerda - outro lado da cidade - se destaca por abrigar o bairro da Conceição e a principal fonte d’água da cidade: a da Conceição. Era em seu entorno que mulheres negras circulavam carregando, em suas cabeças, pesadas talhas, moringas e

²¹⁰ WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, op. cit., p. 443.

gamelas, cheias de água, que serviriam para abastecer as casas da cidade. A igreja da Conceição (antiga capela de São Bento), presente naquela parte da cidade, guarda a memória do que foi, no século XVIII, uma das primeiras edificações da cidade.

Figura 2 - Ponte da Conceição - Nazaré das Farinhas, 1865

Fonte: Foto de Camillo Verdani, publicado em: FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias (1850-1900)*. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos S. A., 1988.

Por se tratar de umas das portas de entrada da cidade, a ponte da Conceição, retratada por Camillo Verdani, era o ponto de ligação entre as diversas localidades, que ficavam daquele lado do rio, com o centro da cidade. Assim, toda gente em trânsito, seja a pé ou em lombo de burros, oriunda dos vários povoados pertencentes a Nazaré, dentre eles Maragogipinho, Aldeia, Jacaré, São Bernardo e Estiva, assim como da Vila de Jaguaripe, cruzava aquela ponte para chegar ao movimentado centro comercial, que ficava do outro lado do rio, onde se abrigava a maioria das casas de comércio daquela cidade. O convívio diário de pessoas de diferentes localidades naquele bairro tornava-o, assim como sua vizinhança, um complexo espaço de vivências, carregado de tensões. Citada tangencialmente em autos criminais e nas posturas municipais, que buscavam normatizar o uso da fonte e da ponte da Conceição, aquela região foi palco de querelas como a que envolveu Jeorgea Maria da Conceição e sua filha Adriana.

Frequentedora assídua daquela fonte, Adriana, uma jovem de apenas dezesseis anos, circulava diariamente naquelas imediações como foi evidenciado na fala das diversas testemunhas do processo de calúnia que abriu Donato Xavier da Silva contra sua mãe. Segundo aquele documento, Georgea (mãe de Adriana) espalhara por toda parte, e até perante autoridades policiais, que o suplicante deflorou sua filha Adriana Maria da Conceição²¹¹. Qualificada como “mulher pública”, Adriana teve sua conduta questionada pelo fato de viver com “inteira liberdade, indo para as olarias, pelos caminhos de fontes e para onde entendia” sem que houvesse “sujeição alguma do pátrio poder”²¹².

Segundo consta nos autos do processo, Donato teria procurado a justiça para se livrar de um outro processo, esse movido por Georgea, que o acusara de ter deflorado sua filha menor de idade. Não localizamos o primeiro processo aberto por Georgea contra Donato, mas a análise do segundo revelou comportamentos ligados a ofícios de sobrevivência que mães e filhas recorriam para abrandar o quadro de miséria em que viviam. Assim como Georgea, outras mulheres foram acusadas de manter suas filhas, algumas menores, no “teatro da depravação moral”. Em agosto de 1888, poucos meses depois do 13 de maio, João Felix de Andrade Nunes, morador na freguesia de Santo Antônio de Jesus - pequena localidade pertencente a Nazaré - declinou da tutoria de duas menores: Theresa, de 15 anos de idade, e Maria, com 14 anos de idade, filhas da liberta Martinha. Na petição encaminhada para as autoridades de Nazaré ele dizia ser:

... tutor das menores Theresa e Maria, que vivendo as mesmas continuamente a fugir de casa *a conselhos de sua mãe* para atira-las talvez à prostituição e à miséria e não querendo mais continuar, a exercer o cargo de tutor das mesmas menores ...²¹³

Assim como Martinha que, recém-saída do cativeiro, sem alternativa de ganho, tornara-se errante nos espaços físicos das vilas e cidades do sul do recôncavo, Georgea e sua filha Adriana, pobres livres, vivendo livremente nesses espaços, encontraram, talvez na prostituição, um caminho para a sobrevivência. No caso de Adriana, a trama de sua vida relatada no processo de ofensa moral deixa lacunas e não se pode defini-la como uma “manceba solteira, que se encontrava publicamente na mancebia” ou “puta calada”, embora

²¹¹ APB – *Processo crime*, (24/839/5, calúnia contra Georgea Maria da Conceição, 1889.

²¹² APB – *Processo crime*, (24/839/5, calúnia contra Georgea Maria da Conceição, 1889.

²¹³ APB – *Processo Civil*, Tutoria Santo Antonio de Jesus, (1888-1889). Grifo nosso.

tenha ficado claro, no processo, o uso que ela fazia do próprio corpo²¹⁴. Ao final do processo, ficou evidente que a “queixa contra o queixoso [Donato] não passou de um arranjo para repartirem o dote que essa pudesse haver”²¹⁵, já que era sabido ter Adriana tido “cúpula carnal” com diversos homens da localidade e todo aquele processo não passava de uma armadilha desenhada por sua mãe para angariar recursos. Processos criminais como este envolvendo todo tipo de gente que viveu naquela localidade, independente do seu veredito final, abrem pequenas frestas pelas quais se podem observar os comportamentos e o viver na cidade. Por meio deles, podem-se espreitar os movimentos das ruas, praças, caminhos de fontes, estradas e dos povoados mais próximos.

Ainda que a cidade se apresentasse como um ponto de atração para a população da região, alguns espaços da cidade eram, certamente, mais apreciados por serem locais de maior contato entre as pessoas. Ali, naquele espaço próximo à ponte e em seu entorno, podia-se observar durante todo o dia a presença ruidosa de mulheres cantando, conversando, trocando informações; vez por outra surgiam desavenças, troca de insultos, tornando o lugar um misto de disputas, trabalho e lazer. Negras de ganho e escravas em serviço de rua aproveitavam esses espaços para descansar enquanto enchiam suas talhas que logo seriam esvaziadas nas cozinhas de outrem. Na fotografia (Figura 2) produzida em 1865, é possível observar a presença, meio embaçadas, de pessoas sentadas nas pedras: pescando, lavando roupas ou apenas observando o trabalho do fotógrafo?

Na segunda, capturada de um outro ponto do lado esquerdo do rio, em primeiro plano, vê-se grande número de saveiros e outras embarcações menores que, diariamente, ancoravam naquele porto para descarregar mercadorias e pessoas vindas da capital ou de outras localidades. Na imagem, os saveiros parecem estar à espera de suas cargas para zarpar de volta à capital, agora cheios de farinha e outros “produtos da roça”. Ao fundo, é possível divisar aspectos dos “notáveis” edifícios que compunham os arredores da praça do porto, com destaque para os trapiches à direita e o imponente prédio dos Arcos à esquerda. Essa era a parte mais importante da cidade por abrigar ali os maiores armazéns de secos e molhados,

²¹⁴ Utilizaram-se aqui duas categorias para as mulheres que faziam comércio de seus corpos trazidas por Mary Del Priore em seu estudo sobre “As filhas da mãe”, capítulo que compõe o trabalho intitulado *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Segundo a autora em Portugal eram classificadas como as “mancebas solteiras, que se encontravam publicamente na mancebia, e as putas caladas, estas em casa própria em qualquer outro ponto da cidade”. Ver: DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. São Paulo, Editora UNESP, 2009, p. 76.

²¹⁵ APB – *Processo crime*, (24/839/5), Depoimento de José Gonçalves da Silva, 1889.

açougues e outros comércios classificados como de 1ª e 2ª classes²¹⁶, e, diante disso, pode-se concluir que foi a partir desse ponto que a cidade se desenvolveu e ganhou forma e contorno. Bairros inteiros e ruas se formaram tendo como referência esse ponto da cidade.

Figura 3 - Porto da Vila de Nazaré das Farinhas, 1865

Fonte: Foto de Camillo Vedani, publicado em: FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias (1850-1900)*. Rio de Janeiro: Kosmos; Salvador: Banco da Bahia Investimentos S. A., 1988.

Por ser a área de maior movimentação, toda a região no entorno do porto tornara-se um local onde se podia conseguir algum serviço, praticar o comércio ambulante, vender quitandas e, em alguns casos, buscar diversão. Certamente, a escolha em morar próximo ao núcleo central e mais urbano da cidade mostrava-se mais vantajoso principalmente para as mulheres sós, pois o amplo leque de oportunidades e funções que podiam obter lhes garantia os meios de sobrevivência. Portanto, morar próximo a esses locais fazia muita diferença na vida da população mais desprovida. Logo, o amplo comércio que ali se praticou passou a atrair, cada vez mais, ruidosas quitandeiras, vendedores de pescados e miudezas que, ao lado das casas de comércio, angariavam algumas oportunidades de ganha pão. Talvez por esse motivo a rua da Fontinha, localizada à apenas alguns metros do porto, apresentasse uma maior

²¹⁶ Sobre a classificação das casas comerciais de molhados de Nazaré, ver: AGUIAR, Lucas. *Quando as regras são transgredidas: trabalhadores, outros sujeitos e a “legalidade urbana” na cidade de Nazareth (1890-1920)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Regional). UNEB/CAMPUS - V, Santo Antônio de Jesus, 2015.

concentração de mulheres pobres, egressas ou não do cativeiro. Era ali que morava, entre outras, a africana forra Maria do Rosário. Ela habitava junto com Ritta do Rosário, sua “negra de ganho”, uma pequena casa de porta e janela. Com o trabalho praticado por ela e sua escrava, a africana Maria conseguiu, no fim de sua vida, reunir alguns bens que foram listados em seu testamento (mais adiante voltaremos à história dessa africana).

Ao privilegiar em primeiro plano uma visão do porto com suas inúmeras embarcações, o fotógrafo italiano não registrou a presença ruidosa dessas mulheres (escravas ou não) que, muito pobres, buscavam oportunidade de trabalho nas ruas da cidade. Libertas ou escravas, mulheres de cor (mulatas, pretas ou crioulas) vendiam bolos, cocadas de variados sabores, frutas, fumo e bebidas - em especial aguardente produzido nos múltiplos alambiques que existiam nos arredores da cidade -, e disputavam todo tipo de serviço: jornais de ganhadeiras, comércio ambulante, serviço doméstico etc. Nas fontes e cacimbas podiam ser vistas, lado a lado, dia a dia, carregando água, batendo papo ou acertando algum serviço. Eram elas, certamente, que tornavam as ruas mais coloridas e barulhentas.

Observando mais atentamente a fotografia acima (Figura 3), pode-se vislumbrar o núcleo central da cidade, local que abrigava os principais edifícios onde funcionavam os órgãos administrativos e fiscais da municipalidade, como a Casa da Câmara e Cadeia, a principal Igreja - a Matriz de Nossa Senhora de Nazareth -, a Santa Casa de Misericórdia e o Prédio dos Arcos. Este último, imponente sobrado localizado em frente à praça do Porto com vista para o rio, tinha uma posição privilegiada que possibilitava, do alto de suas janelas, vislumbrar a cidade e a movimentação de embarcações que constantemente desciam e subiam o rio Jaguaripe em direção à Capital.

Como vila de comércio fluvial, os trapiches, lojas e vendas ocupavam um lugar de destaque na cidade de Nazaré, ao lado da praça do Porto e em frente ao porto. Esta era, sem dúvida, a parte mais movimentada da cidade. Todo tipo de comércio se fazia em seu entorno, desde a venda clandestina de produtos de origem duvidosa (oriundos de pequenos furtos) até negociação de grande volume de produtos para exportação, como o açúcar produzido nos engenhos da região. Por todo lado, viam-se escravos, negros e negras livres vendendo suas quitandas e transportando mercadorias.

As “ganhadeiras” ou negras de ganho, que em Nazaré podiam ser vistas ao longo do cais, nas praças, cacimbas e fontes d’água, deixaram marcas de sua presença em diversos

lugares do Brasil, desde os primeiros anos da colonização²¹⁷. A presença marcante dessas mulheres nas ruas não passou despercebido no olhar europeu. Vilhena já indica, na segunda metade do século XVIII, o amplo e diversificado comércio de rua praticado por negras e mulatas de diferente *status* social²¹⁸.

A presença de mulheres negras nas ruas e praças das cidades brasileiras foi muito comum no oitocentos; sua agilidade, desenvoltura e habilidade nos negócios de rua foram documentadas em diversas pesquisas sobre a escravidão urbana no Brasil que utilizaram, entre outras fontes, as impressões de viajantes estrangeiros²¹⁹. Uma parcela significativa, dessas mulheres, era constituída de escravas que buscavam nesses lugares públicos meios de sobrevivência. Vivendo no limiar da pobreza, habitando precariamente os becos e ruas dos centros urbanos ou dos bairros rurais desenvolveram as mais diversas atividades nas ruas e praças.

Após um longo dia de caminhada pelos arredores de Salvador, o viajante austríaco descreveu a presença de uma mulher negra, “ruidosa, quebrando a tranquilidade”, vendendo alegremente na Praça do Teatro. Atentando para seu olhar eurocêntrico, que, maldoso, distorceu a imagem da escrava e do seu eventual senhor, ainda é possível capturar, em sua narrativa, sinais da presença e da vivência das mulheres negras no comércio de rua:

Uma negra velha, gorda, média e horrorosa, atrevida como seu irmão negro no Inferno, o torço passado, coquetemente, em volta da cabeça, os seios, os ombros enrugados e os braços descarnados, sem invólucro inoportuno, acabou com a minha silenciosa felicidade, silenciosa porque eu a observava calado, enquanto que, num contraste, essa filha da face noturna de Eva conversava inacreditavelmente alto e fanhoso, incansável como uma matraca de Semana Santa. Nenhum irmão de cor passava por ali ou se encontrava nas proximidades a quem ela não bombardeasse, com alegria jocosa, espontânea. Era como um aguaceiro em pleno estio. Não parava um segundo de gritar estridentemente e devia ser muitíssimo espirituosa e maliciosa, segundo os padrões dos negros, pois seus sons guturais eram sempre interrompidos pelo risos dos que se encontravam ao redor, tanto que seu próprio ventre sacolejava de encantamento. Pelo visto, devia vender guloseimas, naturalmente para seu senhor e soberano, que a mandava pelo mundo afora a fim de ganhar dinheiro²²⁰.

²¹⁷ Importantes estudos têm problematizado a vida de mulheres nas cidade e vilas do Brasil oitocentista, sejam elas pobres livres, escravas ou forras. Dentre eles, ver principalmente o estudo pioneiro de: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.

²¹⁸ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, op. cit., p. 131.

²¹⁹ AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*, op. cit.

²²⁰ HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*, op. cit., p. 223.

A costumeira linguagem utilizada por aqueles que praticavam o comércio de rua, bradando com *sons guturais* e *alegria jocosa, espontânea*, para atrair os fregueses, causou incômodo e estranhamento ao observador europeu, cuja “cultura praticamente não lhe permitia outra visão”²²¹. O movimento de mulheres negras, ora andando pelas ruas com seus cestos de produtos na cabeça, ora vendendo nas praças da cidade, sua desenvoltura, sua forma de andar e falar, sua *alegria imperturbável* aguçada por golinhos de cachaça, que permitiam extrapolar a sua condição de vida, possibilitavam níveis significativos de mobilidade e de visibilidade urbana.

Em 1888, outra viajante estrangeira, Teresa de Baviera, ao passar pela Bahia, pintou uma negra que carregava na cabeça um imenso tabuleiro, repleto de bananas e também levando, preso ao corpo, seu filho amarrado em panos, de forma que deixava seus movimentos livres para atender a seus fregueses²²². Além dos viajantes estrangeiros, documentos diversos registraram a presença negra nas ruas dos centros urbanos oitocentistas, possibilitando perceber os detalhes da vida cotidiana de mulheres pobres, libertas ou não, na sua lida diária. Quase sempre em companhia de seus filhos menores, que carregavam juntamente com as mercadorias, desempenhavam uma dupla função: mães e trabalhadoras. Ao final do dia, retornavam às suas casas ou às moradias de seus senhores, prestando contas do resultado do seu dia de trabalho.

Na nascente cidade de Nazaré do século XIX, elas estavam em toda parte. No espaço das ruas, atuavam como atravessadoras, vendiam seus quitutes, negociavam serviços e vendiam “diversão”; no interior das casas, dividiam a intimidade do lar com seus novos “amos”. Dentro do quadro de pobreza em que viviam, criaram estratégias variadas de sobreviver na cidade. Nos jornais do século XIX, aqui e ali, é possível localizar a presença ruidosa dessas mulheres nas ruas. Em 1890, um pequeno jornal da capital relata as andanças de Maria Adelaide. Apontada naquele periódico como “Mulher da pá virada”, Adelaide parece ter vivido nas ruas de Nazaré e suas freguesias rurais onde circulava em busca de meios de sobrevivência. Pobre e sem família, vez por outra embriagava-se e envolvia-se em desavenças e querelas. Suas “proezas” não passaram despercebidas e, em junho de 1890, ela teve - na primeira página do *Pequeno Jornal* - uma nota informando seu paradeiro. Intitulada *Mulher da pá virada*, a nota informava:

²²¹ Embora evidencie o preconceito cultural e racial expressos nos escritos dos viajantes estrangeiros e nacionais, que “[...] dificilmente conseguiria livrar suas observações sobre a família escrava da influência de ideias preconcebidas”, Robert Slenes nos revela que “[...] “eles também registraram detalhes que são passíveis de uma interpretação diferente”. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. cit, p. 142.

²²² AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*, op. cit., p. 205.

Hontem à noite, a crioula Maria Adelaide fez proezas na freguesia de Santo Antonio, onde de navalha na mão, rasgou fardas de soldados, proferiu palavras ofensivas à moral e pintou o *Simão*, indo em seguida para a chácara do Custódio descançar de tantas façanhas.

A polícia prestaria um grande serviço a esta terra se mandasse a heroína Adelaide fazer companhia a Zé Mulambo²²³.

Em setembro do mesmo ano, o jornal voltava a noticiar passagens da vida da crioula Maria Adelaide, agora informando sua prisão ao ser conduzida à cadeia pública de Nazaré “por sua má índole e públicas ofensas à moral e bons costumes”²²⁴. Chama atenção, na notícia do jornal, o fato de Adelaide ter residido em variados lugares daquela villa, indicando a possível mobilidade dessa gente pobre livre em busca de meios de vida. Os caminhos de acesso até Nazaré parecem ter sido bastante movimentados, principalmente nos primeiros anos posteriores à lei que libertou os escravos (Lei Áurea em 1888).

No caso de Maria Adelaide, não sabemos se teria sido ou não escrava, mas sabemos que mulheres como ela, sós e sem família, viveram em busca de meios variados de sobrevivência. Na cidade procuravam agregar-se; era, no convívio da vizinhança, que conseguiam angariar um mínimo de segurança para dar continuidade a suas vidas. Essa era uma forma de manter-se precariamente, na instabilidade do viver citadino. Mas, como nem tudo são flores, vez por outra, as tensões próprias do viver comunitário revelava-se nas desavenças, querelas e conflitos que, registrados pela polícia, as retiraram do anonimato permitindo-se apreender, através dessas frestas, os modos como organizavam sua sobrevivência em meio à cidade escravista²²⁵. Veremos algumas situações de conflito onde se podem apreender elementos da vida desses sujeitos mais adiante.

O movimento e a dinâmica das relações no cotidiano da pobreza urbana em que viviam foram registrados nos diversos documentos da época, indicativos do aumento da população feminina pobre, “sem eira e nem beira”, como Maria Adelaide, na cidade. Mães de filhos de pais ausentes, concubinas ou “barrigans”, residiam em precários casebres nos bairros mais distantes do centro; viviam uniões provisórias e sucessivas, pouco duradouras, com homens pobres, seus camaradas ou eram concubinas de homens casados. Esses, de maior

²²³ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, *O Pequeno Jornal*, Edição 99, Salvador, 03 de Junho de 1890. (Grifo no original).

²²⁴ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, *O Pequeno Jornal*, Edição 190, Salvador, 24 de Setembro de 1890.

²²⁵ Em cidades como Nazaré, mesmo após o treze de maio, a memória da escravidão se apresentava de forma viva nas relações de trabalho tanto na cidade como no campo.

cabedal as mantinham em áreas mais afastadas resguardando uma distância segura de suas famílias. Estas são histórias que veremos adiante.

3.2 Depois da liberdade: onde morar, como viver?

Se a cidade proporcionava uma infinita gama de atividades tanto de rua como nas casas de família, viver nela também teve seu preço. Pardas, crioulas, cabras (para as nascidas no Brasil), mulatas, pretas ou africanas (para as nascidas na África), escravas ou não, elas se empregavam em todo tipo de trabalho doméstico: como amas de leite, lavadeiras, cozinheiras, do serviço de casa; nas ruas circulavam com seus quitutes e suas quitandas, negociavam seus jornais com seus donos. Ao fim e ao cabo, estavam envolvidas no abastecimento de gêneros básicos por meio do variado comércio de retalhos. Em Nazaré, parece bem provável que estivessem envolvidas em todas as etapas de sua atividade comercial. Elas não apenas preparavam os alimentos que seriam vendidos nas ruas, mas plantavam, colhiam e os comercializavam²²⁶.

Pesava sobre elas a necessidade cotidiana de uma sobrevivência sempre difícil. Ter um lugar para morar, para passar as noites quando terminavam a dura jornada diárias de trabalho, foi, talvez, um dos maiores desafios que enfrentaram. Algumas conseguiam se estabelecer por conta própria e até comprar uma casinha; outras, recém-chegadas na cidade ou com menor sorte nos negócios, procuravam companheiras com quem pudessem dividir um pequeno espaço de moradia²²⁷. Nestas situações, o aluguel de quartos parece ter sido uma alternativa quase sempre viável. Quando conseguiam se estabelecer, abriam pequenas quitandas

²²⁶ Não apenas em Nazaré observou-se a presença marcante das mulheres atuando nas ruas. Praticamente em todas as praças do Brasil oitocentista, como Salvador, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo - para citar apenas algumas - elas deixaram suas marcas. Sobre esse assunto, ver, dentre outros: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit.; (do mesmo autor), "Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII". In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, op. cit., pp. 35-51; SOARES, Cecília Moreira. "As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX", op. cit., p. 57-71; ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador (1811-1860)*. São Paulo/Brasília: Corrupio/CNPq, 1988.

²²⁷ As condições de moradia da população pobre livre ou liberta na cidade de Nazaré eram precárias e a reunião de livres, libertos e até mesmo escravos habitando um mesmo espaço residencial não foi incomum. Moradias coletivas podiam ser vistas em toda parte. Embora mais comuns nos bairros periféricos, também existiam nas ruas mais próximas ao centro.

(negócios de 5ª classe)²²⁸, muitas delas clandestinas, onde comercializavam aguardente, fumo e outros produtos da terra, como foi o caso de Laurinda Maria de Jesus.

Em 1893, a quitanda administrada por ela foi visitada por fiscais da municipalidade, que constatarem ser Laurinda devedora de impostos municipais, aplicando-lhe uma pesada multa de 30\$000 réis. Impossibilitada de pagar tal quantia por “[...] estar onerada com cinco filhos menores e que não tem um marido que cuide em seus deveres”²²⁹, ela buscou as autoridades para que lhe concedessem perdão da dívida. Além dela, outras mulheres, como Adelina do Lago e Alexandrina Maria de Jesus, tiveram seus comércios clandestinos multados e também solicitaram perdão das multas, com a alegação de serem pobres e não possuírem recursos para pagar as obrigações fiscais²³⁰. Essa última possuía uma quitanda de 5ª classe na região dos Mulungus. No livro de receita daquela municipalidade, observou-se que, no dia 14 de fevereiro a referida comerciante pagou a quantia de 6\$000, valor que correspondia apenas à multa que lhe foi aplicada, restavam ainda 16\$000 em licenças atrasadas: 10\$000 do lançamento de sua indústria e 6\$000 do comércio dos “espíritos fortes”²³¹.

Misto de bar, armazém e domicílio, eram nesses espaços que mulheres pobres residiam e administravam o pequeno negócio onde podiam conquistar algum dinheiro, cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Frequentados pela população de libertos, escravos e pobres livres, que ali compravam gêneros de primeira necessidade, as quitandas e vendas eram espaços de sociabilidade das populações pobres, local onde toda a trama da vida cotidiana se desenrolava. Era ali que corriam boatos, faziam-se planos, discutiam-se “causos”, acertavam-se trabalhos a exemplo da movimentação que se dava na quitanda administrada pela preta Maria Madalena.

Como outras comerciantes do lugar, ela possuía residência e um pequeno comércio de venda de bebidas espirituosas, fumo e outros produtos ordinários, no lugar chamado Pé da Ladeira Grande, na cidade de Nazareth²³². Embora a documentação não deixe claro a sua

²²⁸ Segundo Lucas Aguiar, as casas de negócios da cidade de Nazaré estavam organizadas progressivamente em até cinco classes. As casas de comércio localizadas nas principais ruas da cidade seriam as de 1ª e 2ª classes; os açougues, casas de molhados e quitandas, localizadas nas ruas e bairros mais afastados do centro seriam as de 3ª, 4ª e 5ª classes. AGUIAR, Lucas. *Quando as regras são transgredidas: trabalhadores, outros sujeitos e a “legalidade urbana”*, op. cit., p. 34.

²²⁹ APMNF - *Livro de Registro de Expediente da Intendência Municipal de Nazareth*, 1893 - 1900. Arquivo Público Municipal de Nazaré-Ba.

²³⁰ APMNF - *Livro de Registro de Expediente da Intendência Municipal de Nazareth*, 1893-1900. Arquivo Público Municipal de Nazaré-Ba. Expediente do dia 13 de Fevereiro de 1893, p.5.

²³¹ APMNF - *Livro de Registro de Expediente da Intendência Municipal de Nazareth*, 1893-1900. Arquivo Público Municipal de Nazaré-Ba. Expediente do dia 13 de Fevereiro de 1893, p.4.

²³² APB – *Apelação crime*, (17/598/02), João José Nepomoceno, 1862.

origem, estado civil, com quem morava ou se possuía filhos, fica evidente, na fala das testemunhas do processo, que ela estava à frente daquele comércio, participando diariamente da atividade que, com certeza, lhe garantia o sustento.

Sua “venda”, palco de uma tentativa de assassinato ocorrido em 1862, foi citada como sendo um lugar de reunião dos homens que chegavam à cidade de Nazaré, vindos de diversos lugares da região. Lá apeavam seus cavalos, para tomar “hum vintem de espirito”, tropeiros, quitandeiros, carregadores, embarcadiços, pobres livres ou mesmo escravos, todos encontrando naquele espaço um ambiente propício para atualizar informações acerca da vida na cidade, ao mesmo tempo em que traziam na bagagem notícias dos povoados e fazendas vizinhos. Parece que a quitanda de Maria Madalena não fugia à regra das vendas rurais ou urbanas, sendo bastante frequentada²³³. Chama a atenção, na documentação analisada, o fato de Maria Madalena, mesmo citada como tendo presenciado o tal “barulho”, que resultou em um crime de lesões corporais, não ter sido listada no rol das testemunhas. Apenas sabemos de sua presença através da fala das testemunhas arroladas.

Não importa a localização dessas casas de negócio, se nas ruas mais movimentadas da cidade ou distante de tudo, como a de Maria Madalena, eram, sobretudo, locais onde se podia tratar de todo tipo de negócios tal qual o plano arquitetado pelo liberto Miguel Arcanjo da Conceição, filho de uma liberta de nome Joana Maria da Conceição e seu comparsa o escravo Ladislau, de apenas 14 anos de idade. Juntos, lançaram na cidade sete cartas falsas pedindo dinheiro emprestado usando o nome de dona Ligia, proprietária do escravo Ladislau, e com isso conseguiram retirar dos “cidadãos mais ilustres da cidade” a quantia de 170\$000²³⁴. Era comum na cidade o trânsito de negros e negras conduzindo recados de seus senhores e, por esse motivo, as cartas “assinadas” pela senhora Ligia solicitando os empréstimos quase passou despercebido até dos comerciantes mais experientes como Tibério de Caldas Brito.

Dona Ligia era uma senhora casada, com muitas posses, gozava de prestígio e respeito perante a sociedade de Nazaré. Além do pedido de empréstimo de pequena quantia, a correspondência solicitava que “tudo se mantivesse em segredo”. Esse pedido causou certo constrangimento, mas, no entanto, impossibilitou que os criminosos fossem logo descobertos. Situação que só ocorreu meses depois porque tentaram usurpar de um mesmo senhor (Tibério

²³³ Maria Helena P. T. Machado pontua a importância singular que as vendas rurais e das cidades, assim como as estações de trem tiveram como espaço de sociabilidade, tendo estas uma importância singular na transmissão e difusão de informações e ideias acerca da vida cotidiana, atingindo tanto a população de escravos como a de pobres livres e libertos. MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico...*, op. cit., ver principalmente o capítulo “Com dois te vejo, com cinco te prendo: os escravos e suas estratégias de libertação”, p.91-127.)

²³⁴ APB – *Apelação crime*, (18/618/6), Miguel Arcanjo da Conceição, 1869.

de Caldas) a quantia de 35\$000, mediante outra carta datada de 22 de outubro de 1869²³⁵. Este, desconfiado foi procurar o Major Antonio de Araújo Castro, marido de dona Ligia, para esclarecer tal pedido de empréstimo. No total foram localizadas sete cartas, todas anexadas ao processo. Ainda que Miguel Arcanjo negasse a autoria da maioria delas, admitiu ter escrito apenas uma, não resta dúvida que a trama traçada pelos envolvidos tinha como objetivo expresse angariar fundos para a compra da liberdade do escravo Ladislau. Descoberta a farsa da falsificação, ficou para o senhor do escavo Ladislau o prejuízo de alguns objetos roubados, da quantia que teve que devolver aos vitimados pelo ato de seu escravo, sem contar o valor das custas do processo²³⁶. Já Miguel Arcanjo, filho de uma liberta pobre e sem posses, teve que amargar alguns anos na cadeia pública.

A cidade, certamente, tornara-se um ponto de atração para aqueles que “sem eira nem beira” buscavam angariar recursos de sobrevivência. Por outro lado, nem todos que negociavam na cidade de Nazaré conseguiram conquistar um local para estabelecer seus negócios, muitos deles, sem paragem certa, transitavam pela cidade com suas cestas e gamelas na cabeça como fazia, todos os dias, Alexandrina Maria da Conceição. Vendedora com suas gamelas, como foi registado no auto de infração aplicado pelos fiscais da municipalidade por não ter renovado sua licença, a ambulante ainda tinha, com aquele órgão público, uma dívida de 30\$000 de impostos não pagos²³⁷. Alexandrina, como tantas outras vendedoras ambulantes, circulavam pela cidade evitando o fisco. Naquela manhã do início de fevereiro, quando saiu de casa com a sua mercadoria, não imaginava que, ao chegar ao final do dia, além do cansaço físico, traria na bagagem tão pesada multa²³⁸.

Embora as dificuldades tenham sido muitas e os obstáculos quase intransponíveis, dentre essas mulheres, algumas conseguiram, com seu trabalho, alcançar certa autonomia

²³⁵ No total foram lançadas sete cartas falsas, a primeira datada de 04 de julho de 1869 e a última de 22 de outubro do mesmo ano. Sendo, duas cartas com o pedido de empréstimo para o senhor Tibério de Caldas Brito no valor de 35\$000 cada; uma com o pedido de 10\$000 para o senhor Cardim, outra solicitando 25\$000 da comadre Leonor; uma outra com um pedido de 35\$000 ao senhor Lopes; ao senhor Ignácio uma com o pedido de empréstimo de 20\$000 e a senhora Claudina um pedido de 10\$000, totalizando 170\$000 réis em empréstimos. APB - *Apelação crime*, (18/618/6), Miguel Arcanjo da Conceição, 1869.

²³⁶ É possível ainda observar nas cartas escritas por Miguel Arcanjo, único na trama que sabia ler e escrever, saudações próprias da oralidade. Ao tratar das cartas anexadas ao processo de Teodora Dias, Maria Cristina Wissenbach, notou o quanto a “oralidade (...) corre solta e invade o ritmo das palavras escritas” naquele documento. Sobre essa questão, ver: WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão”. In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 228-243.

²³⁷ APMNF - *Livro de Registro de Expediente da Intendência Municipal de Nazareth*, 1893-1900. Arquivo Público Municipal de Nazaré-Ba. Expediente do dia 13 de Fevereiro de 1893, p.4.

²³⁸ APMNF - *Livro de Registro de Expediente da Intendência Municipal de Nazareth*, 1893-1900. Arquivo Público Municipal de Nazaré-Ba. Expediente do dia 13 de Fevereiro de 1893, p.4.

financeira, a exemplo de Fausta Maria de Jesus que foi declarada como negociante “não em pequena escala”, possuindo, além de uma pequena propriedade, uma quitanda para a venda de miudezas em sua própria casa e o lucrativo negócio de compra e venda semanal de porcos que “estrangulava e vendia a retalhos”. Em 1865, acusada de ser “barigan” de Ernesto Francisco Xavier de Assis, a quem teria destinado a quantia de 1:520\$000 réis para a compra de uma escrava, teve sua vida devassada num processo civil movido pela viúva daquele senhor²³⁹.

A vida de Fausta parece ter sido difícil como a de muitas outras mulheres pobres, livres e libertas que viveram no recôncavo baiano, sempre em busca de sua autonomia. Qualificada nos autos do processo como “theuda e mantheuda” do marido de Joana de Lemos Faria de Assis (autora do processo), declara em sua defesa que:

[...] o facto de negociar constantemente, de não ter família, de possuir huma casa, de alimentar-se, vestir-se, de pagar a casa em que reside por meios proprios, prova sua independencia, certeza de possibilidades para ter dinheiro, e não ser comparada com huma mulher perdida, que vive do que se lhe dão, e do que ganha no theatro da depravação moral²⁴⁰.

A construção da autonomia de mulheres como Fausta passava pela possibilidade de receber livremente pessoas em sua casa sem que, por isso, fosse considerada uma “mulher perdida”, que ganhava sua vida “no theatro da depravação moral”. Buscou ser reconhecida como mulher honesta e trabalhadora na trama densa das relações pessoais que estabeleceu ao longo de sua vida de negociante, tendo apresentado à justiça um abaixo-assinado provando sua honestidade. No entanto, sua conduta moral foi questionada no processo, e ela, declarada nos autos como uma mulher que, embora tivesse outros meios de subsistência, praticava também o “officio meretricio”, devendo ser condenada a pagar as despesas do processo.

Eram tênues os limites que separavam uma mulher dita “honesta” de uma cuja comportamento poderia ser questionado. Ser pobre, morar só, viver de seus ganhos ou ter filhos de pais ausentes eram situações que logo punham em suspeição sua conduta moral. Tratava-se de uma leitura de moralidade da sociedade herdada da Igreja e difundida pelas elites aburguesadas. Estudos diversos informam que nos mais variados locais do Brasil colonial, havia um grande número de mulheres chamadas “malprocedidas”, que, vivendo em

²³⁹ APB - *Apelação Civil*, (56/1988/7), Joana de Lemos Faria de Assis, 1865.

²⁴⁰ APB - *Apelação Civil*, (56/1988/7), Joana de Lemos Faria de Assis, 1865.

estado de pobreza, passavam muitas horas do dia e da noite perambulando pelos espaços públicos da cidade²⁴¹. Esse comportamento “desviante” aos olhos das elites, faziam com que fossem rotuladas como prostitutas.

Esse foi certamente o caso de Fausta. Acusada de ser amásia de um homem casado, pesava sobre ela não ter um marido, viver de seus próprios ganhos e receber em casa diversos homens, deixando sob suspeição sua moral. Na contramão dessa prática condenada pela sociedade oitocentista, que as rotulavam de “ter vida dissoluta”, tais mulheres sustentavam, por vezes, suas casas, seus filhos ilegítimos, agregados e até mesmo amantes “sem qualquer constrangimento senão aquele dado pela pobreza”²⁴².

No entanto, como tudo tem um preço, Fausta sabia que mulheres em sua condição teriam dificuldade em provar sua vida honesta e que, como concubinas, não teriam acesso ao patrimônio do seu amásio, portanto buscou durante sua vida angariar bens que garantissem sua sobrevivência na ausência do seu “barrigão”. A compra de uma escrava por Ernesto Francisco para Fausta, um provável presente por seus préstimos, foi declarada em testamento como dívida, e contestada pela viúva por entender ser esta uma manobra do marido para beneficiar sua amante. Na justiça, o caso foi encerrado com a condenação de Fausta a pagar as custas do processo além de ser anulada a cláusula do testamento que lhe destinava a quantia reclamada.

A partir de registros como esses, é possível apreender particularidades e singularidades inscritas na trajetória de vida de mulheres pobres livres, escravas ou forras, que viveram em Nazaré no século XIX; é possível também descortinar preconceitos e elencar dificuldades dribladas para viver à custa de seus próprios agenciamentos e trabalhos. Sutilmente presente na documentação existente nos arquivos da região, o cotidiano dessas mulheres só pode ser surpreendido a partir de um olhar mais atento para o conteúdo implícito nas entrelinhas desses documentos. Como nos diz Maria Odila Dias, é necessário saber onde buscar e como olhar...²⁴³.

Esse olhar mais atento deve ser lançado na análise do testamento de Maria do Rosário, preta, africana de Angola, que chegou ao Brasil ainda criança²⁴⁴. Pouco se sabe a respeito de sua vida na escravidão, seus feitos e como viveu após ser vendida para sua senhora, Dona Joana dos Anjos. No entanto, ao registrar seu testamento em 1868, Maria do Rosário deixou

²⁴¹ Entre outros, ver: DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo...*, op. cit., p. 76-77.

²⁴² DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo...*, op. cit., p. 77.

²⁴³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.

²⁴⁴ APB – *Testamento de Maria do Rosário*, Livro nº5, 1868.

importantes pistas sobre sua vida depois da liberdade, registrando o orgulho de ter conseguido sair do jugo do cativo “com o meu [o seu] dinheiro”. À primeira vista, não é possível afirmar quais as atividades que lhe propiciaram acumular os recursos para a conquista da liberdade e para a aquisição dos bens listados no testamento.

Sabe-se, no entanto, que sua maior posse era uma casinha na rua da Fontinha de Cima, zona dita de prostituição da cidade de Nazaré à época, o que nos leva a pensar na possibilidade de sua atuação como prostituta e cafetina na zona portuária da cidade. Seus “clientes”, homens de negócios, poderiam tê-la presenteado com correntes, medalhões e outros objetos em ouro e prata, que foram legados para sua escrava Ritta do Rosário, assim como para outros herdeiros, “por não ter tido filhos”²⁴⁵. É provável que Ritta do Rosário também estivesse envolvida, direta ou indiretamente, nos “negócios” da africana, sua senhora. Talvez, por esse motivo, Maria do Rosário tenha intencionado recompensá-la quando, em seu testamento, declara “liberta a minha escrava Ritta do Rosario, como se ingênua nacesse, logo que tenha lugar meo falecimento, bem assim algum filho que até esse tempo venha a ter”²⁴⁶.

Socialmente desqualificadas, o que mais se evidencia nos documentos é o preconceito das elites e das autoridades quanto a seus meios de vida. Pobres e sem posses, nos testemunhos dos processos nem sempre se discutem as violências que sofriam. Havia uma quantidade muito grande de mulheres que, como Fausta e a africana Maria da Conceição, usavam de seu poder de sedução para angariar vantagens. Estavam em toda parte, incomodando as autoridades e fazendo a alegria dos homens. Em 1879, a africana Maria Luiza do Sacramento declarou em seu testamento viver “com toda honestidade”, nunca se casou e nem teve filhos. No entanto, em sua casa na rua da Fontinha mantinha nove jovens todas “suas afilhadas e uma filha de criação”. Não sabemos ao certo quais os meios de vida daquela africana e de suas agregadas, mas podemos supor que ela mantinha naquela propriedade um pequeno comércio de venda e de múltiplos serviços na cidade. Após sua morte, ela deixou o usufruto daquela propriedade para as jovens “por serem todas muito pobres”²⁴⁷.

Embora as áreas mais ao centro tivessem maior fluxo de transeuntes, tornando-se, portanto, para as ganhadeiras uma região mais interessante para se morar, nem sempre

²⁴⁵ Edinelia Maria Oliveira Souza também observou em testamentos de mulheres africanas solteiras e sem filhos o acúmulo de bens em ouro e prata que foram deixados para seus herdeiros. SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit.

²⁴⁶ APB – *Testamento de Maria do Rosário*, Livro nº5, 1868.

²⁴⁷ APB - *Inventário de Maria Luiza do Sacramento*, (06/2683/04), 1884.

conseguiram um pedaço de terra ou uma casinha nessas localidades. Para aquelas que viviam nos locais mais distantes, eram necessárias algumas horas de caminhada para se chegar à praça central onde depositavam seus tabuleiros. Esse movimento trazia para esses espaços todo tipo de gente, montados em seus cavalos ou em pequenas carroças. Esse cenário começou a se modificar com a implantação do bonde em 1870 e a estrada de ferro em 1876. Movimentando-se sobre trilhos e puxado por tração animal, o bonde ligava o porto (área mais central) ao Batatã - extenso bairro localizado no limite rural da cidade (ver Mapa 4). Por sua localização, na fronteira entre o rural e o urbano, o Batatã parece ter abrigado parte significativa da população pobre da cidade. Nos processos envolvendo desavenças entre vizinhos, conflitos de terra e pequenos furtos, localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia, percebe-se o envolvimento direto ou indireto dos moradores desse bairro, a exemplo de um roubo ocorrido na residência de Alexandrina Maria de Jesus.

Não se sabe ao certo se branca ou negra, mas sabe-se que Alexandrina era uma mulher pobre, moradora na rua da Lapa. Vivia sozinha numa casinha de porta e janela, donde improvisava seu ganha pão, quase sempre incerto. Naquela rua, quase toda habitada por gente como ela, era comum o convívio diário, a troca de confidências e favores: tinham o hábito de mandar buscar nas casas da vizinhança um punhado de farinha, alguns ovos ou outros gêneros - sempre em pequenas quantidades - para o consumo imediato. Essa intimidade fazia-se necessária para a continuidade de suas vidas, uma organização de sobrevivência que garantia a Alexandrina dar seguimento a sua vida. Nesse contexto, as relações se aproximavam de uma espécie de irmandade que, em certo sentido, as amparavam em meio às tensões e às contínuas rupturas de condição e situações que a vida lhes impunha e às quais se viam vulneráveis, repentinamente expostas.

O roubo sofrido por Alexandrina movimentou toda a vizinhança. Era uma sexta-feira à tarde quando ela se ausentou de sua casa para uma “curta viagem” como ela própria relatou. Embora não tenha revelado seu destino naquele fim de semana, parece ter sido relativamente comum, entre a população feminina o costume de deslocar-se dos arredores para freguesias rurais próximas para visitar algum parente, encontrar um possível amásio ou estabelecer contratos de negócios. Seja qual fosse o motivo de sua ausência da cidade, o fato é que, ao retornar, percebeu que sua casa fora arrombada, e de lá fora retirado o baú que continha seus preciosos bens: “roupas, rendas e algumas obras de ouro”²⁴⁸.

²⁴⁸ APB – *Processo crime*, (05/199/03), Alexandrina Maria de Jesus, 1864.

Logo iniciaram-se as buscas e especulações sobre o autor do furto e o paradeiro das peças roubadas. Em requerimento datado de 11 de outubro de 1864, a queixosa Alexandrina pedia às autoridades que prendessem Manoel Damásio de Tal, segundo ela autor do crime que, “... depois que abriu o bahul ou arrombou, tirou umas rendas, que a suplicante tinha no bahul, as deu a sua mulher e esta as vendeu a mulher de Manoel Antonio e a outra vizinha deste...”.²⁴⁹ As peças foram negociadas com moradores do Batatã, bairro contíguo à rua da Lapa onde morava a queixosa. Descoberto o roubo, o acusado foi condenado e as peças recuperadas.

Observa-se nesse processo que havia uma circulação de informações não apenas sobre os moradores da cidade, mas também a respeito dos que transitavam por ela. No decurso do século XIX, Nazaré, como cidade portuária atraía cada dia mais negociantes, tropeiros, camaradas, transeuntes e artesãos, oriundos dos mais distantes lugares que ali chegavam para tratar de seus negócios; alguns fixavam suas residências na localidade²⁵⁰, enquanto outros, de passagem, aproveitavam o rico comércio que ali se estabelecia. As ruas, praças, pontes, fontes e cacimbas, por sua própria natureza espaços de convivência coletiva, agregavam os mais diferentes sujeitos que circulavam pela cidade. Era ali que as informações circulavam e, nas conversas de fim de tarde, na porta das casas, era possível saber notícia até daqueles que, moradores de outras localidades, passaram a residir ou apenas frequentavam a cidade como foi o caso Manoel Damásio, autor do furto.

Assim como ele, que era natural da cidade de Valença, outros sujeitos buscavam na grande movimentação que se dava em torno do comércio de Nazaré meios de vida, agitando os caminhos que levavam àquela cidade. Cena bastante comum nessas paragens era, no dia a dia, algumas mulheres se deslocarem de suas moradas para os centros urbanos a fim de comercializarem os mariscos que coletavam e os peixes frescos pescados nas malhas das redes e jererés por elas ou por seus companheiros e parceiros. Muitas vezes bastavam algumas remadas sobre as canoas para chegarem às vilas de Nazaré, Jaguaripe, Itaparica ou a outras localidades ribeirinhas para, ali mesmo, realizarem suas transações comerciais. A presença de mulheres pobres livres, libertas e escravas mercadejando nas ruas dos centros urbanos do recôncavo - vivendo precariamente do artesanato caseiro, da coleta e venda de mariscos retirados através do trabalho desgastante das *marisqueiras*, ou desenvolvendo atividades

²⁴⁹ APB – *Processo crime*, (05/199/03), Alexandrina Maria de Jesus, 1864.

²⁵⁰ Um levantamento feito nos processos crime de Nazaré e Santo Antonio de Jesus (sua maior freguesia), observou-se que mais de 50% das testemunhas envolvidas nesses processos eram naturais de outras localidades. APB – *Processos crime* (1850-1888). Amostragem.

domésticas - cresceu, antes mesmo do treze de maio de 1888. A crise final da escravidão, após 1888, acentuou ainda mais a saída desses sujeitos do meio rural, onde atuavam principalmente na lavoura, em busca de outros espaços de sobrevivência em cidades e vilas do recôncavo, adensando formalmente um contingente de pessoas, que habitavam de forma precária as nascentes periferias desses lugares²⁵¹.

Em Nazaré, fixaram moradia, sobretudo, nos bairros mais afastados como o Batatã, a Ladeira Grande, a Muritiba e o Camamu (todos limites rurais). Porta de entrada para a cidade, estas regiões periféricas, um misto de rural e urbano, constituíam-se em áreas onde se podia morar, plantar e manter uma pequena criação - o gado pequeno (galinhas, perus, patos e porcos) - se mostrou como uma importante fonte de renda: poderiam ser consumidos pela família e também comercializados nas feiras. Os ovos de galinhas, patos e perus, muito apreciados, eram vendidos nas ruas por mulheres negras que os carregavam, cuidadosamente, em seus cestos²⁵². Além disso, a porta de entrada da cidade favorecia a negociação de todo tipo de gêneros que vinham das lavouras do recôncavo e também de outras localidades. A cidade de Valença, por exemplo, abastecia a demanda de mariscos, camarões, lagostas e pitus. Este último, o pitu, espécie de camarão de rio, era muito apreciado e sua captura feita em mutirão com redes e jererés nos rios que cortavam a região²⁵³.

Ainda que boa parte das mulatas e negras libertas tivessem se estabelecido nos limites da cidade, muitas delas conseguiram se fixar nas áreas mais centrais; as ruas do Padre Antunes, da Lama, de Cima e a Fontinha eram locais onde se podia encontrar o maior número de mulheres que se constituíam como chefes de moradia, sozinhas ou com filhos pequenos. Não raro, com trabalho e muito empenho, conseguiam ainda alugar, comprar ou obter a concessão de pequenos terrenos foreiros, mais ao centro, onde levantavam um pequeno casebre usufruindo de um terreno “próprio” para plantar. A roça de subsistência, herança do viver cativo, persistiu na cidade e era onde se plantava hortaliças, verduras e algumas poucas

²⁵¹ Ao tratar da movimentação da população negra na região do Vale do Paraíba, Ana Maria Lugão Rios e Carlos Eduardo C. da Costa, em “Migração de negro no pós-abolição: duas fontes para um problema”, nos dizem que migrar, para muitos ex-escravos, foi um dos mais importantes significados da liberdade. Devemos considerar, portanto, em nossa análise sobre a mulher no recôncavo baiano, quais os significados de usufruir do direito de ir e vir para essa população. RIOS, Ana Maria Lugão e COSTA, Carlos Eduardo C. da. “Migração de negro no pós-abolição: duas fontes para um problema”, (Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu- MG, 2008.) – Disponível *online*. Sobre a movimentação de sujeitos negros saídos da zona rural em busca de alternativas de vida em Nazaré no pós-abolição, ver: SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit.

²⁵² Por se tratar de um alimento de menor custo e mais fácil de ser adquirido, os ovos aparecem frequentemente nos processos analisados como um importante complemento para a dieta alimentar da população mais pobre. APB – Processos diversos. (1850-1888).

²⁵³ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, op. cit. p. 477-486.

árvores frutíferas. Serviam tanto para garantir a subsistência do dia a dia, como, em alguns casos, para movimentar o variado comércio de rua. Era exatamente nesses bairros e ruas, mais ao centro, que se podiam perceber os fortes contrastes de *status* e condição social; a convivência lado a lado da população pobre com pessoas de posses mostrou-se, peculiarmente frequente e costumeira.

Na rua do Padre Antunes, por exemplo, onde vivia o maior número de costureiras muito pobres, era também onde habitava a família Sampaio, uma das mais abastadas da cidade. Do alto de seu sobrado, os Sampaio, participavam da vida diária dessas mulheres pobres que habitavam o seu entorno. Esse convívio necessário, de contiguidade e espaço social, trouxe algumas vantagens para a população mais carente; as mulheres chegavam a ter certa “intimidade” ao prestar serviços nos sobrados e casas dos ricos como amas de leite, cozinheiras, costureiras, fiandeiras, lavadeiras ou de serviço de rua (levavam e traziam recados). Estas relações de favores, mais tarde, tornavam-se importantes na concessão de benefícios como o foro de terras. Esse foi provavelmente um dos caminhos encontrados por mulheres forras, pretas ou pardas, ex-escravas ou não, na sua luta pela sobrevivência.

É importante entender a escolha feita em residir neste ou naquele local da cidade, mesmo que, para isso, tivessem que dividir minúsculos espaços de moradia. Oriundas, na maioria das vezes, das freguesias rurais, sem maridos e com filhos ainda no cativeiro, muitas delas migraram sós para a cidade em busca de meios de ampliar seus ganhos e, quem sabe, alimentar esperanças de acumular algum recurso material que pudesse servir para projetos futuro (retirar algum ente querido - filho ou companheiro - do cativeiro poderia ser um deles).

Não se pode negar que migrar, construir uma nova vida longe do local em que nasceu escrava (para as egressas do cativeiro), poderia significar um penoso recomeço. Ainda que diversos motivos as tenham encorajado a sair do local em que viviam para fixarem-se nos centros urbanos, muito provavelmente os vínculos comunitários, familiares e de parentesco, forjados durante o tempo da escravidão, foram importantes no momento da escolha da localidade em que passariam a residir. Assim como não se pode negar, no limite da pobreza em que viveram tais mulheres, egressas ou não do cativeiro, que o apoio de “companheiras” de infortúnio contou muito no seu árduo processo de fixação na cidade.

A posse de animais de criação, ou o usufruto de algum lote de terra onde pudessem cultivar verduras, hortaliças e algumas árvores frutíferas e erguer pequenos e toscos casebres significava, para a maioria delas um importante passo na dura luta por um lugar na sociedade escravista. Ao tratar do processo de migração de ex-escravos que viveram nos engenhos rurais

do recôncavo, Walter Fraga Filho sinaliza a importância de tais vínculos para a população negra liberta. Segundo esse autor, não se pode deixar de observar as múltiplas alternativas que tiveram os libertos após o fim do cativeiro. Fixar residência ou não no mesmo local em que viveu como escravo foi sempre uma escolha pautada na avaliação de perspectivas em relação à nova condição de liberdade²⁵⁴.

No caso das mulheres egressas do cativeiro, a cidade podia representar uma porta aberta para novas oportunidades. Muitas conseguiram angariar recursos suficientes e até uma certa autonomia, mas isso não significou prestígio social, pois, além de mulheres, muitas eram negras e trabalhavam em atividades manuais que as degradavam aos olhos das elites²⁵⁵. Registros como os que localizamos no livro de Arrematação de Nazaré, (ver Quadro abaixo) nos autoriza concluir que algumas africanas libertas, ao final da vida, conseguiram conquistar bens que lhes garantiram uma vida mais tranquila, embora continuassem pobres. Mas, esse mesmo documento revela que nem sempre essas mulheres conseguiram formar uma família de sangue ou algum parentesco afetivo; se os tiveram, porém, os documentos silenciaram a respeito.

Quadro 3 - Relação dos bens de africanos *ab intestato*

<i>Intestado(a)</i>	<i>Nação</i>	<i>Descrição dos bens</i>
Maria Joaquina de São José	Africana	- morada de casa, sita a rua do Camamu, com braça e meia de frente, porta e janela – 80\$000 - duas caixas velhas – 1\$500 - oratório – 12\$000 - relicário de ouro (três oitavas e dezoito grãos) – 8\$300 - relicário de ouro (duas oitavas e seis grãos) – 5\$620 - cordões de ouro (seis oitavas e seis grãos) – 6\$400 - uma coroa de prata (seis oitavas) – 1\$200 Total apurado: 115\$020
João de Jesus	Africano	- morada de casa, sita a rua da Lama - caixa velha Tudo por: 170\$600
Joanna Maria da Luz	Africana	- quatro braças de terras próprias, casa com telheiro de taipa - duas camas - hum estrado - uma viola - uma mesa - oratório e quatro imagens - uma escrava Maria, africana Tudo por: 189\$780

²⁵⁴ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 250-251.

²⁵⁵ FIGUEIREDO, Luciano. “Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII”, op. cit., p.40.

Sebastião Rodrigues da Costa	Africano	- um aparelho de cruz de ouro (sessenta e quatro oitavas) - outro de outro (quatro oitavas) - um diadema de ouro e um dente de ouro (tudo com quatro oitavas)	Tudo por: 101\$550
Manoel Nunes	Africano	- não foram declarados os bens	Tudo por: 172\$570
Antonio	Africano	- um sitio com casa térrea própria, no lugar Benfica e benfeitorias	Tudo por: 1:110\$000
Joaquina	Africana	- roupas e objetos velhos – 32\$000 - noventa e cinco mil réis, sendo 55\$00 em papéis de uma só figura, que tendo o abatimento de 40\$000 importa o real valor de – 66\$600 - objetos em prata, cinquenta e um patações de diversos números, aliás cunhos, sendo um falso, quinze moedas de 1\$000, quatro de \$640, três de \$320, sendo de moeda cobrável 51\$640 e moeda de cunho estrangeiro 63\$960 segundo o preço do comércio – 51\$640	Total apurado: 150\$240
Luisa	Africana	- três casas de morada: uma na rua da Fontinha, com duas janelas e uma porta; uma a rua do Tanque de porta e janela; outra a rua do Padre Antunes	Valor total dos bens não declarado

Fonte: APB- Seção Colonial/Provincial. Livro de Arrematação, 1850.

Sem herdeiros e sem um testamento onde fosse possível declarar o destino que seria dado aos poucos bens que possuíam, deixaram para os cofres públicos tudo aquilo que conquistaram com muito trabalho durante sua vida miserável. A liberdade tardia, ou talvez a urgência em conquistar algum bem e adquirir segurança financeira numa sociedade que as excluía por serem mulheres e negras, algumas africanas libertas pouco ou nenhum tempo tiveram para estabelecer laços familiares. No caso da africana Luisa, por exemplo, ao falecer, sem herdeiros, deixou para o Estado três casas que comprou com o seu trabalho, provavelmente de ganho nas ruas de Nazaré. Já a africana Joaquina, deixou, entre outras coisas, uma significativa quantia em dinheiro - quase cem mil réis, sendo: 55\$000 em papéis de uma só figura” e mais “cinquenta e um patações de diversos cunhos”, “quinze moedas de 1\$000, quatro de \$640, três de \$320”, ainda foi avaliada a quantia de 63\$960 em moeda de cunho estrangeiro” - dinheiro que certamente recebeu dos negócios que empreendia na cidade²⁵⁶.

²⁵⁶ Vale ressaltar que o levantamento de dados sobre os bens adquiridos por libertos em Nazaré, limitou-se à análise dos testamentos, inventários e outros registros notariais como o livro de Arrematação do município. Considerando que poucos foram os libertos que deixaram testamentos – só localizamos onze testamentos nos

Casas, terrenos, oratórios, moedas, peças em ouro e até escravos constavam da relação de bens deixados por africanos *ab intestato*. Em 1850, ao falecer sem herdeiros, a africana liberta Joana Maria da Luz deixou para os cofres públicos um considerável patrimônio para uma mulher só: “quatro braças de terras próprias, casa com telheiro de taipa, duas camas, hum estrado, uma viola, uma mesa, oratório e quatro imagens, e *uma escrava Maria*”²⁵⁷. A documentação analisada deixa apenas um lampejo da história daquela mulher que, durante toda sua existência, trabalhou duro para conquistar uma vida melhor do que a que experimentou no cativeiro. No entanto, oculta a complexa rede social que ela construiu para atenuar, em parte, as marcas da escravização; assim como, não nos permite vislumbrar as estratégias que lançou mão para alcançar seus objetivos. Ficaram também nos silêncios da documentação municipal - preocupada apenas em listar bens e valores para os cofres públicos - o destino que foi dado a sua única escrava de nome Maria. Teria ela sido vendida em hasta pública a outro senhor? De certo que, se algum dia a africana Joana Maria da Luz teve a intenção de libertá-la, não o fez, e, ao falecer, lançou-a à sua própria sorte.

Se a documentação municipal, descrita acima, deixa lacunas sobre o acesso e o destino dos bens adquiridos por africanos que faleceram sem testamento, outro documento revelou-se bastante especial para vislumbrar os meios de aquisição de pequenos lotes de terra por uma parcela da população pobre da cidade de Nazaré na segunda metade do século XIX. Trata-se do registro feito em 1876, por Florinda Maria de Jesus, terceira mulher de Maurício Nunes Leal, no inventário de seu falecido marido.

Como inventariante, a viúva, Florinda Maria de Jesus declarou existir entre os bens do casal quase trezentos títulos de débito com aforamento. Chama à atenção na leitura desse documento o grande número de mulheres que efetivaram contrato de aforamento com Maurício Nunes Leal (45% deles, quase a metade de todos os seus contratos)²⁵⁸. Nesse registro feito em 1876, há diversas referências à localização dos terrenos aforados, o que permite propor uma geografia da moradia dessas mulheres pobres na cidade de Nazaré, na segunda metade do século XIX. Eram, em sua maioria, pequenos terrenos de 1 a 3 braças²⁵⁹ e

livros pertencentes àquela Comarca – e que estes nem sempre davam lugar a um inventário, a análise dos bens adquiridos não teve por finalidade estabelecer valores das fortunas adquiridas por esses sujeitos, mas trazer informações quanto as possíveis aquisições desses sujeitos ao longo de suas vidas.

²⁵⁷ APB- Seção Colonial/Provincial. *Livro de Arrematação*, Nazaré, 1850. (Grifo nosso)

²⁵⁸ APB – *Inventário de Maurício Nunes Leal*, (04/1412/1881/08), 1876.

²⁵⁹ Segundo os estudos feitos de Iraci del Nero da Costa e B. J. Barickman, uma braça equivaleria a 4,84m² e um palmo representava 8 polegadas. Sobre pesos e medidas no Brasil colonial/imperial ver, entre outros: COSTA, Iraci del Nero. “Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominação e relações”, disponível em

alguns palmos localizados nas ruas periféricas da cidade, como no Camaxo, no Camamu, rua de Cima e na do Tanque. Embora localizadas em áreas relativamente próximas do núcleo comercial mais importante - a praça e o porto - tratava-se de vias estreitas, de terra batida, desniveladas e repletas de detritos. Embora o documento não revele qual uso era feito desses terrenos, podemos concluir que serviam tanto para a construção de precários casebres mal arejados como para pequenas roças de subsistência cujo excedente poderia ser vendido em todo canto da cidade.

Desprovida de meios para adquirir a posse definitiva de um lugar de moradia, o aforamento foi uma alternativa que parece ter sido muito utilizada por essa camada da população. O foro, aforamento ou enfiteuse, era uma forma de acesso à posse da terra muito praticado em grande parte dos contratos agrários em Portugal. Trazido para o Brasil ainda nos primeiros anos da colonização, essa “concessão” de usufruto da terra consistia em um contrato, oral ou escrito, estabelecido entre as partes. Segundo Márcia Maria Mendes Motta, ao realizar-se uma escritura de aforamento, operava-se o desdobramento dos direitos de propriedade em dois domínios: o “directo” e o “útil”. O “directo” consistia no direito à recepção de uma renda; o “útil” na posse e fruição do bem durante a vigência do contrato. Em todo caso, tanto no Brasil como em Portugal, existia a possibilidade de transmissão do domínio da terra a outrem por meio de herança, venda ou troca²⁶⁰.

Essa foi uma alternativa viável para muitas mulheres pobres adquirirem um lugar para morar/plantar. Mesmo que a terra continuasse pertencendo ao senhor, sabe-se que, por força do contrato de aforamento, a propriedade aforada não poderia ser vendida ou negociada pelos proprietários. Mesmo quando transmitida em herança, cabia aos novos donos apenas o direito aos rendimentos do foro. No caso dos contratos de aforamento de Nazaré, observa-se que muitos eram antigos, com mais de cinquenta anos, e que todos eles possuíam débito. Com valores que variavam de acordo com o tamanho da área, os contratos eram, no geral, salvos poucos casos, de 1 réis por ano por cada braça. Algumas situações mostram que não havia uma cobrança sistemática dos rendimentos e, em alguns casos, a dívida chegava a ter mais de trinta anos como foi o caso da de Delfina Maria dos Reis que devia 39 anos de aforamento. Desde 1838, obtivera um terreno foreiro de 1 braça e cinco palmos (pouco mais de 5m²), localizado na rua do Camaxo. Sua dívida, em 1876, foi avaliada em 23\$400. Vizinha a ela,

<<http://www.ipeadata.gov.br/doc/Pesos%20e%20medidas%20no%20periodo%20colonial%20brasileiro.pdf>>, acesso em 14 de maio de 2015; BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano...*, op. cit.

²⁶⁰ MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Terras Lusas: a questão agrária em Portugal*. Niterói, RJ: EDUFF, 2007.

Romana Antunes de Menezes devia 20\$400, desde 1843, quando da concessão de um terreno com as mesmas dimensões²⁶¹.

O documento analisado, embora rico em informações, deixa lacunas acerca de quais atividades essas mulheres desenvolviam; provavelmente estavam envolvidas nos pequenos negócios da cidade, e a conquista do usufruto de um pequeno pedaço de terra teria sido a única herança deixada para seus descendentes. Vejamos o caso da africana liberta Maria Francisca de Medina e também de Martiniana de Tal, ambas foram escravas do falecido Capitão André e conseguiram, após a liberdade, residir em uma rua do centro de Nazaré. Moradoras na rua do Tanque, ao falecerem, deixaram para seus herdeiros não apenas a posse e usufruto de um terreno foreiro, como também uma dívida de 17\$500 e 24\$000 réis, respectivamente, em foros que não pagavam há anos²⁶².

Endividadas ou não, o usufruto da terra pelo contrato de aforamento lhes possibilitou criar espaços de sobrevivência onde podiam morar, criar seus filhos e até mesmo produzir suas pequenas roças²⁶³. Para as egressas do cativeiro, ter a posse de um pequeno terreno foreiro (a maioria não passava de dez metros quadrados) próximo à cidade significava controlar sua própria condição de trabalho em oposição à disciplina de trabalho ligada ao passado escravista ao qual esteve submetida.

As dívidas com foro de terras apresentadas no inventário de Maurício Nunes Leal sinalizam a ligação que aquele senhor manteve com um número considerável de ex-escravos da região. Como possuía uma parcela significativa de terras na área urbana da cidade, aquele senhor gozava de poder e prestígio sobre “seus” aforados. Algumas mulheres que aparecem em seu inventário como devedoras, foram escravas na região e, talvez por serem mais bem relacionadas, conseguiram adquirir o usufruto de áreas maiores, como Fleisberta Maria Gomes Costa que teve a concessão de “uma rocinha” à beira do Tanque. Assim como ela, Caetano Nunes Leal, com o mesmo sobrenome daquele senhor, manteve um terreno foreiro no Batatã, provavelmente também fruto de negociações com esse rico senhor²⁶⁴.

²⁶¹ APB – *Inventário de Maurício Nunes Leal*, (04/1412/1881/08), 1876.

²⁶² A africana liberta, Maria Francisca de Medina detinha a posse de um terreno de duas braças e quatro palmos, à 1\$ por ano, que pagou até 1870. Sua dívida em 1876 era de 17\$500 (sete anos). Martiniana de Tal tinha a posse de uma braça e seis palmos, à 1\$ por ano, que pagou até 1862. Sua dívida em 1876 era de 24\$000 (15 anos). APB – *Inventário de Maurício Nunes Leal*, (04/1412/1881/08), 1876.

²⁶³ Segundo o levantamento feito no inventário de Maurício Nunes Leal, o tamanho médio dos terrenos aforados em Nazaré chagava a 2,16 braças, ou seja, 10,45 m². Os terrenos até 9,68 (duas braças) correspondem a 77,85, os com medidas até 24,2m² representaram, naquele inventário, 17,6% e os maiores que 24,3m², 4,6%. APB – *Inventário de Mauricio Nunes Leal*, (04/1412/1881/08), 1876.

²⁶⁴ A vida desse africano foi detalhada na tese apresentada por Edinelia Maria Oliveira Souza, sobre o pós-abolição na Bahia. Ver: SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit.

Outras mulheres, no entanto, por disporem de menos recursos para negociar, tiveram que reconstruir suas vidas consorciando-se. Mais empobrecidas, procuravam outras “parceiras” para conquistar o usufruto da terra, como foi o caso de Maria Joaquina que, junto com Delfina Maria dos Réis, detinha a posse e usufruto de duas braças e três palmos de terras na rua do Camaxo, ou de Mauricia e Rosalina de Jesus que, juntas, tinham três braças e oito palmos na mesma rua. Não sabemos ao certo o uso que elas fizeram desses pequenos pedaços de terra, quase 80% dos terrenos não passaram de dez metros quadrados, mas certamente contribuíram para formar um patrimônio para seus herdeiros, a exemplo da pequena propriedade de duas braças e cinco palmos deixados pela africana liberta Maria Francisca de Medina para seus filhos ou da propriedade que herdou Maria Francisca d’Assunção, filha do africano Gonçalo²⁶⁵.

Esse convívio diário, proporcionado pela proximidade de suas casas e pelas condições materiais de vida, trazia algumas vantagens no difícil caminho da sobrevivência, no entanto trazia também tensões e conflitos a exemplo do que foi registrado no processo de lesões corporais aberto em 1878, por Feliciano Maria do Espírito Santo. Moradora na rua do Padre Antunes, Feliciano cumpria, naquela tarde de fevereiro, a sua rotina diária de trabalho. Naquele fatídico dia, saíra bem cedo de casa com o objetivo de angariar algum serviço, perambulou pelas ruas, encontrou-se com algumas companheiras e negociou alguns ovos com sua vizinha, mulher de José Germano da Motta, para servir no jantar daquele dia. Ao cair da tarde, cansada e sem muita alternativa de ganho para aquele dia, retornou à sua casa onde iniciou o preparo dos ovos que havia comprado, estes seriam transformados em omelete e, junto com um pouco de marisco, ajudariam a aplacar a fome dela e dos seus dois filhos menores. Até então, seria um dia como outro qualquer na vida daquela “miserável” mulher, não fosse o fato de aqueles ovos terem sido comprados de sua vizinha, mulher de um desafeto seu.

Ela e a mulher de José Germano eram companheiras e, guardavam em segredo, uma amizade que pouco satisfazia o tal José Germano. Este, casado há pouco tempo, considerava Feliciano uma mulher de “vida equívoca” e que dava “maus conselhos” à sua mulher. Ao ter conhecimento da ligação entre as duas através da negociação de ovos ocorrida naquele dia, logo dirigiu-se à casa de Feliciano para tirar satisfações. Encontrando a porta fechada com ferrolho, não teve dúvidas, abriu-a passando a mão através da janela que se encontrava aberta e entrou, deparando-se com Feliciano sentada à mesa com seu filho jantando. De súbito, o

²⁶⁵ APB - *Inventário de Maurício Nunes Leal*, (04/1412/1881/08), Lista de terrenos foreiros. (1876).

tempo fechou e, aos gritos, ele dizia: “- não quero que minha mulher se dê com você, nem com outras de sua iguala, porque dão maus conselhos”, como relatou a costureira Maria Zeferina da Conceição, vizinha de Feliciano²⁶⁶. Levantando-se da mesa, Feliciano não obteve tempo nem para gritar e logo recebia uma bofetada, “um supapo no olho esquerdo”, que a deixou tonta e sangrando²⁶⁷.

Logo que se deu o fato criminoso, toda a rua do Padre Antunes estava em alerta movida pelos gritos de Feliciano. Nos testemunhos daquele processo, observa-se que aquela era uma rua habitada, na sua maioria, por mulheres pobres, como Feliciano, que consolidavam, na vivência da pobreza, relações de vizinhança e solidariedade. As casas eram muito pequenas, a maioria de porta e janela, construídas em terreno foreiro ou alugadas²⁶⁸.

Em sua maioria, as mulheres ouvidas naquele processo eram tidas como pobres e miseráveis, semelhante a própria Feliciano. Costureiras, cozinheiras, jornaleiras circulavam pela cidade em busca de seus ganhos e viam-se, frequentemente, estigmatizadas pela sua condição social. No entanto, a condição de pobreza compartilhada favorecia outros aspectos da organização de suas vidas, servindo ao menos para amenizar a dureza vivida. Na cidade, quando escasseavam-se as frentes de trabalho e conseqüentemente os recursos de sobrevivência, recorriam a alternativas proporcionadas pela geografia do lugar.

Em grupo ou sós, dirigiam-se aos rios e riachos movimentando as estradas que ligavam os povoados e roças mais próximas, onde lavavam roupas, pescavam peixes e mariscos para servir, mais tarde, de alimento para complementar a sua dieta quase sempre pobre. A casa, o bairro e a rua eram importantes lugares onde se podiam construir novas amizades, principalmente para as recém-chegadas ao lugar.

Outro importante espaço de sociabilidade da população pobre livre e escrava eram as feiras, locais de reunião de pessoas das mais diversas localidades do recôncavo, que encontravam ali espaço apropriado para disseminar notícias vindas dos pontos mais distantes. Muitos desses indivíduos chegavam a pé, “trilhando caminhos de barro”²⁶⁹, em lombo de burros ou em canoas carregadas de mercadorias produzidas nas pequenas propriedades e comercializadas em dias de feira. Em Nazaré, a feira ocorria prioritariamente nas sextas e

²⁶⁶ APB - *Processo crime*, (04/138/06), lesões corporais contra Feliciano Maria do Espírito Santo. Depoimento de Maria Zeferina da Conceição, 1883.

²⁶⁷ APB - *Processo crime*, (04/138/06), lesões corporais, Feliciano Maria do Espírito Santo, 1883.

²⁶⁸ APB - *Processo crime*, (04/138/06), lesões corporais, Feliciano Maria do Espírito Santo, 1883.

²⁶⁹ Sobre esses caminhos de barro utilizados pela população de homens e mulheres pobres do recôncavo da Bahia, ver BARRETO, Virgínia Queiroz. *Trilhando caminhos de barro: trabalho e cotidiano de oleiros – Maragogipinho, Ba, 1960-1999*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, São Paulo, 2000.

sábados, embora em quase todos os dias da semana se pudesse comprar, vender ou negociar algum produto, os maiores volumes eram esperados naqueles dias. Ali, nas imediações do porto, descarregavam suas mercadorias, abriam seus tabuleiros emprestando, àquela praça e porto, um colorido e um murmurinho que dava vida à cidade como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 4 - Praça do Porto – destaque para o Prédio dos Arcos, s/d

Fonte: FALÇÃO, Edgard de Cerqueira. *Relíquias da Bahia*. 1940, p. 498.

A fotografia da praça do porto que destaca o casarão dos Arcos (Figura 4), possivelmente capturada no final de um dia de feira na cidade, traz uma aparente tranquilidade que não nos revela as tensões próprias das relações sociais existentes entre os sujeitos que ali transitavam. A presença de mulheres naquela feira e as diversas atividades a elas atribuídas é evidenciada pelas figuras retratadas. Mais à esquerda da foto é possível se observar duas mulheres com seus cestos na cabeça se preparando para retornar aos seus lares com o fruto de seu trabalho. Ao lado dos homens que transitavam pela feira, uma outra imagem se destaca: a de uma mulher sentada ao lado do arco mais à esquerda do prédio, negociando, provavelmente, seus quitutes.

A venda de chapéus, bananas, farinha, laranjas, limas, cocos e galinhas vivas revela ser essa uma feira que abastecia semanalmente tanto as cozinhas dos moradores da cidade, como a daqueles que traziam produtos da roça para negociar. É importante pontuar que, nos dias de feira, aos domingos e nos dias festivos destinados aos santos católicos, a cidade de Nazaré recebia uma importante gama de trabalhadores pobres, livres e escravos, que encontravam nesses espaços de lazer e trabalho uma brecha para socializar suas experiências e novidades. Maria Luiza Ferreira de Oliveira observa que as feiras, os domingos, assim como os dias festivos, eram temidos pelas autoridades por favorecerem reuniões, ajuntamentos de pessoas, ocasiões em que corriam boatos, faziam-se planos encorajando a população a fazer suas reivindicações²⁷⁰.

Para esses indivíduos, os dias de feira e festa eram aguardados com ansiedade. Ao retornar para suas casas, ao final do dia, traziam na bagagem não apenas produtos que foram adquiridos, como também importantes informações sobre a vida fora das fazendas, saciando a curiosidade daqueles que ficaram. Comentava-se sobre todo tipo de assunto, ampliando a cadeia de comunicação entre os povoados e a cidade propriamente dita.

Migrar, movimentar-se de um povoado para outro, mesmo que dentro dos limites da própria comarca parece ter sido uma alternativa na busca de meios de sobrevivência utilizado por mulheres pobres, recém libertas e até mesmo escravas de ganho. A falta de oportunidade de emprego assalariado e a necessidade de improvisar a própria sobrevivência foram fatores que as levaram a buscar em atividades informais e nas relações de compadrio e solidariedade formas de garantir o ganha-pão²⁷¹. Ao analisar a nova condição social da mulher liberta nas Minas Gerais do século XVIII, Eduardo França Paiva, propõe duas importantes questões que certamente as acompanhavam nessa nova vida: Onde morar? Como sobreviver?²⁷² Essas são duas questões que se complementam. A saída da condição de cativa, antes ou depois do treze de maio, não assegurou a essas mulheres um lugar para morar, tampouco meios de sobrevivência nessa nova fase de suas vidas e nem na de seus descendentes. Acostumados à vida rural, ao tempo do trabalho baseado no tempo da natureza, das estações e das

²⁷⁰ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. “Resistência popular contra o Decreto 798 ou a ‘lei do cativo’”: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revolutas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, op. cit., p. 391-428.

²⁷¹ Maria Odila Leite da Silva Dias, em seu livro *Quotidiano e poder*, evidencia que esses papéis informais, por sua própria natureza, não são oficialmente reconhecidos, nem socialmente muito valorizados, embora sejam importantes no processo concreto da vida quotidiana. (*Quotidiano e poder...*, op. cit., p. 31).

²⁷² PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII...*, op. cit., p. 128-129.

colheitas²⁷³, a vida na cidade poderia trazer, tanto oportunidade de ganho como também obrigá-las a “[...] uma nova pedagogia em torno do trabalho”, produzindo conflitos entre suas ações e o que estabelecia o código de postura municipal. Essa disputa por espaços é o que veremos adiante.

3.3 O que nos contam as autoridades

Em Nazaré, na segunda metade do século XIX, a presença feminina à frente do comércio de rua ou administrando pequenas quitandas, situadas nos arredores da cidade, não passou despercebida às autoridades locais. Constantemente suas “casas de negócios” eram visitadas por fiscais da municipalidade que atentos às irregularidades lhes aplicavam pesadas multas. Não escapavam dos fiscais nem as donas de quitandas e vendolas (estabelecimentos de 5ª classe), localizadas principalmente em regiões mais periféricas, nem as vendedoras ambulantes.

Sem emprego e com poucas oportunidades de serviço, o número de mulheres que estavam envolvidas no comércio de rua, ora vendendo em gamelas ambulantes, ora estacionadas nas praças e ruas da cidade era cada dia maior. O barulho e a sujeira ocasionados por essa atividade de rua incomodavam aqueles que transitavam pela cidade e tinham de conviver diariamente com ruas sujas e barulhenta. O comércio de serviços domésticos, o pequeno comércio ambulante e a suposta prostituição pareciam estar em todo lugar. Em 1876, diante da impossibilidade de retirá-las definitivamente das ruas e com o intuito de ordenar o trânsito indiscriminado das “ganhadeiras” pelas ruas da cidade os administradores municipais propuseram a inclusão de um artigo no Código de Posturas que iria ser apreciado e aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, estabelecendo locais fixos onde elas

²⁷³ O tempo do trabalho baseado no tempo da natureza e das tarefas diárias a serem executadas para a população rural, moradores de pequenas cidades e vilarejos foi analisado por Thompson, que nos diz que “a noção de tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. [...] na sociedade onde a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre ‘o trabalho’ e ‘a vida’”. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...*, op. cit., p. 271.

poderiam fazer o seu comércio. Em maio daquele ano, o texto foi enviado para a apreciação da Assembleia. Segundo o artigo 71 daquele documento:

As vendagens de peixes, fructas, verduras, ou em geral, o pequeno commercio de ganhadeiras, em quanto não houver casa para elle apropriada, só se fará nos logares designados pela câmara, ou nas casas particulares, onde podem ser levados os gêneros de semelhante espécie. Os infractores incorrerão na multa de quatro mil réis ou dois dias de prisão²⁷⁴.

A postura proposta tinha como objetivo ordenar a presença das mulheres nas ruas da cidade, mas também higienizar o ambiente das praças, ruas e porto, visto que eram frequentes as queixas da sujeira, do lixo e do mau cheiro deixados diariamente nas vias públicas, pelas sobras do trabalho das vendedoras ambulantes. Durante os debates, Correa Garcia, deputado provincial, declarou ser essa postura um “attentatorio da liberdade de commercio”, já que em todo lugar o comércio de rua estava presente. Segundo ele,

... prohibir que as ganhadeiras exponham os objectos de seu commercio em suas portas, ou que façam o seu mercado pelas ruas, o que é aceito em toda parte onde há liberdade de commercio, é uma iniquidade.

Em Paris, na grande capital do mundo, se vende o peixe, vendem-se todos os cereais pelas ruas, e nem por isso deixam de haver excelentes mercados; quem quer colocar a sua mercadoria no mercado vai, quem não quer vende pelas ruas, e no Rio de Janeiro, na capital deste imperio, o mesmo se dá.

Como é, pois, que a camara municipal de Nazareth quer designar pontos, onde as ganhadeiras se colloquem?!²⁷⁵

Ainda que a documentação oficial, produzida pelo município, revele a presença das ganhadeiras nas ruas, praças, pontes e becos da cidade, não localizamos nos arquivos pesquisados queixas, feitas por elas mesmas, explicitando suas insatisfações com tais medidas proibitivas. No entanto, localizamos pedidos de perdão das multas a elas aplicadas, que revelam suas ações na cidade. Portanto, pode-se concluir que, em Nazaré, elas estavam diariamente nas ruas vendendo, negociando, trapaceando e até praticando pequenos furtos. Produtos de roubos praticados em armazéns de secos e molhados, como o que aconteceu em 1875 envolvendo uma africana liberta de nome Margarida e seu amásio, o escravo

²⁷⁴ Artigo 71 dos ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia - 1873 a 1887 - PR_SOR_05099_238961, p. 37. (Disponível *online*)

²⁷⁵ Id., *ibid.*

Benedicto²⁷⁶, tinham como mercado final os tabuleiros das ganhadeiras. E era isso que a Câmara pretendia coibir.

Figuras conhecidas na cidade, as “ganhadeiras”, fossem elas escravas, libertas ou pobres livres, praticavam diariamente o pequeno comércio de quitutes caseiros, carnes, frutas, doces, mariscos, etc., armazenados cuidadosamente em tabuleiros e gamelas. Certamente, as autoridades municipais de Nazaré, ao propor tal postura, pretendiam, entre outras coisas, uma maior fiscalização dessas mercadorias, que circulavam livremente pelas ruas, no intuito de impedir a venda de produtos de origem duvidosa ou ainda para evitar a concorrência com o mercado formal. Embora o reconhecimento dessa atividade tenha sido posto como importante para a liberdade de comércio, a postura para controlar os locais de venda das ganhadeiras foi aprovada, com pequena emenda.

De certo que as autoridades quiseram retirá-las das ruas, estabelecendo um lugar adequado para tais atividades, mas, ao que tudo indica, a lei não conseguiu normatizar tal comércio. Em 1894, lá estavam elas mais uma vez figurando nas páginas preconceituosas dos principais jornais que circulavam na municipalidade. Num periódico de grande circulação entre os cidadãos nazarenos, as autoridades do município estampavam, em uma nota de página inteira, a obrigação de registro e licença para diversas atividades realizadas nos limites da cidade, entre as disposições estavam a obrigatoriedade do pagamento de licença “para vender em gamellas ambulantes ou estacionadas” e “para vender água pelas ruas”²⁷⁷ - atividade quase sempre vinculada às mulheres - ou exigindo o registro de matrícula para as ganhadeiras²⁷⁸.

Tal documento, datado de 1894, revela que a postura criada em 1876 (citada acima) pouco alterou a rotina das mulheres que praticavam tais comércios. As obrigações impostas pelas posturas e leis municipais não foram suficientes para evitar a presença feminina à frente dessas atividades, seja como proprietárias de quitandas e vendas, seja vendendo pelas ruas da cidade. No entanto, sabe-se que a transgressão custava caro, como diz Luciano Figueiredo ao estudar a história de três “negras de tabuleiro” que vendiam seus quitutes nas zonas de mineração, localizadas na Província de Minas Gerais²⁷⁹. Em Nazaré nos últimos anos do século XIX não foi diferente, elas tiveram que amargar pesadas multas, ter seus quitutes

²⁷⁶ APB – *Apelação civil*, (78/2799/01), Benedicto escravo, 1875.

²⁷⁷ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, *O Regenerador*, Nazareth, 19 de Março de 1894.

²⁷⁸ Sobre o pequeno comércio praticado por mulheres nas ruas de centros urbanos no Brasil, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.

²⁷⁹ FIGUEIREDO, Luciano. “Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII”, op. cit., p.40.

apreendidos e, em alguns casos, passar alguns dias na cadeia pública a exemplo de Alexandrina Maria de Jesus. Transgressora contumaz das leis municipais, vez por outra era surpreendida atuando sem licença nas ruas da cidade²⁸⁰.

Se a presença dessa “gente de cor” circulando pela cidade já incomodava as autoridades locais, a partir da criação da estrada de ferro, em 1876, - que passou a ligar Nazaré a suas freguesias rurais, Onha e Santo Antonio de Jesus - com os trens da Trans Rodan circulando, o transito de pessoas de outras localidades tendeu a aumentar. Acentuando ainda mais os problemas que a cidade sofria com a presença, cada vez mais marcante, de mulheres pobres angariando serviços de rua. A cidade, que já era um ponto de atração para os despossuídos, com a crise das lavouras da região, passou a ser a única alternativa de sobrevivência dos recém saídos da escravidão.

Antes mesmo do final da escravidão em maio de 1888, as lavouras vinham sofrendo baixas significativas de mão de obra. A falta de mão de obra para lavrar os campos do município, e sua provável migração para os centros urbanos, foi documentada em correspondências dos poderes locais das cidades e vilas do recôncavo da Bahia, que preocupados passaram a debater o tema nas câmaras municipais. Em 1887, pouco antes do golpe final do escravismo, ao responder a uma correspondência da Presidência da Província acerca da chegada de imigrantes para a região, as autoridades locais de Nazaré declaravam que:

Existem n’este municipio muitas Fazendas e Engenhos *abandonados por falta de braços que os lavrem*, os quaes possuem bons terrenos, que com pouco dispendio, estamos certos, poderão ser adquiridos para o serviço da imigração. Julgamos que proprietarios dos que trabalham não se recusarão a admitir imigrantes para o trabalho de parceria ou assalariados²⁸¹.

As informações requeridas pelo Presidente de Província acerca de terras devolutas, topografia, “gêneros de cultura do município”, atividades comerciais etc., foram prontamente respondidas pela Câmara Municipal de Nazaré. Evidencia-se nessa correspondência a “falta de trabalho continuado, o que é devido a decadência da agricultura e comercio”²⁸² na região.

²⁸⁰ APMNF - *Livro de Registro de Expediente da Intendência Municipal de Nazareth*, 1893-1900. Arquivo Público Municipal de Nazaré-Ba. Expediente do dia 13 de Fevereiro de 1893, p.4.

²⁸¹ APMNF - *Livro de Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth*, 1877 – 1902, p. 44, Officio nº 7. Nazareth e sala das sessões da Camara Municipal, 11 de Março de 1887. (Grifo nosso).

²⁸² APMNF - *Livro de Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth*, 1877 – 1902, p. 44, Officio nº 7. Nazareth e sala das sessões da Camara Municipal, 11 de Março de 1887.

Embora a documentação dê importantes pistas acerca da desarticulação da mão de obra escrava e do provável êxodo da zona rural para os centros urbanos, anunciando uma crise de falta de “braços” para o serviço na lavoura, nesta documentação não foi possível apreender mais aspectos da vida de mulheres pobres que certamente circulavam e ocupavam esses espaços urbanos.

À medida que a cidade crescia, crescia também o esforço das autoridades de controlar tanto o comércio ambulante como de implementar os decretos e leis imperiais a exemplo do que regulamentou o sistema métrico. Não foi apenas nas povoações e vilas do recôncavo que ocorreram conflitos por conta de leis que atingiam diretamente costumes há muito tempo estabelecidos. Em 1874, nas províncias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, deu-se um motim conhecido como “Revolta ou Sedição do Quebra-Quilos”, movimento social e político que começou em outubro daquele ano, após a promulgação do mesmo decreto sobre as medidas e pesos praticados nas feiras. Assim como em Nazaré, em outras praças do Brasil oitocentista os decretos e leis imperiais também suscitaram conflitos. Nessa parte do recôncavo baiano, não houve a mesma repercussão alcançada nas províncias do norte do Império acima citadas; ainda assim, o decreto trouxe problemas para ser implementado²⁸³. A discordância acerca dos pesos e medidas adotados, levou os comerciantes da cidade a entrarem com uma queixa junto aos poderes locais pedindo providências acerca dessa medida.

No entanto, nenhuma outra lei foi tão discutida e debatida em Nazaré quanto a Resolução de 18 de Julho de 1878. Segundo seu texto, ficava proibida a partir daquela data “[...] a abertura do comercio da cidade de Nazareth nos domingos e dias santificados”. Essa medida atingia diretamente os comerciantes fixados naquela cidade e para os fiscais da municipalidade tornou-se quase impossível pôr em prática tal lei. Logo, avolumou-se o número de correspondências encaminhadas ao Presidente da Província, expedidas pela Câmara Municipal de Nazaré, onde explicitava todo tipo de conflito enfrentado para pôr em prática tal lei. A carta datada de 20 de agosto de 1887 dizia:

Desde a promulgação de semelhante lei, Exmo. Sr. uma constante luta se estabeleceu entre a Camara e negociantes, que se tem sempre eximido de cumpril-a; ora allegando que podem ter as casas abertas contanto que não vendam ou comprem, pois é o que prohiibe a lei em questão, ora que não

²⁸³ LIMA, Luciano Mendonça de. “Quebra-quilos: uma revolta popular na periferia do Império”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, op. cit., p. 449-483.

deve a Camara impôr multas somente aos que têm casas abertas, quando não proíbe o grande e pequeno comercio, que largamente se faz fóra das casas de retalho²⁸⁴.

Para os comerciantes de secos e molhados, a imposição da lei, que proibia a abertura de suas casas de comércio nos dias assinalados, prejudicava-os diretamente, pois cumpriam suas obrigações fiscais, enquanto o comércio ambulante e de rua era feito livremente sem qualquer fiscalização, obtendo, portanto, ao seu ver, vantagem, uma vez que não se submetia a tal decreto. Decerto que a elite local, composta por comerciantes, proprietários de armazéns de gêneros, como café, fumo, farinha de mandioca, aguardente, açúcar, etc., tinha para quem apelar e buscava, no poder estabelecido, eco para suas reivindicações. O mesmo não se verifica ao analisarmos o aumento ou criação de impostos municipais que afetavam diretamente a população pobre, ocupada no comércio ambulante, ficando esta entregue à sua própria sorte.

Além disso, a Câmara se via impossibilitada de fazer cumprir algumas das determinações legais por falta de pessoal. Ainda na mesma correspondência, alega:

A Camara actual, solicita no cumprimento das posturas teve por sua vez praticamente o conhecimento de que é impossivel prohibir o commercio nos domingos e dias santificados, e comprehende-se, Exmº Sr., que nunca poderá um unico agente da policia Municipal – o Fiscal – intervir effetivamente para que seja observada a postura de que se trata e que tem dado sempre lugar á uma infinidade de queixas e reclamações, trazendo ao comercio atropelo, prejuízos e embaraços²⁸⁵.

Fica evidente, na correspondência ao Presidente de Província, que a Câmara de Nazaré não tinha como fiscalizar todos os estabelecimentos e também o intenso comércio de rua que se achava, principalmente nos domingos e feriados, espalhado por toda a cidade, desde o porto até a periferia. A falta de pessoal para fiscalizar provocou, segundo a correspondência, “uma infinidade de queixas e reclamações”, gerando no comércio da cidade “atropelo, prejuízos e embaraços” e, por esse motivo, a Câmara pediu que a lei fosse revogada.

²⁸⁴ APMNF – *Livro de Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth*, 1877 – 1902, p. 52. Nazareth e sala das sessões da Camara Municipal, 20 de Agosto de 1887.

²⁸⁵ APMNF – *Livro de Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth*, 1877 – 1902, p. 52. Nazareth e sala das sessões da Camara Municipal, 20 de Agosto de 1887. (Grifo no original).

Nesses momentos de discordância acerca das decisões da municipalidade revelavam-se os interesses divergentes da população da cidade. Para alguns negociantes não se tratava de uma “sublevação da ordem, mas apenas [a reivindicação da] garantia do que lhe era devido”, no caso, a manutenção de uma prática comum que era a de vender e comprar livremente nos dias de domingo e feriados, tanto para aqueles que tinham estabelecimento comercial como para os que praticavam o comércio de rua. Para fazer ouvir sua “vivência de cidadania”, buscavam apoio nas próprias instituições do Estado e em seus representantes²⁸⁶.

Outras discussões levantadas e aprofundadas em diversas correspondências revelaram temas envolvendo a população mais pobre da cidade e seus ganhos. A mandioca, por exemplo, era um item essencial na vida das pequenas vendedoras do comércio local que faziam ponte entre os sítios rurais e as ruas do centro de Nazaré. Assim como em 1858, o ano de 1878 foi marcado por uma crise na lavoura de mandioca, comprometendo a produção de farinha, produto de subsistência consumido largamente pela população pobre do recôncavo. Em abril daquele ano, foram propostas leis municipais para a cidade de Nazaré que atingiria diretamente o comércio daquele produto. Muito questionada pela população, sobretudo pelos comerciantes de pequeno porte, que utilizaram dos mesmos argumentos: a falta de condição de seu cumprimento. Vejamos o que diz o projeto de postura aprovado de 4 de abril de 1878:

1. Fica expressamente proibida a compra de farinha de mandioca em qualquer outro ponto, que não seja do mercado da mesma cidade, o qual compreende as praças da municipalidade e do Pôrto. Os contraventores serão punidos com a multa de trinta mil réis (30\$000) ou oito dias de prisão, e o dobro nas reincidências.

Esta postura é extensiva às freguesias de Santa Ana da Aldêa, Santo Antônio de Jesus, e Nova Laje, para o fim de só se poder comprar farinha de mandioca nas respectivas praças de mercado.

2. Fica também proibida sob as mesmas penas acima comunicadas a exportação de farinha de mandioca para outro ponto além do da capital, e mesmo assim só poderá ter lugar com licença da Camara. Paço da Camara Municipal da cidade de Nazareth 4 de abril de 1878²⁸⁷.

²⁸⁶ Sobre “vivência de cidadania”, importante destacar a análise feita por Monica Dantas acerca da construção de tal vivência a partir da própria construção do Estado nacional. Segundo ela, “[...] não se pretende dizer que a construção do Estado brasileiro pode ser identificada com um processo de reconhecimento geral dos direitos da população que aqui habitava, [...] mas problematizar a vivência da população em relação a essa construção”. DANTAS, Monica Duarte. “Epílogo: homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império”. In: _____. (Org.). *Revolutas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, op. cit. p. 511-563.

²⁸⁷ APMNF - *Livro de Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth*, 1877 – 1902, p. 31 (verso). Projectto de Postura, 4 de abril de 1878.

A mandioca era parte essencial da dieta alimentar de toda a população, junto com a carne seca, o peixe e o marisco pescado nos rios da região, e cujo excedente era direcionado para Salvador, abastecendo as feiras e mercados locais. Sua presença na mesa de ricos e pobres foi muito bem observada por Maximiliano de Habsburgo que, em suas andanças pelo recôncavo em 1860, quando pode apreciar pratos servidos com farinha de mandioca seca e torrada ou até mesmo cozida, como pirão, que, segundo ele, “[...] desempenhava, de fato, aqui, um papel importante” substituindo o pão, pois era um acompanhamento delicioso para todos os pratos²⁸⁸. Nas vilas, bem como nas freguesias citadas na postura, o comércio de tal gênero era feito livremente nas praças e portos dos povoados, assim como nas próprias propriedades onde eram produzidas. A proibição através da postura municipal de 4 de abril de 1878 atingia, sobretudo, o comércio miúdo que abastecia as feiras locais, sendo contestada pelos comerciantes e produtores em correspondência dirigida ao Presidente da Província.

Os comerciantes acostumados a viver como atravessadores, estocando e contrabandeando a produção local da mandioca no Onha, localidade contígua, situada a aproximadamente 10 km da zona urbana de Nazaré, sentindo-se prejudicados, reclamaram o direito de continuar fazendo seu comércio sem as obrigações impostas pela municipalidade. Naquela localidade se concentrava grande parte dos produtores da farinha como também era ponto de chegada de produtos vindos de outros logradouros da província, trazidos em lombos de burros ou em embarcações de pequeno porte, comuns nessa região, oriundos, na maioria das vezes, de pequenas propriedades rurais. Em resposta aos argumentos contra a postura municipal, a Câmara alegou em *nome dos pobres*, que sendo o Onha

[...] a séde de thodos os monopolistas e atravessadores de generos em produções da lavoura; de sorte que se se concentrir que a compra da farinha tambem se possa faser ali, não virá, com certeza, numa sacca sêquer d’esse genero a dividir-se com a população da cidade, e então, não sendo sufficiente para o abastecimento a farinha que vem de outros pontos, a consequencia é que esta eleva-se há a um preço exhorbitante, ou, o que é o mesmo, ficará pior abastecer-se a parte da população menos favorecida da fortuna²⁸⁹.

Considerada “séde de thodos os monopolistas e atravessadores”, o povoado do Onha desempenhava um importante papel na chegada e distribuição de produtos que abasteciam o

²⁸⁸ HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*, op. cit., p. 196.

²⁸⁹ APMNF - *Livro de Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth*, 1877 – 1902, p. 32. Correspondência Municipal, 7 de maio de 1878.

mercado local de subsistência tanto na cidade de Nazaré como nos povoados vizinhos. A postura municipal de 1878 visava, sobretudo, disciplinar esses comerciantes, impedindo-os de monopolizar o preço desse gênero, de modo que “a população menos favorecida” pudesse ter acesso ao produto a preços razoáveis. A escassez da farinha estava diretamente relacionada à falta de outros produtos derivados da mandioca como a tapioca, o beiju de coco, o beiju seco, etc., subprodutos apreciados pela população local, vendidos a miúdo no comércio de rua praticado por vendedoras ambulantes. Em tempos de escassez, os cereais, reclamavam os moradores, deveriam ser consumidos na região em que eram cultivados, atendendo primeiro à demanda local; caso contrário, a falta ou escassez desses produtos de subsistência para a população mais pobre poderia despertar sentimentos fortes de revolta, levando a contestações²⁹⁰. Seria o temor de um motim da população mais pobre, duramente afetada pela falta dos gêneros de primeira necessidade, a preocupação das autoridades de Nazaré?

Provavelmente temendo uma desordem, por parte da “gente perigosa”, a Câmara municipal alegava,

[...] que quando todos soffrerem, quando toda uma população luta com as dificuldades de uma crise, *cujos resultados não pode calcular*, venha alguém ou mesmo certo numero de individuos reclamar em nome de seus unicos interesses particulares, contra medidas, que por ventura se hajão tomado no intuito de confirmar se aquela²⁹¹.

A postura contra o comércio desordenado da farinha de mandioca em caráter provisório, que seria revogada tão logo cessasse a crise que a determinou, embora tenha tido a intenção de coibir as atividades de atravessadores e monopolistas, evitando os desmandos do comércio e possibilitando um maior controle sobre os preços praticados, assim como sobre a especulação em torno da escassez e carestia do produto, na prática não se efetivou. Isso se deveu, principalmente, à falta de fiscalização e de pessoal para emitir as licenças para o embarque da mercadoria, que se fazia aos domingos. Cabe aqui questionar: até que ponto as autoridades de fato reconheciam a escassez e a carestia desse produto como um problema de ordem pública? As alegações da Câmara para justificar a manutenção da postura sinalizam uma preocupação pelo que pudesse vir a acontecer, uma vez que, em situações de crise “não

²⁹⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum...*, op. cit., p. 167.

²⁹¹ APMNF - *Livro de Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth*, 1877 – 1902, p. 32. Correspondência Municipal, 7 de maio de 1878. (Grifo nosso)

se pode calcular” os resultados, temendo, provavelmente, manifestações populares como a que ocorreu em Salvador contra a carestia em 1858²⁹².

As leis formuladas, no entanto, foram muito difíceis de serem executadas plenamente, tendo em vista, além de outros aspectos, a ínfima quantidade de funcionários da municipalidade, as dimensões territoriais e as características geográficas daquela parte do recôncavo baiano, as quais favoreciam imensamente a ação dos visados pelas autoridades. Se por um lado, as dimensões territoriais, juntamente com a ocupação desordenada dessa parte do recôncavo tornava esta uma região difícil de se controlar e fiscalizar, por outro, cabia as autoridades locais a busca de mecanismos de controle. Ao notar a situação de escassez de alimentos, mesmo que provocada por questões climáticas, tornava-se imperiosa a necessidade de medidas que, de uma forma ou de outra, viesse a sanar as demandas imediatas da população pobre.

Diante da situação de escassez e das imposições municipais em controlar seus ganhos nas ruas, muitas mulheres pobres uniam-se, através de redes de solidariedade tecidas no difícil viver da cidade, enleiam suas histórias num terreno marcado pela informalidade. Sem trégua, desafiaram não apenas as autoridades que buscavam normalizar seus ganhos na cidade e fora dela, como também enfrentaram com garra e braveza todo tipo de dificuldade que a vida miserável lhes impunha. Podem não ter conseguido consistir fortunas, mas certamente conseguiram pôr em prática alguns de seus sonhos. Veremos mais adiante nos próximos capítulos histórias de vida de mais algumas delas.

²⁹² Sobre a crise de 1858, na Bahia ver: RÉIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia da Bahia”. *Revista História*, São Paulo, n.135, dez. 1996. (Disponível *online*).

CAPÍTULO IV

As africanas e seus mundos

Essas vendedoras de tabuleiros, lavadeiras de rios e chafarizes têm a astúcia do camaleão, dos pequenos bichos que não pretendem vencer, pois já foram vencidos, mas apenas defender-se da morte.

Privadas, (...), resta-lhes a esperteza, a improvisação, o saber da experiência tão desprezada dos idosos, nas mulheres. É a teia diária que se recomeça todas as manhãs, sem esperança, para afastar a morte: eis o trabalho miúdo dessas mulheres que se entoam em becos, acuadas pela polícia, nos porões, nos quartos abafados, nos terrenos baldios.

Ecléa Bosi, Prefácio do livro
Quotidiano e poder, 1984.

O presente capítulo busca trazer histórias de vida de mulheres africanas que, retiradas de suas nações na África, reconstruíram suas vidas no sul do recôncavo da Bahia. Pretende-se refletir sobre as experiências da escravidão e da liberdade e como essas vivências influenciaram em suas escolhas e meios de inserção no mundo urbano das vilas e povoações que nasciam nessa parte do Brasil oitocentista. Cruzando documentos diversos, buscamos, dentre outras coisas, evidências dos laços sociais construídos dentro e fora do cativeiro; a diversidade de caminhos percorridos por elas após a liberdade, bem como estratégias e arranjos para sobreviver e encaminhar suas vidas, tanto no exercício do labor quanto nos momentos festivos e nos rituais e práticas religiosas. Traçar suas redes de solidariedade e meios de sua inserção na sociedade - como proprietárias de pequenos comércios de bebidas “espirituosas” e comida, tanto nas ruas quanto em pequenos estabelecimentos urbanos de Nazaré - foram objetos de análise neste capítulo.

Histórias de mulheres africanas que viveram no Brasil escravista foram alvo de diversos trabalhos preocupados em trazer à tona a condição social e de vida dessa camada da população oitocentista; abriram caminhos reveladores das condições de vida e de luta travada no dia a dia das pequenas e grandes cidades brasileiras. Esses estudos, ao penetrarem na realidade vivida por essas mulheres, possibilitaram pensar sobre os primeiros laços associativos e as redes de solidariedade construídos no cotidiano. Tratam, sobretudo, de

mulheres que viviam nas fímbrias do sistema, instalando-se nas frestas sociais e à margem do trabalho produtivo como bem pontuou Ecléa Bosi ao prefaciar o trabalho inaugural de Maria Odila Leite da Silva Dias²⁹³. Seguindo esse caminho, a história social da mulher tem prosperado e trazido ainda mais informações acerca do mundo das mulheres, quebrando mitos e evocando novos sentidos e significados para a vida após o cativeiro.

4.1 O intricado mundo das africanas

No dia 13 de março de 1861, compareceu no cartório do tabelião José Patrício Guabirola Soares, localizado em Nazareth, a preta africana Maria do Rosário solicitando que fosse ali registado o seu testamento. Aquela visita ao cartório tinha por finalidade registrar, naquele órgão público, o testamento que fora ditado por ela e escrito três dias antes. Diferente do que se podia imaginar, em que o testador já adoentado e temendo a morte revelava suas últimas vontades, o testamento da ex-cativa Maria do Rosário foi concluído quando ela gozava de plena saúde e permanecia apta ao trabalho. A entrega daquele documento que lhe garantiria o cumprimento de suas últimas vontades por ocasião de seu passamento traz não apenas todos os bens conquistados por ela como também deixa entrever as redes e laços sociais construídos ao longo de sua vida.

Africana de nascimento, Maria do Rosário chegou ao Brasil “ainda de menor idade” como tantos outros africanos desembarcados nos portos brasileiros, que não tinham atingido sequer a primeira infância. Desde então, viveu na vila de Nazaré das Farinhas onde construiu importantes redes de solidariedade que lhe assegurariam, na ausência de parentes de sangue, apoio e proteção. Naquele documento, praticamente nada foi registrado acerca dos poucos anos em que ela viveu na África, quase todas as informações apresentadas referiam-se a sua vida naquela pequena cidade do recôncavo sul da Bahia. Sua ligação com o lugar de origem ficou restrita apenas ao fato de ela ter declarado ser natural de Angola. Sem “ascendentes, nem descendentes”, foi deste lado do Atlântico - lugar que não escolheu para viver - que Maria do Rosário construiu sua família afetiva através do parentesco ritual, das relações de compadrio e das irmandades - laços de solidariedade evidenciados naquele documento. Ainda

²⁹³ Nota de Ecléa Bossi no prefácio do livro *Quotidiano e Poder*. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit., p. 4.

que de forma superficial, a narrativa de suas últimas vontades permite entrever aspectos de sua vida, refazer os caminhos trilhados, iluminar os laços sociais construídos e, sobretudo, descortinar aspectos importantes das suas escolhas. Aquele testamento, escrito em novembro de 1861, foi provavelmente o único documento deixado por ela onde é possível se vislumbrar tais ligações.

As lembranças de sua infância como cativa da senhora Joana dos Anjos, não reveladas naquele documento cartorial, ficaram no esquecimento. O que se sabe é que, inconformada com o cativeiro que lhe foi imposto desde tenra idade, conseguiu, a duras penas, comprar sua alforria com “o meu dinheiro” como fez questão de evidenciar. Outro documento, como a leitura do registro de óbito da africana Maria do Rosário feito em 1868, revela que a africana faleceu de hydropsia aos sessenta anos de idade²⁹⁴. Fazendo um cruzamento desses dados com os coletados no testamento registrado por ela em 1861, podemos supor que sua liberdade teria sido conquistada alguns anos antes da mesma completar quarenta anos de idade, visto que, ao registrar seu testamento em 1861, ela contava com cinquenta e três anos de idade. Àquela época, Maria do Rosário já tinha conquistado sua liberdade e mais...

... uma casa térrea no lugar da Fontinha de cima, nesta cidade em que moro, uma escrava de nome Ritta do Rosário (...), um cordão de ouro com trinta oitavas, tendo por dentro uma mão de prata, outro cordão de ouro com quinze oitavas, mais um pescoço de colher de ouro com peso de dose oitavas, um rosário de ouro com dose oitavas, um par de (...) de ouro com vinte e quatro oitavas, seis medalhões de ouro, dois pares, (...) com seis oitavas, dois pares de argolas de ouro com três oitavas, um (...) em ouro com vinte oitavas, um cordão grosso de ouro com (...) oitavas, um cordão de ouro e crucifixo com vinte nove oitavas, cinco colares de prata com sessenta e (...) oitavas. = possui tão bem um oratório com três imagens, sendo uma do Senhor Crucificado, uma de Nossa Senhora da Conceição, uma de Santo Antonio e outra de Nossa Senhora do Rosário, todas ornadas de prata, sendo além disto a casa do Senhor Crucificado quase toda aparelhada de prata, e uns poucos, e de pouco valor²⁹⁵.

Os poucos bens listados em seu testamento revelam uma importante conquista patrimonial para uma mulher africana que passou boa parte de sua vida na escravidão. Ainda que o documento traga informações indispensáveis para se compreender a vida daquela africana, deixa algumas lacunas. Não sabemos, por exemplo, quando nem como ela conseguiu

²⁹⁴ *Documentos da Cúria Metropolitana de Salvador*, Registro de Óbito de Maria do Rosário (1868). Nossa Senhora de Nazareth, Livro 1860, jun – 1868, Ago. Disponível em: < <https://familysearch.org> >. Acesso em 13 de jan. de 2016.

²⁹⁵ APB – *Testamento de Maria do Rosário*, Livro nº5, 1868.

o recurso necessário para sua liberdade, se vivenciou a escravidão na área rural do município ou se permaneceu na cidade, nem em que época conseguiu comprar a casinha em que habitava com sua única escrava Ritta do Rosário, listadas como parte de seus bens.

No entanto, o patrimônio deixado pela preta africana Maria do Rosário revela sua habilidade e astúcia em buscar oportunidade em situações pouco favoráveis. O que se pode supor, diante da documentação analisada, é que pouco tempo depois da liberdade tratou de ampliar seus ganhos comprando uma escrava que podia empregar no serviço comercial e assim fazer crescer o patrimônio que apresentou em seu testamento²⁹⁶. A compra de escravos por mulheres forras foi muito bem documentada por Sheila de Castro Faria ao tratar das “Sinhás pretas” no sudeste escravista. Segundo essa autora, a maioria das testadoras forras analisadas na sua pesquisa tinha escravos, e a composição daqueles plantéis revelou-se majoritariamente feminina, o que sugere uma opção baseada no baixo valor da mulher cativa em relação ao seu correspondente masculino, mas também ao fato de essas escravas poderem empregar-se no comércio local que agitava a vida da cidade²⁹⁷.

A compra de escravos por ex-cativos “para auxiliá-los nas vendas” e em outras atividades também foi contemplado no trabalho de Juliana Barreto Farias ao tratar das pretas minas que viveram nos mercados do Rio de Janeiro no século XIX²⁹⁸. Seu trabalho ilustra os caminhos seguidos por muitas mulheres africanas após a liberdade. Segundo a autora, logo que conseguiam a alforria, muitas delas tratavam de adquirir algum cativo para aumentar seus ganhos, ingressavam em uma irmandade e, quando tinham companheiros, tratavam da legalização de suas ‘uniões ilícitas’ na Igreja Católica ou da locação de uma vaga no mercado²⁹⁹. Acrescente-se a esses elementos trazidos pela autora também a aquisição de um lugar para morar e, em muitos casos, um quintal para fazer uma rocinha de feijão, milho e mandioca, como é possível visualizar no testamento da africana Maria do Rosário.

²⁹⁶ Ao tratar da história de três africanas nas Minas Gerais no século XVIII, Luciano Figueiredo ilustra o caminho percorrido por essas mulheres que, apesar das adversidades que cercavam suas vidas miseráveis, conseguiram conquistar a liberdade e “formar um patrimônio respeitável em virtude do pequeno comércio” praticado na região das minas. FIGUEIREDO, Luciano. “Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII”, op. cit., p. 40.

²⁹⁷ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. “Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII-XIX)”. In: FRAGOSO, João (Org.) *Escritos sobre história e educação: uma homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p. 291.

²⁹⁸ FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*, op. cit.

²⁹⁹ FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*, op. cit., p. 147.

A cidade de Nazaré, nos últimos anos da escravidão, parece ter sido, para muitas mulheres forras, uma terra de oportunidades. As feiras semanais, o trânsito diário de pessoas que utilizavam o porto para chegar e sair da cidade trazia maiores possibilidades de ganho, onde se podia combinar, por vezes, o pequeno comércio com a prostituição. Não sabemos ao certo quais atividades exerceu Maria do Rosário nem sua escrava, a também africana Ritta do Rosário, mas podemos supor pela localização de sua residência à rua da Fontinha de cima (local que atravessou o século sendo conhecido como zona de prostituição na cidade) que, tanto ela como sua cativa empregavam-se também na venda de diversão. Cabe ressaltar que a facilitação do meretrício por algum meio era praticada nos mais diversos locais da cidade, e muitos domicílios de grupos empobrecidos podiam servir de refúgio amoroso, no entanto parece ter sido mais comum a localização de casas de alcouce nas periferias, preferencialmente nos limites rurais onde circulavam homens que, em trânsito, encontravam nessas paradas um lugar para descansar e se divertir.

É importante considerar também que a prostituição é um conceito histórico que teve sentidos diferentes em momentos históricos diferentes e sempre envolveu valores ideológicos, principalmente religiosos que encobriram, muitas vezes, a diversidade das formas vividas sob o termo meretrício ou prostituição. Variaram segundo as épocas e acompanharam os diversos momentos do processo de urbanização ocultando maneiras muito diversas de organização. No caso das escravas e libertas, na época da abolição, era o modo como as elites entendiam o seu costume de viver relações sexuais provisórias, sucessivas. A organização comercial de bordéis e do sistema de vigilância dos cafetões, organizou-se mais tarde, principalmente em torno de mulheres brancas europeias importadas como escravas do sexo. No caso do recôncavo, onde esta pesquisa se deu, a suposta *prostituição* praticada por mulheres pobres, como aparece na documentação, estava mais ligada a meios de sobrevivência, a formas de viver livre de mulheres consideradas pelas elites como de “vida equívoca” do que a organizações como prostíbulos e meretrícios.

Pobreza e suposta *prostituição* andavam juntas e, como nos disse Vilhena, muitas mulheres por “não terem quem as sustentem, e trate, e não haver em que se ocupem”, levam-nas a se valer “dos dotes da Natureza, (...), para poderem subsistir”³⁰⁰. Assim, pode-se concluir que muitas delas, sem famílias ou companheiros, souberam aproveitar muito bem seus dotes para encantar centenas de homens solitários que desejavam algum carinho, a

³⁰⁰ Em cartas ao amigo Filipono, Vilhena deixa evidência da relação muito próxima entre pobreza e prostituição de que se valem as mulheres sem posses e sem meios de vida na Bahia do século XVIII. Ver: VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, op. cit., p. 55.

exemplo de Xandinha da Pedra Preta e Galdina Sertaneja, que residiam na ladeira do Sapé, povoado localizado no limite rural da cidade de Nazaré. O Sapé parece ter sido um destes lugares que, mais ao ermo, reuniam diversas pessoas em busca de meios de sobrevivência. Em 1875, um crime ocorrido naquela localidade retirou do silêncio os meios de vida de mulheres que, nascidas em vários engenhos ou em outras freguesias rurais, mudaram-se para o Sapé, a fim de angariar meios de vida e ali fixar moradia. Em parte, o deslocamento dessa gente pobre em busca de meios para a sobrevivência se intensificou com o desmonte das relações escravistas antes mesmo do golpe final ocorrido em 1888, como apontamos no terceiro capítulo; e o Sapé parece ter sido um lugar de atração dessa gente pobre de cor. Podemos supor que o termo prostituição teria sentidos diferentes de quem o empregava. Um sentido moderno e burguês quando aparece nas colunas dos jornais e dos escrivãos da polícia. Um termo pejorativo e preconceituoso de desqualificar costumes de mulheres de origem escrava, africana ou índia, quando se tratava de mulheres sós que viviam de seus próprios meios.

Tanto Alexandrina, conhecida como “Xandinha da Pedra Preta” quanto Galdina Sertaneja eram solteiras, naturais de outras freguesias rurais pertencentes àquela Comarca de Nazaré. O deslocamento de libertos para longe dos antigos engenhos do recôncavo onde residiam enquanto escravos foi estudado por Walter Fraga que relacionou a decisão de migrar ao desejo de reunir familiares há muito tempo separados pela escravidão³⁰¹, mas também pode-se concluir que migrar, fixar moradia em outras paragens, significava a busca incessante pela diversificação dos meios de vida como provavelmente ocorreu com Alexandrina e Galdina.

Os depoimentos prestados naquela ocasião do crime ocorrido no Sapé revelam que, ex-cativas ou não, mulheres em situação de extrema pobreza estabeleceram relações de solidariedade ao reunir-se em torno do negócio de venda de comida e bebida. Muitas delas declaravam-se “costureiras”, mas poucas de fato tinham aquele ofício como sua principal atividade. Quando questionada sobre o episódio ocorrido em sua casa que resultou na morte de André Pereira dos Santos, Alexandrina declarou que:

(...) não sabe do motivo porque se dera semelhante facto, visto que estando um pouco embriagada não se lembra das circunstâncias que se deram e que o mesmo facto tinha lugar do lado de fora de sua casa segundo dizem³⁰².

³⁰¹ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 314.

³⁰² APB – *Processo crime*, (03/121/21), depoimento de Maria Alexandrina de Jesus, 1876.

Perante autoridades prontas a criminalizar suas formas de sobrevivência e as atividades praticadas em sua residência, declarou “não saber o motivo” de tal confusão. No entanto, outros depoimentos revelam, de forma clara, o conceito ambíguo do que era ser prostituta para as autoridades e do que era sexo para as mulheres do pequeno comércio urbano, as suas próprias noções de vida íntima e a importância de ter a escolha própria após anos de escravidão, quando tinham sido sujeitas à violência de todo tipo. Antes de morrer, enfermo e em seu leito de morte na Santa Casa de Misericórdia, localizada em Nazaré, o próprio André Pereira dos Santos revelou que:

(...) chegando Clemente de tal no Sapé e levando ahi todo o dia tomando cachaça e fazendo diversos barulhos, a tarde dirigindo-se o mesmo Clemente a casa de uma mulher de nome Galdina e querendo ahi passar a noite oferecendo dinheiro a mesma, essa lhe respondera *que não precisava de seus dinheiros, e que ella já tinha quem viesse passar a noite em sua casa*, mas o dito Clemente sem querer entender o dito da referida entrou em alteração com a mesma a ponto dela armar-se com uma navalha (...) ³⁰³. (Grifo nosso)

Clemente acreditou que o seu dinheiro “era mais bonito do que o dos outros” e, por ter como pagar, exigia passar a noite com Galdina, como ressaltou a negociante Maria Magdalena de Jesus ao ser interrogada acerca do crime ³⁰⁴. É preciso filtrar, na leitura dos processos judiciais, a ideologia preconceituosa das autoridades. Para elas, se Galdina recebia homens era sumariamente qualificada como meretriz e sua casa transformada em casa de prostituição. De acordo com outros depoimentos prestados no processo, a residência de Alexandrina tinha fama, no modesto arraial do Sapé, pelas festas e noitadas ali praticadas. A ocorrência do crime em 21 de novembro de 1875 só veio a confirmar as atividades ali exercidas. Pelas informações contidas no processo, Galdina e Alexandrina moravam juntas e para as autoridades mantinham em casa além da venda de bebidas “espirituosas”, a prática do ofício meretrício, pois, *costumeiramente recebiam homens para passar a noite em suas companhias*. São dois universos culturais independentes, confundidos na documentação judicial pela cultura burguesa e europeizante das autoridades. Jamais entenderiam a organização afetiva das mulheres egressas da escravidão, marcadas pela experiência brutal de estupro e violências, e, dispostas a cuidarem de si e dos seus dentro dos seus próprios critérios do que era para elas as festas, os contatos sexuais, as relações afetivas e, sobretudo, o respeito próprio tão difícil de ser imposto ao seu entorno.

³⁰³ APB – *Processo crime*, (03/121/21), depoimento de André Pereira dos Santos, 1876.

³⁰⁴ APB – *Processo crime*, (03/121/21), depoimento de Maria Magdalena de Jesus, 1876.

Mulheres em situação de extrema pobreza como a vivida por Alexandrina e Galdina nunca praticavam apenas uma atividade de trabalho. Qualificá-las como meretrizes ou prostitutas era apenas mais uma forma de desqualificação social do meio saturado de escravidão e de cultura machista ou androcêntrica. Viviam de bicos, de atividades informais, somadas umas às outras, conforme as oportunidades possíveis, dentro do seu universo de sociabilidades. Haveria troca de favores, entre os quais existia o sexo, como existiria a solidariedade de compartilhar comida, de cuidar de um vizinho doente. Em todos os contatos sociais havia o dar e o retribuir. Era a garantia de sobrevivência onde gêneros de primeira necessidade mal garantiam as necessidades vitais mínimas.

Assim como elas, a preta africana Maria do Rosário angariava seus meios de vida em atividades variadas naquela pequena cidade: comprar e vender nas ruas, lavar roupas de ganho, cozinhar, manter relações sexuais com seus conhecidos, envolver-se em relações conjugais temporárias e sucessivas, segundo a sua própria vontade, eram prováveis atividades praticadas por ela e provavelmente também por sua escrava africana. Sua casa de morada, localizada na rua da Fontinha, local frequentado dia e noite por homens que apreciavam os batuques e as rodas de viola que varavam a madrugada, provavelmente servia de local de encontros de todo tipo. Era ainda nessa rua, por sua proximidade ao porto, que predominava o trânsito de pessoas que comercializavam todo tipo de produto. Ali também abrigavam-se alguns dos maiores armazéns de secos e molhados. E era, certamente, nesse universo de trocas de experiência e solidariedade que mulheres, como a africana liberta Maria do Rosário, fizeram seu “pé de meia”.

Nos mais variados locais do Brasil oitocentista, festas, batuques e folguedos regados a “bebidas espirituosas” eram vistos com preconceito, supostamente por trazerem riscos à ordem pública de modo que deixavam as autoridades em alerta³⁰⁵. Em Nazaré, as rodas de samba e batuques eram tantas que movimentaram os debates promovidos pela Câmara municipal que objetivava proibir, “dentro da décima urbana as danças e cantigas acompanhadas de vozerias a que dão nome de *sambas*, ou batuques depois do toque de recolher”³⁰⁶. A esses espaços de lazer convergia todo tipo de gente, e coibir essa prática

³⁰⁵ Sobre a atenção das autoridades acerca da movimentação nas cidades oitocentistas ver, entre outros, FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit.; (do mesmo autor), “Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII”, op. cit.; COSTA, Valéria Gomes. “Monica da Costa e Tereza de Jesus: africanas libertas, *status* e redes sociais”, In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, op. cit.; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas na liberdade...*, op. cit.

³⁰⁶ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia*. Sessões do ano de 1876, vol. 1, Bahia: Typographia do “Correio da Bahia”, 1876. (Grifo no documento)

impondo uma pesada multa de “quatro mil réis ou dois dias de prisão para cada pessoa que dele fizer parte” além de decretar ao “dono da casa o dobro da pena” prevista para seus participantes, foi o meio encontrado pelas autoridades para conter tais ajuntamentos.

As dificuldades vivenciadas por forras e pobres livres lhes deixou poucas alternativas, e foi esse cotidiano que as ligava que também favoreceu a improvisação de múltiplas formas de comportamentos e de inserção social improvisada. Se favores sexuais faziam parte da aquisição de recursos de sobrevivência, nem por isso tomaram características de uma prostituição comercial.

A sobrevivência difícil, dependia também da convivência de grupos de mulheres que dividiam o mesmo domicílio. No entanto, nem sempre essa forte ligação onde prevaleceu a solidariedade significou ausência de conflitos: discórdias, discussões, roubos, disputas diversas, cenas de ciúmes, delações às autoridades envolvendo libertos e pobres livres povoaram a documentação policial e civil da época. Na documentação analisada, foi possível observar tanto a organização da vida diária como toda a movimentação que se dava nas ruas diuturnamente, ainda que à revelia do poder público que buscava controlar com os toques de recolher.

Em 1883, os jornais que circulavam na municipalidade já anunciavam os possíveis enfrentamentos que as autoridades teriam que arrostar para conter “indivíduos vadios, mendigos, bêbados e prostitutas que perturbam o socego público”³⁰⁷. Muitos desses conflitos, anunciados nos jornais e posteriormente registrados em correspondências policiais revelam fortes ligações construídas no cotidiano de miséria envolvendo mulheres pobres como, por exemplo, a suposta *desordem generalizada* ocorrida em abril de 1888, em que se envolveu Maria Bardoina de Queiros, tida como prostituta pelas autoridades. Ao ter conhecimento que seu amásio Tertuliano Neres Glacias, teria sido convocado pela autoridade para assinar “termo de bem viver”, por ser “desordeiro e provocante que constantemente perturbava o socego público com acções infames”, declarou que “o dia que o oficial de justiça fizesse vir Tertuliano Neres Garcias (...), ella havia de trazer toda a força de linha a essa localidade a fim de evitar que Tertuliano assignasse o termo de bem viver”³⁰⁸.

³⁰⁷ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, *Aratuhi*, Edição 33, Aldeia (Nazareth) Bahia, 11 de Novembro de 1883.

³⁰⁸ APB - Seção Colonial/provincial. Série Presidência da Província. *Correspondências do Juiz de Paz da Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth ao Presidente de Província*. 26 de abril de 1888. Série Judiciário - Juizes Nazaré.

Uma declaração que parecia, no mínimo, infundada para uma suposta prostituta cumprir. No entanto, logo que a ordem policial foi cumprida,

A prostituta Maria juntou um grupo de capangas armados e vierão a este adro, a cavalo insultando a todos, e como sahisse diversas pessoas para ver se podia prendê-la com os capangas, não puderão isto fazer pela velocidade do animal prenderão apenas um dos capangas, ella seguiu para a Amargosa e no dia 25 do corrente com efeito estava toda a força de linha aqui em número de oito praças em aluzivel o furriel deixando o quartel de Amargosa assephalo³⁰⁹.

A análise dessa desordem praticada leva a uma avaliação acerca da amplitude das relações estabelecidas entre mulheres pobres livres e libertas com sujeitos em quem poderiam confiar e angariar apoio. O conteúdo da carta enviada ao Presidente de Província pelo Juiz de Paz municipal não informa quem eram e nem quantos eram os “capangas” que se juntaram a Maria, mas revela ser tais ligações um importante componente para a vida dessa mulher, proporcionando, em inúmeros casos, redes de proteção em uma sociedade que a excluía não apenas por ser pobre, mas também por ser mulher, como tem sido sinalizado pela historiografia³¹⁰.

O registro oficial que, em primeiro plano, busca evidenciar a atividade transgressora praticada por uma mulher, deixa emergir outras questões subjacentes como a importância da autoafirmação e a busca incessante por uma posição de destaque e respeito entre os seus. Transgressões, ações violentas e até mesmo o desafio das autoridades policiais teriam, como significado, em último plano, a amplitude de seus laços sociais, envolvendo os próprios policiais. Atitudes como a tomada por Maria Bardoina - longe de trazer as reais motivações que essa mulher teve para reagir de forma tão violenta a uma ação policial - expressa a força que muitas delas conquistaram na cidade.

Não se pode negar que o aumento significativo do contingente de livres e forros na cidade preocupava as autoridades, situações que de fato refletiam o momento histórico de desagregação da escravidão que tendeu a aumentar significativamente o contingente dessa gente “perigosa” em muitas das cidades brasileiras. Desde a época colonial, as autoridades

³⁰⁹ APB - Seção Colonial/provincial. Série Presidência da Província. *Correspondências do Juiz de Paz da Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth ao Presidente de Província*. 26 de abril de 1888. Série Judiciário - Juizes Nazaré.

³¹⁰ Ver, entre outros, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e pós-emancipação*, op. cit.

metropolitanas manifestavam grande inquietação para com aquela região, e o próprio rei de Portugal teria consagrado a área limítrofe entre Nazaré e Maragogipinho como “covil de ladrões e facinorosos”³¹¹. Como se verifica por meio das fontes, no curso do século XIX, o imaginário das autoridades estava permeado de medos resultantes das experiências de tempos remotos e a questão da disciplina da gente perigosa era algo latente e estava na ordem do dia³¹². No entanto, a união entre essa gente tornava-se, cada vez mais, um recurso de sobrevivência. Talvez por esse motivo as africanas libertas estivessem conectadas a uma mesma rede social, a exemplo da forte ligação que construiu a africana Maria do Rosário com outras mulheres que passaram a figurar em seu testamento como herdeiras de seu legado.

Os testamentos e os inventários *post mortem* que se seguiam a eles são documentos importantes para se vislumbrar relacionamentos, laços de parentesco e todo tipo de redes sociais estabelecidos durante a vida dos sujeitos pesquisados. Ao revelar suas “últimas e derradeiras vontades”, africanas libertas deixam pistas acerca de sua trajetória na cidade de Nazaré; quando não possuíam herdeiros, designavam e, em alguns casos, justificavam a distribuição de seus poucos bens entre aqueles que, de uma forma ou de outra, fizeram parte de suas vidas. Cabe ressaltar que grande parte das africanas libertas falecidas em Nazaré não deixaram testamento, tampouco inventário.

Durante a pesquisa de campo feita nos arquivos, localizamos apenas doze documentos dessa natureza abrangendo africanos libertos que faleceram em Nazaré: nove testamentos e três inventários, envolvendo onze africanos libertos entre os anos de 1850-1900. Desses, só o africano Caetano Nunes Leal teve o testamento seguido de um inventário *post mortem* (conforme Quadro abaixo).

³¹¹ ALVES, Isaías. *Matas do sertão de baixo*, op. cit., p. 16.

³¹² Observou-se ao longo do escrutínio das fontes que temas relacionados à “paz e ordem pública” foram recorrentes no corpo das leis e códigos de postura municipal. Discussões que ocuparam a mente e os dias dos legisladores de Nazaré, assim como da Assembléia Legislativa Provincial. *Annais da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia*, sessões várias, (1870-1890).

Quadro 4 - Testadores e herdeiros declarados nos testamentos

Testador	Nacionalidade/Nação	Herdeiros
Luis Ribeiro de Souza ^(a)	Africano/Costa da África	- Marcelina (afilhada), escrava de Felix de Souza Lemos - Athanasia (afilhada), escrava de João Nunes dos Santos - Manoel Ferro (compadre), escravo de Victorino Barbosa - Paulinha Francisca de Jesus - Pobres, cegos e aleijados - Cândido José dos Santos (filho de criação).
Antonio Cardoso dos Santos ^(a)	Africano/Nagô	- Ritta Cardoso dos Santos (mulher), escrava de Domingos Santos - Cassimiro (filho), escravo - Gregório (filho), escravo - Marcos (filho), escravo - Antonio (filho), escravo.
Maria do Rosário ^(b)	Africano/Angola	- Domingas (afilhada), filha de sua afilhada Maria - Balbina (afilhada), filha do testamenteiro - Antonio (afilhado), filho do compadre Francisco do Amaral - Umbelina Maria - Adriana (afilhada), escrava do senhor Manoel José Correia - Ritta do Rosário (sua ex-escrava) - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário - João Francisco Camilo (1º testamenteiro).
Bernardo Joaquim do Sacramento ^(b)	Africano/Costa da África	- Augusto Bernardo do Sacramento (filho).
Antonio José Felix ^(b)	Africano/Costa da África	- Antonio Bernardo de São Thiago (filho que teve com Constança de Tal) - Agostinha Maria da Conceição (mulher).
Caetano Nunes Leal ^(c) ^(e)	Africano/Costa da África	- Lucinda (mulher) - Gertrudes (filha) - Custódio (filho) - Cassiano (filho).
José Antonio Ovideo ^(c)	Africano/Costa da África	- Felicidade Lopes (mulher) - Marcelino Lopes (filho).
Esperança Arminha Barbosa ^(c)	Africana	
Angelica Rita de Santa Anna ^(d)	Africana/Costa da Mina	- Irmandade de São Benedicto - Anna Ritta Xavier (ex-senhora) - Frutuosa Maria - Sebastião Pinheiro.
Francisca Maria ^(e)	Africana	- Sebastião Coelho (marido) - Constância (filha falecida) - Marcelina, escrava (filha) - Maria Antonia, escrava (filha) - Miguel, escravo (filho) - Bonifácio, escravo (filho) - Manoel, escravo (filho) - Pocidônio, escravo (filho) - Manoela, escrava (filha).

Maria Luiza do Sacramento ^(e)	Africana/Costa da Mina	- Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário - Jacintha Carolina de Britto - Maria Germana do Amorim - Maria Leopoldina de Nazareth - Maria Silveira da Cruz - Belmira - Maria Amalia da Guia - Antonia Maximiana de Jesus - Francisca Romana Leite - Claudiana Cesária dos Mares.
--	------------------------	--

Fonte: APB - Livros de Testamento de Nazaré nº 4, 5 e 6; Inventários.

Obs: ^(a) Livro de Testamento nº 4 (1860 a 1861), ^(b) Livro de Testamento nº 5 (1868-1871), ^(c) Livro de Testamento nº 6 (1888-1907), ^(d) Testamento localizado dentro do Inventário de Ana Rita Xavier (8/3388/3),

^(e) Inventário.

Segundo Kátia Mattoso, o costume de testar não era generalizado: testava quem era solteiro, sem herdeiros automáticos, os que previam a ocorrência de litígios entre os herdeiros, ou queriam reconhecer a paternidade de filhos naturais. Segundo a mesma autora, testavam, por fim, os que queriam proclamar a própria fé cristã ou instruir sobre o funeral desejado³¹³. Ainda que o ato de testar não tenha sido exclusividade de uma elite, como salienta Kátia Mattoso, constituir um testamento demandava tempo e dinheiro. Entre a camada de mulheres libertas (africanas ou não) foram poucas as que conseguiram conquistar alguma coisa de seu ou que tivessem deixado herdeiros menores que justificassem a abertura de um inventário *post mortem*³¹⁴. As poucas correspondências dessa natureza localizadas nos Arquivos pesquisados revelam que a grande maioria das mulheres africanas libertas que faleceram em Nazaré não chegaram a constituir um testamento. Se a existência de um testamento nem sempre garantia a abertura de um inventário *post mortem*, a inexistência dele, ou seja, o falecimento *ab intestato*, tornou ainda mais difícil confrontar o conteúdo desses dois tipos de documento para localizar as redes e ligações que estabeleceram ao longo de suas vidas. Nas culturas africanas, o funeral e a ligação às irmandades, que poderiam fazer o papel de testamento, pois garantiam o enterro segundo a vontade do irmão ou irmã, tinham grande importância.

Ainda que essas correspondências tenham sido poucas, não podemos negar a importância delas para se apreender laços e redes de solidariedade construídas no cotidiano

³¹³ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 602-3.

³¹⁴ Segundo Kátia Mattoso, só era obrigatória a abertura de inventário *post mortem* em casos específicos como: quando o testador tinha, entre os herdeiros, crianças menores, cujos bens deviam ser resguardados; quando morria *ab intestato* e quando, não tendo herdeiros, sua fortuna (ou poucos bens) passava às mãos do Estado. MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, século XIX...*, op. cit., p. 603.

das vidas de mulheres que cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade. Portanto, a leitura dos poucos testamentos deixados pelas africanas libertas e o cruzamento de outros documentos revelou que muitas dessas mulheres indicadas como suas herdeiras conservavam-se tão pobres quanto elas. Algumas foram parceiras e dividiram a experiência do cativeiro laborando nas propriedades de um mesmo senhor, outras, também egressas do cativeiro, experimentaram o comércio de rua que se praticava nos dias de feira, assim como lavrar pequenos pedaços de terra adquiridos por concessão. Um excelente exemplo acerca das ligações que foram se estabelecendo ao longo de suas vidas miseráveis pode ser verificado no inventário aberto pelo africano liberto Sebastião Coelho, após a morte de sua mulher, a também africana liberta Francisca Maria, ocorrida em 1864³¹⁵.

Francisca Maria era africana de nascimento, trazida para o Brasil possivelmente nos primeiros anos do século XIX, tendo permanecido escrava durante quase toda sua vida. Não sabemos ao certo quanto tempo ela figurou como cativa na região do recôncavo, no entanto é possível deduzir a partir dos dados coletados em seu inventário à época de sua manumissão. Seu último filho nascido no cativeiro, listado entre seus herdeiros, tinha, em 1865, 16 anos de idade. Presumimos, portanto, que sua manumissão teria se dado após o nascimento de seu último filho, ocorrido possivelmente em 1849, tendo ela permanecido liberta por quase quinze anos antes de morrer no final do ano de 1864.

Além de uma data possível para sua liberdade, a leitura do seu inventário *post-mortem* revela outros dados acerca de sua vida cativa. Foi ainda no cativeiro que deu à luz aos oito filhos que aparecem em seu testamento. À exceção de Constância que à época do falecimento de Francisca já era falecida e deixou duas filhas - Maria Magdalena, sete anos e Henriqueta, dois anos - todos os outros filhos ainda figuravam, em 1865, como escravos de senhores da região. Dois deles, Bonifácio, 32 anos e Manoel, 28 anos aparecem como escravos do Tenente Coronel José Coelho Moreira de Souza, proprietário das terras arrendadas pelo casal de africanos.

Ao que parece, o casal morava e trabalhava como escravos na propriedade de José Coelho onde provavelmente iniciaram sua relação afetiva. Àquela época, Francisca já tinha seus oito filhos de outros relacionamentos pois nenhum deles era filho do africano Sebastião. Ao conquistarem a liberdade, os dois iniciaram uma nova vida e, na esperança de alargar possibilidades de sobrevivência, estabeleceram com aquele senhor (após a liberdade) um contrato de arrendamento “de um terreno que fica adiante do pasto e que se costuma arrendar

³¹⁵ APB - *Inventário de Francisca Maria*, (03/1420/1889/04), 1865.

para gado desde 1860”³¹⁶. Logo depois conseguiram arrendar outras terras de um sítio no limite rural da cidade de Nazaré pertencente ao mesmo senhor José Coelho. Através desse documento de arrendamento foi possível observar importantes ligações entre os libertos que buscaram, fora dos domínios senhoriais, alternativas de sobrevivência, a exemplo de Izabel Maria de Jesus e Martinha Gomes da Costa, moradoras no Batatã, que figuraram no inventário de Francisca Maria como devedoras de aluguéis de áreas sublocadas do terreno arrendado pelo casal, para plantar³¹⁷.

Ao cruzar os dados localizados nos inventários, foi possível notar a existência de redes de ajuda mútua e proteção que envolviam os libertos. Sem parentes de sangue foram, muitas vezes, essas relações construídas ainda no cativeiro, que garantiram a sobrevivência fora dele. A cidade parece ter atraído, como já foi dito, uma parcela significativa dos recém-libertos que circulavam na zona rural, e o apoio de outros que cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade se constituiu como uma condição *sine qua non* de sobrevivência. Ainda que as informações colhidas nos documentos - inventários, testamentos, registros paroquiais de batismo e óbito - não sejam suficientes para definir o perfil da população que deixou o cativeiro, eles oferecem importantes pistas sobre as escolhas e alternativas disponíveis aos egressos da escravidão.

No caso de Francisca Maria e seu companheiro Sebastião Coelho, o arrendamento de uma área rural nas proximidades da cidade trouxe, além da possibilidade de ganhos através da lavoura onde plantavam laranja, banana, mandioca e abóbora, a sublocação de pedaços de terra a outros libertos que, assim como eles, buscavam meios de sobrevivência na pequena lavoura e na criação do gado miúdo. A sublocação de áreas para plantação foi uma outra alternativa de ganho utilizada pelo casal de africanos. Vale ressaltar que conseguir arrendar terras nas proximidades da cidade não era algo fácil e, no caso dos africanos libertos, a área por eles arrendada era uma parte do sítio denominado Santo Antônio do Batatã que incluía, além de terras para cultivo, pasto para gado, mata nativa, uma lagoa conhecida como Lagoa dos Sapos e o rio Batatã, afluente do rio Jaguaripe. Percebe-se pela descrição da área arrendada que não se tratava de um pedaço de terra qualquer; assim, pode-se concluir que, para a conquista de tal propriedade, foi de extrema importância a rede de proteção que estabeleceu com seus prováveis ex-senhores.

³¹⁶ APB - *Inventário de Francisca Maria*, (03/1420/1889/04), 1865.

³¹⁷ APB - *Inventário de Francisca Maria*, (03/1420/1889/04), 1865.

Relações de clientelismo eram ambíguas e tinham limites incertos. É o que demonstra a ação judicial movida por seu ex-proprietário contra Sebastião Coelho, aliás, indeferida pelo próprio juiz. Pelo entendimento do juiz daquela Comarca, a dívida de R\$ 740\$000 pelo usufruto das terras arrendadas, apresentada por José Coelho Moreira de Souza à época do inventário, não deveria ser atendida, pois “sua importância absorvia os bens do casal e não se acha completamente provada [a dívida] conforme foi requerida pelo Doutor Curador”³¹⁸. De certo que os bens do casal compostos por “uma casa térrea sobre esteios com uma porta e uma janela (...) com um quintal, uma rocinha com plantações de arvoredos de espinho e outra plantação no outro terreno arrendado”, mais algumas dívidas ativas representavam apenas R\$ 595\$000, valor que não cobria a dívida com aquele credor e, no entendimento do juiz, só deveriam ser deduzidas daquela quantia as dívidas passivas menores que somavam juntas 157\$000 réis, restando para a partilha entre os herdeiros a quantia de R\$ 438\$000 em bens e dívidas ativas³¹⁹.

A ligação que manteve o casal de africanos Francisca Maria e Sebastião Coelho com seu antigo senhor, mesmo depois da liberdade, revelada no documento judicial, parece ter sido frequente entre africanos libertos e seus ex-senhores. Ainda que a escolha em fazer um testamento não tenha sido algo usual entre os africanos que conquistaram suas liberdades, os que o fizeram revelaram momentos decisivos que marcaram suas vidas³²⁰. Fazia-se referência à antiga condição de cativo, ao(à) ex-senhor(a), à compra da liberdade e, sobretudo, mencionavam-se, naquele documento, suas últimas vontades, documentando as relações que conquistaram ao longo de suas vidas: o parentesco de sangue, quando o tinha, e as famílias afetivas (compadres, camaradas, etc., algumas bastante extensas) eram contempladas na divisão dos poucos bens conquistados com muito suor e trabalho, como, por exemplo, as “últimas e derradeiras vontades” de Angelica Rita de Santa Anna, africana liberta, expostas no testamento que ela própria ditou em 1846, “por não saber ler nem escrever”.

Aberto em outubro de 1855, logo após sua morte, tal documento revelou não apenas passagens importantes de sua trajetória como cativa de dona Anna Ritta Xavier, como

³¹⁸ APB - *Inventário de Francisca Maria*, (03/1420/1889/04), 1865.

³¹⁹ APB - *Inventário de Francisca Maria*, (03/1420/1889/04), 1865.

³²⁰ Estudos, como o que desenvolveu a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, sobre o cotidiano de mulheres pobres na cidade de São Paulo do século XIX sinalizam outras dimensões da vida reveladas nas últimas vontades de ex-escravos expressas em seus testamentos. Segundo a autora, um traço peculiar desse tipo de documento era a obsessão com os funerais, traço cultural das culturas africanas no Brasil. Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*, op. cit., p. 118-119.

também a forte ligação que aquela manteve com essa senhora, mesmo após a compra de sua liberdade.

Naquele ano em que resolveu deixar por escrito suas últimas vontades, a africana Angélica morava sozinha em uma casinha térrea “com duas braças de frente, duas portas e hum janela, sala, quarto e cozinha, sobre esteios, feita de adobe, tijolos e tudo mais de taipa”³²¹ na rua do Canto Escuro, em Nazaré. Embora fosse declarada “arruinada”, a pequena propriedade foi avaliada em 80\$000, a qual deixou “em usufruto” para Fructuosa Maria e Sebastião Pinheiro (filhos de Maria Brandão, liberta, que teve “algumas passagens” com o seu falecido filho Felisberto), aos quais legou o direito de “nela morarem enquanto forem vivos”³²². A preta Angélica não possuía filhos vivos e, à época da confecção de seu testamento, os poucos bens que conseguiu conquistar, talvez com o trabalho de ganho nas ruas de Nazaré, foram uma escrava de nação nagô de nome Joaquina com dois filhos: Florêncio e Maria Izabel; uma casinha que foi descrita acima, localizada na rua do Canto Escuro, e uns poucos trastes. Sem parentes de sangue e sem relações de compadrio informadas no testamento, Angélica decidiu que seus bens, ao fim e ao cabo, seriam doados em definitivo à “Irmandade de São Benedicto desta minha Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth”³²³. Libertava sua única escrava, a africana Joaquina de nação nagô e seus dois filhos libertos, com a condição de manter-se “em companhia da dita minha primeira testamenteira [sua ex-senhora], ganhando para a sustentação de seus dois filhos Florencio e Maria Izabel e [só após] a morte da minha primeira testamenteira ficará forra e isenta de toda a escravidão, como se livre nascesse do ventre de sua mãe”³²⁴.

Ainda que tenha proclamado “liberta” sua escrava Joaquina e seus filhos, esta só poderia gozar de plena liberdade após o falecimento da senhora Anna Ritta Xavier e, depois de cumprida as obrigações declaradas em testamento: “correr com o meu funeral e igualmente mandará dizer duas capelas de missas uma pela minha alma e outra pela do meu filho Felisberto”, recursos estes que esta, certamente, teria que angariar através do trabalho de

³²¹ APB - *Inventário de Anna Ritta Xavier*, (08/3388/03), 1856.

³²² APB - *Testamento de Angelica Rita de Santa Anna*, 1855. Localizado no Inventário de Anna Ritta Xavier, (08/3388/03), 1856.

³²³ Além da Irmandade de São Benedito a que deixou a casa na rua do Canto Escuro, a africana Angélica pertencia a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, também na Freguesia de Nossa Senhora da Nazareth. APB - *Testamento de Angelica Rita de Santa Anna*, 1855. Localizado no Inventário de Anna Ritta Xavier, (08/3388/03), 1856.

³²⁴ APB - *Testamento de Angelica Rita de Santa Anna*, 1855. Localizado no Inventário de Anna Ritta Xavier, (08/3388/03), 1856.

ganho que praticava nas ruas de Nazaré³²⁵. Chama atenção nas palavras de Angelica Rita de Santa Anna a forte ligação que estabeleceu com sua ex-senhora ao declarar que deixa “tudo quanto remanescer dos meos poucos bens, (...) para a minha senhora (...) a quem instituo por herdeira dos dittos remanescentes *em sinal do grande Amor que lhe tenho*”³²⁶. Sem parentes de sangue, parece ter sido decisivo, em suas últimas vontades, marcar a memória da ligação que estabeleceu com aquela senhora durante sua vida.

Situações como as expostas acima, envolvendo africanos libertos e seus ex-senhores revelam aspectos da escravidão que nos fazem repensar a diversidade de relações que se estabeleceram no seio da posse de um sujeito por outro. A escravidão foi, em todos os sentidos, uma instituição perversa que desqualificou, explorou e justificou a sujeição do homem pelo homem. No entanto, os documentos mostram as vezes relações afetivas como as vivenciadas por Sebastião Coelho e Angelica Rita, estabelecidas entre libertos e seus ex-senhores nessa parte do recôncavo baiano³²⁷.

Não se pretende aqui negar as tensões vivenciadas entre libertos e seus ex-senhores, mas pontuar que não foram poucas as situações em que o caminho encontrado foi o da negociação, pelo menos é o que nos sinaliza a documentação analisada. Mesmo que para isso tivesse que estreitar e manter antigos laços com seus senhores, negociar pequenos pedaços de terra onde plantar e construir uma casinha para morar significou a busca por uma sobrevivência possível. No caso de Francisca e seu marido Sebastião Coelho, a negociação se deu em torno da garantia da posse e usufruto de um bom pedaço de terra onde pudessem cultivar produtos para a venda imediata nas feiras da localidade, como também adquirir renda extra na sublocação de algumas parcelas de terra a outros sujeitos que, como eles, eram recém saídos do cativeiro.

³²⁵ Fica a escrava Joaquina obrigada a pagar pelo funeral da africana Angelica e a mandar “dizer duas capelas de missas, uma pela minha alma e outra pela do meu filho”, recurso que esta, certamente, teria que angariar através do trabalho de ganho que praticava nas ruas de Nazaré. APB - *Testamento de Angelica Rita de Santa Anna*, 1855. Localizado no Inventário de Anna Ritta Xavier. (08/3388/03), 1856.

³²⁶ APB - *Testamento de Angelica Rita de Santa Anna*, 1855. Localizado no Inventário de Anna Ritta Xavier, (08/3388/03), 1856. (Grifo nosso)

³²⁷ A “afetividade” estabelecida entre senhores e seus ex-cativos foi sinalizada por Edinelia Maria Oliveira Souza ao tratar do caso envolvendo o proprietário de escravos Manoel Coelho da Silva que, ao falecer, libertou todos os seus escravos e lhes deixou, em testamento, a sua propriedade “para continuarem a trabalhar na mesma, não só para a subsistência delles, como para seus filhos”, considerando-os “seus únicos e universais herdeiros”. Segundo a mesma autora, trata-se de um episódio que aponta um alto grau de afetividade e lealdade construídas na relação entre senhor e seus escravos. SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit. Sobre casos de terras legadas a escravos ver também: MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico...*, op. cit., (principalmente o Capítulo I)

No caso da africana Angelica, também estudado neste capítulo, não sabemos, de certo, qual a expectativa que ela tinha para manter a forte ligação que revelou em testamento com sua ex-senhora ao ponto de torná-la herdeira de “todo o remanescente de seus bens” além de legar à mesma a guarda e o usufruto de sua única escrava Joaquina, que só se tornaria liberta após o passamento daquela senhora. Mas, em última análise, estas ações praticadas pelos libertos no recôncavo sul da Bahia, demonstram a importância, no pós-liberdade, de manter laços de apoio e proteção que refletiam tanto a continuidade das experiências vividas no cativeiro quanto as novas redes tecidas na liberdade. Como já foi dito, não localizamos um número significativo de documentos que revelassem a acumulação de bens por libertos na região; foram poucos os casos encontrados, mas, ainda assim, eles refletem a conjuntura econômica específica daquela região em que se insere essa camada da população no oitocentos.

De certo, o que se verifica é que Nazaré despontava, na segunda metade do século XIX, como um importante polo de atração para a gente de cor. O progresso conjunto da economia praticada em seus limites rurais e do comércio realizado na cidade acarretou a abertura de novas frentes de trabalho, principalmente para a população de baixo poder aquisitivo, entre eles os recém libertos. Essa busca por meios de sobrevivência na cidade aproximou ex-cativos, fortaleceu redes de ajuda mútua e de solidariedade, que se revelaram importantes para a sobrevivência e a sociabilidade desses grupos. O levantamento das dívidas acumuladas e declaradas nos autos de inventários são reveladores da natureza de tais relações como se pode verificar na informação contida no inventário da africana Francisca Maria. Dentre os que “tiveram concessão para plantar em certos lugares do terreno arrendado a Sebastião Coelho”³²⁸, marido da falecida Francisca, estavam, por exemplo, Marcelino Borges da Luz, Izabel Maria de Jesus, Martinha Gomes da Costa, Manoel Querino dos Santos e o preto Feliciano de tal. Outros documentos sugerem que tanto Martinha Gomes da Costa quanto Izabel Maria de Jesus teriam sido parceiras dos africanos Sebastião Coelho e Francisca Maria e, provavelmente, dividiram a experiência do cativeiro na mesma região. Informações coletadas no inventário de Maurício Nunes Leal, comerciante e rico proprietário de terras e escravos da região, revelaram que tanto Izabel Maria de Jesus, quanto Martinha Gomes da Costa viviam no Batatã em pequenos terrenos aforados daquele senhor. A ligação descrita nesse documento enfatiza a importância de arranjos formais e informais para a sobrevivência

³²⁸ APB - *Inventário de Francisca Maria*, (03/1420/1889/04), 1865.

e sociabilidade desses grupos de libertos, mas também revelam aspectos da sua inserção nas cidades do recôncavo sul da Bahia.

De certo que em Nazaré, assim como em outras cidades do Brasil oitocentista, a população pobre livre de cor e libertos continuava sofrendo os estigmas do cativo, que, em certa medida, recaía ainda mais sobre as mulheres forras, vistas, sob a ótica da sociedade vigente, quase sempre, como prostitutas e desordeiras, conforme bem pontuou Valéria Gomes Costa ao tratar de africanas libertas no Recife oitocentista³²⁹. A formação de elos de ligação e apoio mútuo foi possivelmente um dos principais caminhos que encontraram para abrandar as dificuldades do viver na cidade.

A maior parte da população de egressos do cativo (africanos ou não) era, em sua maioria, trabalhadores modestos que arrecadavam apenas o necessário para a sobrevivência imediata nos centros urbanos ou nas lavouras que compunham a paisagem rural das freguesias oitocentistas. Assim, cabe ressaltar histórias, como as das africanas Maria do Rosário, Francisca Maria e Angelica Rita, cujos bens evidenciam mais um cotidiano de miséria do que uma situação econômica estável, revelam-se instigantes, muito mais pelo viés de suas trajetórias como africanas, ex-cativas que conseguiram além da liberdade um certo *status* social atestado pela larga rede de solidariedade e proteção de que se cercaram, do que pela sua situação econômica propriamente dita.

Muitas dessas mulheres conheciam intensamente os enfrentamentos que a vida lhes impunha e se esforçaram para adequar suas perspectivas às possibilidades existentes. A forte ligação com as irmandades religiosas e confrarias de apoio mútuo, observadas em seus testamentos, parece ter sido uma alternativa não apenas de inclusão social, como também uma forma de associação a valores que muito as aproximavam do mundo dos livres, como veremos na segunda parte deste capítulo.

Nessa parte do recôncavo da Bahia, não parece ter sido fácil estabelecer laços, negociar condições de trabalho, firmar contratos de locação de serviços ou conseguir acesso à posse de pequenos lotes em terrenos foreiros. Evidentemente, os egressos do cativo tinham consciência da importância de uma nova vida sem “sujeições”, onde sobretudo pudessem estabelecer seu próprio ritmo de trabalho. Uma de suas primeiras preocupações era, certamente, constituir moradia em algum ponto da cidade ou em suas mediações. Em Nazaré assim como na maioria das cidades da Bahia, inclusive Salvador, não havia distinção entre

³²⁹ COSTA, Valéria Gomes. “Monica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, *status* e redes sociais no Recife oitocentista”, op. cit., p. 109.

áreas de ocupação exclusivamente de pobres livres, libertos ou escravos e a camada mais abastada da população³³⁰. Pôde-se observar a convivência, na geografia da cidade, de residências habitadas por famílias ricas e remediadas ao lado de casinhas construídas “sob esteios, com porta e janela, de braça e meia de frente”³³¹ em terrenos foreiros a particulares, conventos e igrejas³³². Naquela cidade, a maioria das terras ocupadas por libertos e pobres livres pertenciam à Santa Casa de Misericórdia, à igreja ou a proprietários particulares, a exemplo do comerciante e senhor de escravos Maurício Nunes Leal que aparece em diversos testamentos e inventários como proprietário de terrenos foreiros em áreas urbanas da cidade. Nesses pequenos lotes, cuja maioria não passava de três braças e alguns palmos, os libertos (africanos, mulatos e pardos) construíram suas moradias; algumas delas eram ocupadas por mais de uma família, tornando-se habitações plurifamiliares.

A casinha na rua do Tanque onde vivia Maurícia, Rosalina e Maria de Jesus foi uma formação social improvisada vivenciada naquela municipalidade. Na mesma condição habitavam, na rua do Camaxo, em uma pequena casa de porta e janela, Jesuína Brígida do Sacramento, Silvana Eulália da Conceição e Epifania Maria de São Pedro³³³. Todas pobres, não se sabe ao certo se libertas. Para construir a habitação utilizaram materiais existentes na própria redondeza: a palha ou piaçaba, a madeira e o barro, matérias-primas essenciais, presente em grande parte das moradias pobres, eram sempre encontradas com facilidade nas imediações da cidade e foram amplamente utilizadas nesse tipo de construção, seja na cidade, seja na zona rural do recôncavo.

Se, como escravos, a aquisição de uma pequena parcela de terra, para plantar sua roça de subsistência, era algo que demandava muitas negociações com seus senhores, no caso dos libertos não foi diferente. O acesso a pequenos lotes em terrenos foreiros na periferia dos centros urbanos dependia de contratos estabelecidos, muitas vezes, com seus próprios ex-senhores. Libertos e ex-senhores tinham percepções e expectativas diferentes acerca das relações a serem estabelecidas após a liberdade, como bem salientou Walter Fraga Filho³³⁴,

³³⁰ OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, op. cit.

³³¹ APB – *Inventário de Francisca Maria*, (03/1420/1889/04), 1865.

³³² Katia Mattoso observou que na ocupação da cidade do Salvador, no século XIX, não havia áreas residenciais privativas de determinados segmentos sociais. Ver: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*, op. cit., p. 180.

³³³ APB – Série Judiciária, Seção Inventários. Foram levantados 174 inventários entre os anos de 1850-1888 e seis Livros de Testamento correspondente ao mesmo período oferecendo, entre outras coisas, dados sobre a posse de terras na cidade de Nazaré.

³³⁴ Walter Fraga Filho, ao tratar das tensões e conflitos nos engenhos do recôncavo no pós-abolição, evidencia sobretudo as relações que foram forjadas no pós-abolição, que promoveram transformações decisivas nas

entretanto não se pode negar que muitos ex-cativos buscaram meios de sobrevivência na órbita do poder senhorial, como, por exemplo, os casos trabalhados acima.

4.2 Além do labor: práticas festivas e religiosidade

A ocupação de espaços de moradia nas ruas mais centrais favoreceu, além de maior mobilização e visibilidade, uma participação ostensiva e ativa na vida urbana, principalmente por ocasião das festas e celebrações, assim como de uma maior integração a rituais proporcionados pelo calendário religioso. Os festejos dedicados aos santos católicos, presentes nos mais variados lugares do Brasil, tinham ali, na pequena Nazaré oitocentista, seu ponto alto, principalmente quando se tratava da comemoração à padroeira Nossa Senhora de Nazaré ou das comemorações dedicadas aos santos juninos São João, São Pedro e ao casamenteiro Santo Antônio.

Nos dias anteriores às festas, celebrados com novenas, missas solenes, procissões, culminando com fogos de artifício, boa parte do tempo era dedicado à ornamentação e ao preparo de “comidas típicas”, que seriam servidas durante o evento. Embora existissem outros santos homenageados no mês de junho, o dia de São João era o mais festejado. Sua comemoração no dia 24 varava a noite e era regada a batuques, música, licor e mesa farta. Pode-se perceber a popularidade desse santo ao se observar os preparativos que se iniciavam três meses antes com o plantio do milho no dia de São José, 19 de março, data dedicada ao santo, na qual os pequenos lavradores iniciavam a abertura das covas onde seriam acomodadas as melhores sementes de milho. Parte da colheita, esperada para o mês de junho, deveria ser utilizada no preparo dos quitutes destinados àquela festa: mingaus, canjicas, lelês, pamonhas, bolos e o próprio milho, que era servido cozido ou assado na fogueira que se fazia em frente às casas.

Apesar da pobreza, homens e mulheres egressos do cativeiro participavam ativamente dos festejos. Fragmentos deixados em um processo de roubo ocorrido na vila de Jaguaripe no dia 23 de junho, véspera de São João, deixam pistas significativas para se compreender o universo festivo e seu significado na cidade. Destacam-se, naquele documento, as peripécias vividas por três africanos durante os preparativos para a noite do São João. Escravos de dona Enriqueta Ferreira, os africanos Tito, Ricardo e Margarida, conhecidos na cidade por serem

relações cotidianas envolvendo ex-cativos e ex-senhores. Ver: FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit., p. 213-229.

“negros de aluguel”, passavam parte de seu tempo perambulando pelas ruas da cidade, praças e becos em busca de serviços de ganho: mercadejavam produtos para sua senhora, desempenhavam o papel de carregadores acompanhando comerciantes em curtas viagens, levavam recados, prestavam serviço de cozinha, etc. Quando alugados como cozinheiros ou cuidadores de crianças, tinham trânsito livre e, por “costume e consentimento”, frequentavam as casas de homens e mulheres de posses na cidade sem despertar qualquer tipo de suspeitas por “serem acostumados a perambular dentro de casa”, como revelou as testemunhas do processo que os envolveu.

Naquela noite, quando todos estavam entretidos no divertimento da fogueira, “festejando a noite como é de costume”³³⁵, o africano Tito vagava pela Villa desfrutando do divertimento dos foguetes e, aproveitando o “momento de folga” para angariar serviços extras. Ao ser questionado sobre sua rotina “na noite dos foguetes”, declarou que:

... as ave marias da noite referida, acompanhou ele interrogado sua senhora das Pedrinhas para a casa do senhor professor Hermenegildo à ladeira da Matriz; e tendo deixado- a lá vihera para a rua do Asogue armar a fogueira do senhor José Pedro dos Santos Martins em cujo trabalho levou até quase oito horas, mais ou menos, e largando dahi foi até a casa de sua parceira Margarida a essa mesma hora, tendo la se demorado por muito tempo e sahio sem dizer para onde hia e nem o que hia fazer³³⁶.

Um pouco mais cedo, quando deixou sua senhora na casa do professor Hermenegildo, passou na venda do Tenente Manoel Bento para beber “um vintém de cachaça” como ele próprio declarou em sua defesa. Só mais tarde esteve na casa do queixoso Jacome onde “deitou um caldeirão de milho na fogueira” já que o único escravo daquele senhor, o também africano Antonio, tinha se ausentado logo após acender a fogueira e até aquela hora não tinha voltado.

No intuito de se livrar da acusação de roubo, o africano Titto revelou ainda que passara o resto da noite em companhia de Thomas, Marcos, o parceiro deste, de Edvirgens e Maria de Tal no *batuque da costa* ocorrido na casa do africano liberto conhecido por Afro, só saindo de lá nas primeiras horas do dia³³⁷. De maneira reveladora, as palavras do escravo Titto, acusado de roubar joias do senhor Jacome, descortina a rotina empreendida por ele naquela noite.

³³⁵ APB - *Processo crime*, (12/481/05), Petição de Jacome Antonio Matias (vítima), Jaguaripe, 1864.

³³⁶ APB - *Processo crime*, (12/481/05), auto de qualificação do réu Titto, Jaguaripe 1864.

³³⁷ APB - *Processo crime*, (12/481/05), auto de qualificação do réu Titto, Jaguaripe 1864.

Ao que parece, nas noites de festa a cidade e seus povoados se enchiam de vida. O trânsito até mesmo de escravos pelas vias públicas, entrando de casa em casa, até alta noite parece ter sido, em certa medida, não apenas suportado como consentido. Nos autos, outros depoimentos deixam transparecer tanto a mobilidade existente nesses dias de festa quanto a tolerância necessária das autoridades em permitir a participação de negros em ajuntamentos e outros rituais comunitários como o “batuque ou candomblé”, como o que ocorreu na casa de Afro até o raiar do dia. Como já foi pontuado neste trabalho, os documentos municipais revelaram a preocupação das autoridades em conter qualquer tipo de ajuntamento, havendo, entre as autoridades locais, a preocupação de livrar a gente que pagava a décima urbana do incômodo causado por batuques, rodas de samba e qualquer outro tipo de ajuntamento regado, ou não, a “bebidas espirituosas”³³⁸. No entanto, ao que parece, durante as comemorações religiosas, como as dedicadas ao São João, por exemplo, havia uma certa tolerância com esses “divertimentos”.

Luciano Figueiredo, ao tratar do lazer, dança e feitiços nas Minas Gerais, avaliou que no geral existia por parte das autoridades um temor a essas manifestações coletivas que envolviam a camada empobrecida da população, relativizando ou amenizando quando essas festas e manifestações culturais eram assumidas pela Igreja ou pelas irmandades. Nos dias de festa, ficava ostensiva a associação dos rituais da Igreja com elementos dos ritos pagãos africanos que tendiam a ser tolerados³³⁹.

A preocupação das autoridades municipais com arruaças, brigas, desordens e confusões que ocorriam principalmente durante os festejos, batuques e folguedos foi sinalizada em outros estudos³⁴⁰. Maria Odila, analisando as posturas em São Paulo do século XIX, observou que muitas delas buscavam coibir todo tipo de ajuntamentos em espaços públicos, como, por exemplo, junto das fontes, onde ocorriam arruaças e brigas; e em outros locais onde ocorriam reuniões de mulheres. Segundo a mesma autora, repetidamente a Câmara reproduzia posturas proibindo ajuntamentos e dificultando, até mesmo, a realização de festas, inclusive as religiosas, promovidas pelas irmandades ao exigir requerimentos e licenças especiais³⁴¹.

³³⁸ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia*. Sessões do ano de 1876, vol. 1, Bahia: Typographia do “Correio da Bahia”, 1876.

³³⁹ FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit., p. 171-172.

³⁴⁰ Ver entre outros: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit.; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.

³⁴¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*, op. cit., p. 120.

Em Nazaré, as autoridades também buscavam meios de limitar os ajuntamentos, tendo em vista o perigo que esses encontros representavam para a paz pública. Embriaguez, vadiagem, vozerios ou algazaras, pronúncia em público de palavras indecentes ou imorais, batuques ou rodas de samba, entre outros, eram temas proibidos embora recorrentes nas posturas municipais. Levantadas pela Câmara municipal, debatidas em sessões da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, algumas dessas propostas de conduta sequer chegaram a se tornar lei municipal³⁴². Quando aprovadas e postas em prática, as medidas repressivas nem sempre impediram a prática dos ajuntamentos que, disfarçados, passavam despercebidos das autoridades. Impossíveis de serem controlados, os batuques representavam um importante divertimento para a população empobrecida. Era através dos batuques que homens e mulheres pobres encontravam algum divertimento, embebedavam-se e brigavam, mas foi também nesses espaços de lazer onde construíram importantes laços de solidariedade.

Indivíduos de ambos os sexos participavam ativamente dessas reuniões, tanto nos momentos de festa quanto para reverenciar suas crenças religiosas, com seus elementos africanos, como, por exemplo, o “ajuntamento de negras” denunciado à justiça em 1835. Por se tratar de uma denúncia que não chegou a virar processo judicial, não se obteve detalhes de como as mulheres denunciadas conseguiram se organizar para esses encontros, nem da frequência de tais reuniões. Todavia, fica evidente que se tratava de mulheres de diferente *status* social: escravas, forras e até mesmo pobres livres. Ocorridos à beira do rio Jaguaripe, tais ajuntamentos exibiam traços de uma identidade forjada no seu cotidiano, e esses encontros podiam, muito bem, servir para abrandar as durezas da vida.

Segundo a denúncia, naquela oportunidade as negras (parece que algumas escravas) “praticavam rituais de bruxarias”³⁴³. Esse “cuidado” excessivo dos senhores de escravos do recôncavo com os ajuntamentos de negros se deveu, provavelmente, aos acontecimentos ocorridos nos anos posteriores à Independência. Estudos mais recentes acerca das revoltas ocorridas em diversas regiões do País nas décadas de 30 e 40 do século XIX, e na Bahia em 1837 e 1838, têm revelado a presença e a “[...] participação ativa das classes mais baixas da população como homens livres de cor, índios e escravos”³⁴⁴, enfatizando os aspectos sociais

³⁴² Para saber mais sobre as rejeições e as aprovações das posturas municipais de Nazaré, ver os *Annais da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia*, sessões do Anno de 1876, vol. 1. Bahia, Typographia do “Correio da Bahia”, 1876.

³⁴³ APMJ - Processo Crime, 1835.

³⁴⁴ Sobre as revoltas no Brasil pós-independência, ver: KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada: a Sabinada baiana, 1837-1838”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, op. cit., p. 263-294; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador: liberalismo popular e o ideário da

dessas revoltas. Nesse sentido, é provável que a abertura de processos criminais com rigorosas punições para os participantes de tais ajuntamentos, frequentes nessa parte do recôncavo, tenha contribuído para sua coibição.

A severa vigilância dos senhores para impedir “reuniões” cuja finalidade era a prática de rituais de magia foi observada por Maria Helena Machado, que assinalou o caráter secreto dos ritos, levando os adeptos dessas práticas religiosas a buscar

[...] o tempo morto das fazendas, como as noites e as tardes de domingo, ocasiões nas quais os escravos se reuniam, no interior da própria senzala, [...] nas matas que circundavam as fazendas - talvez nas faixas de terras onde os escravos plantavam suas próprias roças³⁴⁵.

As mulheres escravas de Jaguaripe, preferiam reunir-se à beira do rio, lugar considerado por elas como seguro para a prática de atividades ligadas aos rituais mágico-religiosos de matriz africana. Os encontros para esse fim exigiam de seus seguidores tempo para os preparativos, o que levou, muitas vezes, à desconfiança dos senhores ao perceberem alguma agitação fora do normal. Durante o período final da escravidão, essas práticas mágico-religiosas da “gente de cor” - escrava, livre ou liberta - eram vistas pelas autoridades como perigosas, passíveis de perseguições, o que levou à abertura de muitos processos com penas para os organizadores de tais eventos. Este fenômeno não foi diferente no pós-abolição, período em que, segundo Maria Helena Machado, a “gente de cor” passou a sofrer violenta repressão dos órgãos policiais, que as identificavam com charlatanismo, ignorância e doenças mentais³⁴⁶.

No dia a dia da cidade, carregado de trabalho e obrigações que ocupavam quase todo o tempo, os momentos de folga, domingos e dias santos eram aguardados e aproveitados por homens e mulheres pobres para o lazer. Divertiam-se em vendas, tavernas ou domicílios, onde praticavam danças e cantarolavam versos improvisados, utilizando-se, na maioria das vezes, de instrumentos artesanais.

Mas, era também, nesse espaço de lazer, onde ocorriam discórdias, desavenças, discussões, brigas e todo tipo de desordem que causavam temor às elites senhoriais, bem como às autoridades policiais, aumentando queixas que chegavam às delegacias das

Balaiada no Maranhão”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, op. cit., p.295-327.

³⁴⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico...*, op. cit., p. 109.

³⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 113.

freguesias. Algumas dessas brigas por resultarem em lesões corporais leves ou apenas desavenças entre vizinhos, não chegaram a se tornar inquérito policial; outras, por se tratar de crimes mais graves, tornaram-se processos judiciais longos, possibilitando aos historiadores desvelarem aspectos normalmente invisíveis das tensões vividas no cotidiano da população em meados do século XIX³⁴⁷, como, por exemplo, o “barulho” que se iniciou na casa de Joaquina de Jesus e levou ao espancamento da parda forra Maria da Conceição por seu amásio.

A casa de Joaquina, na Estiva, povoado ribeirinho, estava em festa, era noite de 23 de junho, véspera do São João, a fogueira já havia sido acesa e o ambiente parecia bastante animado. Os que passaram na casa de Joaquina naquela noite encontraram “danças e batuques, regados a muita cachaça”, como declararam os participantes. Incomodado com a presença de todo tipo de gente naquela reunião, Raimundo de Tal convidou sua companheira para se retirar de tal ambiente onde encontrava-se a parda Ana Joaquina de Lima, segundo ele, “prostituta escandalosa que vive no lugar da devassidão”, e, não sendo atendido, logo iniciou uma sessão de espancamento que acabou com a prisão do réu que foi conduzido a subdelegacia de Pirajuhya, termo de Jaguaripe³⁴⁸. Em outra ocasião, o batuque que resultou no espancamento de duas mulheres: Miquelina e Josefa de Tal. Pelo que informa o processo de lesões corporais, datado de 1885, já era noite e as duas mulheres citadas estavam voltando de um “batuque ou candomblé” ocorrido nas imediações do Arraial do Rio Fundo, termo de Nazaré³⁴⁹.

Nem sempre foi possível saber a real motivação para tais discórdias que incomodavam a paz pública, mas é possível afirmar que esses momentos de lazer fizeram parte da rotina diária vivida por homens e mulheres. Viver no recôncavo, sem eira e nem beira, foi, principalmente para as mulheres, um desafio cotidiano. A solidariedade e o amparo mútuo que se construía nesses encontros, eram elementos indispensáveis para se conquistar uma vida com alguma dignidade ou para se obter socorro nos momentos de maior dificuldade. Se, por um lado, os encontros regados a dança e “bebidas espirituosas” causavam temor nas autoridades por propiciar a solidariedade e a união entre os desclassificados sociais e escravos, por outro, eram exatamente esses momentos que abrandavam a dor dos despossuídos.

³⁴⁷ Foram localizados setenta e cinco processos criminais no Arquivo Público do Estado da Bahia e quinze no Arquivo Público Municipal de Jaguaripe, entre os anos de 1850-1888, totalizando noventa processos criminais.

³⁴⁸ APMJ – *Processo crime*, lesões corporais, Maria da Conceição, 1880. (Documento sem número de identificação)

³⁴⁹ APB – *Processo crime*, (04/138/07), Jovino dos Santos Barbosa e outro, 1885.

4.3 Irmandades negras em Nazaré

Muitas dessas festas promovidas nas cidades e arraiais eram vinculadas à devoção aos santos católicos. Assim como em outros lugares do Brasil, a religiosidade católica esteve presente na vida da população do recôncavo sul da Bahia³⁵⁰. Essa ligação pode ser observada nas manifestações de crença e fé, expostas principalmente nos testamentos de últimas vontades, nas devoções aos santos de sua preferência, como também ao se declarar nesses textos o cumprimento “de tudo que manda a Santa Igreja Católica à qual professo”³⁵¹. Além da fé expressa nos textos de últimas vontades, o batismo e o casamento, firmados na Igreja, e a manutenção de oratórios, altares e imagens santas nos espaços domésticos refletem a presença do catolicismo juntamente com rituais africanos naquela parte do recôncavo. Em quase 80% dos inventários pesquisados, oratórios, imagens e nichos dedicados à devoção aos santos figuravam entre os bens deixados por herança. Dentre os santos mais reverenciados em tais documentos, estavam Nossa Senhora da Conceição, Santo Antonio, Menino Deus, Senhor Crucificado, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Esses dois últimos foram os santos mais populares entre a população de negros e mulatos nessa parte do recôncavo. Suas irmandades foram as que mais receberam doações dessa camada da população: negros, mulatos, pardos livres e libertos, possivelmente também alguns escravos, sustentavam os cultos com suas doações, pagamento das cotas anuais de filiação. Variados estudos sobre as irmandades de negros no Brasil apontam como um dos objetivos dessas irmandades a criação de fundos para a compra de alforrias de seus associados³⁵². No caso das irmandades de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, em Nazaré, não foram localizados documentos para comprovar suas atividades. Muito embora

³⁵⁰ Além dos estudos clássicos como os de Roger Bastide, Pierre Verger, ver também: COUTO, Edilece Souza. “Viver e morrer entre irmãos: as irmandades e ordens terceiras de Salvador-BA”. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano VI, n. 18, v. 06, Janeiro de 2014, p. 7-23; REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. 2005, 244 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005; OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”, op. cit.; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit.; KARASCH, Mary. “Rainhas e juízas – as negras nas irmandades dos pretos no Brasil central (1772-1860)”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, op. cit., pp. 52-66.

³⁵¹ Expressão recorrente em todos os testamentos analisados nesse estudo.

³⁵² Ver: REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*, op. cit.; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit.; KARASCH, Mary. “Rainhas e juízas – as negras nas irmandades dos pretos no Brasil central (1772-1860)”, op. cit.

não se possa negar as alforrias dessas irmandades, o que se pode observar nos documentos é o predomínio de casos em que a conquista da liberdade foi comprada com recursos próprios, a exemplo de Maria do Rosário e Angelica Rita ao declararem, em testamento, ter comprado a liberdade com “o meu dinheiro”³⁵³.

Quadro 5 - Irmandades existentes na freguesia de Nazaré, 1863

Irmandades	Criação	Patrimônio
São Miguel das Almas	1754	- duas casas térreas, ora aberta em uma só, servindo de armazém de gêneros de exportação, sita à rua das Pedras. (alugada por 300\$000 anuais)
Nossa Senhora do Rosário	1756	- uma casa térrea à rua por traz da Matriz e avaliada em 1:000\$000; - outra sita no Bêco da Cadeia, avaliada em 600\$000; - outra sita à rua da Fontinha de Baixo, avaliada em 700\$000; - outra sita à rua do Batatã, avaliada em 5000\$000; - outra finalmente, sita no Jacaré, avaliada em 200\$000.
Santíssimo Sacramento	1780	- não declarado
Santa Rita	1781	- uma casa térrea à rua do Camaxo, arrendada a 84\$000 anuais.
Nossa Senhora de Nazareth (Padroeira)	1785	- não declarado
São Benedito	1792	- uma casa térrea, feita de taipa, na rua do Cotovelo, avaliada em 300\$000; - outra sita à rua da Fontinha de Baixo, no valor de 600\$000; - outra sita na povoação da Conceição, construída de taipa, valendo 200\$000; - outra de igual valor e fabricação sita na povoação do Jacaré no valor de 100\$000.
Santíssimo Sagrado Coração de Jesus	1813	- não possui patrimônio
Misericórdia	-	- não declarado
Nossa Senhora da Conceição	1835	- não possui patrimônio
Nossa Senhora da Conceição da Matriz	1848	- uma casa térrea sita à Praça desta cidade, rendendo anualmente a quantia de 12\$000.

Fonte: LEV – Laboratório Eugênio Veiga, documento da Cúria Metropolitana, (GA/CHAN/IOMP/13).

A popularidade das irmandades em Nazaré entre escravos e libertos foram bastante significativas. Em ofício encaminhado ao Secretário da Câmara Eclesiástica da Bahia, datado

³⁵³ APB – *Testamento de Maria do Rosário*, Livro nº5, 1868; APB - *Testamento de Angelica Rita de Santa Anna*, 1855. Localizado no Inventário de Anna Ritta Xavier, (08/3388/03), 1856.

de 20 de Janeiro de 1863, o Vigário de Nazaré, Antonio Gomes F. de Brandão, declarou existir nesta Freguesia da cidade de Nossa Senhora de Nazareth nove Irmandades, quase todas criadas na segunda metade do século XVIII (ver Quadro 5 acima).

Ao examinar o Quadro, observa-se que, embora existissem diversas irmandades em Nazaré, as dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, foram as que mais conseguiram - salvo as irmandades cujos bens não foram declarados naquele documento - acumular patrimônio³⁵⁴. Ainda que modestas, as casas declaradas como patrimônio dessas duas irmandades deixam pistas significativas acerca de seus irmãos. Essas irmandades eram sustentadas, como vimos, pelo pagamento das contribuições anuais, e, principalmente, pelas doações feitas, quase sempre no leito de morte, pelos seus congregados. A africana de Angola, Maria do Rosário, por exemplo, deixou em testamento 250\$00 para a irmandade de Nossa Senhora do Rosário; já a liberta Angelica Rita de Santa Anna, africana da Costa da Mina, declarou sua filiação a duas irmandades: São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, deixando para a primeira “uma morada de casa térrea, sita à rua do Canto Escuro”³⁵⁵, ambas fizeram questão de legar parte de seus bens a essa instituição, como, possivelmente, o fizeram outros tantos africanos libertos.

Em algumas situações, os bens deixados teriam destino certo dentro das irmandades, a exemplo das orientações que deixou registadas em testamento a africana liberta Maria Luiza do Sacramento.

É minha vontade que não mais morando nesse sobrado as minhas afilhadas e a Maria Amalia da Guia ou por se terem casado ou por terem morrido, ou por terem se retirado dessa cidade, esse sobrado, sua loja e o quintal sejam hastados e seu líquido producto entregue em acto de mesa a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz desta cidade, para comprar Apolices ou recolher ao mais acreditado Banco, e dos seus lucros fazer os seguintes empregos: a fazer annualmente celebrar uma missa ao Senhor dos Passos e outra a Senhora d’ Annunciação e outra a Senhor Menino Jesus em bem da minha alma, o restante nas annuais festividades do mesmo Senhor dos Passos³⁵⁶.

³⁵⁴ Em 20 de dezembro de 1862, um mês antes do ofício citado, o Vigário da Paróquia encaminhou em ofício a relação dos bens das irmandades de Nossa Senhora de Nazareth e a do Santíssimo Sacramento, as mais ricas daquela Freguesia. Juntas, detinham 21 propriedades e 420 braças de terras arrendadas. LEV - Laboratório Eugênio Veiga, documento da Cúria Metropolitana, (GA/CHAN/IOMP/01)

³⁵⁵ APB – *Testamento de Maria do Rosário*, Livro nº5, 1868; *Testamento de Angelica Rita de Santa Anna*, 1855. Localizado no Inventário de Anna Ritta Xavier, (08/3388/03), 1856.

³⁵⁶ APB – *Inventário de Maria Luiza do Sacramento*, (06/2683/04), 1878.

As africanas libertas Angelica Rita de Santa Anna, Maria do Rosário e Maria Luiza do Sacramento encontraram nas irmandades a garantia de um funeral tal como desejavam, tendo em vista a importância de uma passagem garantida para o mundo dos ancestrais mortos. A adesão a uma ou mais irmandades, como no caso estudado, na condição de sócio, era importante principalmente para mulheres que, como elas, não tinham marido nem filhos que pudessem se encarregar de seu funeral e das rezas por sua alma após a morte. Esperavam, portanto, dessas instituições o acompanhamento digno no momento de seus passamentos. Ambas deixaram registros dessa expectativa ao revelarem que, “sucendendo que seja meo falecimento, meo corpo será levado a sepultura acompanhado das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e da de São Benedicto a quem pertença”³⁵⁷. Louvar a Nossa Senhora, honrar os santos negros, consolar os irmãos com os ritos religiosos, sobretudo orações pelas almas dos mortos eram serviços valiosos dos quais negros, mulatos, pobres livres e libertos não podiam prescindir, principalmente aqueles que não tinham marido ou filhos que pudessem se encarregar de seu funeral e pagar as missas por sua alma após a morte.

Apesar do limite de pobreza em que viveram, irmãos negros mantinham em suas casas oratórios ou espaços reservados ao culto privado aos santos de sua devoção. Ocupando lugar de destaque, algumas imagens permaneciam ricamente ornadas em ouro e prata como a descrição feita pela preta africana Maria do Rosário. Moradora na rua da Fontinha, em uma modesta casa térrea de porta e janela, declarou possuir, entre seus poucos bens,

(...) um oratório com três imagens, sendo uma do Senhor Crucificado, uma de Nossa Senhora da Conceição, uma de Santo Antonio e outra de Nossa Senhora do Rosário, todas ornadas de prata, sendo além disto a casa do Senhor Crucificado quase toda aparelhada de prata³⁵⁸.

Além do oratório que mantinha em casa para o culto particular, a africana Maria do Rosário revelou, naquele documento, sua ligação a duas irmandades negras: a de São Benedito e a de Nossa Senhora do Rosário. Em Nazaré, muitas irmandades congregavam em torno de si um número expressivo de “irmãos” de ambos os sexos que participavam ativamente dos momentos de festa e louvor aos santos de sua devoção. As “pomposas festas” em homenagem aos santos referenciados eram promovidas pelas irmandades, com “diversos

³⁵⁷ APB – *Testamento de Maria do Rosário*, Livro nº5, 1868.

³⁵⁸ APB – *Testamento de Maria do Rosário*, Livro nº5, 1868.

divertimentos populares”, como era anunciado na imprensa local³⁵⁹. Criadas com o objetivo de dar assistência aos seus membros no caso de doenças, promover a vida religiosa, levantar fundo para alforrias, as irmandades mostrar-se-iam como promotoras de muitas festas, sendo um importante espaço de convívio social. Como bem definiu a historiadora Edinélia Maria Oliveira Souza ao tratar das festas em louvor ao santo preto São Benedito, ocorrida em Cruz das Almas no ano de 1889³⁶⁰. Nas festas organizadas e atribuídas a tais instituições, ela declarou que:

Não podia faltar a lavagem, um ritual simbólico que imbricava diversos elementos culturais, como os potes de barro com água trazida da fonte, em geral pelas mulheres, os mascarados a pé e a cavalo, que ao som das batucadas e cantorias, iniciavam a festa lavando e ornamentando o templo. Os leilões, a Filarmônica Minemozina, o terno de Conceição do Almeida, o batalhão de mouro, o fogo artificial, e os variados divertimentos populares abrihantavam a festividade, que contava ainda com a tradicional procissão que percorria todas as ruas da cidade, denunciando o quanto a devoção a São Benedito era importante naquela localidade³⁶¹.

Nesse sentido, a religião simbolizava também divertimento e era nos momentos de festa, quando se promoviam as grandes celebrações, que se podiam observar mais nitidamente elementos que fugiam à tradição católica oficial. A presença de diversos elementos culturais dentro dos templos católicos não passou despercebida pelos membros mais conservadores da sociedade. Assim, não se pode negar que

as irmandades negras e mestiças representaram um significativo ponto de interseção entre a religiosidade católica e os rituais da cultura africana. Ao tempo em que assimilavam valores predominantes na cultura da população branca, os africanos e seus descendentes foram reinventando tradições, reconstituindo manifestações de fé e maneiras de cultivar e festejar³⁶².

Esses pontos de interseção entre a religiosidade católica e os rituais da cultura africana dentro dos templos, levantado por Edinélia Maria Oliveira Souza, era bastante mal visto pelas

³⁵⁹ Biblioteca Pública de Maragogipe. *Jornal Nova Era*, 1889, citado por Edinélia Maria Oliveira Souza.

³⁶⁰ Sobre os louvores ao santo preto São Benedito, ver: SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit.

³⁶¹ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit.

³⁶² SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit., p. 176.

elites.³⁶³ Os membros mais conservadores da sociedade reagiam com preconceito contra a presença de batuques e folguedos nos festejos promovidos pelas irmandades, as quais a seu ver, davam margem à perda da “verdadeira” religião e, conseqüentemente, a perda da educação moral e religiosa do povo. Com o título “Irreverência nos templos, publicado em 13 de novembro de 1857, assinado pela Tribuna Catholica, o periódico Cachoeirano declarou que:

(...) essas pomposas e brilhantes festividades, como lhes chamão os nossos carolas, servem hoje somente de atrahir aos templos theatraes moços libertinos e dissolutos, mulheres levianas e menos instruídas de seus deveres, que alli vão provar a ira de Deos quando só devião pedir-lhe misericórdia e o perdão das culpas que tenham commetido³⁶⁴.

No artigo avaliam ainda que:

É verdade que parte esta desgraça é devida aos *festejos das irmandades*, que nos actos mais respeitáveis das comemorações religiosas introduzirão burlescas extravagâncias e pouco a pouco forão convertendo a casa da oração em theatro (...)

O que se observa porém? Ausência completa de modéstia, posturas e maneiras escandalosas, conversações, risadas, namoros, etc.

Uma música estrondosa e sensual acompanhada de zumba, pratos, clarins, etc. executa as ouverturas theatraes e acompanha as arias e duetos das operas lyricas, sob as quais se tem adaptado as palavras latinas. Muitas vezes ha concertos annunciados ao povo com o charlatanismo dos usados nos theatros de pouco credito, para atrahir a multidões, a estes concertos se da o nome de *sextas!*³⁶⁵.

Aos olhos dos católicos mais conservadores, as festividades promovidas pelas irmandades causavam grande constrangimento por trazer para o seio das igrejas batuques e músicas próprias da tradição africana, cuja cultura permanecia viva entre aqueles que pertenciam a tais irmandades. Não fica claro no texto citado a qual ou quais irmandades o articulista se refere; no entanto, pela descrição, pode-se concluir, através dos elementos

³⁶³ Sobre essa questão ver: BASTIDE Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1989; (do mesmo autor), *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973; QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

³⁶⁴ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, *Jornal Cachoeirano*, Anno III, nº 231, 13 de novembro de 1857, p. 2-3.

³⁶⁵ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, *Jornal Cachoeirano*, Anno III, nº 231, 13 de novembro de 1857, p. 2-3.

elencados por ele, que se trata das irmandades que acolhiam africanos e seus descendentes. No entanto, para os africanos que compunham os quadros das irmandades e até mesmo daqueles que participavam das festividades, estas teriam outros significados. Maria Luiza do Sacramento, por exemplo, deixa explícito em seu testamento que, mesmo após sua morte, parte dos lucros dos bens que deixa para sua irmandade deveria ser destinado a “festividades anuais” em louvor a Senhor dos Passos³⁶⁶. Indicativo da importância da manutenção do culto para essa parcela da sociedade.

Referindo-se ao papel das irmandades nas Minas Gerais no setecentos, Luciano Figueiredo elenca que tais confrarias “representariam, complementarmente ao Estado, uma ação que, dissimulada pela sua função religiosa, tentava impor a ordenação e disciplina da população (pobre)”. Da mesma maneira Lucilene Reginaldo comentaria a esse respeito enfatizando que:

Nas confrarias de negros, alguns escravos poderiam ser ajudados na compra da alforria. Portanto, a existência das irmandades era bem vista pela Igreja e pelas autoridades administrativas da Bahia. O clero considerava esses agrupamentos como garantia de catequese, da conservação dos valores católicos e do controle sobre a fé dos baianos. E os políticos ficavam livres da responsabilidade de socorrer os necessitados prestando-lhes serviços de saúde³⁶⁷.

Além de promover auxílio material e espiritual diante das difíceis condições de vida, as irmandades foram também um importante espaço de convívio entre a religiosidade católica e elementos da cultura africana. E era nos momentos de festa que a reinvenção das tradições eram mais perceptíveis, ao reconstituírem manifestações de fé e maneiras de cultuar seus santos, como observou Edinelia Maria Oliveira Souza³⁶⁸.

A frequência e a quantidade de doações feitas pelas mulheres escravas e libertas a tais instituições e o elevado número de irmãs que compunham seus quadros, mostram o quanto elas eram um importante espaço de amparo espiritual, assim como um lugar onde poderiam encontrar possibilidade de se estabelecer laços e até mesmo conseguir inserção numa conjuntura social que as excluía tanto por serem mulheres como por serem pobres.

³⁶⁶ APB – *Inventário de Maria Luiza do Sacramento*, (06/2683/04), 1878.

³⁶⁷ REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*, op. cit.

³⁶⁸ SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia...*, op. cit.

CAPÍTULO V

Tramas e teias: da escravidão à liberdade

(...) a instituição que tolera o erro e a desumanidade, tal como eu a testemunhei, é uma instituição cruel, injusta e bárbara.

Solomon Northup, *Doze anos de escravidão*, 2014.

Nos últimos anos, importantes pesquisas no Brasil do século XIX têm apontado padrões complexos de demandas judiciais promovidas por escravos e libertos contra seus senhores com a finalidade de sair do cativeiro, retomar a liberdade perdida, ou até mesmo evitar o retorno à escravidão, no caso daqueles que gozavam tal prerrogativa e sentiam-se ameaçados. O volume e a diversidade das queixas que originaram essas ações - as quais resultaram em diferentes graus de sucesso -³⁶⁹, sinalizam, sem dúvida, a crença de que esses sujeitos viam a Justiça como um meio possível, ou melhor, o único meio de se rever o “direito perdido”³⁷⁰.

Em 1830, Maria da Conceição, moradora da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, recôncavo sul da Bahia, foi vítima da prática ilícita de “reduzir pessoa livre à escravidão”³⁷¹. No longo período de 1830 a 1876, permaneceu ilegalmente como escrava,

³⁶⁹ Das 323 ações levantadas por Keila Grinberg na Corte de Apelação do Rio de Janeiro, 48,9% das ações teve como resultado final a libertação do escravo e em 51% delas o escravo foi mantido no cativeiro. Ver, GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 13-14.

³⁷⁰ A documentação judicial produzida a partir das investidas dos escravizados - ilegalmente ou não - em busca de suas liberdades, forneceram importante material para pesquisas que, apoiadas em tais documentos, colocaram em foco suas agências, revelaram todo tipo de redes de solidariedade e deixaram entrever as mais variadas relações sociais nas quais se apoiaram para legitimar suas demandas. Ver os estudos de MACHADO, Maria Helena P. T. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”, op. cit.; BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*, op. cit.; SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. “Rosalie nação poulard: liberdade, direito e dignidade na era da revolução haitiana”. *Revista Afro-Ásia*: Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, n. 46, p. 61-95, 2012.

³⁷¹ No Brasil era delito previsto no Código Criminal do Império de 1830.

quando finalmente conseguiu reaver sua liberdade³⁷². No Brasil, a legislação em vigor poderia ajudar a referida “escrava” na tentativa de obter a sua liberdade de volta, mas o caminho empreendido por ela até a justiça, onde teve que provar sua condição de mulher livre, levou longos e penosos quarenta e seis anos, como veremos mais adiante.

Assim como no Brasil, a escravização ilegal de pessoas de cor, livres ou egressas do cativeiro, foi praticada em outras regiões escravistas da América³⁷³. Casos relatados em diferentes sociedades americanas, durante a vigência da escravidão, têm apontado para a “precariedade estrutural da liberdade” vivida por descendentes de escravos, assim como pelos libertos, sobretudo quando estes se afastavam de suas regiões de origem³⁷⁴. Quais seriam os caminhos possíveis para que os sujeitos submetidos ao cativeiro conseguissem provar a sua condição de livre ou liberto? Como se prevenir aos seus para que tal “desgraça” não se abatesse sobre eles e seus descendentes?

Esse foi o caminho empreendido em Nazaré, pela cabra Maria da Conceição ao entrar com uma ação de liberdade contra seus “pretensos senhores”. Vendida como escrava aos dez anos de idade³⁷⁵, buscou a justiça, na primeira e única oportunidade que teve, para provar sua condição de nascida de ventre livre. O cativeiro ilegal em que viveu Maria da Conceição, durante quarenta e seis anos, foi revelado nas 424 páginas que compõem o seu processo de Ação de Liberdade iniciado em junho de 1876. Finalizado em outubro de 1881, tal processo levou cinco anos para ser julgado em dois tribunais: o de Primeira Instância, em Nazaré das Farinhas, e o de Segunda Instância - Supremo Tribunal de Justiça - na cidade de “São Salvador na Bahia de Todos os Santos”.

Nos primeiros dias do mês de junho do ano de 1876, Maria da Conceição, cabra, cinquenta e seis anos de idade, escrava de dona Maria Josefina de Andrade, moradora na freguesia de Santo Antônio de Jesus, conseguiu permissão de sua senhora para ir à vila de

³⁷² Ao longo da leitura do processo pude, observar divergências de datas, no entanto considerei, para esse estudo, as datas apresentadas por Maria da Conceição, personagem principal no processo de Ação de Liberdade aberto em junho de 1876.

³⁷³ Sobre as manobras dos libertos em manter suas liberdades, ver, entre outros: SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. “Rosalie nation poulard: liberdade, direito e dignidade na era da revolução haitiana”, op. cit.

³⁷⁴ Ver, entre outros, os seguintes trabalhos: CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social*, Campinas, n. 9, 2010, p. 34. (Disponível *on-line*); SOARES, Márcio de Sousa. “O fantasma da reescravização: alforria e revogação da liberdade nos Campos dos Goitacases, 1750 – 1830”. *ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009. (Disponível *on-line*); SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. “Rosalie nation poulard: liberdade, direito e dignidade na era da revolução haitiana”, op. cit.

³⁷⁵ Provável idade que teria Maria da Conceição no ano de 1830 quando alega que fora furtada. Há divergência quanto a essa idade, já que os réus alegam tê-la comprado em 1833, quando ela teria treze anos de idade. Aqui, optei em trabalhar com a versão apresentada por Maria.

Jaguaripe, ocasião em que a mesma deu entrada a uma Ação de Liberdade contra os seus “pretensos senhores”. Até aqui não me parecia nada demais, pois ações de liberdade propostas por escravos contra seus senhores não era algo incomum - principalmente depois da Lei de 1871, que favoreceu contendas judiciais entre senhores e escravos, garantindo aos últimos, sucesso em suas investidas. As motivações que os levaram à justiça eram bastante variadas como mostram os estudos sobre alforria e direito no Brasil³⁷⁶.

A princípio, a ação proposta por Maria da Conceição me pareceu uma ação corriqueira em que uma escrava reivindicava o direito à liberdade por ter sido reescravizada ilegalmente e considerar injusto o cativeiro em que se encontrava. Estudos historiográficos registram diferentes motivos que levavam os escravos à Justiça, às vezes por discordar do preço fixado por seu senhor para a compra de sua alforria, por maus tratos, por ter sido liberto de pia ou em testamento e permanecer cativo (ações mais comuns nessa parte do recôncavo) e, esporadicamente, como no caso estudado, por ter nascido de ventre livre e ter sido posta ilegalmente em cativeiro³⁷⁷. Deparamo-nos, dessa forma, com uma ação cuja autora não alegava ter sido reescravizada, mas escravizada ilegalmente. Assim, a ação proposta pela cabra Maria apresentava um elemento novo: a escravização de pessoa de cor, livre. Maria alegava “ter nascido de ventre livre”, ter sido “furtada” aos dez anos de idade na vila de Jaguaripe onde vivia com sua mãe, a liberta Antonia Francisca, e vendida como escrava de Felix José Barreto, na freguesia de Santo Antonio de Jesus, em meados de 1830.

Além dessa peculiaridade - uma ação movida por pessoa livre que foi “furtada” e vendida como escrava ainda na infância -, outro ponto também chamou a minha atenção: a ação proposta pela cabra Maria da Conceição não requeria apenas a sua liberdade, mas, igualmente, a de suas duas filhas e seus sete netos. Portanto, essa era uma ação que envolvia diretamente a liberdade de toda uma família, totalizando dez indivíduos em posse de senhores diversos. Em termos legais e concretos estes fatos configuravam uma ação complicada.

³⁷⁶ Sobre alforrias e direito no Brasil dos oitocentos ver, entre outros, CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. cit.; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; MATTOS, Hebe. “Laços de família e direitos no fim da escravidão”, op. cit.; MACHADO, Maria Helena P. T. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”, op. cit.

³⁷⁷ Localizei no Arquivo Público do Estado da Bahia, onze processos envolvendo a consecução da liberdade, todos chegaram ao Tribunal da Relação da Bahia (segunda instância): dez eram Ações de Liberdade e um era uma Ação de Escravidão (nesse caso a ação era interposta pelo senhor que pretendia chamar de volta ao cativeiro o escravo que vivia ilegalmente em liberdade). Entre os argumentos das Ações de Liberdade temos: cinco ações sobre a tentativa de compra da alforria; uma com a alegação de ter chegado ao Brasil após o término do tráfico negreiro; duas alegando ter nascido livre, pois sua mãe já havia sido libertada antes do seu nascimento (caso de Maria da Conceição) e duas alegando o direito à carta de alforria por ter sido “liberta de pia” ou em testamento.

Já nas primeiras páginas daquele processo judicial iniciado em 1876, que consumiu longos dias de uma minuciosa leitura, foi se descortinando a história da vida de quatro gerações de mulheres que vivenciaram a escravidão e a liberdade no recôncavo baiano durante o oitocentos. Nas entrelinhas do processo, observa-se a ilegalidade da condição escrava imposta a três dessas quatro gerações, a partir de uma atrocidade cometida nas primeiras décadas do século XIX. Tratava-se de um crime (roubo de pessoa livre vendida como escrava) ocorrido em 1830 e que, somente quarenta e seis anos depois, pôde ser revelado à justiça, garantindo aos indivíduos envolvidos a devolução do gozo de suas liberdades.

A documentação encontrada já sinalizava a possibilidade de se reconstruir, por meio de uma personagem singular, a trajetória dessa família escrava que vivenciou a escravidão no mundo rural do sul do recôncavo baiano do século XIX. No entanto, fazia-se necessário varrer os arquivos da região e da capital da Bahia em busca de outros documentos que trouxessem mais informações sobre a região e sobre outros sujeitos que, de uma foram ou de outra, estivessem ligados a essa família escrava. Constituiu-se num trabalho árduo, mas bastante prazeroso a cada nova descoberta.

Além da já citada Ação de Liberdade, localizamos os assentos de batismo, inventários, testamentos e uma provável ação criminal envolvendo Antonia Francisca, mãe de Maria da Conceição. Documentos como os autos criminais de Jaguaripe, situados entre os anos de 1830-1876, envolvendo outros sujeitos, trouxeram elementos importantes para se compreender a escravidão naquela localidade, fazendo emergir não apenas a relação básica entre escravos e senhores, mas toda uma rede mais ampla de conexões que os envolvia: laços afetivos, cadeias hierárquicas, relações de vizinhança e de parentesco. Tais documentos constituíram a base, não apenas para se traçar a trajetória de vida dessas mulheres, como também trazer, em última análise, uma reflexão acerca da escravidão na região. Ao aproximar a lente dos indivíduos envolvidos na ação de liberdade proposta por Maria da Conceição, a principal personagem neste capítulo, foi possível reconstituir sua rotina no mundo rural, os seus laços de solidariedades afetivas e materiais, arquitetados no difícil contexto de sobrevivência do sul do recôncavo da Bahia.

5.1 Uma vida, muitas histórias

Antonia Francisca escrava que foi da finada Anna de Jesus (...), quatro anos depois de se haver libertado dera a luz a primeira supplicante que, consequentemente nasceu de ventre livre. Entretanto na idade de dez anos mais ou menos estando a primeira supplicante a aprender a lêr e a coser na supra dita Villa [de Jaguaripe], onde erão moradoras aquella finada e a dita Antonia Francisca com Maria de tal, (...) foi furtada alta noite e conduzida para esta cidade [de Nazareth das Farinhas] para a casa de Manoel Ribeiro e d'aqui para a Freguesia [de Santo Antonio de Jesus] supramencionada e ali na referida freguesia, foi vendida a Felix José Barretto, morador na mesma Freguesia sob cujo poder continuou ella primeira supplicante a permanecer como escrava, e teve duas filhas a segunda e terceira supplicantes³⁷⁸.

Em 27 de novembro de 1820, Antonia Francisca, liberta, natural e moradora na Villa de Nossa Senhora D'Ajuda de Jaguaripe, levou em seus braços a pequena Maria, sua filha recém-nascida, para receber aquele seu primeiro sacramento cristão, o qual, anos mais tarde, serviria para provar sua condição de nascida livre.

A capela escolhida para o batismo ficava a “três léguas de distância” da vila de Jaguaripe, localizada na Fazenda Santo Antônio das Barreiras e, ao que tudo indica, os arranjos para tal batismo em uma Capela “onde ninguém as conhecia” foram feitos por Pedro Agapito, sacristão e amásio de Antonia Francisca. Arranjos que, segundo a defesa dos réus no processo de ação de liberdade, serviram para esconder a sua real condição: escrava e não liberta. Eis, algumas ponderações sugeridas por esta pesquisa, caso considerássemos que a defesa tivesse razão: como poderia uma escrava ter se mantido tanto tempo longe do cativo, já que Maria, morando com sua mãe na vila de Jaguaripe, alegava ter sido roubada aos dez anos de idade?

É fato que a crioula Antonia viveu na condição de escrava de ganho durante o tempo em que ainda era cativa e que usufruiu das facilidades que essa condição lhe garantia, situação bastante documentada pela historiografia da escravidão. É fato também que o trabalho de ganho executado por mulheres cativas as aproximava do mundo das libertas, uma vez que essa atividade dava-lhe uma maior mobilidade, pouco as diferenciando das mulheres pobres livres e libertas. Poderíamos considerar que, nessas bandas do recôncavo, a escravidão foi mais frouxa com relação ao escravo de ganho ao ponto desse perambular pelas vilas e povoados sem ser importunado, como se liberto fosse?

³⁷⁸ APB – *Processo civil*, (47/1666/14), ação de liberdade de Maria da Conceição, 1877.

Parece pouco provável que Anna de Jesus, apontada como senhora da escrava Antonia, mulher de poucas posses, tivesse aberto mão de tão valioso bem - embora não se possa negar a condição de escrava de ganho a qual viveu a crioula durante o tempo em que ainda era cativa e das facilidades que essa condição lhe garantia.

No sul do recôncavo baiano, a documentação escrutinada sinaliza a presença de mulheres escravizadas ocupando as mesmas funções que as pobres livres e libertas. Com autorização de seus senhores, circulavam pelas povoações e vilas da região comprando e vendendo mercadorias, moravam em casas ou quartinhos de aluguel e estabeleciam seus horários de trabalho. Ainda que tivessem de prestar conta de suas atividades, era, sem dúvida, uma vida mais “livre” do que aquela vivida por suas companheiras de condição alocadas nas propriedades rurais da região e submetidas a uma rotina rígida das lavouras³⁷⁹. Parece ter sido uma característica bastante peculiar nessa parte do recôncavo a “liberdade” praticada por negras de ganho. A proliferação de escravas de ganho atuando nas vilas e povoações pertencentes à comarca de Nazaré parece ter sido promovida, sobretudo pelas eventuais dificuldades dos proprietários de manter seus escravos, liberando-as para o ganho ou aluguel.

Certamente não passou despercebida por Antonia Francisca, assim como por tantas outras mulheres em sua condição, as vantagens de se tornar uma escrava de ganho, e, conseqüentemente, seu primeiro passo foi conquistar a confiança de sua senhora Anna de Jesus para exercer tal atividade. A permissão para “negociar e pagar semanas” - como declararam as testemunhas no processo - foi, sem dúvida, um passo definitivo na busca de sua liberdade. Viver de sua agência, mesmo que de tempos em tempos, de acordo com o contrato estabelecido com sua senhora, tivesse de retornar ao cativo para prestar contas do trabalho executado na semana, trazia uma certa autonomia. Além da flexibilidade dos horários de trabalho, podia administrar seus ganhos, construir espaços afetivos e, principalmente, deslocar-se por entre as vilas, freguesias e pequenas povoações rurais do sul do recôncavo baiano.

Ao que tudo indica, a atividade praticada por ela possibilitou além de sua sobrevivência, o acúmulo de algum pecúlio para a posterior compra e sua alforria³⁸⁰. Ainda

³⁷⁹ Sobre escravas de ganho no Brasil oitocentista ver, entre outros: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; (da mesma autora), “Resistir e sobreviver”, op. cit.; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit.; SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, op. cit.; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, op. cit.

³⁸⁰ A compra da liberdade foi a principal maneira que escravos encontraram para livrar-se do cativo nessa parte do recôncavo como foi sinalizado no Capítulo II.

sob o domínio de sua senhora Anna de Jesus, Antonia penou mercadejando pelas povoações pertencentes ao município de Jaguaripe, atividade que ela compartilhou, muitas vezes, com outras companheiras de infortúnio, escravas e libertas. É certo que, durante todo o século XIX e enquanto durou a escravidão, muitas outras mulheres pobres livres, escravas ou libertas, encontraram seus meios de sobrevivência como vendedoras ambulantes por essas povoações. Saíam sozinhas ou, muitas vezes, em pequenos grupos de duas ou três, como foi o caso da africana Felicidade, já mencionada neste trabalho, escrava “lá pelas bandas da Estiva” - pequeno povoado situado a sudeste da vila de Jaguaripe - que frequentava cotidianamente essa vila a fim de negociar “verduras para seu senhor”, como ela mesma revelou no processo em que figura como “informante” num processo criminal de roubo ocorrido em 1864³⁸¹.

Ao que sugere o documento, a escrava Felicidade não se encontrava na localidade na noite em que ocorreu o roubo, e por esse motivo nada foi dito por ela sobre o crime ocorrido em 1864. No entanto, a descrição que fez de seu cotidiano oferece uma ideia da dinâmica de sociabilidade improvisada nas ruas pela população escrava e forra daquela Comarca, bem como a mobilidade espacial favorecida pela atividade por ela executada. Embora tivessem circulado pelas mesmas localidades, não fica claro se Felicidade e Antonia teriam se conhecido, mas é bem possível que tenham se cruzado ao dividirem amigos e companheiros em comum. Além do mais, o trabalho de ganho realizado por elas representava a opção feita por muitas outras mulheres escravas que, nesse tênue limite entre a escravidão e a liberdade, buscavam meios de sobrevivência, assim como uma possibilidade de encurtar o caminho para a alforria.

Por meio das testemunhas arroladas no processo da ação de liberdade de Maria da Conceição, fica evidente que Antonia Francisca trabalhava como ganhadeira e ainda amealhava alguns vinténs “por meio de esmolas que agenciara com o consentimento de Anna de Jesus”³⁸² sua senhora àquela época. Ao que tudo indica, Antonia Francisca foi uma batalhadora, e a conquista da liberdade veio por meio de muito trabalho. Ainda que tenham chegado até nós apenas alguns detalhes de sua vida, é importante sublinhar que sua trajetória foi similar à de outras mulheres escravizadas que também lutaram por sua liberdade.

Das oito testemunhas indicadas pela defesa no processo de ação de liberdade, cinco eram moradoras da vila de Jaguaripe desde o tempo em que Maria da Conceição foi roubada em 1830. Através de seus depoimentos, foi possível observar aspectos da vida de Antonia

³⁸¹ APB - *Processo crime*, (12/481/05), Depoimento da escrava Felicidade, Jaguaripe 1864.

³⁸² APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Depoimento de Manoel Hygino de Seixas, 1877.

Francisca durante o período em que foi escrava e depois como liberta. Vizinha e parceira na dura luta pela sobrevivência, Úrsula Antonia da Conceição, liberta, maior de sessenta anos, afirmou, categoricamente, que Antonia quando “dera a luz a ella [Maria da Conceição], havia quatro anos que se libertara, o que ela, testemunha, sabe por ter conhecido a mesma Antonia Francisca a qual era tida e havida como forra na referida Villa de Jaguaripe”³⁸³. Naquela época, Úrsula era uma jovem de aproximadamente dezoito anos, morava com sua filha em uma casinha na rua do Torce Umbigo e, no mesmo dia do desaparecimento de Maria, recorda que:

... sabe que a autora Maria da Conceição a mais de quarenta anos desapareceu da Villa de Jaguaripe e que ella testemunha sabe porque estando a este tempo a mesma Maria da Conceição aprendendo a ler e a coser, assim como uma filha dela testemunha com Maria de tal filha de um tal Rangel na mencionada Villa, no dia seguinte ao desaparecimento da autora a mãe desta, Antonia Francisca, foi ter com ella testemunha, perguntando-lhe pela autora, dizendo-lhe ter esta desaparecido³⁸⁴.

Naquele tempo, a exemplo do que ocorre nas pequenas cidades do interior nos dias de hoje, os acontecimentos tinham grande repercussão. Sabia-se, por exemplo, quem tinha participado desse ou daquele crime, quem era escravo e a qual senhor pertencia, quem conseguiu alforriar-se e, principalmente, se essa ou aquela mulher era honesta ou não, apenas por ser “voz pública”. No dia seguinte ao desaparecimento de Maria, a cidade já comentava o ocorrido sem que se soubesse o seu paradeiro. Em 1877, quarenta e sete anos depois do desaparecimento de Maria, Athanasio Rodrigues, natural do Mucujó - localidade próxima à vila de Jaguaripe - ainda lembrava que “era público e notório na referida Villa o furto da mesma Maria da Conceição”³⁸⁵.

Se “era público e notório” o desaparecimento da parda Maria, por que sua mãe não procurou as autoridades policiais para relatar tal acontecimento? A defesa dos réus não apenas questionou o fato de não haver registro de uma queixa sobre o desaparecimento como também, buscou desqualificar as testemunhas indicadas por Maria alegando que

(...) além de serem analphabetas forão escravas, admirando que o serviço de seus senhores desse tempo para a apreciação e conservação em memoria de

³⁸³ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Depoimento de Úrsula Antonia da Conceição, 1877.

³⁸⁴ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Depoimento de Úrsula Antonia da Conceição, 1877.

³⁸⁵ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Depoimento de Athanasio Rodrigues, 1877.

factos ocorridos a quarenta e sete annos, data da liberdade até a época dos juramentos em juiso!!!³⁸⁶.

Por meio da avaliação feita pelo advogado dos réus, Doutor Américo Muniz Barretto da Silveira, de que “só pretos e libertos” tinham sido indicados como testemunhas, ficava evidente a proximidade e, até mesmo, certa cumplicidade existente nesses relacionamentos, principalmente entre aqueles que também haviam experimentado trajetórias de vida marcadas pela sujeição e exploração de seu trabalho. O amparo de camaradas e parceiros para com os que não conseguiram firmar laços familiares foi essencial para garantir a sobrevivência, sobretudo quando acometidos por algum mal ou, na velhice, quando não tinham mais forças para trabalhar e garantir o próprio sustento. Ademais, a solidariedade e o amparo mútuo parecem ter sido muito bem utilizados como armas para se conquistar alguma dignidade ou obter socorro nos momentos de dificuldade, como o que ocorreu com Maria da Conceição que buscou, nos laços construídos por sua mãe, passados quarenta e sete anos, o apoio necessário para provar sua condição de nascida livre.

O relacionamento muito próximo, “quase uma irmandade”, construído pela crioula Antonia na pequena vila de Jaguaripe com seus vizinhos era uma característica das pequenas cidades e vilas do interior do Brasil. Naquela época, e durante todo o século XIX, a vila de Jaguaripe não passava de uma pequena povoação - não dispomos de dados sobre a população na década de 1830, época do desaparecimento de Maria, mas em 1872 a vila contava com uma população de 2.537 pessoas, destes apenas 342 eram escravos - onde pouco mais de 13% da população era de escravos e o número de pardos e pretos superava o dos brancos³⁸⁷.

Principal localidade do distrito, Jaguaripe nasceu à beira do rio que lhe deu o nome, limitava-se com as matas e mangues que caracterizam a paisagem da região. Na primeira metade do século XIX, em visita ao Brasil, o príncipe alemão Maximiliano Wied-Neuwied, navegando pelo rio Jaguaripe em direção à Capital, deixou “cair a âncora diante da Vila de Jaguaripe, e, ao nascer do dia, desfrutou o panorama dessa pequena cidade”³⁸⁸. Assim, ele descreveu aquela localidade:

Jaguaripe é a localidade principal do distrito; ai é que devia residir o capitão-mor, que no entanto mora em Nazaré. É uma vila bastante grande, porém mal povoada, pouco animada e bem menos comercial que Nazaré; exporta

³⁸⁶ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Américo Muniz Barretto da Silveira, advogado dos Réus, 1877.

³⁸⁷ Censo Demográfico de 1872. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br> >. Acesso em: 29 de maio 2012.

³⁸⁸ WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil...*, op. cit., p. 464.

produtos de olaria para a capital. Vêm-se aí uma grande igreja e, junto das margens do rio, a casa da Câmara, que é a maior que encontrei em minha viagem³⁸⁹.

Além da casa da Câmara e da igreja Matriz, citadas pelo viajante alemão, os sobrados - moradas de comerciantes e fazendeiros - compunham as maiores edificações dessa localidade. O observador estrangeiro deixou-nos a impressão de que, já nos primeiros anos daquele século, a vila de Jaguaripe era “mal povoada, pouco animada e bem menos comercial que Nazaré”. De fato, outros dados revelam que essa vila pouco se desenvolveu ao longo do século XIX³⁹⁰. Seus habitantes, homens e mulheres de poucas posses, proprietários de pequenos negócios, lavradores, açougueiros, embarcadiços, oleiros - para citar apenas algumas das atividades ali desenvolvidas - parecem ter partilhado com escravos de ganho e libertos as ruas mais periféricas da cidade. A imagem abaixo é a reconstituição de uma litografia do século XIX, produzida por Teresa Cristina de Camargo Maia e registra aspectos da vila com destaque para as ruas centrais daquela localidade.

Figura 5 - Jaguaripe, destaque para a rua da Matriz, ladeira do porto e casa do Ouvidor.

Fonte: Tereza Regina de Camargo Maia, *Velha Bahia de Hoje*. Rio de Janeiro, Exped, 1985.

³⁸⁹ WIED-NEUWIED, Maximiliano. Loc. Cit.

³⁹⁰ Além dos registros dos viajantes oitocentistas, os dados apresentados pelo censo de 1872, comparados com o quadro da polícia datado de 1838 são reveladores nesse sentido.

É interessante notar que o observador, posicionando-se à beira do rio, ao centralizar seu olhar nas edificações deixou observações sobre aspectos da vida cotidiana ao retratar, provavelmente, pescadores levando o fruto de seu trabalho para suas casas, onde o pescado seria tratado e preparado por sua mulher para ser comercializado na própria vila ou nos povoados vizinhos. Alguns desses homens e mulheres de diferentes *status* social residiam em ruas como “nas Pedrinhas” ou na “rua da Quitanda”, locais onde, possivelmente, os aluguéis tinham um preço mais acessível a essa camada da população economicamente menos favorecida. Pedrinhas parece ter sido uma rua criada nas imediações de algum sítio com o mesmo nome; em 1864, nela partilhavam da mesma vizinhança dona Henriqueta Ferreira da Rocha, proprietária de poucos escravos, a costureira Igenes Maria da Conceição e Raquel de Seixas, africana liberta que, em 1830, morava na rua do Torço Umbigo, e teria partilhado com Antonia a dor da perda de sua filha³⁹¹.

A conquista de um espaço de moradia, fora dos domínios senhoriais, era uma possibilidade já sinalizada nos estudos sobre a vida de escravas ganhadeiras em outros locais do Brasil durante a vigência da escravidão³⁹². No recôncavo baiano, não foi diferente, pois habitavam casas e quartos de aluguel em trechos mais pobres de ruas próximas ao centro ou em precárias construções de taipa, com telhado de palha e chão de terra batida nas periferias da vila. As despesas com alimentação, moradia e vestuários dos escravos certamente oneravam proprietárias empobrecidas que, para evitar tais gastos, admitiam que suas escravas vivessem “sobre si” em casas de aluguel bancadas por elas próprias. O custo dessa “vida mais livre” significava, para o escravo, mais horas de trabalho; pois, além de ter que cumprir o acordo, quase sempre verbal, com seu senhor, teria de garantir sua própria subsistência³⁹³.

Poucos foram os registros deixados sobre os custos dos escravos nas cidades e povoações do recôncavo sul da Bahia. Porém, um documento anexado a um processo de

³⁹¹ APB - *Processo crime*, (12/481/05), Jaguaripe 1864.

³⁹² A questão da moradia de escravas fora do domínio senhorial pode ser observado em diversas partes do Brasil escravista. Sobre essa questão, ver, entre outros, as contribuições de DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.; (da mesma autora), “Resistir e sobreviver”, op. cit.; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória...*, op. cit.; SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, op. cit.; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, op. cit.

³⁹³ Diversos trabalhos destacam questões relacionadas a relativa autonomia conquistada pelo escravo que “sobre si” deveria garantir a própria sobrevivência, “descortinar oportunidades de trabalho e conseguir ganhos mínimos (jornais) a serem repassados ao seu proprietário”. Sobre essa questão ver, entre outros, FIGUEIREDO, Luciano. “Mulheres nas Minas Gerais”. In: DEL PRIORE (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8 ed., São Paulo: Contexto, 2012, p. 141-188; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.

tutoria datado de 1857 nos dão uma ideia da receita e das despesas dos escravos. Trata-se de uma prestação de contas de um Tutor acerca dos bens de seus dois tutelados.

= Receita =

Serviços da escrava Claudianna, que pejada (gestante) pouco prestou a 240\$ diários,

livres de sustento121\$200

Idem do escravo Jose, a 400\$ diários,

livres de sustento.....416\$000

Idem do escravo Vicente, na mesma proporção,

livres de sustento.....360\$000

Rendas das terras.....80\$000

Total das Receitas..... 977\$200

= Despesa =

Calçado para os menores, no espaço de quatro meses.....30\$720

Roupa para ambos nesse tempo.....51\$840

Despesa com moléstias.....20\$000

Sustentação de 4 crias a 200 réis por dia.....288\$000

Roupa para as mesmas crias.....30\$000

Dita para a escrava Maria, também menor.....15\$000

Dita para os homens José e Vicente.....30\$000

Dita para a escrava Claudianna.....28\$800

Despesas em molestias dos escravos, e tres partos da mesma Claudianna.....40\$000

Total das despesas.....536\$080

Saldo a favor dos menores.....441\$120³⁹⁴

Esse importante documento, localizado ao acaso, dentre os muitos processos que foram levantados para esta pesquisa, deixa lacunas ao omitir o período em que foram feitos os gastos. No entanto, traz importantes pistas para se calcular, mesmo que aproximadamente, o custo de manutenção de um escravo para seu senhor nessa parte do recôncavo. Para o calçado dos menores tutelados, por exemplo, foram registrados os gastos no período de quatro meses; já com relação às despesas médicas, o valor apresentado parece ter superado esse período, uma vez que foram computados ali, além das moléstias, os três partos da escrava Claudianna. Da mesma forma, não sabemos ao certo se o valor apresentado para as despesas com vestuário dos escravos correspondia aos quatro meses indicados para os gastos desse mesmo item em favor dos tutelados.

³⁹⁴ APB - *Processo civil*, (115/10/07), Tutoria, Relação da receita e despesas com os menores, 1857.

Apesar dessas incertezas, o documento é bastante claro com relação aos gastos efetuados com a alimentação e ao valor diário do jornal do escravo. Em 1857, o custo diário para as quatro crias, provavelmente filhos da escrava Caudianna, foi calculado em 200 réis - 50 réis para cada cria -, valor considerável para a pequena vila de Nazaré se considerarmos que, no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX, Debret calculou entre 80 e 120 réis o gasto diário com a alimentação dos escravos³⁹⁵. Não sabemos com exatidão como Debret chegou a esse valor, mas no recôncavo, com certeza, as possibilidades de se complementar a ração diária do escravo com alimentos retirados das matas, rios e mangues poderiam tornar esses custos menores para os senhores, recursos que certamente também eram usufruídos pela população pobre local³⁹⁶.

Na Jaguaripe de século XIX, “mal povoada e pouco comercial”, parecem ter sido poucas as atividades que permitiam alguma renda extra para mulheres brancas, viúvas empobrecidas; talvez o trabalho de ganho de seus poucos escravos fosse a alternativa mais viável encontrada por essas mulheres. Se, para uma mulher de poucos recursos como Anna de Jesus, o trabalho de ganho de sua escrava era, provavelmente, a única alternativa para sua manutenção, por outro lado, para a escrava Antonia, esse era uma porta possível para a conquista da tão sonhada alforria. Esse tipo de contrato acabava por atender as expectativas de ambos os lados.

Ainda que esse fosse um meio para se conquistar a alforria, certamente não era um caminho fácil de ser trilhado. Acumular o pecúlio necessário para a compra da liberdade era uma tarefa difícil; o escravo, além de ter de conseguir uma renda superior àquela que deveria pagar semanalmente a seu senhor, ainda teria, no caso daqueles que viviam sobre si, de prover o próprio sustento. A falta de dados mais precisos sobre o custo diário de manutenção com moradia, vestuário e alimentação e dos ganhos diários no recôncavo nos impossibilita de calcular, de forma mais precisa, o tempo médio que uma escrava de ganho levava para a compra de sua liberdade³⁹⁷. Além disso, os preços praticados nos casos em que o escravo propunha sua compra, nem sempre atenderam à expectativa do cativo que, diante do impasse, buscava a justiça para fazer valer o “preço justo” nas negociações, o que nos leva a acreditar que, para o senhor, seria mais vantajoso, do ponto de vista econômico, manter o cativo do que

³⁹⁵ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1972, p. 224.

³⁹⁶ Sobre esse assunto ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit.

³⁹⁷ Eventualmente, nos anúncios de armazéns de secos e molhados expostos nos jornais da época, assim como em alguns inventários onde foi anexada a declaração de dívidas com a prestação de contas feitas nesses estabelecimentos comerciais, trazem informações sobre tipos de provimentos consumidos, como também os preços desses gêneros de primeira necessidade. APB – *Inventários* (vários), 1850-1888.

vendê-lo pelo preço de mercado. Vale lembrar que o costume do pecúlio, de angariar algum trocado extra para gastos pessoais, ou até mesmo para uma futura compra de liberdade, foi amplamente utilizado por escravos no Brasil, antes mesmo da lei promulgada em 1871 - Lei do Rio Branco - que veio a tornar fato jurídico uma prática efetivamente instituída no mundo escravo.

Não sabemos, ao certo, quantos anos Antonia Francisca levou para angariar os recursos necessários para a compra de sua alforria, no entanto fica evidente, nos depoimentos, que esse fato ocorreu por volta de 1816. Sua vida como liberta pouco mudou do ponto de vista social, pois continuou morando na mesma casinha de aluguel na rua do Torço Umbigo, onde habitava quando escrava. No entanto, sua situação no ganho passou a ser completamente diferente daquela que experimentou quando escrava; como liberta, podia fazer acordos de trabalho sem a interferência de sua senhora, e o produto deste passou a ser todo seu.

Durante o tempo em que viveu na vila de Jaguaripe, Antonia Francisca estabeleceu importantes laços de solidariedade com mulheres que, assim como ela, viveram as dificuldades de criar seus filhos sem a presença de um companheiro. Consta, na documentação, que ela teve uma filha parda de nome Umbelinda, de pai ignorado, e que pouco tempo depois engravidou novamente e deu à luz a outra menina de nome Maria da Conceição, fruto de um relacionamento com um tal de Manoel Rugeso, morador do Mucujó, povoado ribeirinho próximo à vila de Jaguaripe. Esse relacionamento, assim como o anterior, parece não ter durado muito tempo. Antes mesmo de Maria nascer, Antonia já tinha outro parceiro, o sacristão Pedro Agapito que a ajudou no batismo da recém-nascida na capela da Fazenda de Santo Antonio das Barreiras. Não sabemos quanto tempo durou tal relação; mas, ao que tudo indica, eles já não mais conviviam na época do desaparecimento de Maria, em 1830.

Mãe de duas crianças, Antonia Francisca com sua singular trajetória revela “uma espécie de sumário de muitas outras trajetórias entrecruzadas e similares”. Outras mulheres como ela cruzaram a fronteira entre a escravidão e a liberdade sem que, no entanto, tivessem mudanças sociais e econômicas significativas em suas vidas. Continuavam pobres, morando em casebres, e, sós, criavam seus filhos, frutos de “tratos ilícitos”, gerados no sabor de paixões passageiras. As relações que estas mulheres estabeleceram entre si foram favorecidas pela proximidade de suas moradias e pela condição de pobreza em que viveram. A descrição de hábitos diários como “ir na fonte buscar água e tirar lenha no mato” ou deixar seus filhos aos cuidados de vizinhos, recorrente nas narrativas de testemunhas, réus ou vítimas, atestam a

convivência cotidiana e a construção de redes sociais. Tratava-se de laços afetivos importantes dos quais poderiam lançar mão sempre que precisassem de apoio, sobretudo em momentos cruciais como o da ação de liberdade, na qual Maria da Conceição teve de provar sua condição de “nascida livre”, quarenta e sete anos depois de ter sido roubada e vendida como escrava.

5.2 “Um outro mundo dentro do mesmo” - da liberdade ao cativeiro

Talvez se eu tivesse ficado trabalhando apenas na casa-grande e morando na senzala pequena, não teria sabido realmente nada sobre a escravidão e a minha vida não teria tomado o rumo que tomou. Mesmo para uma criança de dez anos, ou, talvez, principalmente para uma criança de dez anos, era enorme a diferença entre os dois mundos, como se um não soubesse da existência do outro. Um outro mundo dentro do mesmo, sendo que o de fora, a senzala grande, era muito mais feio e mais real que o de dentro, a senzala pequena³⁹⁸.

Dessa maneira descrevia Ana Maria Gonçalves em sua obra *Um defeito de cor*, as impressões da pequena Luíza - escrava africana que chegou ao Brasil com dez anos de idade - , sobre a escravidão dentro da escravidão. Se, para uma criança escrava, a vida na senzala parecia um mundo tão distante ao ser comparada com a vida na casa grande, como teria sido para Maria da Conceição sair da condição de livre para escravidão, ao ser “roubada” em 1830, com apenas dez anos de idade? Como constituiu sua vida, quais relações estabeleceu nesse tempo?

Com uma trajetória de vida oposta à de sua mãe, que nasceu escrava e conquistou a liberdade através da compra de sua alforria, Maria nasceu livre e cruzou a fronteira da liberdade para a escravidão ao ser vendida ilegalmente como escrava. Embora convivesse diariamente com a escravidão na vila de Jaguaripe - sua própria mãe tinha sido escrava e outros amigos e conhecidos ainda permaneciam nessa condição - talvez ela não imaginasse o quanto a escravidão poderia ter faces diversas: a escravidão urbana, mais frouxa, com a qual ela conviveu e onde o cativo tinha uma maior mobilidade; e a rural, que viveu na própria pele durante quarenta e seis anos.

Por meio das informações trazidas pelos depoentes no processo de ação de liberdade, aberto em 1876, sabemos que ela viveu livre em companhia de sua mãe até os dez anos de

³⁹⁸ GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 69.

idade. Durante o tempo que residiu em Jaguaripe, Maria conviveu com a ausência temporária de sua mãe, quando esta saía da vila para mercadejar em outras praças. Da beira do cais, ela costumava observar o movimento rápido das embarcações que subiam e desciam o rio em direção a Nazaré, Estiva, Aldeia, Maragogipinho e a outros povoados ribeirinhos (Ver Mapa abaixo). Ela própria já tinha feito algumas incursões por esses caminhos, sempre em companhia de sua mãe, para povoações mais próximas.

Desde tempos remotos, pequenas embarcações eram utilizadas pela população daquelas localidades “onde barcos, saveiros e canoas, às centenas, faziam o câmbio com as fazendas e os povoados que nasciam perto dos engenhos”, como pontuou Isaías Alves³⁹⁹. Embora possa ter sido o meio mais rápido para transpor as distâncias entre as povoações, economizando dias de caminhada, nem sempre foi possível para a população mais pobre, seja livre e até mesmo escravos de ganho utilizar desse meio de transporte, pois o preço pago pelo serviço onerava demais àqueles cujos recursos eram poucos⁴⁰⁰.

A opção por fazer o percurso a pé sujeito a “ataques e roubos” comuns nesses caminhos, nem sempre foi uma alternativa, mas sim a falta dela. Sozinhas ou em pequenos grupos, mulheres eram vistas nesses caminhos, carregando seus balaios com aipins, toucinhos, peixes moqueados, mariscos e outros produtos; barulhentas, passavam cantando e, por vezes, paravam para oferecer os mesmos ou negociar outros. A própria Maria, em diversas oportunidades, esteve ao lado de sua mãe nessas caminhadas.

A proximidade desses povoados de centros maiores, como Nazaré e, até mesmo, a capital Salvador - favorecida pelo uso de embarcações - trouxe àquelas localidades um maior intercâmbio de mercadorias e pessoas. Era comum nas manhãs de sexta e sábado - quando ocorriam tradicionalmente as feiras livres - se observar um maior fluxo de pessoas e mercadorias embarcadas nas pequenas canoas, deslocando-se para essas povoações. Ainda na primeira metade do século XIX, o intenso trânsito de pessoas que entravam e saíam das povoações e o aumento significativo de queixas de roubo e fuga de escravos e outros crimes cometidos naquelas localidades, onde “vadios e ladrões” encontravam facilmente locais para

³⁹⁹ ALVES, Isaías. *Matas do sertão de baixo*, op. cit., p. 18.

⁴⁰⁰ Nessa parte do recôncavo, os rios aumentavam, substancialmente, a capacidade de aquela população ribeirinha mover-se. As embarcações que durante todo o século XIX eram utilizadas tanto para a pesca de subsistência, como para diminuir as distâncias entre os povoados, ainda mantiveram-se até a segunda metade do século XX como o meio de transporte mais utilizado pela população ribeirinha. Ver depoimento de João Evangelista, velho moringueiro de Maragogipinho em: BARRETO, Virgínia Queiroz. *Trilhando caminhos de barro...*, op. cit., p. 130.

se acoitarem, levaram as autoridades daquelas povoações a empreender um rígido controle sobre a movimentação de pessoas⁴⁰¹.

Mapa 5 - Bahia de Todos os Santos - Segunda metade do Século XIX

Fonte: TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. *Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX*, p. 156.

⁴⁰¹ APB - Seção Colonial/provincial. Série Presidência da Província. *Correspondências da Câmara Municipal da vila de Jaguaripe ao Presidente de Província*. 1832-1838, maço 1332. Série Judiciário - Juizes Nazaré. 1839-1842, maço 2503.

De fato, além de ser uma área de atração de pessoas vindas de diversas partes do recôncavo e da capital em busca de trabalho nas fazendas, a geografia do sul do recôncavo também propiciava mil possibilidades de ocultar crimes. Dadas as condições da natureza, a qual ofertava largos rios e uma área densamente coberta de Mata Atlântica pouco povoada, a formação de mocambos, quilombos e *ranchos*⁴⁰² que abrigavam todo tipo de gente foi uma realidade à qual as autoridades tinham conhecimento, mas pouco podiam controlar por escassez de pessoal. As diversas correspondências trocadas entre as autoridades municipais e o Presidente da Província - cujo teor estava sempre relacionado a questões de segurança - atestam um índice elevado de sujeitos perambulando livremente pelas praças do recôncavo. Indubitavelmente, alguns sujeitos que por ali viviam eram oriundos da escravidão e nunca tinham praticado qualquer tipo de contravenção penal. Para homens e mulheres egressos do cativeiro que logravam meios de sobrevivência, aquele era um ambiente importantíssimo por proporcionar múltiplas alternativas de ganhos ligadas a farta geografia do lugar. Os homens empregavam-se nos destacamentos policiais, envolviam-se em serviços associados ao comércio local - no abastecimento da cidade do Salvador e outras localidades do recôncavo - ou, simplesmente, adaptavam-se ao meio ambiente retirando dos rios e das matas os víveres necessários a sua sobrevivência⁴⁰³.

A esses trabalhadores sazonais misturavam-se mulheres que, vivendo em situação de extrema pobreza, buscavam alternativas de sobrevivência nas vilas e povoados ribeirinhos. O ambiente em que circulavam esses homens e mulheres “despossuídos” propiciava, além do trabalho, desentendimentos, brigas, roubos e até mortes que geraram inúmeros processos judiciais, possibilitando aos historiadores uma maior aproximação dos meios de vida praticados por eles e de vivências cotidianas onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta⁴⁰⁴. Indivíduos de diferente *status* circulavam pelas povoações causando preocupação às autoridades civis e eclesiásticas pois, dificilmente, sem um maior controle, seria possível, na prática, diferenciar negros e mestiços (livres ou libertos), brancos empobrecidos de escravos fugidos ou furtados. A mobilidade espacial dessa gente pobre livre,

⁴⁰² Nessa região, o termo *rancho* foi frequentemente utilizado na documentação policial para denominar os ajuntamentos de negros forros e escravos fugidos. Sobre quilombos na Bahia, ver: GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015; (do mesmo autor): “Um recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na Capitania da Bahia (1575-1808)”. *Revista História Social*. Campinas, São Paulo, n° 2, 25-54, 1995.

⁴⁰³ CASTELLUCCI Jr., Wellington. *Pescadores e roceiros...*, op. cit., p. 61.

⁴⁰⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit., p. 8.

apresentada nos diversos documentos da época, também propiciava a “reinserção social” desses indivíduos nas vilas e cidades para onde afluíam em suas andanças⁴⁰⁵.

No sul do recôncavo, essa “mobilidade”, principalmente de uma “gente de cor”, livre e liberta, que entrava e saía das povoações, deixou, em certa medida, as autoridades locais em estado de constante alerta. A postura criada em 1831 refletia bem esse temor. Ficavam, a partir daquela data, proibidos o embarque e o desembarque de indivíduos, nos cais e portos, depois das vinte e duas horas, assim como todo indivíduo que fosse pernoitar naquela povoação teria de apresentar documentos de sua origem⁴⁰⁶. Com isso, acreditavam as autoridades, estariam inibindo a vadiagem e os crimes contra os cidadãos de bem, reduzindo os acidentes, assaltos e crimes, o que nem sempre ocorreu. Wellington Castellucci confirma, em suas pesquisas sobre o recôncavo no século XIX, a presença de negros fugidos que buscavam abrigo nessas localidades, a exemplo do cabra Tibúrcio, escravo fugido, que em 1852 morreu na cadeia de Nazaré. O mesmo autor sublinha ainda que “era cada vez mais difícil controlar e registrar pessoas que apareciam e logo desapareciam das paróquias pertencentes à Comarca de Nazaré das Farinhas”⁴⁰⁷. E era, certamente, esse tipo de gente que as autoridades queriam controlar ao criarem a postura municipal de 1831.

Ainda que pesasse sobre essa população pobre de cor a obrigatoriedade de apresentar a documentação comprobatória de sua condição e residência, parece que essa exigência pouco inibiu a circulação de foragidos da justiça e de escravos fugidos, assim como pouco coibiu os constantes furtos de cativos na região, principalmente de crianças escravas que eram vendidas em outras freguesias. Por meio das informações disponibilizadas nas correspondências entre as autoridades municipais e o Presidente da Província, sabemos que, em 1839, circulavam naquela região “indivíduos de má índole” que foram denominados como “passadores de escravos furtados”. Além disso, as autoridades denunciavam a necessidade de aumentar o corpo policial já que a região além de “abundante de vadios, é mesmo um dos pontos de desembarque de escravos furtados”⁴⁰⁸, o que nos leva a crer que a pequena Maria poderia ter sido levada por um desses indivíduos.

⁴⁰⁵ Como pontuou Hebe Mattos ao estudar os significados da liberdade no sudeste escravista. Segundo essa autora “o recurso à mobilidade espacial era comum a ‘ricos’ e ‘pobres’, mesmo considerando-se as expressivas diferenças que a posse (...) poderia representar nas oportunidades abertas de reinserção social”. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. cit., p. 41.

⁴⁰⁶ APB – Documento (04/1437/10), 1831.

⁴⁰⁷ CASTELLUCCI Jr., Wellington. “A força e o machado: resistência escrava e cotidiano de libertos na Comarca de Nazareth das Farinhas. Recôncavo baiano, 1830-1852”. *Revista de História*. Universidade de São Paulo, n. 156, p. 157-191, Jun. 2007, p. 158.

⁴⁰⁸ APB - Seção Colonial/Provincial. Série Judiciário - *Juízes de Nazaré*, 1839-1842. Maço 2503.

No dia em que foi “roubada alta noite” de Jaguaripe, Maria cumpria tranquilamente a sua rotina diária. Era o mês de setembro, aproximava-se o verão, época em que os mariscos abundavam nos mangues e a fartura de peixes proporcionada pelo rio Jaguaripe trazia renda extra para as mulheres *marisqueiras* e para aquelas que comercializavam, em tabuleiros, o pescado miúdo - moqueado ou *in natura* - nas vilas. Conforme foram descritas em outras fontes, essa era uma atividade que garantia o seu sustento e, às vezes, da família quando as tinham. Tal atividade exigia algumas horas longe de casa e, conseqüentemente, seus filhos menores, que ainda não estavam incorporados a esse mercado de trabalho, teriam de ficar sós ou em companhia de algum parente ou vizinho. Numa sociedade marcada muito mais pelas relações de camaradagem e vizinhança do que de parentesco, estabelecer laços de solidariedade e vizinhança era essencial para a sobrevivência, e Antonia Francisca sabia disso. Ao deixar Maria da Conceição, com apenas dez anos de idade, aos cuidados de Maria, filha de Rangel de Magalhães, ela acreditava que sua filha estaria segura e ainda teria a oportunidade de aprender a “ler e coser”.

Aquele teria sido um dia comum como tantos outros, caso não tivesse Maria desaparecido “repentinamente, sem que sua mãe pudesse descobrir o destino que tivera ella”⁴⁰⁹. As circunstâncias do roubo de Maria não são reveladas na documentação, sabemos apenas que ela foi roubada “alta noite”, da casa de Rangel de Magalhães e que sua mãe, na manhã seguinte, teria saído em busca de informações sobre seu paradeiro sem sucesso. Os vizinhos de Antonia naquela época informaram que a perda da filha foi um golpe fatal na vida daquela crioula, posto que ela

pouco sobreviveu ao desaparecimento da dita sua filha, e que morando na Capital nunca mais se soube que fim teve e sua carta de liberdade, e que depois de procurar a mesma sua filha em Jaguaripe e n’esta cidade sem resultado algum foi que desgostosa mudou-se para a Capital⁴¹⁰.

Àquela altura - enquanto sua mãe a procurava desesperadamente em Jaguaripe - Maria já se encontrava em Nazaré das Farinhas na casa de Manoel Ribeiro. Ao que parece, a negociação de sua venda já tinha sido previamente acertada entre o “passador de escravos roubados” Manoel Ribeiro e Francisco Esteves da Conceição (parente e dito procurador de Anna de Jesus, ex-senhora de sua mãe) e, já nos primeiros dias após seu desaparecimento da

⁴⁰⁹ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Alegação do advogado das autoras, Ação de Liberdade, 1877.

⁴¹⁰ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Depoimento de Raquel de Seixas, Ação de Liberdade, 1877.

vila de Jaguaripe, ela já tinha sido conduzida para a freguesia de Santo Antonio de Jesus, onde foi incorporada ao plantel de Félix José Barreto.

Proprietário de muitas terras, Félix José Barreto ostentava prestígio e poder naquela freguesia. Seu sítio denominado Rio da Prata produzia boa parte do açúcar comercializado na praça de Nazaré. Além do engenho de açúcar, contava ainda uma propriedade com casa de fazer farinha e um alambique. Seus escravos trabalhavam, de sol a sol, nas extensas lavouras de cana - que parece ter sido a principal lavoura daquele sítio -, além da produção de mandioca e café⁴¹¹. Assíduo frequentador das rodas de venda de escravos situadas na praça principal de Nazaré, Félix Barreto negociava e comprava “peças” para atender à crescente demanda de mão de obra de sua propriedade. Naquele mesmo ano em que comprou a cabra Maria, adquiriu mais quatro escravos: Joaquim, africano, 35 anos de idade; Silvestre, crioulo, 25 anos de idade; Zeferino, crioulo, 20 anos de idade e um crioulinho de nome Manoel com apenas 2 anos de idade⁴¹². Assim como Maria, todos foram levados para seu sítio.

A vida naquela propriedade rural se diferenciava muito da vida a que a pequena Maria estava acostumada. Em Jaguaripe vivia livre em companhia de sua mãe e de sua irmã Umbelina, agora, longe de casa, estava cativa e teria de construir, no cativeiro, um espaço mínimo de sociabilidade. Assim como ela, outros escravos recém-comprados passavam a integrar a comunidade já existente de cativos daquela propriedade e, na senzala onde passavam boa parte do tempo quando não estavam na lavoura, buscavam, entre os companheiros de escravidão, encontrar apoio para enfrentar as amarguras da vida em cativeiro. No caso da pequena Maria, com apenas dez anos, a construção de laços afetivos seria ainda mais importante para superar a separação da mãe e construir, ainda que as condições materiais não a favorecessem, um eventual caminho de volta à liberdade. Sabemos, através do processo estudado, que a experiência da liberdade vivida por Maria continuou em suas lembranças, definindo-se em oposição à escravidão à qual foi submetida. As diversas tentativas frustradas de fuga empreendidas por ela revelam sua inconformidade com tal situação⁴¹³.

⁴¹¹ A análise dos inventários estudados para essa pesquisa revelou que tanto na pequena quanto nas maiores propriedades do sul do recôncavo a policultura foi praticada, com destaque para a cana-de-açúcar, o café e a mandioca. As duas últimas configuravam como as principais nas pequenas propriedades. Enquanto que a cana de açúcar ocupava a maior parte das lavouras nas maiores propriedades que, consequentemente, empregavam o maior número de escravos. No entanto, cabe ressaltar que embora principal nestas propriedades, a cana nunca foi a única cultura praticada, mantendo-se a policultura.

⁴¹² APB - *Livro de Notas do Tabelião* - Santo Antonio de Jesus.

⁴¹³ O processo revela que Maria foi “presa por duas vezes em caminho para a vila de Jaguaripe”. APB - *Processo Civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877.

Segundo ela própria relatou, durante a vida do referido Felix José Barretto, seu senhor,

fez diversas tentativas para ir a supra dita villa [de Jaguaripe] tractar de sua liberdade, mas seus esforços para esse fim forão sempre frustrados sendo ella suplicante presa *por duas vezes* em caminho para a mesma...⁴¹⁴.

No contexto das fazendas, sítios e pequenas propriedades do interior rural do sul do recôncavo, onde a lida diária nas lavouras de cana, mandioca e café ocupavam boa parte do tempo de trabalho, eram poucos os espaços de autonomia conquistados pelos cativos. Talvez essa autonomia estivesse ligada muito mais à concessão de um pedaço de terra para o cultivo de subsistência e de uma casa - na própria propriedade - onde pudesse habitar com sua família do que à possibilidade de mobilidade espacial experimentada por cativos, que vivenciaram a experiência da escravidão urbana, como ficou evidente na linha de defesa apresentada pelo advogado dos réus no processo de ação de liberdade⁴¹⁵. Segundo este, a mobilidade espacial vivenciada por Antonia Francisca, mãe da cabra Maria, refletia muito mais uma concessão feita pelo senhor, que permitia que seus escravos “residissem fora de casa e athe mesmo fora do município de sua residência com a obrigação do estipendio semanário, ou mensal”. Essa permissão estava longe de constituir-se em “direito à prescrição do captiveiro” ou “de direito à liberdade”⁴¹⁶.

Embora essa concessão dependesse, obviamente, da boa vontade do senhor, a situação descrita pelo advogado em sua defesa, evidencia ainda que, em alguns casos, o escravo urbano podia migrar e fixar residência em outros municípios, situação que se opunha, diametralmente, ao que vivenciava o escravo do mundo rural obrigados a fixarem-se nas terras do seu senhor, ao qual Maria estava agora ligada. Se as evidências deixam claro as poucas oportunidades de mobilidade espacial do escravo rural, elas não negam que esses cativos, embora “presos à terra”, conseguiram estabelecer relações com libertos e pobres livres, assim como com outros escravos de propriedades diferentes. Pelo menos, é o que se observa nos registros de casamento e batismo como vimos no capítulo sobre a família escrava.

⁴¹⁴ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877. (Grifo nosso)

⁴¹⁵ A presença da roça escrava no contexto das grandes fazendas do Brasil escravista pode ser observada nos estudos sobre essa temática. Ver, entre outros: SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. cit.; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. cit.; CASTELLUCCI Jr., Wellington. *Pescadores e roceiros...*, op. cit.; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade...*, op. cit.

⁴¹⁶ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Defesa do advogado dos réus, p. 132.

A pequena Maria tratou de integrar-se ao grupo de escravos que compunha o plantel do seu primeiro senhor. Pouco sabemos sobre sua vida até o nascimento de Josefa, sua primeira filha, em 1841. Naquela época, onze anos após sua chegada àquela propriedade, ela contava com vinte um anos de idade, e ainda permanecia na condição de escrava de Felix Barreto no sítio Rio da Prata, freguesia de Santo Antonio de Jesus. Sua segunda filha, Leandra, nasceu em 1848, sete anos após o nascimento de Josefa. O intervalo de sete anos entre a primeira filha (Josefa) e a segunda (Leandra) era muito maior do que o intervalo entre as *crias* de mulheres escravas daquela região que giravam em torno de dois ou três anos, como observado no levantamento feito nos inventários *post-mortem*. Em nenhum dos casos estudados esse intervalo foi superior a quatro anos, o que nos leva a acreditar na possibilidade de Josefa e Leandra não terem sido as únicas filhas de Maria, podendo ela ter tido filhos cuja vida foi breve, e que nunca chegaram a ser registrados⁴¹⁷.

Vivendo na senzala existente naquela propriedade, Maria certamente conheceu diversos outros sujeitos que, como ela, experimentavam a escravidão naquela propriedade. Em muitas fazendas e sítios daquela freguesia, as moradias destinadas aos escravos, quando existiam, eram precárias, feitas de taipa e cobertas de sapé. Nelas parece terem habitado, conjuntamente, homens e mulheres favorecendo o estabelecimento de relações afetivas. Além desses, ela estabeleceu relações de camaradagem com trabalhadores livres que, sazonais, permaneciam pouco tempo em companhia da escravaria. Essas relações foram, certamente, importantes na trama que levaria à liberdade da cabra Maria como veremos adiante.

Como a grande maioria das mulheres cativas daquela região, Maria não formalizou sua união consensual na igreja, suas duas filhas engrossavam o número de *crias* ilegítimas daquele plantel. A documentação não nos possibilita saber por quanto tempo Maria manteve o relacionamento com o pai de suas filhas, tampouco se as duas eram fruto de uma mesma relação. Entretanto, a análise dos dados apresentados nos autos do processo, onde consta a matrícula dos escravos de propriedade de Dona Francisca Maria de Jesus (viúva de Félix Barretto), feita em 1871, nos leva a crer que elas não tiveram a mesma paternidade, pois Josefa foi classificada como “preta” e Leandra “parda”⁴¹⁸.

⁴¹⁷ O levantamento feito, por amostragem, nos inventários *post-mortem* de senhores falecidos entre os anos de 1850-1871. APB - *Inventários*, vários (1850-1871).

⁴¹⁸ Foi anexada ao processo uma cópia da folha 123 do Livro Primeiro de Matrícula Especial de todos os escravos existentes no Município de Nazaré, em 1871. APB - *Processo Civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877, p. 11.

Parece ter sido comum, no interior da área estudada, assim como o foi em outras áreas do Brasil oitocentista, a presença de trabalhadores temporários; jornaleiros que permaneciam por algum tempo na propriedade. No sítio Rio da Prata, o emprego de trabalhadores especializados parece ter sido comum. João Evangelista de Sousa Cajueiro, trinta e oito anos de idade, natural de Nazaré das Farinhas, por exemplo, trabalhou “cerca de dois anos” como pedreiro naquela propriedade. Assim como ele, outros trabalhadores livres podem ter vivido, temporariamente, ali, o que teria criado amplas possibilidades de relacionamentos. Ampliavam-se, assim, as possibilidades de relações afetivas, duradouras ou não, entre cativas e indivíduos de outros estratos sociais favorecendo o nascimento de “crias” e a formação de famílias, na maioria das vezes matrilocais (isto é, em que a mãe era o centro da organização). Embora os senhores pouco se interessassem pelos “tratos ilícitos” praticados por suas escravas e escravos, do ponto de vista econômico parece ter sido bastante interessante para eles que essas relações dessem frutos. Afinal, em tempos de crise de mão de obra, sobretudo após a lei de 1850, esses novos escravos movimentariam o comércio de cativos naquela região.

Os dados dos livros de notas daquela freguesia apresentados na Tabela abaixo confirmam tal afirmativa. Entre os anos de 1868 e 1871, foram negociados oitenta e dois escravos na freguesia de Santo Antonio de Jesus. Desses, vinte e quatro eram crianças com idades entre seis meses e doze anos, representando quase 30% do total de escravos comercializados⁴¹⁹. Outro dado chama ainda mais a nossa atenção: das vinte e quatro crianças vendidas, apenas sete (29%) foram comercializadas com suas mães, enquanto a grande maioria, ou seja, 71% foram vendidas sozinhas sem a companhia de suas progenitoras. Apesar da determinação da lei de 25 de agosto de 1869, que proibia separar a mãe dos filhos, “exceto quando o filho tivesse mais de quinze anos de idade”⁴²⁰ e das pesadas multas previstas para o seu não cumprimento, parece que o atendimento a esta foi negligenciado tanto pelos proprietários de escravos como pelos tabeliões que atestaram tais vendas. As transações comerciais envolvendo a compra e venda de crianças menores de idade, que foram registradas nos cartórios de notas da região após 1869, não fizeram qualquer menção a lei, revelando ter sido a mesma ignorada nessa conjuntura.

⁴¹⁹ Número que poderia ser ainda maior caso tivéssemos incorporado também os jovens com idade de 13 e 14 anos, prováveis crias das propriedades, que foram comercializados nesse período e, para fim desse estudo, contados entre os adultos.

⁴²⁰ *Coleção das leis do Império (1869)*, Tomo XXIX, Parte I, 129-130. Apud CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*, op. cit., p.107.

Tabela 14 - Escravos comercializados na freguesia de Santo Antonio de Jesus, 1868 - 1871

Homens	32 (39%)		
Mulheres	26 (31,7%)		
		Com suas mães	07 (29%)
Crianças (0 a 12 anos)	24 (29,3%)	Sem suas mães	17 (71%)
<i>Total</i>	<i>82 (100%)</i>		

Fonte: APB – Livro de Notas do Tabelião nº 3 – Freguesia de Santo Antonio de Jesus (1868 – 1871).

As escrituras de compra e venda de escravos revelam ser essas crianças, “cria das propriedades”, portanto nascidas do ventre de escravas pertencentes ao plantel daqueles senhores. Cabem aqui algumas questões: Teria sido uma prática, naquela região, a venda de crianças tão pequenas sem suas mães? Quais motivos, além do econômico, poderiam legitimar tal atitude? Faltam-nos documentos capazes de trazer à luz alguns desses questionamentos.

A prática da venda de crianças escravas sem suas mães, apesar da lei de 1869, que se confirmam através dos livros de compra e venda daquela região, sofreram uma redução após a lei de 1871 que impôs um limite a essas transações envolvendo menores de doze anos. Os dados indicam uma real presença da lei no município após 1871, ou, então, essas transações envolvendo crianças menores deixaram de ser registradas. Ainda que o comércio de crianças sós, sem seus pais, tenha sido uma prática comum de senhores escravocratas naquela região, como apontam as fontes, alguns senhores mantinham mães e filhos convivendo na mesma propriedade durante muitos anos, como ocorreu com a então escrava Maria, que conviveu com suas duas filhas e três de seus netos até o falecimento de Felix Barreto em 1864.

Testamentos e inventários revelam, ainda, um elevado índice de fecundidade, média de 2,3 filhos vivos por escrava, resultado, provavelmente, do maior número de mulheres em relação ao de homens disponíveis nos plantéis, fenômeno que distingue o sul do recôncavo de outras regiões de grandes plantações, onde em geral as mulheres eram minoria nos planteis⁴²¹. No entanto, as condições materiais de vida nas senzalas resultavam em muitas mortes de crianças em tenra idade⁴²². Maria deve ter presenciado, ou é provável que ela própria o tivesse vivido na pele, pois suas companheiras de cativeiro perdiam seus filhos vítimas de moléstias internas, dentição, diarreia e outras enfermidades com as quais a medicina não sabia lidar, e

⁴²¹ APB - *Inventários e testamentos*, 1850-1888.

⁴²² Dados dos livros de batismo e óbitos da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, para o ano de 1860, revelam que 38,5% das crianças cativas morreram antes de completar dois anos de idade. Livro de Batismo e Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth, 1860. Disponíveis em: <www.familysearch.org>.

elas próprias não poderiam evitar, dadas as condições higiênicas do lugar em que habitavam⁴²³.

Durante as décadas precedentes ao falecimento daquele senhor, Maria e suas filhas tiveram suas vidas marcadas pelo trabalho nas lavouras de cana, mandioca e café. De tempos em tempos, na época da colheita da mandioca, revezavam entre o cultivo e a produção da farinha. A raiz da mandioca, depois de colhida, passaria por várias etapas: raspar, lavar, ralar, prensar, peneirar e torrar, até se transformar na farinha que seria consumida pela própria escravaria e também comercializada nas feiras e mercados locais. Em muitos sentidos, esse era um momento da vida em que o trabalho propiciava o contato entre as mulheres daquela propriedade com escravos - homens e mulheres - de propriedades diferentes. No mundo rural em que viveu Maria e suas filhas, poucos eram os locais em que a escravaria de senhores diferentes reunia-se em torno do trabalho. A casa de fazer farinha era um deles, pois naquele local circulavam escravos de outros senhores, trabalhadores livres e escravos alugados, proporcionando todo tipo de troca. Além do trabalho, formas de lazer coletivo também se iniciavam naquele ambiente. As cantigas, quase sempre, puxadas pelas mulheres mais velhas (presente até os dias de hoje nas casas de farinha da região) faziam parte da rotina do trabalho.

Diferente da maior “liberdade” gozada pelas escravas de ganho que viviam nos povoados e vilas, as fatigantes atividades diárias exigidas pelo eito, pouco possibilitou os deslocamentos das mulheres cativas que viveram na zona rural da vila de Nazaré para outros lugares que não as redondezas, quando raramente se tornava possível. Essa falta de possibilidade de movimentar-se pode ajudar a entender a dificuldade que Maria da Conceição enfrentou para mover uma ação de liberdade contra seu pretenso senhor. Dentro desse quadro, com poucas possibilidades de mobilizar-se para obter sua liberdade, Maria manteve-se sob a posse de Felix Barreto até 1864, quando a morte daquele senhor foi anunciada, e a partilha dos seus bens foi efetivada.

Trinta e quatro anos haviam se passado desde que Maria fora “roubada e vendida com escrava”, sua família crescera e, àquela época, ela já era mãe de duas mulheres e avó de três netos - Marcelino, Manoel e Belmira - filhos de Josefa, a mais velha, todos residiam na mesma propriedade. Entretanto, de repente, chegou a notícia de que ela e Leandra, naquela época com dezesseis anos, tinham sido aquinhoadas a Ignácio Dias Barreto, um dos filhos daquele senhor, enquanto Josefa e seus três filhos permaneceriam morando na antiga

⁴²³ Conforme verificado nos livros de óbitos de Nazaré. Ver: Livro de Batismo e Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth, 1850-1888. Disponíveis em: <www.familysearch.org>.

propriedade com a proprietária Francisca Maria de Jesus, viúva de Feliz Barreto. Logo depois dessa primeira separação, outra ocorreu, pois Leandra foi transferida, por dote, para a posse de Severiano Sampaio de Oliveira Sandes. Naquela época, sua família foi separada e dividida entre os herdeiros de Felix Barreto e parecia pouco provável que ela conseguisse reverter aquela situação.

No decorrer dos doze anos que esteve em posse de Ignácio Dias Barreto (1864-1876), a cabra Maria viu, mesmo que distante, o nascimento de mais cinco netos (Leandro e Marcolino, filhos de Josefa; Julio, Primitivo e Maria, filhos de Leandra) e o infortúnio da morte de Belmira, sua neta, filha de Josefa, com apenas dez anos de idade, sem que nada pudesse ter feito para mudar aquela situação. Na medida em que os anos passavam, sua família crescia. Assim como ela própria, suas filhas não formalizaram uma união, e seus netos nasceram como escravos, frutos de relações amorosas vividas por suas mães no cativeiro.

Em 1875 nasceu Maria, filha natural de Leandra e última neta de Maria da Conceição, fechando assim a rede familiar iniciada por Antonia Francisca, escrava de ganho que conquistou sua liberdade com o fruto de seu trabalho nas primeiras décadas do século XIX. A avó que Leandra e Josefa nunca conheceram. (Ver rede familiar abaixo)

Figura 6 - Rede Familiar de Maria da Conceição

Como se observa na rede familiar, a terceira geração de mulheres daquela família, iniciada por Antonia Francisca, nasceu e viveu por um longo período sob o regime da escravidão rural, na freguesia de Santo Antonio de Jesus, ainda que aquela matriarca tivesse lutado tanto por sua liberdade e construído sua família fora do cativeiro, como o indicam as fontes analisadas. A vivência da escravidão rural, predominante na freguesia, na qual Maria constituiu sua família, revelou-se mais rígida com a presença de coerção física, trabalho árduo nas lavouras e poucas horas de lazer e descanso⁴²⁴.

⁴²⁴ Ao relatar a condição desumana em que viveu como escrava, Maria evidencia elementos do cativeiro na região rural do sul do recôncavo da Bahia.

Eduardo França Paiva, ao tratar da “história extraordinária” de Anastácia e suas peripécias nas Minas Gerais, diz que, embora sua trajetória tenha sido um tanto rara, ela era também uma espécie de sumário de muitas trajetórias entrecruzadas e similares⁴²⁵. Parafraseando esse autor, podemos dizer que, no caso de Maria da Conceição, nossa personagem, as condições materiais de vida na escravidão rural resultaram em experiências similares vividas por tantas outras mulheres anônimas. A grande diferença é que muitas dessas histórias nunca serão contadas, como a de Umbelina, irmã de Maria da Conceição, que desapareceu das fontes.

Ao observar os livros de notas para aquela freguesia rural de Santo Antonio de Jesus, pertencente a Nazaré, chama atenção a quase ausência da compra de alforrias. Entre os anos de 1855 e 1871, localizamos apenas sete cartas de liberdade registradas em cartório, destas, apenas três foram conferidas por compra; as outras quatro foram concedidas gratuitamente: três com condição de acompanhar o senhor até sua morte e apenas uma atribuída incondicionalmente a Benvindo, pardo de apenas dois meses de idade (filho da escrava Josefa). O baixo índice de alforrias localizadas nos registros cartoriais (menos de 0,2%) para a freguesia rural de Santo Antonio de Jesus revela que na situação rural, mais que na urbana, eram poucas as oportunidades de ganho do escravo para que ele pudesse adquirir os recursos necessários para a compra de sua alforria; além disso, evidencia ainda que, para os pequenos agricultores do sul do recôncavo, a perda de braços negros na lavoura representava uma perda econômica significativa. Não se trata aqui de se idealizar uma situação urbana, mas, certamente, de se pontuar que, nas áreas urbanas, mesmo nos pequenos povoados e arraiais, comuns naquela região, surgiam múltiplas outras formas de ganho extra pelo escravo. Este ponto já foi abordado na primeira parte deste trabalho⁴²⁶.

Uma dura realidade que Maria e sua prole possivelmente vivenciou dentro do cativeiro rural ao qual foi submetida e que só conseguiu livrar-se depois de uma astuta manobra criada por ela, situação que veremos adiante.

Muitos anos haviam se passado, e Maria ainda guardava na memória o tempo em que viveu livre na vila de Jaguaripe e foi, provavelmente, essa memória que manteve acesa sua esperança de um dia conseguir provar sua condição de livre, e não de escrava. Grande parte de sua trajetória de vida sob o domínio dos familiares de seu primeiro senhor permaneceu

⁴²⁵ PAIVA, Eduardo França. “Mulheres de diversas “qualidades” e seus testamentos na colonial, escravista e mestiça Capitania das Minas Gerais”. In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e pós-emancipação*, op. cit., p. 16.

⁴²⁶ Ver Primeira Parte: “Sob o domínio do cativeiro”, especialmente o Capítulo I.

ofuscada pela ausência de informações. No entanto, em 1876, ao ser negociada em uma transação de compra e venda feita entre Ignácio Dias Barreto e Maria Josefina de Andrade, Maria pode, mais uma vez, sonhar com a liberdade.

Sob a posse desta senhora, e antes mesmo que a transação tivesse sido registrada em cartório, Maria da Conceição, com 56 anos de idade, conseguiu, pela primeira vez, consentimento para ausentar-se do cativeiro e ir à vila de Jaguaripe, onde obteve um “mandado de manutenção de liberdade” expedido pelo Juiz municipal daquela localidade, tendo em vista a Ação de Liberdade, a que finalmente deu início contra seus pretensos senhores, ação que, como dito anteriormente, se estendia à sua prole.

Não sabemos ao certo quais argumentos ela utilizou para que Maria Josefina de Andrade, sua senhora naquela oportunidade, a deixasse ir à vila de Jaguaripe. É bem possível que ela tenha sido adquirida para servir de escrava de ganho e como tal ter recebido permissão para ir à dita vila (embora os autos não revelem tal atividade). Dificilmente a senhora soubesse o real motivo da escrava, ou, se o soubesse, o fez acreditando que não perderia seu investimento.

A obtenção da autorização para ausentar-se do cativeiro foi apenas a primeira vitória conquistada por Maria na difícil caminhada que ainda teria que empreender na busca da sua liberdade, de suas filhas e netos. Sua viagem até a vila de Jaguaripe, desde o início, foi arriscada. Afinal, atravessar grande extensão territorial, a pé, sozinha e sem recursos, por caminhos abertos nas matas, enfrentando todo tipo de dificuldade, até Nazaré e, de lá, com sorte, conseguir alguma embarcação que a levaria à vila de Jaguaripe, não parece ter sido tarefa fácil. Através do Mapa 5 é possível observar o percurso empreendido pela cabra Maria e dimensionar as dificuldades empreendidas por ela para alcançar seu objetivo.

A documentação judicial com a qual trabalhamos para compor a história de vida dessa mulher negra, escravizada ilegalmente, não nos possibilita saber, ao certo, quanto tempo ela levou em sua viagem até Jaguaripe, tampouco se estava sozinha ou em companhia de algum camarada durante sua empreitada. Tudo leva a crer que Maria não arquitetou sozinha seu plano, já que seria muito difícil para um escravo, principalmente para um escravo de uma freguesia rural como a de Santo Antonio de Jesus, conseguir voz na justiça. As possíveis alianças tecidas por Maria foram apontadas nas alegações interpostas pelo advogado dos réus (herdeiros de Felix Barreto).

Se a autora tinha convicção de ser livre, como procedendo-se a Inventario na Freguesia de Santo Antonio de Jesus, nas imediações de sua residência, não se apresentou ao juiz, não requereu o seu direito? Receiava não ser atendida e garantida? Não foi por esta razão e sim porque só hoje se pode concluir a farsa que se representa. Se a autora era livre, para que em Jaguaripe quem a protege quis obter de Francisco Esteves mediante a quantia de duzentos e cinquenta mil réis os documentos que se achão unidos aos autos para inutilizá-los?⁴²⁷

Ainda que, muitas vezes, essas alianças não apareçam de forma explícita nos autos (pelo menos na Ação de Liberdade que analisamos, a ligação de Maria “com quem a protege”, não revela quem são, tampouco qual o grau de envolvimento, desta ou destas pessoas, com a sua causa de liberdade), não podemos negar que “o acesso à estrutura jurídica e ao judiciário dependia, e muito, das relações pessoais que o escravo mantivesse com homens livres e poderosos do local”⁴²⁸, como bem avaliou Keila Grinberg. É possível, portanto, que ela tenha conseguido auxílio dos componentes da rede de amizade que construiu ainda no cativeiro: indivíduos, a exemplo do pedreiro João Evangelista, morador na cidade de Nazaré, ou até mesmo do comerciante José Osório Galdino, os quais mais tarde figurariam no rol das testemunhas do processo.

Em situações onde era necessário provar sua condição de libertos, e no caso de Maria da Conceição, pessoa livre jogada à escravidão de forma ilegal, a proteção de pessoas livres bem estabelecidas foi de extrema importância para provar seu *status*. No caso de Ovídia, tratado por Maria Helena Machado, fica evidente a ligação que essa mulher estabeleceu ao longo de sua vida com homens livres, da qual ela lançou mão ao se ver nas garras da justiça⁴²⁹. Assim como a história dela, outras histórias como a de Adelaide, provável liberta, que perambulou por Cuba e na Luisiana, nos primeiros anos do século XIX, aludida por Rebeca Scott, revelam os vínculos que constituíram durante suas vidas⁴³⁰. São mulheres que, embora presas ao mundo do cativeiro, conquistaram redes de proteção importantes, tanto para a sua sobrevivência local quanto para empreender possíveis deslocamentos geográficos em busca de melhores condições de vida.

⁴²⁷ APB – *Processo civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877, p. 94

⁴²⁸ GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade...*, op. cit., p. 37-38.

⁴²⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”, op. cit.

⁴³⁰ SCOTT, Rebecca J. “She...Refuses to Deliver Up Herself as the Slave of Your Petitioner’: Émigrés, Enslavement, and the 1808 Louisiana Digest of the Civil Laws (Symposium on The Bicentennial of the Digest of 1808--Collected Papers)”. *Tulane European and Civil Law Forum*, v. 24 (2009), pp. 115-136. Disponível em: <http://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1315&context=articles>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

Toda ação judicial proposta por um escravo deveria ser impetrada por uma pessoa livre que assinaria o requerimento “a rogo” dele. Assim, antes mesmo de ser instaurada a ação, o escravo teria de ter acesso a um curador que o representaria judicialmente: “sem um curador, a ação não prossegue”⁴³¹. Diante de tal fato, para o indivíduo que se encontrava em situação de escravidão, viabilizar uma possível ação contra seu senhor significava, em primeiro lugar, estabelecer relações sociais com pessoas que pudessem aproximá-lo do mundo dos livres⁴³², assim como reunir o maior número de informações possíveis para compor a justificativa a ser apresentada ao juiz. Sem essas prerrogativas, dificilmente o escravo lograria sucesso em sua empreitada.

O processo de Ação de Liberdade proposto por Maria da Conceição é um dos onze que localizei no Arquivo Público do Estado da Bahia que, durante o século XIX, chegaram ao Tribunal da Relação vindos da Comarca de Nazaré. A leitura desses processos, chama nossa atenção para a capacidade dos cativos de criar redes e artifícios capazes de lavá-los da transição da escravidão à liberdade através dos meios “legais”. Ainda que submetidos a todo tipo de vicissitudes e adversidades impostas pelo cativo, pelos rígidos quadros do domínio escravista, como, por exemplo, o isolamento rural imposto a Maria da Conceição, nossa personagem, evidencia, nos processos, a capacidade de criar artifícios de sobrevivência que iriam além da sua existência material. No estudo desses casos, ganha sentido a análise de Maria Cristina Wissenbach, ao tratar das práticas cotidianas dos escravos. Pois, segundo a autora, “viabilizar a existência diária significava, para os escravos, dinamizar relações sociais que complementaríamos, nos termos da sobrevivência material, sua vida cultural”⁴³³ e, porque não dizer, relações sociais que, efetivamente, no caso das ações de liberdade, aumentariam suas chances de alcançar o sonho de ser livre.

É bastante revelador, nesse sentido, observar as estratégias criadas e recriadas para atingir seus objetivos. Nas circunstâncias em que vivia Maria da Conceição, iniciar o processo na vila de Jaguaripe, longe do raio de influência daquele senhor que a escravizava, lhe garantiria, provavelmente, uma maior possibilidade de conseguir alguém que aceitasse participar de tal empreitada judicial. Em Nazaré e na freguesia de Santo Antonio de Jesus, ela,

⁴³¹ GRINBERG, Keila. Loc. Cit.

⁴³² Keila Grinberg, avalia que “...para um escravo conseguir curador é preciso que, antes de tudo, ele conheça homens livres que se disponham a redigir um requerimento em seu nome, a requerer de fato o curador e, possivelmente, a protegê-lo em caso de retaliações do senhor. Não era qualquer um que podia fazer isso. Ele precisaria para tal ter relações pessoais bem consolidadas. Só um escravo bem estabelecido em um plantel, dispondo provavelmente de privilégios concedidos pelo senhor (como morar em casa própria, ou ter uma roça) poderia estabelecer esse contato”. GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade...*, op. cit., p. 39.

⁴³³ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas...*, op. cit., p. 28-29.

difícilmente, teria tido sucesso devido ao grande prestígio e poder que exercia a família Barreto na região.

Não foi à toa que ela enfrentou, bravamente, vários dias de caminhada até a vila de Jaguaripe, de onde sairia com um documento de manutenção de liberdade expedido pelo juiz municipal. Iniciava-se, assim, em 1876, um longo processo de ação de liberdade que envolvia nove cativos: Maria da Conceição, suas duas filhas e seis netos. (Àquela época, sua neta Belmira já havia falecido, como pode ser observado no quadro familiar apresentado na figura 6 acima).

A batalha judicial entre a “escrava” Maria e seus senhores revelou aspectos interessantes para se pensar o direito no Brasil escravista, no que diz respeito ao trânsito da escravidão para a liberdade (ainda que essa não seja nossa principal linha de investigação). Os calorosos debates empreendidos por curadores, advogados dos réus e juízes contra e a favor da causa da liberdade, revelam para além da apresentação das leis, e, principalmente, a força dos costumes das relações de poder ali existentes⁴³⁴. (Veja o esquema geral de uma Ação de Liberdade apresentada no final deste capítulo)

Maria, na condição de escrava em que se encontrava, legalmente não poderia ter sido mantida em liberdade durante o trâmite do processo. No entanto, ela saiu de Jaguaripe de posse de um documento de “manutenção de liberdade”, quando deveria, pela lei, ter sido depositada, como escrava que era, até que a ilegitimidade do cativeiro fosse provada. Ainda que os advogados dos réus tenham contestado tal ação do juiz, ela não foi revogada e Maria acompanhou todo o processo em liberdade. Suas filhas e netos não tiveram a mesma sorte. Durante o tempo em que durou a batalha judicial, eles sofreram toda sorte de atrocidades.

Mantidas em posse de seus senhores, Josefa e Leandra só conseguiram ser depositadas em janeiro de 1877, quase sete meses após o início do processo, por força das alegações “dos rigorosos castigos que constantemente sofrem de palmatoria, correia e troncos” contidas na petição apresentada pelo curador de sua mãe. Ainda assim, dois de seus netos, Julio e Primitivo, filhos de Leandra, continuaram em posse de Severiano Sampaio até o final do processo.

O depositário inicialmente indicado foi José Osório Galdino, pequeno comerciante na freguesia de Santo Antonio de Jesus. Este foi uma figura importante na construção da trama que levou ao sucesso da operação iniciada por Maria da Conceição, que logo teria seu nome

⁴³⁴ Sobre essa questão ver: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. cit. (Principalmente o capítulo 4: Sobre o poder moral dos senhores)

contestado pelos advogados dos réus, sob a alegação de se tratar de pessoa sem posses “e que o único bem que possui o depositário consiste em uma casa que está hipotecada”⁴³⁵. Parece presumível que Osório tivesse outras relações com as escravas; pois, além de depositário, ele figura como testemunha no processo. As filhas de Maria da Conceição permanecem sob a guarda desse senhor por apenas dois meses. Por falta de quem as depositasse, elas foram, então, “jogadas”⁴³⁶ no depósito público.

Até que fosse constituído um novo depositário, Josefa, Leandra e seus filhos menores permaneceram nesse lugar que era “notoriamente insalubre”, e que “muito pode prejudicar a saúde dos suplicantes e dos referidos menores”⁴³⁷. Ainda que estivessem fora do poder de seus senhores, os cativos sofreram as pressões de estar em litígio com os mesmos e, na condição em que se encontravam, tecer alianças favoráveis à causa da liberdade revelava-se importante. E foi em busca dessas alianças que Maria voltou a Jaguaripe para reunir provas testemunhais a seu favor.

Para provar sua versão dos fatos ocorridos há mais de quarenta anos, Maria buscou, naquela localidade, pessoas com as quais sua mãe tinha convivido e que ela própria parecia ter conhecido. Figuravam entre as testemunhas daquele processo duas africanas libertas, moradoras na vila de Jaguaripe: Úrsula Antonia da Conceição, sessenta anos de idade, solteira, cozinheira e Raquel de Seixas, maior de setenta anos, solteira, lavadeira. Ao que indicam as fontes, em 1830, a africana Raquel de Seixas, com vinte e quatro anos de idade “pouco mais ou menos”, ainda era escrava. Àquela época, morava em uma casinha localizada na rua do Torce Umbigo e mantinha relações de amizade e vizinhança com Antonia Francisca, mãe de Maria da Conceição. Em 1876, com sessenta anos de idade, ainda moradora na mesma vila, vivia em companhia de Manoel, seu amásio, à rua das Pedrinhas⁴³⁸.

Além destas duas africanas libertas, o advogado de Maria da Conceição incluiu no rol das testemunhas outros três antigos moradores da vila de Jaguaripe. Todos apresentaram a mesma versão de que “a autora Maria da Conceição nascera de ventre livre porque a referida Antonia quando dera a luz a ella Maria da Conceição havia quatro anos que era forra”.

⁴³⁵ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877.

⁴³⁶ Os advogados das cativas utilizaram, por diversas vezes, de palavras expressivas dos horrores vividos por elas durante o trâmite do processo. Optei em usar no corpo do texto as mesmas palavras usadas pelos advogados, nesse caso “jogadas” seria uma forma mais contundente de dizer que elas foram levadas para o depósito público e que ali vivenciaram situações de humilhação e de extremo constrangimento. APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877.

⁴³⁷ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877.

⁴³⁸ Raquel de Seixas parece ter sido uma figura bastante conhecida na referida vila de Jaguaripe, pois figura em outro processo como testemunha de um roubo ocorrido na noite do dia vinte e três de junho de 1864, envolvendo escravos de ganho. APB - *Processo crime*, (12/481/05), Jaguaripe 1864.

Podemos pensar que seus depoimentos teriam sido instruídos; confirmam a compra da liberdade de Antonia quatro anos antes do nascimento de Maria, mas também informam que nunca tiveram acesso à carta de liberdade desta. No entanto, ainda que tenha pesado sobre a decisão judicial tal versão, a sentença do juiz, favorável à liberdade de Maria e de suas filhas, foi pautada na certidão de batismo apresentada pela autora e, sobretudo, na desqualificação do documento apresentado pelo advogado dos réus de que em 1833, Maria e sua mãe teriam sido recolhidas à cadeia de Jaguaripe por serem escravas fugidas.

Quando a sentença foi publicada - em 09 de agosto de 1877 -, já havia se passado mais de um ano do início da ação, sendo totalmente favorável à causa da liberdade. Imediatamente após a publicação da sentença, os curadores de Maria solicitaram o “levantamento do depósito” de suas filhas e netos, e um mandado de apreensão e entrega dos menores ingênuos Julio e Primitivo que se achavam, até aquela época, em poder de Severiano Sampaio⁴³⁹.

Como era de se esperar, o advogado dos réus entrou com uma apelação, o que fez com que o processo fosse remetido, em 08 de novembro de 1877, ao Tribunal da Relação - órgão de segunda instância -, localizado na capital da Bahia. Nova disputa judicial se fez no âmbito daquele Tribunal. As razões foram apresentadas pelos advogados dos apelantes e das apeladas, e quase um ano depois saiu o primeiro Acórdão cuja sentença dizia:

(...) julgando não terem as autoras provado sua intenção, dão provimento a apelação para reformar, como fazem, a sentença apelada mandando que voltasse as autoras ao cativeiro em que antes se achavam e condenão os senhores das mesmas nas custas⁴⁴⁰.

Os autos não revelam em quais condições aquela família viveu durante o tempo em que tramitou o processo no Tribunal da Relação, sabemos, no entanto, que elas não mais estavam sob o poder de seus pretensos senhores. Entretanto, a notícia da sentença deve ter surpreendido Maria da Conceição que, àquela altura, vivia há mais de um ano, com suas filhas e netos, livremente sem ser importunada. Seu curador, todavia, procedeu ao embargo do Acórdão. Após vários outros Embargos e Acórdões, finalmente saiu a sentença final em 08 de julho de 1881, mais uma vez favorável à causa da sua liberdade.

Cinco anos tinham se passado até a sentença final, em 14 de outubro daquele mesmo ano. Os herdeiros de Felix Barreto recorreram sendo os autos enviados para o Supremo

⁴³⁹ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877.

⁴⁴⁰ APB - *Processo civil*, (47/1666/14), Ação de Liberdade, Maria da Conceição, 1877, p. 147.

Tribunal da Relação. Essa é a última informação que temos sobre essa ação cível. Ainda que desconhecamos o resultado final de tal processo, é importante lembrar que ele chega àquele tribunal nos últimos anos da escravatura no Brasil, e as ações de liberdade representavam, como diz Hebe Mattos, “apenas a ponta de um movimento maior de pressão pela alforria, de aceleração do trânsito entre escravidão e liberdade e de erosão do poder moral dos senhores”⁴⁴¹. Enfim, o processo aqui analisado ilumina, ainda que precariamente, as tensões entre o poder senhorial - muito mais presente nos tribunais de primeira instância - e a decisão judicial nos últimos anos da escravidão⁴⁴².

A vida de Maria da Conceição, nossa personagem, retratada no processo de ação de liberdade, trouxe importantes informações sobre a escravidão no mundo rural e urbano do sul do recôncavo na segunda metade de século XIX. Questões sobre espaço de autonomia no cativeiro, construção de laços de solidariedade e o estabelecimento de sólidas relações familiares e pessoais entre escravos - fosse de uma mesma propriedade ou não - libertos e mesmo pobres livres que circulavam em busca de trabalho temporário naquelas propriedades são temas apresentados nas diversas falas das testemunhas, advogados e curadores. A trama que envolveu Maria, suas duas filhas e sete netos, em última análise, traz-nos a possibilidade de revisitar a escravidão, tal como ela existiu naquela parte do Brasil escravista do final do século XIX.

⁴⁴¹ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. cit., p. 198.

⁴⁴² Sobre justiça e escravidão, ver, entre outros: CUNHA, Manoela Carneiro da. “Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX”. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros...*, op. cit.; (da mesma autora), *Liberata: a lei da ambiguidade...*, op. cit.; LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N.(Orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas: Ed. Unicamp/CECULT, 2006.

Esquema Geral de uma Ação de Liberdade⁴⁴³

Primeira Instância	1. Petição do escravo requerida por um curador; assinada por qualquer homem livre. 2. Nomeação do curador; mandado de apreensão e depósito do escravo. 3. Citação do senhor e das testemunhas. 4. Requerimento de audiência, feito pelo curador. 5. Apresentação de libelo cível (primeiras razões) do escravo, ass. pelo curador. 6. Resposta (ou contrariedades) do réu, assinada por ele mesmo ou por seu advogado. 7. Inquirição das testemunhas. 8. Autos conclusos pelo juiz. 9. Sentença. 10. Embargos interpostos pela parte perdedora. 11. Embargos aceitos ou não pelo juiz. 12. No caso de os embargos terem sido aceitos, nova sentença. 13. Apelação: se a sentença tiver sido contrária à liberdade, o juiz apelará ex-officio; se for favorável, a apelação será interposta pelo senhor. 14. Autos enviados ao Tribunal de Relação.
Segunda Instância	1. Apelação recebida no Tribunal da Relação. 2. Exposição das razões do autor. 3. Exposição das razões do réu. 4. Autos lidos por cada membro do tribunal. 5. Parecer de cada um. 6. Acórdão da Relação: primeira sentença confirmada ou reformada. 7. Embargos da parte perdedora. 8. Embargos aceitos ou não pelos juízes. 9. No caso de os embargos terem sido aceitos, novo acórdão. 10. Pedido de revista cível pela parte perdedora. 11. Autos enviados ao Supremo Tribunal da Justiça.
Terceira Instância	1. Autos lidos por cada membro do tribunal. 2. Parecer de cada membro do tribunal. 3. Pedido de revista cível aceito ou negado (só é aceito em caso de nulidade ou injustiça notória). 4. Se aceito, enviado a outro Tribunal da Relação, para revisão do processo. 5. Este tribunal julga o caso em instância definitiva, com os mesmos procedimentos do Supremo. 6. Com a nova sentença (acórdão confirmado ou reformado), o processo é enviado de volta ao Supremo Tribunal da Justiça. 7. Divulgação da sentença.

⁴⁴³ NAQUETE, Lenine. *O Escravo na Jurisprudência Brasileira: magistratura e ideologia no Segundo Reinado*. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 1988. Regulamento das Relações, 1833 (nota 3); VIDAL, Luís Maria, *Repertório de Legislação Servil*. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1883, citado por: GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade...*, op. cit., p. 73-74.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegar até aqui, um longo caminho foi percorrido. Os primeiros passos para a concretização desta pesquisa se deu através do projeto “Guia de Fontes do Recôncavo”, atividade que desenvolvi enquanto docente da Universidade do Estado da Bahia, junto com monitores da graduação. Foi durante a elaboração e execução desse projeto que tivemos a oportunidade de entrar em contato com uma rica documentação que se encontra em posse dos municípios de Nazaré, Santo Antonio de Jesus, Aratuípe e Jaguaripe. Amontoados em caixas, esquecidos em um canto de sala de prédios públicos, o qual serve como “depósito” de material velho, estavam documentos manuscritos e fontes impressas que traziam “alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história”⁴⁴⁴.

A cada caixa revirada, novos personagens iam aparecendo e um documento em particular chamou a minha atenção. Era um processo de ação de liberdade que me aproximou de uma personagem singular, Maria da Conceição. Foi, através dos fragmentos deixados naquele documento, produzido na segunda metade do século XIX, que tive a oportunidade de vislumbrar a trajetória de vida dessa mulher negra que viveu no limite entre a escravidão e a liberdade no recôncavo sul da Bahia. No entanto, seu caso foi apenas o fio condutor que me levou a muitas outras histórias de mulheres que, assim como a da cabra Maria, povoavam a documentação escrutinada e revelaram histórias que mereciam ser contadas.

Dado o primeiro passo, outros personagens iam aparecendo: africanas, crioulas, pardas ou cabras, nas mais diferentes condições: escravas, libertas e pobres livres foram deixando passagens de suas vidas; rastros de suas vivências e experiências no mundo rural do recôncavo sul da Bahia. Garimpar nessa documentação o cotidiano impreciso dessas mulheres apreendendo sua capacidade de sobrevivência, solidariedade e resistência, assim como suas vivências e experiências como mães, esposas, concubinas, enfim trabalhadoras, tornou-se um desafio.

A essa documentação localizada nos arquivos da região descrita acima, juntaram-se outras localizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia, formando um corpo documental composto por processos judiciais (crime e civil), registros eclesiásticos (batismo, óbito e casamento), registros notariais (testamentos, inventários, livros de notas do tabelião) e jornais

⁴⁴⁴ FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 14.

da época que abriram um leque de possibilidades para se problematizar a situação vivida por mulheres pobres livres, escravas e libertas que constituíram suas histórias; improvisaram meios de sobrevivência e construíram ampla rede de sociabilidade no recôncavo sul da Bahia.

Os caminhos trilhados por esses sujeitos, homens e mulheres, no pós-abolição foram muitas vezes externados nas mensagens por eles deixadas em seus testamentos de últimas vontades, nos processos criminais e nos apontamentos produzidos pelas autoridades da época. No entanto, cabe ressaltar que tais documentos, se não lidos com bastante cautela, induzem o pesquisador a aderir o discurso homogeneizador levando-o a pensar a realidade tal como as autoridades a enxergavam, principalmente porque, no normal, as vozes dissonantes desses discursos foram sufocadas, silenciadas ou condicionadas pelas normatizações processuais que ditam a formatação do documento produzido pelos poderes públicos, no qual o caráter seletivo das falas do outro exclui aquilo de menor importância para a produção do discurso hegemônico da classe dominante.

Diferentemente dos processos criminais e dos apontamentos produzidos pelas autoridades, cujo teor era constantemente manipulado, os testamentos – carregados de memória – trazem vívidas lembranças de raras passagens de suas vidas; apresentam, portanto, uma visão mais aproximada acerca da vida que levaram, da determinação para alcançar suas liberdades, da audácia e da astúcia em rearticular meios de sobrevivência e revelam, ainda, os contatos sociais adquiridos no tempo da escravidão e outros que foram sendo firmados no tempo da liberdade. Neles, a vivência escrava e a experiência da liberdade se misturam e se confundem; e foi naquelas poucas palavras que destacaram os laços familiares e afetivos, as relações de mancebia, os compromissos de compadrio e com suas irmandades - tornando possível observar a extensa e complexa rede de dependentes, acima de tudo afetiva. Como o caso da africana Angélica que demonstrou, em suas últimas vontades, a forte ligação que manteve - mesmo após a compra da liberdade -, com sua ex-senhora ao ponto de deixar-lhe a guarda, “enquanto viva fosse”, da única escrava que adquiriu com seu trabalho.

Apropriando-se de uma natureza pródiga, com uma exuberante e densa mata Atlântica, variados rios e manguezais, que favorecia a reprodução de inúmeros tipos de pescados (de mariscos e de crustáceos), além de farta caça de animais silvestres como a paca, o caititu, o queixada, o tatu, o teiú, o veado, que eram sistematicamente caçados e serviam como complemento da dieta alimentar, essa gente pobre que habitava os arrabaldes das urbes, os pequenos sitiantes e rendeiros de fazendas da comarca de Nazaré, encontravam alternativas de

sobrevivência⁴⁴⁵. Ademais, a imensa facilidade de encontrar piaçaba e argila, principais materiais utilizados na construção de precárias habitações, foram prováveis agentes motivadores para a ocupação dessas áreas por uma população mais pobre. Completava o leque de favorecimento da vivenda no lugar o fato de haver grande quantidade de nascedouros e cachoeirinhas com água potável e de fácil acesso.

Cidades como as vilas de Nazaré e Jaguaripe, tornaram-se espaços de moradia, lazer e trabalho para essa camada pobre da população, que, na condição de escravas ou recém-saídas do cativeiro, perambulavam em busca de meios de sobrevivência. Era nos espaços das ruas, praças e bairros onde fixaram moradias, que encontravam outras companheiras, e, juntas, fortaleciam e amenizavam as dificuldades que a vida lhes impunha pela condição de mulheres pobres, “sem eira e nem beira”.

Ao estudar mais detalhadamente a posse escrava, assim como a vida no cativeiro, foi possível observar a existência de pequenos plantéis que se ocupavam de uma lavoura voltada para a produção, quase sempre em pequena escala, de café, açúcar e mandioca. Essa última, possibilitou a sobrevivência tanto dos escravos, quanto de seus senhores - muitos deles tão pobres cuja posse não passava de um ou dois cativos para o trabalho na lavoura. A pequena posse que caracterizou a região demonstrou uma alternância possível entre a vida na roça e o trabalho nas ruas e praças dos povoados pertencente àquela freguesia. A problemática da vida “mais livre” dos cativos de pequenos plantéis, sugerida pelo escrutínio da documentação, revelou as múltiplas facetas da escravidão nessa parte do recôncavo.

Saindo diretamente da África ou nascidas e criadas nas freguesias de Nazaré e Jaguaripe e nos seus arredores, essas mulheres deixaram suas marcas; formaram famílias - apesar da adversidade da condição em que viveram - construíram importantes laços de solidariedade e redes de proteção que lhes garantiam a sobrevivência, sempre difícil. Nos diversos processos que as envolveram em querelas judiciais revelaram os usos que fizeram das frestas deixadas pelo mundo dos dominantes. Justificaram, questionaram, peticionaram e anexaram documentos capazes de provar sua condição de mulheres honradas, que viviam do seu próprio trabalho e não “do que se lhe dão”, como foi o caso de Fausta Maria de Jesus que anexou ao processo que a envolveu em um caso de mancebia, um abaixo assinado atestando sua idoneidade de mulher honesta e trabalhadeira. Pobre e sem filhos, era proprietária de uma pequena quitanda em sua própria casa. A querela judicial em que se envolveu por ter sido contemplada com uma “doação de última vontade” (quantia de 1:520\$000), quando Ernesto

⁴⁴⁵ ALVES, Isaias. *Matas do sertão de baixo*, op. cit.

Francisco Xavier de Assis faleceu em 1865, evidenciou as atividades praticadas por ela na pequena e miserável casa localizada nos limites rurais da cidade de Nazaré. A comercialização de bebidas espirituosas e outras mercadorias para o consumo imediato, além da venda de porcos que matava e vendia a retalho, lhe rendeu uma freguesia de homens e mulheres que frequentavam diariamente sua casa. Ao buscar detalhes das vivências diárias dessa mulher, foi possível penetrar no cotidiano das vilas e povoados daquela região, observar facetas da movimentação social à qual tanto ela, quanto outras mulheres na mesma condição, empreendiam nas cidades de Nazaré e Jaguaripe.

O domínio das ruas, se não aplacou as mazelas da escravidão, tornou-a mais suportável, e muitas mulheres experimentaram - ainda que na condição de escravas - uma mobilidade que lhes favoreceu uma intensa sociabilidade no mundo rural do recôncavo. Durante a pesquisa, as *Fronteiras entre a escravidão e a liberdade*, sugeridas pelo registro frequente do ir e vir nos processos, apresentaram-se tão tênues que foi impossível ignorá-las. Apropriando-se desses espaços tais mulheres conquistaram importantes vitórias para suas vidas miseráveis: a conquista de suas liberdades⁴⁴⁶ foi uma delas.

Usando caminhos diferentes, africanas como Maria do Rosário, Angelica Rita de Santa Anna, Maria Joaquina de São José, Joanna Maria da Luz, Josefina e Luisa redefiniram sua condição social, conquistaram novos espaços na sociedade que as escravizou e, mesmo que precariamente, viveram suas liberdades. A história de vida dessas mulheres, analisadas ao longo deste trabalho, mostraram a diversidade de experiências vividas por elas, assim como os múltiplos caminhos percorridos para alcançar seus objetivos.

A compra da liberdade e, conseqüentemente, a autonomia garantida pelo novo *status* social foi apenas um deles. Somados a outros, tais como a compra de uma casinha onde pudesse morar, angariar alguns bens e até mesmo obter algum escravo para o serviço de ganho, foi muito bem aproveitada por muitas mulheres localizadas na documentação. Embora nem todas tivessem conquistado recursos suficientes, além daquele que lhes garantiu a alforria, a análise da documentação revelou um considerável número de mulheres libertas – sobretudo as africanas – que, conseguiram acumular recursos suficientes para a compra de um ou dois cativos. Particularmente em Nazaré, a relação que estabeleceram as senhoras africanas

⁴⁴⁶ Liberdade aqui ganha um significado diferente, não apenas daquela que as livrou do cativeiro, mas também das múltiplas formas de viver sem amarras. As diversas possibilidades de viver sem sujeição alguma, onde ir e vir faziam parte de um cotidiano adquirido, conquistado.

com suas cativas, assim como em quais atividades estavam envolvidas, são questões que ainda precisam ser estudadas.

Ao fim e ao cabo, nem todas elas tiveram sucesso em suas trajetórias. Muitas permaneceram no anonimato, suas histórias se perderam no tempo e nunca serão contadas. No entanto, foi através dos fragmentos deixados nos documentos localizados nas caixas que se iniciou esta pesquisa - ao oferecerem o vislumbre das suas escolhas, do que fizeram, de como viveram - que algumas histórias foram tecidas. Enfim, a trama de suas vidas pôde ser contada.

FONTES DA PESQUISA

Manuscritas

Arquivo Público Municipal de Nazaré das Farinhas (APMNF)

- Livro Registro de Officio e Informações da Camara Municipal de Nazareth (1877 - 1902);
- Livro de Correspondências do Conselho Municipal (1887 - 1890);
- Livro de Registro de Expediente da Intendência Municipal de Nazareth (1893 – 1900).

Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus (APMSAJ)

- Inventários – Pastas (1887 a 1900);
- Atas do Conselho Municipal – Livro de Registro de 1898;
- Registro de Batismo da Paróquia de Santo Antônio de Jesus – Livro (1888 – 1889).
- Relação de escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação, Santo Antonio de Jesus, 22 de Agosto de 1885. (Documento sem catalogação)

Arquivo Público Municipal de Jaguaripe (APMJA)

- Processo crime - 1835. (Documento sem catalogação)
- Documentos avulsos - Delegacia de polícia, 1872. (Documento sem catalogação)

Arquivo Público do Estado da Bahia (APB)

Seção Judiciária - Interior:

- Testamentos de Nazareth:
Livro 3 (1856 - 1860); Livro 4 (1860 - 1864) e Livro 6 (1888 - 1910);
- Inventários do município de Nazareth (1850 - 1900);
- Autos Cíveis – Comarca de Nazareth (1850- 1888);
- Autos Crimes – Comarca de Nazareth (1850 - 1900);
- Livro de Notas do Tabelião - Nazareth:
Livro 1 (1849 - 1854); Livro 3 (1858 - 1862); Livro 6 (1867 - 1868).
- Livro de Notas do Tabelião - Sant'Ana da Aldeia:
Livro 5 (1864 - 1873); Livro 7 (1874 - 1876); Livro 8 (1884 - 1887); Livro 9 (1887 - 1889).
- Livro de Notas do Tabelião - São Miguel, termo da cidade de Nazaré:
Livro 2 (1852 - 1854).
- Livro de Notas do Tabelião - Nova Laje, filial da freguesia de São Miguel:
Livro 4 (1862 - 1866).

- Livro de Notas do Tabelião - Santo Antonio de Jesus:

Livro 3 (1868 – 1871).

Seção Colonial/Provincial:

- Maço 6506 (Correspondências diversas).
- Governo da Província (Polícia) - Assuntos diversos (1887 - 1888).
- Maço 1346, Câmara de Maragogipe (1833 – 1838).
- Maço 596, Governo Geral/ Governo da Capitania, Série: Recenseamentos – (1773-1805).
- Livro 2880-1, (1849-1861).
- Livro de Arrematação, Nazaré, 1850.
- Série Presidência da Província. Correspondências do Juiz de Paz da Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth ao Presidente de Província. 26 de abril de 1888. Série Judiciário - Juízes Nazaré.

Arquivo da Cúria Metropolitana – Laboratório Eugênio Veiga (LEV)

- Relação dos bens das Irmandades de Nazaré, 1863 (GA/CHAN/IOMP/13).
- Irmandade de Nossa Senhora do Rosário
- Compromisso.
- Irmandade de São Benedito
- Compromisso.
- Registros Paroquiais: nascimento, batismo e casamento (1850 - 1900).

Impressas e digitais

Biblioteca Pública de Maragogipe – periódicos

Jornal Nova Era, 1889.

Fundação Biblioteca Nacional - periódicos

Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia. Sessões do anno de 1876. Vol.1. Bahia: Typographia do “Correio da Bahia”, 1876.

Aratuhi, Edição 33, Aldeia (Nazareth) Bahia, 11 de Novembro de 1883.

O Pequeno Jornal, Edição 99, Salvador, 03 de Junho de 1890.

O Pequeno Jornal, Edição 190, Salvador, 24 de Setembro de 1890.

O Regenerador, Nazareth, 19 de Março de 1894.

Annais da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia (1873 – 1887), acervo da biblioteca da Universidade Federal da Bahia, documento microfilmado (R – 0050).

BRASIL, *Censo de 1872*, disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>.

Fundação Cultural do Estado da Bahia. *Legislação da Província da Bahia sobre o negro: 1835-1888*. Salvador, Ba, 1996.

Registros Paroquiais: nascimento, batismo e casamento (1850 - 1900). Disponível em: <www.familysearch.org>.

Cronistas, viajantes e memorialistas

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. 4ª ed., Rio de Janeiro: INL; Brasília: Livraria Editora Cátedra, 1979.

ALVES, Isaías. *Matas do sertão de baixo*. Rio de Janeiro: Reper Editora e Publicidade, 1967.

AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL/MEC, 1980.

BRITO, João Rodrigues de. *Cartas econômicas sobre a agricultura e comércio da Bahia*. Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia, 1985. (Série Documentos e estudos de História e Literatura da Bahia).

CALDAS, José Antonio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1951.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

FALÇÃO, Edgard de Cerqueira. *Relíquias da Bahia*. 1940.

FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). 1º vol. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969. (Edição original de 1805).

MACEDO, Joaquim Manoel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

QUEIROZ, Fernando Pinto de. *A Capela do Padre Mateus*. Feira de Santana, Bahia: SAGRA, 1995.

TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. *Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX*. Salvador: Cian, 2011.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Typografia do Diário da Bahia, 1893.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Vol. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Lucas. *Quando as regras são transgredidas: trabalhadores, outros sujeitos e a “legalidade urbana” na cidade de Nazareth (1890-1920)*. 2015, 197f. Dissertação (Mestrado em História Regional) - UNEB/CAMPUS - V, Santo Antônio de Jesus, 2015.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALVES, Adriana Dantas Réis. *As mulheres negras por cima: o caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social, c. 1780-1830*. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador (1811-1860)*. São Paulo/Brasília: Corrupio/CNPq, 1988.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador’: liberalismo popular e o idéário da Balaiada no Maranhão”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 295-328.

ATHAYDE, Johildo Lopes de. *Salvador e a grande epidemia de 1855*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1985.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881)”. *Revista Afro-Ásia*: Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, n. 21 e 22, p. 177-238, 1998-99.

BARRETO, Virgínia Queiroz. *Trilhando caminhos de barro: trabalho e cotidiano de oleiros - Maragogipinho, Ba (1960-1999)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) - PUC, São Paulo, 2000.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1989.

_____. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BEZERRA, Janaina Santos. “Marcados pelo Sangue: Os Pardos de Pernambuco e a Luta por Inclusão Social no Espaço Colonial (XVIII)”. (Disponível *online*).

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. “Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX”. *Locus - Revista de História*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 108 a 115, 1997.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: ALB; UFBA, 1998.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, Biblioteca Básica, 1992.

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. “Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira”. *Topoi - Revista de História*, v. 6, n. 11, p. 327-361, jul-dez. 2005.

CASTELLUCCI Jr. Wellington; SOUZA, Edinelia Maria Oliveira; BARRETO, Virginia Queiroz. *Entre veredas e arrabaldes: escravos e libertos na Comarca de Nazaré das Farinhas durante o oitocentos e o pós-abolição*. Rio de Janeiro: MC&G Design Editorial, 2014.

CASTELLUCCI Jr., Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008.

_____. *Caçadores de baleia: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. “Nas franjas da plantation: trabalho e condições de vida de escravos e libertos em pequenas propriedades de Itaparica:1840-1888”. *Revista Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 193-221, junho 2010.

_____. “Entre veredas e arrabaldes: histórias de escravos e forros na comarca de Nazaré, Bahia 1830 – 1850”. *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia, (39), p. 261-304, jul. dez. 2008.

_____. “A força e o machado: resistência escrava e cotidiano de libertos na Comarca de Nazareth das Farinhas. Recôncavo baiano, 1830-1852”. *Revista de História*. Universidade de São Paulo, n. 156, p. 157-191, Jun. 2007.

_____. “De cativos a baleeiros: uma amizade indissolúvel entre dois africanos no outro lado do Atlântico. Itaparica (1816-1886)”. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29, p.444-472, jul./dez., 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social*, Campinas, n. 9, p. 33-62, 2010. (Disponível on-line)

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Iraci del Nero da. “Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica”. São Paulo: FEA-USP/IPE-USP, 1978. (Série História Econômica, nº 1).

_____. “Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominação e relações”. (Disponível *online*)

COSTA, Valéria Gomes. “Monica da Costa e Tereza de Jesus: africanas libertas, status e redes sociais”, In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 98-111.

COUTO, Edilece Souza. *Tempo de Festas: homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)*. Tese (Doutorado em História) - PPGHIS/UNESP, Campus de Assis - SP, 2004.

_____. “Viver e morrer entre irmãos: as irmandades e ordens terceiras de Salvador-BA”. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano VI, n. 18, v. 06, Janeiro de 2014, p. 7-23

COWLING, Camillia; CASTILHO, Celso. “Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil”. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, nº. 47, p. 161-197, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. “Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX”. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. 2002, 421 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. “Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no império”. In: _____. (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 511-564.

DANTAS, Monica Duarte. “Epílogo: homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império”. In: _____. (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, op. cit. p. 511-563.

DAVID, Onildo Réis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: Edufba/Sarah Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. *Projeto História*. 17, São Paulo: EDUC, 1981.

_____. “Mulheres sem História”. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 31-45, 1º semestre de 1983.

_____. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no império, 1824-1881”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. “Resistir e sobreviver”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EISENBERG, Peter L. Ficando Livre: “As Alforrias em Campinas no Século XIX”. In: _____. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 2004. 278 f. Tese (Doutoramento em História). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

_____. “Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII-XIX)”. In: FRAGOSO, João (Org.) *Escritos sobre história e educação: uma homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*, 2012, 290 f. (Tese de Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília, DF: Edunb, 1993.

_____. *Mulher e família na América Portuguesa moderna*. São Paulo: Atual, 2003.

_____. “Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 35-51.

_____. “Mulheres nas Minas Gerais”. In: DEL PRIORE (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8 ed., São Paulo: Contexto, 2012, p. 141-188.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico - Rio de Janeiro (1790-1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREITAS, Judy Alice Bieber. *Marginal elites: politics, power, and patronage in the backlands of northern Minas Gerais, Brazil, 1830-1889*. 1994. Tese (Doutorado) - John Hopkins University, Baltimore (MA), 1994.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. (1ª ed.:1933).

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

_____. “Um recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na Capitania da Bahia (1575-1808)”. *Revista História Social*. Campinas, São Paulo, nº 2, 25-54, 1995.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Liberata: a lei da ambiguidade - as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edeistein de Pesquisas Sociais, 2008.

_____. “Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX”. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N.(Orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas: Ed. Unicamp/CECULT, 2006.

_____. “Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”. In: *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n. 6, p. 4-13, nov., 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Primeira edição 1945)

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “Rainhas e juízas - as negras nas irmandades dos pretos no Brasil central (1772-1860)”, In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 52-66.

_____. “Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos”. *História Revista*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257-283, jul./dez. 2010.

KJERFVE, Tânia Maria G. N. e BRÜGGER, Sílvia Maria. “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Salvador-BA, n. 20, p. 223-238, Jun. 1991.

KRAAY, Hendrik. “‘Tão assustadora quanto inesperada’: a Sabinada baiana, 1837-1838”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 263-94.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N.(Orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas: Ed. Unicamp/CECULT, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, Biblioteca Básica, 1992, p. 133-62.

LIMA, Luciano Mendonça de. “Quebra-quilos: uma revolta popular na periferia do Império”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 449-84.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

LISPECTOR, C. *A hora da estrela*. São Paulo: Rocco, 1998.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos”, *Ciência e Cultura*, São Paulo, SBPC, 32(7): 836-841, 1980.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”. *Revista Afro-Ásia*, Salvador-Ba, n.42, p. 157-193, 2010. (Disponível online)

_____. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16, p. 143-160, mar. - ago., 1988. (Disponível online)

MAIA, Iara de Oliveira. “Os designativos de cor após a constituição de 1824: Mariana (1824-1850)”. (Disponível online)

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *'Quem tem padrinho não morre pagão': as relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa Vila Colonial (Mariana, 1715-1750)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "Os direitos dos libertos africanos no Brasil oitocentista: entre razões de direito e considerações políticas" *História* (São Paulo), v.34, n.2, p. 181-205, jul./dez., 2015. (Disponível *online*)

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil século XIX)*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

_____. "Laços de família e direitos no fim da escravidão". In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. "Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX". *Revista Rio de Janeiro*, n. 12, p.229-251, jan./abr. 2004 (disponível *online*).

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social e Cultura, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Terras Lusas: a questão agrária em Portugal*. Niterói, RJ: EDUFF, 2007.

NAQUETE, Lenine. *O Escravo na Jurisprudência Brasileira: magistratura e ideologia no Segundo Reinado*. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 1988.

NEVES, Erivaldo Fagundes. "Sampauleiros traficantes: comércio de escravos no Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista". *Afro-Ásia*. Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, Salvador, n. 24, pp. 97-128, 2000.

NORTHUP, Solomon, 1808. *Doze anos de escravidão: a história real de Solomon Northup, cidadão de Nova York, sequestrado na cidade de Washington em 1841, e resgatado em 1853, em uma plantação de algodão na Lousiana*. São Paulo: Seoman, 2014.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês. "Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX". *Revista USP*. São Paulo, n. 28, dez./fev. 1995.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. "Resistência popular contra o Decreto 798 ou a 'lei do cativo': Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852". In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revolutas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 391-428.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716 – 1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. “Mulheres de diversas ‘qualidades’ e seus testamentos na colonial, escravista e mestiça Capitania das Minas Gerais”. In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

PARÉS, Luis Nicolau. “O processo de crioulação no recôncavo baiano (1750-1800)”. *Revista Afro-Ásia*: Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativo’”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 141-174, 2006, p. 141.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. 2005, 244 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

RÉIS, Isabel Cristina. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas/SP, 2007.

RÉIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia da Bahia”. *Revista História*, São Paulo, n.135, dez. 1996. (disponível online)

RÉIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RÉIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*, 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. “Quem manda em Salvador? Governo local e conflito social na greve de 1857 e no protesto de 1858 na Bahia”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revolutas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 429-448.

RIOS, Ana Maria Lugão. “Histórias de famílias: arquivos da memória na história demográfica”. In: *Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, v. 3, 1994.

RIOS, Ana Maria Lugão; COSTA, Carlos Eduardo C. da. “Migração de negro no pós-abolição: duas fontes para um problema”. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu- MG, 2008.

SANTOS, Jocélio Teles dos. “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX”. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, nº. 32, p. 115-137, 2005. (Disponível *online*)

SANTOS, Milton. “A rede urbana no recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: ALB; UFBA, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. “Padrões e propriedades de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 13 (1), 1987.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.

SCOTT, Rebecca J. “She...Refuses to Deliver Up Herself as the Slave of Your Petitioner': Émigrés, Enslavement, and the 1808 Louisiana Digest of the Civil Laws (Symposium on The Bicentennial of the Digest of 1808--Collected Papers)”. *Tulane European and Civil Law Forum*, v. 24 (2009), pp. 115-136. (Disponível *online*).

SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. “Rosalie nação poulard: liberdade, direito e dignidade na era da revolução haitiana”. *Revista Afro-Ásia*: Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, n. 46, p. 61-95, 2012.

SILVA, Eduardo. “A função ideológica da brecha camponesa”. In: RÉIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. 1990. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1990.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 2000.

SIMONATO, Andréa Jácomo. “O parentesco entre cativos e o meio rural do Rio de Janeiro em 1860”. *População e família* (CEDHAL/USP), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 143-179, jan./jun. 1998.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e reconstruções na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert e FARIA, Sheila de Castro. “Família escrava e trabalho”. *Revista Tempo*, Niterói, v. 3, n. 6, p. 37-48, dezembro de 1998.

SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”. *Afro-Ásia*, Salvador-BA, n. 17, p. 57-71, 1996.

SOARES, Márcio de Sousa. “O fantasma da reescravização: alforria e revogação da liberdade nos Campos dos Goitacases, 1750 – 1830”. *ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, p. 1-17, 2009. (Disponível *online*)

_____. “A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, 1750- 1830”. *ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, p. 1-17, 2009. (Disponível *online*)

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Pós-Abolição na Bahia: hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus 1888/1930*. 2012. Tese (Doutorado em História) - PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

_____. “História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição”. *Revista de História Oral*, v. 16, n.2, p. 55-71, jul.-dez. 2013.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*. Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte – MG: Editora da UFMG, 1999.

_____. “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRETTIN, Alexander. *O derrame de moedas falsas de cobre na Bahia (1823-1829)*. 2010, 188f. Dissertação (Mestrado em História), FFCH/UFBA. Salvador, 2010.

VIDAL, Luís Maria. *Repertório de legislação servil*. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1883.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec; História Social, USP, 1998.

_____. *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coleção dirigida por Fernando A. Novais e volume organizado por Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.).

Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 228-243.

Anexo

Anexo I

QUADRO NUMÉRICO da população livre de 14 Municipios d'esta Provincia da Bahia.

Secretaria da Policia da Bahia 16 do Fevereiro de 1948.			SEXOS		QUALIDADES.			TOTAL
COMARCAS.	DELEGACIAS.	MUNICIPIOS.	Homens.	Mulheres.	Branços.	Pardos.	Pretos.	
{	1.º Distrito.....	Município da Cidade	12:855	13:914	12:280	8:631	7:273	28:199
	2.º Ditto.....	"	8:467	1:014	6:462	7:176	4:549	18:181
	3.º Ditto.....	"	3:829	4:143	1:211	3:916	2:813	7:972
{	Maragogipe.....	Villa de Maragogipe	10:945	12:005	7:110	11:188	4:352	22:950
{	Nazareth.....	"	6:964	7:071	5:950	6:516	1:869	14:035
	Jaguaripe.....	"	4:131	4:693	1:880	5:167	1:740	8:877
	Itaparica.....	"	3:441	3:941	1:593	4:111	1:626	7:382
{	Inhambupe.....	"	7:275	7:504	3:533	9:376	1:870	14:779
	Conde.....	"	4:615	4:679	1:632	5:712	1:863	9:194
{	Abbadia.....	"	3:016	2:737	1:197	2:078	1:878	5:753
{	Camamu.....	"	2:799	2:943	2:951	2:307	484	5:742
	Barcellos.....	"						
{	Marahú.....	"	1:690	930	596	1:147	274	2:020
	Villa Verde.....	"	196	174	352	18		370
{	Canavieiras.....	"	1:813	1:612	99	2:251	182	3:425
	Relmondo.....	"						
Sommas.....			71:369	77:761	48:386	69:934	30:810	149:129

OBSERVAÇÕES.

Na cifra dos individuos brancos, estão comprehendidos 676 Indios de ambos os sexos, sendo 244 do termo do Nazareth, 96 da Villa do Conde, e 336 do da Villa Verde. Ainda não vierão os quadros estatísticos de 46 Municipios da Provincia.

João Joaquim da Silva, Chefe de Policia.